



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1478

Segunda-feira - 05 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Joaçaba	166
Anchieta	4	Lages	168
Antônio Carlos	4	Lauro Muller	169
Arroio Trinta	7	Lebon Regis	169
Ascurra	7	Leoberto Leal	170
Balneário Rincão	13	Lindóia do Sul	174
Bela Vista do Toldo	14	Luzerna	188
Benedito Novo	14	Macieira	190
Biguaçu	15	Mafra	190
Bom Jesus do Oeste	17	Maracajá	192
Braço do Trombudo	18	Maravilha	194
Brunópolis	19	Marema	207
Brusque	19	Massaranduba	209
Caçador	20	Meleiro	210
Campo Alegre	27	Modelo	214
Campos Novos	30	Navegantes	215
Canoinhas	55	Orleans	224
Capinzal	57	Ouro Verde	233
Catanduvas	89	Palhoça	233
Celso Ramos	90	Palmitos	237
Chapadão do Lageado	92	Papanduva	246
Cocal do Sul	96	Passo de Torres	251
Concórdia	98	Passos Maia	255
Cordilheira Alta	100	Paulo Lopes	255
Coronel Freitas	105	Penha	260
Correia Pinto	106	Pinheiro Preto	262
Corupá	106	Pomerode	263
Curitibanos	107	Porto União	263
Dionísio Cerqueira	108	Presidente Castello Branco	267
Doutor Pedrinho	109	Rio do Sul	268
Ermo	111	São Bento do Sul	271
Faxinal dos Guedes	112	São Domingos	273
Forquilha	113	São João do Sul	274
Fraiburgo	122	São José	275
Garopaba	128	São José do Cedro	280
Garuva	135	São Pedro de Alcântara	281
Gaspar	141	Schroeder	281
Governador Celso Ramos	143	Serra Alta	283
Grão Pará	144	Sombrio	285
Guaramirim	145	Timbé do Sul	286
Herval d'Oeste	147	Timbó	288
Imbituba	148	Treze Tílias	291
Iomerê	157	Turvo	291
Ipumirim	157	Vargem Bonita	292
Irineópolis	159	Videira	293
Itaiópolis	160	Vitor Meireles	296
Itapiranga	160	Xavantina	297
Itapoá	163	Xaxim	301
Ituporanga	165		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1478

Segunda-feira - 05 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Consórcios

CIGA	303
CIMVI.....	306
CINCO.....	307
CIS Nordeste	316

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista

PREFEITURA

Processo Administrativo 63/2014 PP 54/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 63/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL(REGISTRO DE PREÇOS)
54/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE AGENTE REDUTOR LIQUIDO AUTOMOTIVO (ARLA 32), DESTINADO AO USO NA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 14/05/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 21 de abril de 2014.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo Administrativo 64/2014 PP 55/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 64/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL(REGISTRO DE PREÇOS)
55/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DO MUNICIPIO QUE FAZEM CURSO SUPERIOR NA CIDADE DE LAGES.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 09:00hs. do dia 19/05/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 21 de abril de 2014.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo Administrativo 65/2014 PP 56/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 65/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL(REGISTRO DE PREÇOS)
56/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS PARA OS VEICULOS ESCOLARES DA FROTA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 14/05/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei

8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 23 de abril de 2014.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo Administrativo 66/2014 PP 57/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 66/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL(REGISTRO DE PREÇOS)
57/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2014 (LINHA 3).

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 10:30hs. do dia 14/05/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 23 de abril de 2014.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Processo Administrativo 58/2014 PP 50/2014

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 58/2014
MODALIDADE:PREGÃO PRESENCIAL(REGISTRO DE PREÇOS)
50/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GRAXA PARA OS VEICULOS E MAQUINAS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO : Menor preço POR ITEM.

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 19/05/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 02 de abril de 2014.

Elmar Marino Mecabo Luciano Hermes
Prefeito Municipal em Exercício Pregoeiro

Anchieta**PREFEITURA****Extrato Aviso Pregão Prefeitura PR 021-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 021/2014.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, reabre o prazo para abertura e julgamento das propostas, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de Peças e Prestação de serviço para manutenção e conservação do sistema de iluminação pública do município de Anchieta-SC. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 hrs do dia 19/05/2014. Maiores informações das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 02 de maio de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Extrato Aviso Pregão Pref N 022_2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 022/2014

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Global, para Aquisição e instalação de equipamentos desportivos para academia ao ar livre no Município de Anchieta, Conforme Termo de Convênio Nº 2014TR000441, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o município de Anchieta, por meio da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 19/05/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 02 de maio de 2014.
Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 79/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº.: 79/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada : MARCIO AURELIO VIEIRA 63701910944

Valor : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)

Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2014

Objeto : contratação de profissional para desenvolver projeto pedagógico

com xadrez nas Escolas da Rede Municipal de Educação, do Município de

Antonio Carlos - SC
Antônio Carlos, 01 de abril de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº.: 80/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada : JOSE CARLOS DA SILVA 04642645969

Valor : 14.360,00 (quatorze mil trezentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 31/03/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

EXECUÇÃO PARCELADA DOS SERVIÇOS DE BORRACHARIA,

BALANCEAMENTO E GEOMETRIA NOS VEÍCULOS DA FROTA DA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS S/C.

Antônio Carlos, 01 de abril de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 246/2014

PORTARIA Nº 246/2014.

Nomeia Cargo Comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, LILIAN DE SOUZA, para o cargo comissionado de COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, a partir de 05 de maio de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 30 de abril de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de maio de 2014.

Aviso de Licitação Nº 62/2014**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 62/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 41/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: aquisição de ar condicionado, aparelho termômetro higrômetro digital de parede e de geladeira/vacina, bebedouros e arquivo de aço para uso da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 15 de maio de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antonio-carlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos 30 de abril de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 082/2014, 083/2014, 084/2014, 85/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Contrato Nº.: 82/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada : GRAFICA GUARAMIRIM LTDA - ME

Valor : 2.975,00 (dois mil novecentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 08/04/2014 Término: 07/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO PARA

USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA E PARA O

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO

MUNICÍPIO, DE ANTÔNIO CARLOS /SC

Contrato Nº.: 83/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada : NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME

Valor : 1.450,00 (um mil quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 08/04/2014 Término: 07/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO PARA

USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA E PARA O

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO

MUNICÍPIO, DE ANTÔNIO CARLOS /SC

Contrato Nº.: 84/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada : POLIMPRESSOS SERVICOS GRAFICOS LTDA - ME

Valor : 19.061,70 (dezenove mil e sessenta e um reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 08/04/2014 Término: 07/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO PARA

USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA E PARA O

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO

MUNICÍPIO, DE ANTÔNIO CARLOS /SC

Contrato Nº.: 85/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada : PRIME GRAPHICS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor : 480,00 (quatrocentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 08/04/2014 Término: 07/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2014

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO PARA

USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA E PARA O

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO

MUNICÍPIO, DE ANTÔNIO CARLOS /SC

Antônio Carlos, 08 de abril de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 086/2014 e 087/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contrato Nº.: 86/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada : PETRY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - ME

Valor : 3.638,13 (três mil seiscentos e trinta e oito reais e treze centavos)

Vigência : Início: 09/04/2014 Término: 08/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2014

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS

DESTINADOS A MANUTENÇÃO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES

ELÉTRICAS INTERNAS DAS SECRETARIAS, PRÉDIO DA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO,

DE ANTÔNIO CARLOS /SC.

Contrato Nº.: 87/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Contratada : ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA

Valor : 353.694,55 (trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 09/04/2014 Término: 08/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2014

Objeto : AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS

DESTINADOS A MANUTENÇÃO E MELHORIA DAS INSTALAÇÕES

ELÉTRICAS INTERNAS DAS SECRETARIAS, PRÉDIO DA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO, DE ANTÔNIO CARLOS /SC.

Antônio Carlos, 09 de Abril de 2014

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Antônio Carlos 30 de abril de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 63/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 63/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 42/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: à contratação de empresa para a prestação de serviços de internet de até 20mb tipo link dedicado full com redundância, compreendendo instalação e manutenção, para uso na comunicação de dados da prefeitura do município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 16 de maio de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Nº 1687

LEI Nº 1687, DE 30/04/2014.

Autoriza Urbanização de Área para Fins de Implantação de Loteamento/Desmembramento Destinado à Atividade Urbana, Conforme Especifica, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica considerada "área urbanizável", para fins de implantação de loteamento/desmembramento destinado à atividade urbana, com incidência do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, o imóvel localizado neste município, Comarca de Videira - Estado de Santa Catarina, de Propriedade de GILBERTO FRANCISCO NESI, portador do CPF sob nº 733.056.779-53 e DANIEL LUIZ NESI, Portador do CPF sob nº 613.134.249-00, constante da matrícula nº RG 23.024, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, com as seguintes dimensões, confrontações e área: Norte: confronta com terras de Fidelis Back, Luiz Favarin, Valdir Rovaris, Luiz Kozlowski, Angelin Bridi, Alcides Cividini, Darci Rodrigues de Oliveira, Santo Possato, Izair Luiz Possato, José Zamboni e Luiz Anderson Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda; Sul: com terras de Magel Madeireira Gemeli Ltda; leste: com terras de Valcir Paulo Baldo; Oeste: confronta com Rio Arroio Trinta e com a Rua Galdino Nesi, encerrando uma área de 43.513,50M² (QUARENTA E TRÊS MIL QUINHENTOS E TREZE VÍRGULA CINQUENTA METROS QUADRADOS), conforme levantamento planimétrico e memorial descritivo, partes integrantes desta Lei.

Art. 2º A implantação de loteamento/desmembramento na área descrita no artigo anterior ficará sujeita ao atendimento de todas as exigências legais pertinentes, em especial o Plano Diretor do Município de Arroio Trinta.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 30 de abril de 2014.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 30 de abril de 2014.

Nelson Campagnin
Secretário Municipal de Administração

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Pregão 22/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2014

MODALIDADE: Pregão-22/2014

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de ASCURRA (SC), no uso legal de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar Nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, através do Departamento Municipal de Licitações e Contratos, torna público, para o conhecimento dos interessados, que as 14:00 do dia 15/05/2014, na sede da Prefeitura Municipal de ASCURRA (SC), sito a Rua Benjamin Constant, nº. 221, junto ao Departamento de Compras e licitações, o pregoeiro JULIANA FISTAROL receberá propostas em atendimento aos itens deste edital, e logo em seguida dará abertura a sessão de julgamento das propostas e documentação apresentados, que serão realizados de acordo com os procedimentos das referidas Leis e do Decreto Municipal nº. 1958/2008, de 10 de março de 2008, e demais regras deste edital.

1 - DO OBJETO

A presente licitação na modalidade de PREGÃO tem por objetivo receber propostas para:

AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO ANO E MODELO 2013

Itens:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	1,00	UND	VEICULO 1,4 ATE 2,0, FLEX, 0KM, 4 PORTAS, ANO/MODELO 2013 OU 2014, COR5 BRANCA, AR CONDICIONADO, PELICULA NO VIDROS LATERIAS E TRASEIRO, CALHA DE CHUVA NAS PORTAS DIANTEIRAS, COM RADIO USB, MP3, CAPACIDADE PARA 7 PESSOAS, COM CINTO DE SEGURANCACONFORME CONTRAN. Descrição Detalhada:	58.359,9000	58.359,9000

2 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração. O licitante deve usar dois envelopes distintos, fechados e com a seguinte descrição:

A:
Prefeitura Municipal de ASCURRA
Pregão n.º 22/2014
Envelope n.º 01 - PROPOSTA
NOME DA EMPRESA:

A:
Prefeitura Municipal de ASCURRA
Pregão n.º 22/2014
Envelope n.º 02 - DOCUMENTACAO
NOME DA EMPRESA:

2.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definido no preâmbulo do edital.

2.2 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- nome do proponente, endereço completo, telefone, CNPJ e inscrição estadual e/ou municipal;
- número do Pregão;
- para cada item que o licitante vier a participar, a descrição do objeto ofertado, em conformidade com o edital, contendo a marca e modelo do produto cotado, o preço unitário, em moeda corrente nacional, com no máximo quatro casas decimais, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.

3 - DA HABILITAÇÃO:

O envelope nº. 02 deverá conter os seguintes documentos habilitatórios:

3.1. Para fins de habilitação nesta licitação, o licitante deverá apresentar, dentro do Envelope nº. 02, os seguintes documentos:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Cópia do Contrato Social da Empresa, devidamente registrado, com todas as suas últimas alterações ou consolidado;
- No caso de Sociedade Anônima ou Associação Civil, estatuto da empresa, com suas alterações acompanhadas da ata de eleição dos atuais diretores;
- Certificado de Regularidade junto ao FGTS;
- Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS;
- Certidão Negativa de Débito junto ao município sede;
- Certidão Negativa de débitos junto a Fazenda Estadual;
- Certidão Negativa de Dívida Ativa da União e Débitos e Contribuições Federais expedida pela Procuradoria Geral da União;
- Declaração de que não está descumprindo o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, assinada pelo representante legal da licitante.

j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

3.2 O envelope de documentação do licitante que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inutilização do envelope.

3.3 Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou autenticado por servidor desta Administração Pública Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

4 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

4.2. A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada FORA DOS ENVELOPES.

4.3. O licitante que preferir, poderá entregar os envelopes referentes à licitação, junto ao Departamento de Compras do Município, com a antecedência que lhe convier, durante o horário de expediente externo do Departamento de Compras, sem prejuízo para a sua participação, no entanto, se não comparecer à sessão do Pregão, ou deixar de enviar representante com poderes para participar do processo, não poderá

alegar prejuízo por não lhe ser aberto a oportunidade de ofertar lances, nem de recorrer das decisões do pregoeiro.

4.4 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) termo de credenciamento (conforme modelo no anexo III) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

b.3) É obrigatória a apresentação de documento de identidade.

c) se empresa individual, a Declaração de Firma Individual, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado.

4.5 Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

4.6 Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

5 - DO CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSAO PUBLICA DO PREGAO:

5.1 No dia, hora e local mencionado no preâmbulo deste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes n.ºs 01 - Proposta de Preços e 02 - Documentos.

5.2 Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

5.3 O Pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais e para a prática dos demais atos do certame.

5.4 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº. 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar declaração de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com o art. 3º, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006.

5.5 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

5.6 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

5.7 Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão

aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.8 Os proponentes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação, conforme modelo disponível no Anexo II. É facultado ao proponente credenciado manifestar a declaração oralmente.

5.9 As microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas de apresentar a declaração prevista no item 5.8, desde que, cumprido o disposto no item 5.4 deste edital, apresentem declaração de que cumprem os requisitos de habilitação, exceto quanto à regularidade fiscal, os quais serão cumpridos para fins de assinatura do contrato, caso seja declarada vencedora do certame.

ANÁLISE PRELIMINAR DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

5.10 O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado

no edital e quanto ao preço inexequível, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

SELEÇÃO DAS PROPOSTAS PARA A ETAPA DE LANCES

5.11 O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

5.12 Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas os demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

5.13 Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

ETAPA DE LANCES ORAIS

5.14 Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

5.15 Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com no máximo quatro casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

5.16 Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

5.17 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

5.18 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

5.19 Ocorrendo empate previsto será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.19.1 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada

5.19.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma: I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela

considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 5.19.1 - I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 5.19.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 6.19.1, será realizado sorteio, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19.3. Para as situações previstas nos item 5.19 a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para

apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.20 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

5.21 Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

5.22 O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

5.23 Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

5.24 Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

5.25 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

5.25.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

5.25.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

5.25.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

RECURSO

5.26 Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

5.27 Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

5.28 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

5.29 O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Departamento de Licitações de Município, dirigido à autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados

para apresentar as contra-razões no prazo de 03 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis.

5.30 Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

5.31 A Sessão Pública poderá ser suspensa a qualquer tempo pelo pregoeiro, desde que devidamente justificado e com prazo definido para o prosseguimento do processo.

5.32 Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

5.33 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

6 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

6.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

6.2 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o Pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.3 Após a declaração do vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, que será imediatamente lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

6.4 Decorrido o prazo, sem a juntada do recurso pelo licitante que manifestou interesse em recorrer, importará na decadência do direito de recorrer, e o prosseguimento imediato do processo pelo Pregoeiro, adjudicando-se o objeto desta licitação ao licitante declarado vencedor e encaminhando o processo à Homologação do Prefeito Municipal.

6.5 As razões e contra-razões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

6.6 O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de cinco dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente motivado dos fatos e fundamentos legais em parecer anexo ao recurso.

6.7 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

7 - DO RECEBIMENTO E DO FORNECIMENTO:

7.1 A empresa vencedora terá o prazo máximo de 05 (cinco dias) para assinar o contrato, sob pena da perda do direito objeto desta licitação. No ato da assinatura do contrato será exigido documentos de identidade dos diretores, gerentes ou proprietários das empresas.

7.2 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº. do Edital de Pregão a fim de se acelerar o trâmite de recebimento da mercadoria e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.3 - Os bens serão fornecidos parceladamente, em atendimento às requisições periódicas escritas expedidas pelo servidor público municipal designado pela Administração para fiscalizar e

acompanhar o cumprimento do contrato, e deverão ser feitas no local indicado nas respectivas requisições.

7.4 - A primeira requisição será fornecida à Contratada após a data de assinatura do contrato, conforme a necessidade em adquirir o material.

Após o recebimento da requisição, a empresa deverá entregar o produto requisitado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

7.5 - As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da Contratada, inclusive fac-símile.

7.6 - Os bens deverão ser entregues nos prazos estabelecidos pelo setor competente para fiscalizar o cumprimento do contrato, contados a partir do recebimento da respectiva requisição.

7.7 - Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado conforme prevê o edital acompanhado da respectiva Nota Fiscal devidamente quitada e atestada por servidor público responsável.

8.2 A despesa com a aquisição do material, objeto do presente Edital correrá pela seguinte dotação orçamentária do município para o exercício de 2014:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
7	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
3	FUNDO MUNICIPAL DE PROTECAO E DEFESA CIVIL
6	SEGURANCA PUBLICA
182	DEFESA CIVIL
120	DEFESA CIVIL
2023	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTECAO E DEFESA
4490524800	VEICULOS DIVERSOS
12400	Transferências de Convênios - Outros

9 - DAS PENALIDADES

9.1 A licitante vencedora que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Pregão ficará sujeita às penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente de:

a) Multa de 10% (dez por cento) pelo atraso injustificado, sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês pela permanência do atraso ou fração equivalente.

b) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

b.1) advertência;

b.2) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor homologado;

b.3) suspensão temporária em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Ascurra (SC), por prazo não superior a 02 (dois) anos;

b.4) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A recusa pelo fornecedor em entregar o material adjudicado acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

9.2 O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega, acarretará

a multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso,

limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

9.3 O não-cumprimento de obrigação acessória, sujeitará o fornecedor à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação.

9.4 Nos termos do artigo 7º da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:

a) Ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;

b) Apresentação de documentação falsa para participação no certame;

c) Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;

d) Não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;

e) Comportamento inidôneo;

f) Cometimento de fraude fiscal;

g) Fraudar a execução do contrato;

h) Falhar na execução do contrato.

9.5 Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº. 8.666/93.

9.6 As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

9.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1 Qualquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Ascurra, no Departamento de Compras, sito na Rua Benjamin Constant, nº. 221, ou pelos telefones 47-33830222, e fax 47-33830222, no horário compreendido entre as 08h00 as 16h30 horas, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

10.2 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, no Departamento de Compras.

10.3 Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

10.4 Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax e telefone e e-mail.

10.5 Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou autenticadas por servidor desta Administração Pública Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

10.6 O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de ASCURRA, dentro

do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº. 8666/93, sobre

o valor inicial contratado.

10.7 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

10.8 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº. 8666/93).

10.9 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação da documentação exigida e não apresentada na reunião de recebimento;

10.10 Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Ascurra (SC), para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

10.11 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

10.12 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

10.13 No interesse do Município, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

10.14 Os envelopes de habilitação e proposta não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.

10.15 São anexos deste Edital:

Anexo I - Minuta do Contrato

Anexo II - Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação

Anexo III - Modelo de Credenciamento

Anexo IV - Modelo de Proposta de Preços

Anexo V - Modelo de Procuração

Anexo VI - Declaração de que atende plenamente ao edital

ASCURRA, 29 de Abril de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 22 / 2014

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE ASCURRA, E DE OUTRO, (contratada), OS TERMOS DA LEI N.º 8666 DE 21/06/1993, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO DIRETA.

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA, com endereço na Rua Benjamin Constant, 221 - ASCURRA SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.772.0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, Senhor MOACIR POLIDORO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa, com sede na (o) inscrita no CNPJ sob n., neste ato representado por seu representante legal, Senhor _____, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório n.º 22/2014, 89138000, homologado em ____/____/_____, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e alterações posteriores, Lei 10.520 e Lei complementar 123/2006 mediante o

estabelecimento das seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem como objeto o fornecimento pela CONTRATADA e aquisição pela CONTRATANTE, de AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO ANO E MODELO 2013, conforme descritivo do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega pela CONTRATADA e o efetivo recebimento da mercadoria pela CONTRATANTE, acompanhado da respectiva nota fiscal e com a observância do estipulado pelo artigo 5º da Lei Federal nº. 8.666/93.

§ 1º Fica expressamente estabelecido que no preço acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

CLÁUSULA TERCEIRA - Em caso de inadimplemento de qualquer cláusula do presente contrato, a contratada estará sujeita ao pagamento de multa no valor de 10% da parte inadimplida, em favor da contratante.

PARÁGRAFO ÚNICO - A multa poderá ser aplicada reiterada e cumulativamente, sempre que houver causa, independentemente de quaisquer outras cominações cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - O veículo deverá ser entregue junto a Prefeitura Municipal de Ascurra, sito à Rua Benjamin Constant, nº. 221, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de solicitação de fornecimento, sob pena de aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total deste instrumento.

Parágrafo Único - Não será recebido pela Administração Pública Municipal o veículo que não atender as condições técnicas suficientes para o atendimento de suas finalidades de uso.

CLÁUSULA QUINTA - O contratado emitirá nota fiscal referente ao veículo entregue.

CLÁUSULA SEXTA - A despesa com a execução do presente contrato, para o exercício de 2014, está prevista nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
7	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVICOS URBANOS
3	FUNDO MUNICIPAL DE PROTECAO E DEFESA CIVIL
6	SEGURANCA PUBLICA
182	DEFESA CIVIL
120	DEFESA CIVIL
2023	MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTECAO E DEFESA
4490524800	VEICULOS DIVERSOS
12400	Transferências de Convênios - Outros

CLÁUSULA SÉTIMA - Ocorrendo desequilíbrio econômico financeiro do contrato, o comprador poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do artigo 65, inciso II, letra d, da Lei Federal nº. 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento terá vigência até

31/12/2014, contados da data em que for firmado, e encerrando-se com a entrega e o pagamento total do veículo relacionado na cláusula primeira, após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial, podendo, entretanto ser prorrogado e aditivado, mediante termo aditivo e concordância de ambas as partes.

CLÁUSULA NONA - Caberá rescisão do presente instrumento, sem que assista direito à contratada indenização de qualquer espécie quando:

1. Não cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento, tendo a parte inadimplente o prazo de 5 (cinco) dias para alegar o que entender de direito;
2. A parte contratada transferir o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do contratante;
3. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93
4. Quando decorrido o prazo de vigência do presente contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA - São responsáveis pela execução deste Contrato pelo Contratante o Senhor Moacir Polidoro e pelo contratado o Senhor

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº. 22/2014 a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei 10.520 e Lei Complementar 123/2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro da comarca de Ascurra - SC, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser. E por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e

forma, para um só efeito e declaram conhecer todas as cláusulas contratadas.

ASCURRA,
MOACIR POLIDORO
PREFEITO MUNICIPAL

REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

Testemunhas:

Balneário Rincão

PREFEITURA

Aviso de Revogação 011/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA DE ESGOTO - SAMAE
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/SAMAE/2014

O Samae de Balneário Rincão, torna público aos licitantes e interessados, que revogou com fulcro no artigo 49 da Lei 8666/93, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/SAMAE/2014, que tinha por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de destinação final de resíduos sólidos no Município de Balneário Rincão, em conformidade com as Leis 10.520/02, 8.666/93 e alterações posteriores, na forma da Lei 8.666/93, conforme Ata de Revogação, anexo ao Processo Licitatório.

Balneário Rincão/SC., 30 de Abril de 2014.

JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR
DIRETOR PRESIDENTE

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****Aviso de Licitações**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014 - FMS

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preços, do tipo menor preço global, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COLÔNIA OURO VERDE E AMPLIAÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE DO RIO DA AREIA DE CIMA E SERRA DO LUCINDO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Dia 23/05/2014 às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

Dúvidas deverão ser solicitados pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 05 de Maio de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Convite Ldo
CONVITE

O Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, tem a honra em convidar toda a população Belavistense para a Audiência Pública para apresentação da LDO 2015, a qual realizar-se-á no dia 29 de abril de 2014 as 17h00min na sede da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, na Rua Leopoldo Koch, s/n, centro.

Desde já agradece e conta com a participação de toda comunidade.

Gilberto Damaso da Silveira
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****Extrato de Dispensa de Licitação**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Processo Licitatório nº 39/2014.

Dispensa de licitação nº 39/2014.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO
(83.102.780/0001-08).

CONTRATADO: LOURIVAL BEYER (180.459.529-20).

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MOBILIADO PARA ALOJAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS.

VALOR MENSAL: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

VALOR TOTAL: R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/05/2014 a 01/05/2015.

Benedito Novo, 28 de abril de 2014.

Osnir Floriani
Prefeito.

Aviso de Pregão Presencial Nº 40/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.

ESTADO DE SANTA CATARINA.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 40/2014.

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM TANQUE EM AÇO CARBONO COM CAPACIDADE PARA 15.000 LITROS COM EQUIPAMENTOS, INSTALADO E ADAPTADO PARA O VEICULO CAMINHÃO MB Nº 25, ANO 1990, PLACA MAC-8265.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00h do dia 16 de maio de 2014.

ABERTURA: às 10:05h do dia 16 de maio de 2014.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 28 de abril de 2014.

Osnir Floriani
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REPUBLICAÇÃO DO PP 92/2014 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 92/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE LAVADORA DE ROUPA PARA USO DA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER", fica republicada a mesma para a seguinte data:
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 20/05/2014, até 13:45 horas.
ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 20/05/2014, às 14:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 30 de abril de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Errata de Licitação - Chamada Pública Nº. 35/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA Nº. 01 AO EDITAL Nº. 35/2014 - CHAMADA PÚBLICA
PROCESSO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA SOB O Nº 35/2014

O aviso de licitação, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC nº. 1469, em 16 de abril de 2014, informou que a data para realização da sessão seria o dia 07.05.2014. No entanto, devido necessidade de ajustes quanto aos trabalhos internos desta Secretaria Municipal de Saúde, faz-se imperiosa a alteração da data anteriormente designada. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso - ref. Aviso do Edital (Chamada Pública nº. 35/2014 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Documentações: de 16/04/2013 até o dia 07.05.2014, no horário compreendido das 08h00min às 14h00min, na Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/ nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa - Biguaçu - SC - CEP: 88160-000.

Às 14 horas e 30 minutos será publicado no mural da Secretaria Municipal de Saúde a relação de entidades interessadas no certame

Será realizada sessão para abertura dos envelopes, análise e julgamento de habilitação e proposta no dia 07/05/2014, às 14:30 na localidade acima citada, qual seja: Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/ nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa - Biguaçu - SC - CEP: 88160-000.

()

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br.

()

LEIA-SE no Aviso - ref. Aviso do Edital (Chamada Pública nº. 35/2014 - FMS)

()

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Documentações: de 06/05/2013 até o dia 21/05/2014, no horário compreendido das 08h00min às 14h00min, na Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/ nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa - Biguaçu - SC - CEP: 88160-000.

Às 14 horas e 30 minutos será publicado no mural da Secretaria Municipal de Saúde a relação de entidades interessadas no certame

Será realizada sessão para abertura dos envelopes, análise e julgamento de habilitação e proposta no dia 21/05/2014, às 14:30 na localidade acima citada, qual seja: Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/ nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa - Biguaçu - SC - CEP: 88160-000.

()

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 06/05/2014.

()

As demais informações constantes no aviso permanecem inalteradas.

Biguaçu, 30 de abril de 2014.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Contrato Nº 10.235/2013 - Processo: Chamada Pública Nº 142/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 10.235/2013
Processo: Chamada Pública - CP Nº 142/2013 - FMS

Objeto: PROCESSO DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE (O.S.S) PARA O GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF, DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS I, DA ACADEMIA DE SAÚDE, DA UNIDADE DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, DO PROGRAMA MELHOR EM CASA, ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA SAÚDE BUCAL, POLICLÍNICA CENTRALE CORPO CLÍNICA DA UPB.

Fornecedor: INSTITUTO DE SAÚDE EDUCAÇÃO VIDA - ISEV

Valor: 1) ACRÉSCIMO DE R\$ 47.254,89 (QUARENTA E SETE MIL DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS) AO MÊS; 2) SUPRESSÃO DE R\$ 7.189,13 (SETE MIL CENTO E OITENTA E NOVE REAIS E TREZE CENTAVOS) AO MÊS. 3) TOTAL DO ADITIVO: R\$ 40.065,76 (QUARENTA MIL E SESSENTA E CINCO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS) AO MÊS.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Lei Nº 3476/2014

LEI Nº 3476/2014 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir R\$ 47.089,00 (quarenta e sete mil, oitenta e nove reais) à "LIGA DOS GINCANEIROS DE BIGUAÇU", CNPJ n. 10.265.715/0001-20, mediante convênio, em parcela única, destinados a atender despesas de manutenção da referida entidade e constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual de 2014 com a seguinte classificação: 1301.23.695.0007.2075 - Realização e apoio de Eventos Promocionais, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela recebida no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, na forma estabelecida nas normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de abril de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3476/2014, de 30/04/2014
Sancionada em 30/04/2014

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Convênio Nº 011/2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 011/2014

CONVENIENTES - A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, através da Liga dos Gincaneiros de Biguaçu.

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto o apoio financeiro à Beneficiada que menciona para atender despesas com a execução da 18ª Gincana Cidade de Biguaçu.

VALOR: R\$ 47.089,00 (quarenta e sete mil, oitenta e nove reais).
DO PRAZO E DA VIGÊNCIA - 03 meses, contados da assinatura do convênio.

DATA E ASSINATURAS - Biguaçu, 30 de abril de 2014 - José Castelo Deschamps - Prefeito Municipal de Biguaçu e Osvaldo Pietroski Júnior - Presidente da Liga dos Gincaneiros de Biguaçu.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 103/2014 de 29 de Abril de 2014.

PORTARIA Nº 103/2014, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido a Servidora Municipal Sra. MARCIA MARIA CECON, matrícula nº 423-5, portadora do CIC sob. nº 032.044.359-03 do Cargo em Comissão de SUPERVISORA ADMINISTRATIVA, voltando ao cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, a partir de 01 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 29 de abril de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 104/2014 de 29 de Abril de 2014.

PORTARIA Nº 104/2014, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a Servidora Municipal SR. DAIANA APARECIDA WALKER NASCIMENTO, matrícula nº 655-6, portadora do CIC sob. nº 071.314.799-77, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, em caráter temporário conforme portaria nº 054/2014, com carga horária de 40 horas semanais, sendo sua exoneração a partir de 01 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 29 de abril de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 105/2014 de 29 de Abril de 2014.

PORTARIA Nº 105/2014, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido a Servidora Municipal Sra. JANIARA LUISA BARON TESCHE, matrícula nº 364-6, portadora do CIC sob. nº 053.912.649-79, do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social com 40 horas semanais, admitida em 21/02/2006, sendo sua exoneração a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 29 de abril de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Editais de Lic. Pregão Presencial 16/2014 SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 19/2014
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 16/2014 SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 14h00min do dia 26.05.2014, estará selecionando a melhor proposta para a Contratação de Serviços de Mão de Obra Mecânica para manutenção, conserto e desmontagem de máquinas da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo. Informações pelo fone 47 3547-0179 ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 28 de abril de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Editais de Lic. Pregão Presencial 15/2014 SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 18/2014
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 15/2014 SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que às 08h30min do dia 26.05.2014, estará selecionando a melhor proposta para a Contratação de serviços de Mão de Obra mecânica para caminhões da Secretaria Obras, visando a manutenção, conserto e desmontagem dos mesmos para posteriores orçamentos de peças. Informações pelo fone 47 3547-0179 ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 28 de abril de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Reabre A Abertura do Edital Pregão Presencial 1/2014 FMAS.

REABRE A ABERTURA DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 1/2014 FMAS.

O Município de Braço do Trombudo, SC torna público para conhecimento dos interessados que REABRE a abertura do processo licitatório modalidade Pregão Presencial 1/2014 - Aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo. Ficando o credenciamento para o dia 16.05.2014 as 08h00min e a abertura dos envelopes para o mesmo dia 08h30min. A reabertura se dá devido ao não comparecimento de empresas para o certame. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de licitação da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 30 de abril de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Cancela Extrato do Edital de Processo Seletivo Nº 01/2014.

Processo Seletivo 01/2014 - Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

CANCELA EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014.

O Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo nº 01/2014, nomeada pelo Decreto nº 044/2014, RESOLVE tornar público que se acham abertas, no período de 30/04/2014 À 30/05/2014, as inscrições presenciais ao Processo Seletivo para provimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, regidos pelo regime estatutário e nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital sendo as vagas para: Técnico de Enfermagem, Assistente Social, Fiscal de Obras e Posturas, Vigia Noturno, Auxiliar de Serviços Gerais-Trabalhador Braçal e Pedreiro/Carpinteiro. As provas serão realizadas no dia 08/06/2014. Quanto ao número de vagas, remuneração e atribuições do cargo, bem como maiores informações, consultar o Edital completo publicado no mural e no site oficial da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo,
em 29 de abril de 2014.
Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 41/2014

DECRETO Nº41/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO

Nilso Stédile, Prefeito Municipal de Brunópolis em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. Não haverá expediente no dia 02 de maio de 2014 nas repartições públicas municipais, considerando-se ponto facultativo.

Art. 2º. Os serviços essenciais, assim considerados aqueles relacionados à saúde, à vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução, serão mantidos, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será atribuição de cada órgão ou secretaria.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 28 de abril de 2014.

Nilso Stédile

Prefeito Municipal em exercício

José ThieresAlves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Brusque

PREFEITURA

Extrato do Contrato 075/2014 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 075/2014

ESPÉCIE: Aquisição de Hidrômetros. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 012/2014. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.449051990 0.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 30/04/2014; VALOR: 138.840,00. CONTRATADA: Itron Soluções Para Energia e Água Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 30 de abril de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

Edital do Fundo Municipal de Apoio À Cultura 001/2014

EDITAL DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA 001/2014
PARECER DA COMISSÃO DE ANÁLISE

A Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio a Cultura, responsável pela avaliação dos projetos em seus aspectos formal de preenchimento, compatibilidade de custos orçamentários com os valores de mercado, bem como a legalidade e autenticidade dos documentos acotados, declara habilitados os seguintes projetos:

Proponente	Projeto	Modalidade
Aldonei da Silva Lopes	Monólogo Teatral "Duas Faces"	Artes Cênicas
Artur Leonardo Silveira	"Estamos Vivos"	música
Associação Orquestra de Acordeon de Brusque	Prensagem do CD: "Orquestra de Acordeon de Brusque" Vol. II	música
Douglas Grippa	Unitrio: "Práticas Instrumentais Coletivas"	música
Edinéia Pereira da Silva Betta	"Reconstruindo" a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux	Patrimônio Cultural
Edinéia Pereira da Silva Betta	História da Moda e do Textil em Brusque: mais de um século tecendo e costurando a história pelos caminhos da moda	Patrimônio Cultural
Egon Formonte	Gravação Video Clipe "These Things"	Artes Visuais
Larissa Maria Fischer	A Arte Fora do Palco	Artes Cênicas
Miriam Cruz e Prado	Um Olhar ao Redor - Registro Adolescente	Artes Visuais
Patricia de Souza	Circulação: Palavra de Mulher	Literatura
Patricia de Souza	Livro Infantil "A Borboleta Azul"	Literatura
Sandra Regina Baron	Contando e encontrando Histórias	Literatura
Sandra Regina Baron	Palhaça no Circo	Artes Cênicas

Saulo Tavares Junior	"Salve Rock Imortal" - A Enciclopédia do Rock Autoral de Brusque (1980/2014) Livro/CD/ Site	música
Suzana da Silva Mafra	O Anjo Avoado	Literatura
Suzana da Silva Mafra	Meu Pé de Ingá	Literatura
Sociedade Amigos de Brusque	Digitalizar Para Preservar o Passado de Brusque	Patrimônio Cultural

Conforme item 4.5 do Edital nº 001/2014, após a divulgação dos habilitados, o proponente poderá entrar com recurso para reapresentar algum documento irregular. O prazo para reapresentação do recurso, é de até cinco dias úteis conforme previsto no edital.

Eudez Pavesi
Superintendente da Fundação Cultural de Brusque

Extrato Processo Licitatório 019/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 019/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 019/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de monitor e controlador de coagulante e peça para equipamento de laboratório. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 20 de maio de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Licitação PR 40-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014
TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA LAVAGEM DE VEÍCULOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 14/05/2014.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 14/05/2014.
Maiores informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de Abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 41-2014 - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014
TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM APARELHOS ELETRONICOS, COM APLICAÇÃO DE PEÇAS, DESTINADOS AS DIVERSAS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 16/05/2014.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h05min do dia 16/05/2014.
Maiores informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 23 de Abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação PR 5-2014 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
Fundação Municipal do Meio Ambiente
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014
TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇADAS DE TERRENOS NO PERIMETRO URBANO DE CAÇADOR.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 17h00min do dia 07/05/2014.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 17h05min do dia 07/05/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 22 de Abril de 2013.
Luiz Gustavo Pavelski
Presidente FUNDEMA

Portaria Nº 23.840

PORTARIA Nº 23.840, de 02 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado

RESOLVE

RESCINDIR, o contrato por prazo determinado da Servidora Municipal GRAZIELA LEA GALLINA, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 35 (trinta) horas semanais, com efeitos a contar de 02 de Maio de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Decreto Nº 5.963

DECRETO nº 5.963, de 09 de abril de 2014.

Reajusta os valores das tarifas dos serviços regulares de transporte coletivo urbano do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e em consonância com a Lei Municipal Complementar nº 46, de 22/12/2003, que dispõe sobre o Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município de Caçador, aprova o Código Disciplinar, institui o Programa de Aparelhamento e Modernização do Sistema de Transporte Coletivo do Município de Caçador - PAT, e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º O valor unitário da tarifa única para a aquisição antecipada ao embarque por meio de cartões eletrônicos, passa a ser de R\$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos), correspondendo a um reajuste de 6,67% (seis vírgula sessenta e sete por cento).

Art. 2º O valor de uma unidade da passagem unitária embarcada paga a bordo passa a ser de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos), correspondendo a um reajuste de 8,70% (oito vírgula setenta por cento).

Parágrafo único. Os professores e estudantes terão um desconto de 50% (cinquenta por cento) na aquisição de passagens nos cartões eletrônicos, conforme legislação em vigor.

Art. 3º Todos os créditos eletrônicos que já estiverem em circulação terão validade pelos próximos 30 (trinta dias), a contar da entrada em vigor da nova tarifa.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 5.404, de 21 de novembro de 2012.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.
Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DE FAZENDA.

IPASC

Ata de Registro de Preços Nº 06/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014

REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2014, presentes de um lado O IPASC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua General Osório, nº 52, nesta cidade de Caçador/SC, inscrita no CNPJ sob nº 04.272.905/0001-71, neste ato representada pelo senhor Diretor-Presidente, Sr. ALCEDIR FERLIN, brasileiro, separado, administrador, inscrito no CPF sob nº 476.609.539-15, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, denominado INSTITUTO/CONTRATANTE, de outro a empresa LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.129.024/0002-90, com sede Avenida Salgado Filho, nº 601 centro na cidade de Caçador/SC, neste ato representada pelo Sr. PEDRO FRIGULHA, brasileiro, casado, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 196.129.159-20, residente e domiciliado na cidade de Caçador/SC, denominado FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao processo licitatório nº 06/2014, Pregão Presencial nº 03/2014 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador (IPASC), nos termos da Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 3.522/06 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA ALA NOVA DO EDÍFICIO DO IPASC, conforme marcas constantes na proposta comercial de preços apresentada pelo FORNECEDOR do Edital do Pregão Presencial nº 03/2014, para Registro de Preços, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote 03

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
12	01	UNID	ARMÁRIO DE AÇO MODELO: de no mínimo: - AP 402M: chapa 24.0,60mm 2 portas com 3 reforços - 1 prateleira fixa e 3 reguláveis a cada 50mm - AP 402M: capacidade por prateleira 30kg Dimensões..Altura, Largura, e Profundidade Externas :1980mm 900mm 400mm Internas: 1880mm 895mm 375mm	RCH	498,00	498,00

Ata de Registro de Preços Nº 07/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014

REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2014, presentes de um lado O IPASC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua General Osório, n.º 52, nesta cidade de Caçador/SC, inscrito no CNPJ sob nº 04.272.905/0001-71, neste ato representada pelo senhor Diretor-Presidente, Sr. ALCEDIR FERLIN, brasileiro, separado, administrador, inscrito no CPF sob nº 476.609.539-15, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, denominado INSTITUTO/CONTRATANTE, de outro a empresa NELITA GOMES FARIAS EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.943.540/0001-25, com sede na Rua: 904 nº 505 centro em Balneário Camboriu/SC, neste ato representada pela Sra. VIVIANI APARECIDA BARILKA, brasileira, separada, representante legal, inscrita no CPF sob nº 949.324.179-34, residente e domiciliada na cidade de Caçador/SC, denominado FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao processo licitatório nº 06/2014, Pregão Presencial nº 03/2014 para REGISTRO DE PREÇOS visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- (IPASC), nos termos da Lei 8.666/93 e a alterações subseqüentes, Lei 10.520/02, Decreto Municipal nº 3.522/06 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.O objeto da presente Ata é o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA ALA NOVA DO EDÍFICIO DO IPASC, conforme marcas constantes na proposta comercial de preços apresentada pelo FORNECEDOR do Edital do Pregão Presencial nº 03/2014, para Registro de Preços, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	03	UNID	Armário baixo fechado (na cor cinza gelo) medindo 0,74 x 0,90 x 0,43m (medidas mínimas para A x L x P). Base inferior, superior, laterais e 01 prateleira confeccionadas em MDF de no mínimo 18mm de espessura, revestidos em ambas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão com acabamento nas bordas em fita de PVC. Fundo confeccionado em MDF de no mínimo 09mm de espessura, revestidos em ambas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão rebaixado e encaixado nas laterais e nas bases do armário. Portas confeccionadas MDF de no mínimo 18mm de espessura, revestidos em ambas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão com acabamento nas bordas em fita de PVC. Portas de abrir, fixadas a lateral do armário por 04 dobradiças de alta pressão 270º e travamento por fechadura com 02 chaves. Chapéu superior confeccionado em MDF 25mm revestido na face superior em laminado melamínico texturizado de alta pressão, com acabamento na borda frontal em post-forming 180º e demais bordas em fita de PVC. Rodapé metálico confeccionado em tubo de aço industrial, secção retangular 20x40 com parede de no mínimo 1,20mm de espessura e 04 sapatas reguláveis.	Dismacenter	208,0833	624,25
2	03	UNID	- Armário alto fechado (na cor cinza gelo) medindo 1,60 x 0,90 x 0,43m (medidas mínimas para A x L x P). Base inferior, superior, laterais e 03 prateleiras confeccionadas em MDF de no mínimo 18 mm de espessura, revestidos em ambas as faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão com acabamento nas bordas em fita de PVC. Fundo confeccionado em MDF de no mínimo 9 mm de espessura, revestidos em ambas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão. Portas confeccionadas MDF de no mínimo 18 mm de espessura, revestidos em ambas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão com acabamento nas bordas em fita de PVC. Portas de abrir, fixadas a lateral do armário por no mínimo 06 dobradiças e travamento por fechadura com 02 chaves. Chapéu superior confeccionado em MDF 25mm revestido na face superior em laminado melamínico texturizado de alta pressão, com acabamento na borda frontal e demais bordas em fita de PVC. Rodapé metálico confeccionado em tubo de aço industrial, secção retangular com parede de no mínimo 1,20mm de espessura e 04 sapatas reguláveis.	Dismacenter	330,4918	991,41

3	01	UNID	<p>Mesa: Tampo confeccionado em MDF 25mm revestido na face superior em laminado melamínico texturizado com acabamento nas bordas frontal, posterior, laterais revestidas por fita de borda abs de 2mm de espessura em todas as extremidades, revestida no mesmo material da face superior, sem uso de emendas, na cor cinza gelo. Pannel frontal confeccionado em MDF com 15mm de espessura, revestido nas duas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão com acabamento na borda inferior em fita de PVC com duas gavetas com fechadura, confeccionado em MDF com 15mm de espessura, revestido nas duas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão com acabamento na borda inferior em fita de PVC.</p> <p>Pés em estrutura metálica composta por 02 tubos 20x30 na vertical paralelos e entre eles canaleta metálica removível para passagem de fiação. Base dos pés em chapa de aço curvada em formato canoa com sapatas niveladoras. Acabamento com pintura em tinta epóxi eletrostática na cor cinza gelo. Fechamento dos topos dos tubos, com ponteiros externas confeccionadas em polipropileno, na cor cinza gelo, fixadas através de encaixe. Os componentes metálicos que formam o conjunto são ligados entre si através de solda. Dimensões mínimas: Tampo: (1,20x0,60x0,025m); Altura Total: (0,75m).</p>	Dismacenter	226,4481	226,45
4	04	UNID	<p>Gaveteiro móvel 03 gavetas para documentos (na cor cinza gelo). Base, laterais, fundo, e frente das gavetas confeccionada em MDF 18mm revestido em ambas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão com acabamento nas bordas em fita de PVC. Gavetas confeccionadas em MDF 15mm revestido em ambas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão branca. Gavetas deslizantes através de corredeiras telescópicas. Fechadura simultânea para as três gavetas com duas chaves. Puxadores tipo alça em polipropileno injetado. Quatro rodízios de duplo giro confeccionado em polipropileno injetado encaixado fixado por eixos a base do gaveteiro. Dimensões: 0,47 X 0,45 X 0,67m (medidas mínimas em m para L X P X A).</p>	Dismacenter	180,5464	722,19
5	03	UNID	<p>Mesa: Tampo confeccionado em MDF 25mm revestido na face superior em laminado melamínico texturizado cinza gelo com acabamento nas bordas frontal, posterior, laterais com fita de borda abs de 2mm de espessura em todas as extremidades, revestida no mesmo material da face superior, sem uso de emendas, na cor cinza gelo. Pannel frontal confeccionado em MDF com 15mm de espessura, revestido nas duas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão com acabamento na borda inferior em fita de PVC.</p> <p>Pés em estrutura metálica composta por 02 tubos 20x30 na vertical paralelos e entre eles canaleta metálica removível para passagem de fiação. Base dos pés em chapa de aço curvada em formato canoa com sapatas niveladoras. Acabamento com pintura em tinta epóxi eletrostática na cor cinza gelo. Fechamento dos topos dos tubos, com ponteiros externas confeccionadas em polipropileno, na cor cinza gelo, fixadas através de encaixe. Os componentes metálicos que formam o conjunto são ligados entre si através de solda. Dimensões: Tampo: (1,50x0,67x0,025m); Altura Total: (0,75m), sendo estas as medidas mínimas.</p>	Dismacenter	226,4481	679,34
6	03	UNID	<p>Mesa: Tampo confeccionado em MDF 25mm revestido na face superior em laminado melamínico texturizado cinza gelo com acabamento nas bordas frontal, posterior, laterais com fita de borda abs de 2mm de espessura em todas as extremidades, revestida no mesmo material da face superior, sem uso de emendas, na cor cinza gelo. Pannel frontal confeccionado em MDF com 15mm de espessura, revestido nas duas faces em laminado melamínico texturizado de baixa pressão com acabamento na borda inferior em fita de PVC.</p> <p>Pés em estrutura metálica composta por 02 tubos 20x30 na vertical paralelos e entre eles canaleta metálica removível para passagem de fiação. Base dos pés em chapa de aço curvada em formato canoa com sapatas niveladoras. Acabamento com pintura em tinta epóxi eletrostática na cor cinza gelo. Fechamento dos topos dos tubos, com ponteiros externas confeccionadas em polipropileno, na cor cinza gelo, fixadas através de encaixe. Os componentes metálicos que formam o conjunto são ligados entre si através de solda. Dimensões: Tampo: (1,20x0,67x0,025m); Altura Total: (0,75m), sendo estas as medidas mínimas.</p>	Dismacenter	165,2459	495,74

7	03	UNID	Conexão angular em leque confeccionado em MDF 25mm revestido na face superior em laminado melamínico texturizado cinza gelo com acabamento nas bordas frontal, posterior, laterais com fita de borda abs de 2mm de espessura em todas as extremidades, revestida no mesmo material da face superior, sem uso de emendas, na cor cinza gelo.	Dismacenter	55,082	165,25
8	05	UNID	Porta CPU com rodízio, tipo "H" com revestimento em laminado melamínico na cor cinza gelo, ficando o espaço para o estabilizador com 22cm livre.	Dismacenter	48,9617	244,81
9	01	UNID	- Armário Estante com duas portas baixa e 6 (seis) prateleiras e divisória vertical Dimensões mínimas em m: 0,90 X 0,45 X 1,60m. (L X P X A) Tampo: Confeccionado em madeira de 25mm de espessura com profundidade de 450mm na cor cinza gelo, com acabamento em fita de borda abs de 2mm de espessura em todas as extremidades, possui a quina da borda do tampo com um raio de 2mm de espessura ficando dentro dos padrões de ergonomia. Corpo: Costa, prateleiras, bases e laterais confeccionados em madeira MDP de 18 mm de espessura na cor cinza, com acabamento em fita de borda abs de 0,45mm de espessura em todas as peças recebem bordas. As laterais possuem furação que permite ao usuário regular as prateleiras. Prateleira: Composto por três prateleiras confeccionadas em madeira MDP de 18 mm de espessura na cor à cinza, com acabamento em fita de borda abs de 0,45mm de espessura na extremidade frontal. Contém pinos de polipropileno que dão suporte a prateleira e podem ser movimentados conforme furação das laterais. Portas: Duas portas de giro com dobradiças de aço com caneco de diâmetro 35 mm por porta permitindo uma abertura de 110º recobrimdo totalmente a lateral, puxadores em PVC na cor alumínio de 128 mm, uma fechadura escamoteável com duas chaves com logo na porta do lado direito e batente de aço na porta do lado esquerdo fixado a meia altura, batentes para Porta tipo "L" fixados ao tampo por meio de parafusos para alinhamento das portas porta com fita de borda abs de 2mm de espessura em todo o seu contorno com raio de 2mm nas quinas ficando dentro dos padrões de ergonomia.	Dismacenter	330,4918	330,49

TOTAL DO LOTE 01 - R\$ 4.480,00 (quatro mil quatrocentos e oitenta reais)

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
10	01	UNID	Gabinete para pia da copa e balcão lateral fabricação e instalação completa. Executar conforme projeto em anexo e suas especificações. O corpo do móvel será em mdf frost branco com 18mm de espessura. Utilizar dobradiças de pressão 35mm com no mínimo 2 por porta. O fundo do móvel deverá ser em mdf frost branco, 4mm. As 4 gavetas terão corrediças telescópicas. O tampo, rodapés e rodapias serão em granito cinza andorinha conforme as dimensões do projeto. Puxadores em alumínio polido tipo alça 121/128_128mm. Para instalação do móvel e acessórios conferir as medidas no local	Dismacenter	2.046,5837	2.046,5837

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
			ARMÁRIO ESCANINHO COM 4 PORTAS DE 1,20x2,10x0,42m (dimensões mínimas em m para LxAxP) Descrição Básica: Armário de madeira - M.D.F., com quatro portas inferiores, revestido externamente com laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6 mm de espessura, com escaninhos abertos, medindo 1,20x2,10x0,42m (LxAxP), sendo estas as medidas mínimas. Características Mínimas: 1. TAMPO SUPERIOR a) placa de fibra de madeira de média densidade (M.D.F.); b) espessura mínima de 25mm; c) revestimento externo com laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6mm de espessura, acabamento frost, cor gelo; d) bordas arredondadas Post-Forming de 180º; e topos transversais encabeçados por fitas de PVC com 1mm de espessura, cor gelo. 2. TAMPO INFERIOR			

		<p>a) placa de fibra de madeira de média densidade (M.D.F.);</p> <p>b) espessura mínima de 18mm;</p> <p>c) revestimento externo aparente com laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6mm de espessura, acabamento frost, cor gelo; e acabamento na parte interna, não aparente, com verniz a base de poliéster, com duas demãos.</p> <p>3. LATERAIS DO BALCÃO</p> <p>a) placa de fibra de madeira de média densidade (M.D.F.);</p> <p>b) espessura mínima de 20mm;</p> <p>c) revestimento externo de laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6mm de espessura, acabamento frost, cor gelo; e</p> <p>d) acabamento na parte interna com verniz a base de poliéster, com duas demãos.</p> <p>4. FUNDO</p> <p>a) placa de fibra de madeira de média densidade (M.D.F.);</p> <p>b) espessura mínima de 10mm;</p> <p>c) revestimento externo aparente com laminado decorativo de baixa pressão, cor gelo, com encaixe: objetivando apresentar os topos não-aparentes;</p> <p>d) acabamento na parte interna, não-aparente, com verniz a base de poliéster, com duas demãos; e</p> <p>e) permitir a fixação por meio de parafusos cabeça chata (cônica) objetivando manter o móvel estável.</p> <p>5. PORTAS</p> <p>a) quatro portas de abrir, confeccionadas com placa de fibra de madeira de média densidade (M.D.F.);</p> <p>b) espessura mínima de 18mm;</p> <p>c) revestimento externo de laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6mm de espessura, acabamento frost, cor gelo;</p> <p>d) bordas arredondadas Post-Forming de 90°;</p> <p>e) acabamento na parte interna com verniz a base de poliéster, com duas demãos;</p> <p>f) puxadores metálicos em alumínio maciço, tipo alça em "C", formato retangular, seção cilíndrica, 10cm, com a acabamento em pintura epóxi na cor cinza-;</p> <p>g) fechadura de tambor cilíndrico com 4 pinos, marca Papaiz ou outra de igual ou superior qualidade e chaves em duplicata; e</p> <p>h) fixadas com dobradiças metálicas de aço estampado tipo caneco, embutida, com regulação vertical, lateral e frontal.</p> <p>6. ESCANINHOS</p> <p>a) quatro colunas, cada uma contendo quatro escaninhos;</p> <p>b) placa de fibra de madeira de média densidade (M.D.F.);</p> <p>c) espessura mínima de 20mm;</p> <p>d) revestimento de laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6mm de espessura, acabamento frost, cor gelo;</p> <p>e) bordas arredondadas Post-Forming de 180°; e</p> <p>f) medida interna conforme desenho.</p> <p>7. FIXAÇÃO DAS PRATELEIRAS DO ESCANINHO</p> <p>a) suporte embutido. Ranhuras laterais correndo sobre o M.D.F. de 10x10mm fixados com pinos de PVC ou aço (encaixe invisível).</p>			
--	--	--	--	--	--

11	01	UNID	<p>8. TAMPO RETRÁTIL</p> <p>a) placa de fibra de madeira de média densidade (M.D.F.);</p> <p>b) espessura mínima de 15mm;</p> <p>c) revestimento com laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6mm de espessura, acabamento frost, cor gelo;</p> <p>d) borda arredondada Post-Forming de 180º;</p> <p>e) tampo apoiado sobre corrediças de aço estampado ou pintura com epoxi-pó, com deslizamento em esferas de aço, sistema de fechamento self closing e sistema de freio que delimite a abertura (telescópica), sendo que a área útil de vão livre (aberto) seja de no mínimo 40cm para apoiar o processo por inteiro; e</p> <p>f) inserido entre o tampo inferior do escaninho e o tampo superior do balcão, todos com borda arredondada Post-Forming de 180º.</p> <p>9. RODAPÉ</p> <p>a) placa de madeira de média densidade (M.D.F.) em toda sua extensão (quatro lados);</p> <p>b) espessura mínima de 25mm;</p> <p>c) revestimento externo de laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6mm de espessura, acabamento frost, cor gelo;</p> <p>d) 6 (seis) sapatas niveladoras (pés), com bucha, injetadas em polipropileno, diâmetro de 35mm;</p> <p>e) removível, fixado com parafuso 4/16 com cantoneira em "L" de três furos para fixação; e acabamento, na parte interna, com verniz a base de poliéster, com duas demãos.</p> <p>10. BATEDOR</p> <p>a) batedor superior;</p> <p>b) placa de madeira de média densidade (M.D.F.);</p> <p>c) espessura mínima de 18mm; e</p> <p>d) revestimento externo (topo) de laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6mm de espessura, acabamento frost, cor gelo.</p> <p>11. PRATELEIRA DO BALCÃO</p> <p>a) uma prateleira, confeccionada em placa de madeira de média densidade (M.D.F.);</p> <p>b) espessura mínima de 15mm; e acabamento com verniz a base de poliéster, com duas demãos.</p> <p>12. SUPORTE DE PRATELEIRA DO BALCÃO</p> <p>a) PVC com rosca fixados com parafusos ou pinos de aço zincado.</p> <p>13. DIVISÓRIA CENTRAL DO BALCÃO</p> <p>a) confeccionada em placa de madeira de média densidade (M.D.F.);</p> <p>b) espessura mínima de 20 mm;</p> <p>c) acabamento com verniz a base de poliéster, com duas demãos; e d) revestimento aparente (topo) de laminado decorativo de alta pressão de no mínimo 0,6mm de espessura, acabamento frost, cor gelo .Conferir Medidas no Local.</p>	Disma center	843,4163	843,4163
----	----	------	--	-----------------	----------	----------

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 10.943 de 30 de Abril de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.943 DE 30 DE ABRIL DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I e exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, SILIANE SLOMINSKY BERNARDES, Matrícula Funcional nº 000695, Registro no Sistema sob nº 955137, por motivo de doença, pelo período 25 de abril de 2014 a 14 de julho de 2014.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro Municipal - Poder Executivo a partir de 25 de abril de 2014 á 09 de maio de 2014, já o período de 10 de maio de 2014 á 14 de julho de 2014, será custeado pelo IPRECAL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 25 de abril de 2014.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

30 de abril de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 30/04/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Pregão 41/2014

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 41/2014

A licitação tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, conforme tabela abaixo:

Item	Qtde	Und	Descrição	Qtde Usuários	Valor. Unit	Valor total
1.	12	Mês	Locação de Sistema "Contabilidade Pública - Prefeitura"	06	1.540,00	R\$ 18.480,00
2.	12	Mês	Locação de Sistema "Planejamento Municipal - Prefeitura"	03	440, 00	R\$ 5.280,00
3.	12	Mês	Locação de Sistema "Compras e Licitações - Prefeitura"	05	770,00	R\$ 9.240,00
4.	12	Mês	Locação de Sistema "Patrimônio - Prefeitura"	02	440,00	R\$ 5.280,00
5.	12	Mês	Locação de Sistema "Estoque - Prefeitura"	01	330,00	R\$ 3.960,00
6.	12	Mês	Locação de Sistema "Controle de Frotas - Prefeitura"	01	330,00	R\$ 3.960,00
7.	12	Mês	Locação de Sistema "Folha de Pagamento - Prefeitura"	04	1.100,00	R\$ 13.200,00
8.	12	Mês	Locação de Sistema "Recursos Humanos - Prefeitura"	01	473,00	R\$ 5.676,00
9.	12	Mês	Locação de Sistema "Ponto Eletrônico- Prefeitura"	01	715,00	R\$ 8.580,00

10.	12	Mês	Locação de Sistema "Tributação Municipal - Prefeitura"	04	1.430,00	R\$ 17.160,00
11.	12	Mês	Locação de Sistema "Escrituração Eletrônica do ISS via internet - Prefeitura"	Ilimitado	1.100,00	R\$ 13.200,00
12.	12	Mês	Locação de Sistema "Atendimento ao Cidadão via internet - Prefeitura"	Ilimitado	440,00	R\$ 5.280,00
13.	12	Mês	Locação de Sistema "Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet - Prefeitura"	Ilimitado	2.200,00	R\$ 26.400,00
14.	12	Mês	Locação de Sistema "Protocolo - Prefeitura"	04	385,00	R\$ 4.620,00
15.	12	Mês	Locação de Sistema "Gestão Educacional- Prefeitura"	09	1.320,00	R\$ 15.840,00
16.	12	Mês	Locação de Sistema "Portal da Transparência - Prefeitura"	Ilimitado	330,00	R\$ 3.960,00
17.	12	Mês	Locação de Sistema "Atendimento Pais e Alunos via internet - Prefeitura"	Ilimitado	462,00	R\$ 5.544,00
18.	12	Mês	Locação de Sistema "Protocolo via internet - Prefeitura"	6	250,00	R\$ 3.000,00
19.	12	Mês	Locação de Sistema "Atendimento ao servidor público via internet - Prefeitura"	Ilimitado	330,00	R\$ 3.960,00
20.	12	Mês	Locação de Sistema "Contabilidade Pública - Assist. Social"	03	440,00	R\$ 5.280,00
21.	12	Mês	Locação de Sistema "Compras e Licitações - Assistência Social"	04	330,00	R\$ 3.960,00
22.	12	Mês	Locação de Sistema "-Contabilidade Pública Fundo da Criança e Adolescente"	02	330,00	R\$ 3.960,00
23.	12	Mês	Locação de Sistema "Compras e Licitações Fundo da Criança e Adolescente"	02	374,10	R\$ 4.489,20
24.	12	Mês	Locação de Sistema "Contabilidade Pública -Fundo Municipal de Saúde"	03	440,00	R\$ 5.280,00
25.	12	Mês	Locação de Sistema "Compras e Licitações -Fundo Municipal de Saúde"	04	330,00	R\$ 3.960,00
26.	12	Mês	Locação de Sistema "Patrimônio - Fundo Municipal de Saúde"	01	275,00	R\$ 3.300,00
27.	12	Mês	Locação de Sistema "Contabilidade Pública -Instituto de Previdência"	03	440,00	R\$ 5.280,00
28.	12	Mês	Locação de Sistema "Compras e Licitações Instituto de Previdência"	04	330,00	R\$ 3.960,00
29.	12	Mês	Locação de Sistema "Folha Instituto de Previdência"	02	330,00	R\$ 3.960,00
30.	12	Mês	Locação de Sistema "Portal da Transparência"	Ilimitado	330,00	R\$ 3.960,00
31.	12	Mês	Locação de Sistema "Contabilidade Pública Câmara Municipal"	02	440,00	R\$ 5.280,00
32.	12	Mês	Locação de Sistema "Compras e Licitações - Câmara Municipal"	02	330,00	R\$ 3.960,00
33.	12	Mês	Locação de Sistema "Folha - Câmara Municipal"	02	385,00	R\$ 4.620,00
34.	12	Mês	Locação de Sistema "Portal da Transparência - Câmara Municipal"	Ilimitado	275,00	R\$ 3.300,00
35.	12	Mês	Locação de Sistema "Patrimônio Câmara - Municipal"	01	330,00	R\$ 3.960,00
36.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Contabilidade Pública (Prefeitura) e conversão dos dados	01	4.000,00	R\$ 4.000,00
37.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Planejamento Municipal (Prefeitura) e conversão dos dados	xxxxx	1.000,00	R\$ 1.000,00
38.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Compras e Licitações (Prefeitura) e conversão dos dados	xxxxx	4.000,00	R\$ 4.000,00
39.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Patrimônio (Prefeitura) e conversão dos dados	xxxxx	1.000,00	R\$ 1.000,00
40.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Estoque (Prefeitura) e conversão dos dados	xxxxx	1.000,00	R\$ 1.000,00
41.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Controle de Frotas (Prefeitura) e conversão dos dados	xxxxx	1.000,00	R\$ 1.000,00
42.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Folha de Pagamento (Prefeitura) e conversão dos dados	xxxxx	6.000,00	R\$ 6.000,00

43.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Recursos Humanos (Prefeitura) e conversão dos dados	xxxxxx	3.000,00	R\$ 3.000,00
44.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Ponto Eletrônico (Prefeitura) e conversão dos dados	xxxxxx	3.000,00	R\$ 3.000,00
45.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Tributação Municipal (Prefeitura) e conversão dos dados	xxxxxx	8.000,00	R\$ 8.000,00
46.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Atendimento ao cidadão via Internet e conversão dos dados	xxxxxx	2.000,00	R\$ 2.000,00
47.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Escrituração Eletrônica do ISS via Internet e conversão dos dados	xxxxxx	4.000,00	R\$ 4.000,00
48.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via Internet e conversão dos dados	xxxxxx	1.000,00	R\$ 1.000,00
49.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Gestão Educacional e conversão dos dados	xxxxxx	7.000,00	R\$ 7.000,00
50.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Portal da Transparência e conversão dos dados	xxxxxx	1.000,00	R\$ 1.000,00
51.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Atendimento Pais e Alunos Via Internet e conversão dos dados	xxxxxx	2.000,00	R\$ 2.000,00
52.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Protocolo via Internet e conversão dos dados	xxxxxx	2.000,00	R\$ 2.000,00
53.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Protocolo e conversão dos dados	xxxxxx	3.000,00	R\$ 3.000,00
54.	1	Serv.	Serviço de implantação do Sistema de Atendimento ao Servidor Público (Prefeitura) e conversão de Dados	xxxxxx	1.500,00	R\$ 1.500,00
55.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Contabilidade Pública (Assistência Social) e conversão dos dados	xxxxxx	1.500,00	R\$ 1.500,00
56.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Compras e Licitações (Assistência Social) e conversão dos dados	xxxxxx	1.500,00	R\$ 1.500,00
57.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Contabilidade Pública (FIA) e conversão dos dados	xxxxxx	1.500,00	R\$ 1.500,00
58.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Compras e Licitações (FIA) e conversão dos dados	xxxxxx	1.500,00	R\$ 1.500,00
59.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Contabilidade Pública (Fundo Municipal de Saúde) e conversão dos dados	xxxxxx	1.500,00	R\$ 1.500,00
60.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Compras e Licitações (Fundo Municipal de Saúde) e conversão dos dados	xxxxxx	1.500,00	R\$ 1.500,00
61.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Patrimônio (Fundo Municipal de Saúde) e conversão dos dados	xxxxxx	1.500,00	R\$ 1.500,00
62.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Contabilidade Pública (Instituto de Previdência) e conversão dos dados	xxxxxx	3.000,00	R\$ 3.000,00
63.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Compras e Licitações (Instituto de Previdência) e conversão dos dados	xxxxxx	3.000,00	R\$ 3.000,00
64.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Portal de Transparência (Instituto de Previdência) e conversão dos dados	xxxxxx	1.000,00	R\$ 1.000,00
65.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Contabilidade Pública (Câmara Municipal) e conversão dos dados	xxxxxx	4.000,00	R\$ 4.000,00
66.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Compras e Licitações (Câmara Municipal) e conversão dos dados	xxxxxx	3.000,00	R\$ 3.000,00
67.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Patrimônio (Câmara Municipal) e conversão dos dados	xxxxxx	2.000,00	R\$ 2.000,00
68.	1	Serv.	Serviços de Implantação do sistema de Portal de Transparência (Câmara Municipal) e conversão dos dados	xxxxxx	1.000,00	R\$ 1.000,00
69.	200	Hora	Assistência Técnica após implantação dos sistemas, quando solicitado (desde que não esteja previsto nas funcionalidades do Sistema, que não estiverem inclusos nos serviços contratados/locados)	xxxxxx	83,00	R\$ 16.600,00
70.	5.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	xxxxxx	0,83	R\$ 4.150,00
71.	30	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	xxxxxx	170,00	5.100,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO						R\$ 349.979,20

O critério de julgamento será pelo requisito MENOR PREÇO GLO-BAL (soma de todos os itens).

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 15/05/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 15/05/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC. O crédito necessário ao atendimento das despesas da presente licitação correrá à conta das seguintes Dotações orçamentárias: - 3.3.90.39.00.00.00.0896, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica dos Órgãos/Unidades solicitantes.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no link "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 15/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 30 de abril de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 8.343 de 30 de Abril de 2014

DECRETO Nº 7.722 DE 18 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE FECHAMENTO DE RUAS NO DIA 04 DE MAIO DE 2013, POR OCASIÃO DO 4º ENCONTRO DE OPALAS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado o fechamento da Av. Dr. Getúlio Vargas e da Rua Cel. Bento D' Amorim, no Centro do Município, nas imediações do Calçadão Cascatinha, por ocasião do 4º ENCONTRO DE OPALAS, que acontecerá em data de 05 de maio de 2013.

§ 1º - A Rua Cél. Bento D'Amorim será interditada entre da esquina da rua Pe. Lino Jacob Vier até a esquina com a Avenida Dr. Getúlio Vargas a partir das 08:00 hs até as 17:00 hs do dia 05/05/2013 (Domingo).

§ 2º - A Avenida Dr. Getúlio Vargas será interditada: entre as ruas Nereu Ramos e Benjamin Constant a partir das 08:00 hs até as 17:00 hs do dia 05/05/2013 (Domingo).

Art.2º) As Polícias Militar, Rodoviária e Civil deverão ser informadas do fechamento das ruas e da realização das festividades, a fim de promoverem a segurança pública no local.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação 41/2014 - Óleo Lubrificante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 15 de maio de 2014 às 9h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 30 de abril de 2014.

Prefeito Municipal

Nelson Cruz

Aviso de Licitação CC 02/2014 - Pavimentação Asfáltica

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública nº 02/2014

O Município de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 04 junho de 2014 às 15 horas na sala de reuniões da Prefeitura CONCORRÊNCIA PÚBLICA do tipo menor preço global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO SOBRE CALÇAMENTO, RECAPEAMENTO E OBRAS COMPLEMENTARES EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11horas e das 13h30min às 17 horas, diariamente.

Campos Novos, 05 de maio de 2014.

Compras efetuadas Janeiro/2014 - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Janeiro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	BENZIL-PENICILINA 1.200.000 UI + DIL EM AMPOLA	117	100,000	0,6000	60,00
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	BROMIDRATO DE FENOTEROL 100 MCG SPRAY	117	50,000	15,8000	790,00
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	DICLORIDRATO DE BETAISTINA 16 MG COMP	117	25,000,000	0,2270	5,675,00
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	Dipirona sódica,500 mg/ml, solução oral (gotas) 10 mL	117	400,000	0,4500	180,00
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	DISSULFIRAM 250 MG COMPRIMIDOS	117	4,000,000	0,2900	1,160,00
A. G. KIENEN & CIA. LTDA	DOXAZOSINA 2 MG	117	4,000,000	0,0650	260,00
ACN COMERCIO DE PROD DE TRANSITO LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	83	1,000	587,2000	587,20
ALTERNED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	SERVICOS EM VEICULOS	84	1,000	590,0000	590,00
ALTERNED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG COMP	105	60,000,000	0,0090	540,00
ALTERNED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	BENZIL-PENICILINA 600.000 UI + DIL EM AMPOLAS	105	50,000	0,7460	37,30
ALTERNED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CARVEDILOL 6,25 MG COMP	105	5,000,000	0,0610	305,00
ALTERNED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	FRALDAS DESCARTAVEIS GERIATRICAS TAMANHO P ADULTO	121	2,000,000	7,1500	14,300,00
ALTERNED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	FRALDAS DESCARTAVEIS USO INFANTIL TAM P PACOTE COM 40 UNIDADE	121	250,000	9,7000	2,425,00
ALTERNED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Nifedipino, 20 mg comprimidos	105	10,000,000	0,0290	290,00
ALTERNED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	SIMETICONA 75MG/ML	105	400,000	0,5730	229,20
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTC	AMPICILINA 500 MG	118	3,000,000	0,1000	300,00
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTC	CEFALEXINA 500 MG COMPRIMIDO	118	10,000,000	0,1230	1,230,00
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTC	CLORIDRATO DE DOXICICLINA 100 MG COMPRIMIDO	118	1,000,000	0,0780	78,00
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTC	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2MG/ML FRASCO 100 ML	118	800,000	0,8000	640,00
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTC	Hidróxido de alumínio, 61,5 mg/mL, suspensão oral, fr. 100	118	200,000	1,1190	223,80
ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTC	OXIDO DE ZINCO 15 MG/G, ACETATO DE RETINOL 5.000 UI	118	150,000	1,5470	232,05
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	Timolol, 0,5 %, solução oftálmica, frasco 10 mL	118	25,000	0,9600	24,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	ALPRAZOLAN 0,5 MG COMP	114	20,000,000	0,0940	1,880,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	AMITRIPTILINA CLORIDRATO 75 MG COMP	114	15,000,000	0,1800	2,700,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	Amoxicilina, 50mg/mL, pó para suspensão oral - frasco 150mL	114	200,000	2,5000	500,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	BROMAZEPAN 6 MG COMP	114	5,000,000	0,0500	250,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	Cetoconazol, 20 mg/ g creme tópico, 20 gramas	114	400,000	1,0500	420,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	CLONAZEPAM 2 MG COMP	114	65,000,000	0,0720	4,680,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	GLIBENCLAMIDA 5 MG - COMPRIMIDOS	114	50,000,000	0,0180	900,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	Losartana potássica, 50 mg	114	150,000,000	0,0480	7,200,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	MESILATO DE DIIDROERGOCRISTINA 3 + DICLORIDRATO DE FLUNARIZI	114	3,000,000	2,1740	6,522,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	PROPATILNITRATO 10 MG COMP	114	3,000,000	0,2800	840,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	RANITIDINA 150MG/10ML XPE 120 ML	114	50,000	3,5000	175,00
ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD/	TRAMADOL 50 MG COMP	114	25,000,000	0,0880	2,200,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	AMITRIPTILINA 25 MG - COMPR.	112	60,000,000	0,0460	2,760,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	CLORPROMAZINA 100 MG - COMPR.	112	3,000,000	0,1700	510,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	CLORPROMAZINA 25 MG COMP	112	3,500,000	0,1600	560,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	ENALAPRIL 20 MG - COMPRIMIDO	112	60,000,000	0,0400	2,400,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	ENALAPRIL COMPRIMIDO 5 MG	112	10,000,000	0,0460	460,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	FLUOXETINA 20 MG COMP	112	210,000,000	0,0420	8,820,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Janeiro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	HALOPERIDOL 1 MG COMPRIMIDOS	112	3.000,000	0,0930	279,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	HALOPERIDOL 5 MG COMPRIMIDO	112	10.000,000	0,0600	600,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	Haloperidol, sal decanoato 50mg/mL, solução injetável, 1 ml	112	1.200,000	5,7200	6.864,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COMP	112	60.000,000	0,0160	960,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	LEVOMEPROMAZINA 25 MG - COMPR,	112	10.000,000	0,1940	1.940,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	Levomepromazina,100 mg	112	5.000,000	0,4790	2.395,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	METOCLOPRAMIDA 10 MG COMP	112	9.000,000	0,0380	342,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	Metoclopramida, cloridrato 4 mg/mL, solução oral	112	150,000	0,4400	66,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	NIMESULIDA 100 MG COMP	112	100.000,000	0,0330	3.300,00
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	Salbutamol, sulfato 0,4 mg/mL, xarope- frasco com 100 mL	112	50,000	0,7150	35,75
ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO:	LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA PARAESF SANTO ANTONIO	56	12,000	907,4300	10.889,16
ANILDO LUIZ MECABO	SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO	47	1,000	3.250,0000	3.250,00
ANTONIO CARLOS OLIVO ME	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	63	1,000	35,0000	35,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	65	1,000	93,1000	93,10
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	67	1,000	15,0000	15,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	68	1,000	15,0000	15,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	69	1,000	2,0000	2,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	70	1,000	33,0000	33,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	71	1,000	347,0000	347,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	SERVICOS EM VEICULOS	62	1,000	30,0000	30,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	SERVICOS EM VEICULOS	64	1,000	30,0000	30,00
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	SERVICOS EM VEICULOS	66	1,000	78,7500	78,75
AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA	SERVICOS EM VEICULOS	72	1,000	35,0000	35,00
AUTO POSTO TROPEIRO LTDA	GASOLINA COMUM	96	30.000,000	2,8300	84.900,00
AUTO POSTO TROPEIRO LTDA	OLEO DIESEL COMUM	96	31.000,000	2,3600	73.160,00
AUTO POSTO TROPEIRO LTDA	OLEO DIESEL COMUM	97	4.000,000	2,3600	9.440,00
AUTO POSTO TROPEIRO LTDA	OLEO DIESEL S10	96	7.000,000	2,6200	18.340,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTC	SERVIÇOS MEDICOS	37	12,000	5.000,0000	60.000,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTC	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	142	1,000	4.350,0000	4.350,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTC	SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS	36	12,000	2.250,0000	27.000,00
BETHA SISTEMAS LTDA	LOCAÇÃO DE SOFTWARE	40	1,000	7.600,0000	7.600,00
CASA DAS LÃS - VILMAR RONSANI	MATERIAS PARA TERAPIA - CAPS.	76	1,000	4.219,9000	4.219,90
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	Amoxicilina, associada com Clavulanato de potássio, 500 mg	111	6.000,000	0,4990	2.994,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	AMOXICILINA+ CLAVULANATO DE POTASSIO - 50MG+12,5ML SUSPENSAO	111	300,000	3,9900	1.197,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	CARVEDILOL 12,5 MG COMP	111	16.000,000	0,0870	1.392,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	CILOSTAZOL 100 MG COMP	111	30.000,000	0,3880	11.640,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	CIMETIDINA 200 MG COMPRIMIDO	111	5.000,000	0,0490	245,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	COMPLEXO B CARTELA COM 10 COMP	111	4.000,000	0,3900	1.560,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	FENOBARBITAL GOTAS 4% 20 ML	111	200,000	2,2800	456,00
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	RISPERIDONA 2 MG COMP	111	25.000,000	0,1300	3.250,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Janeiro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CENTERMEDI - COM. DE PROD. HOSP. LTDA	TETRACICLINA 500 MG - COMPR.	111	2.500,000	0,1150	287,50
CER SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA LTDA	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA	30	12,000	2.877,6000	34.531,20
CHEILA CIBELI CAREZIA	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA	31	12,000	2.877,6000	34.531,20
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITAL	IBUPROFENO 300 MG COMP	119	80.000,000	0,0470	3.760,00
CLEMR MARIA MANTOVANI ZAMBONIN	LOCAÇÃO DE SALA P/ ESF SAO SEBASTIÃO	57	12,000	1.263,2400	15.158,88
CLINICA BIOFISIO S/C LTDA	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA	32	12,000	2.877,6000	34.531,20
CLINICA SANTA CLARA S/C LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	101	32,000	35,0000	1.120,00
CN SYSTEM INFORMATICA LTDA	SERVIÇOS DE INFORMATICA	38	12,000	935,0000	11.220,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	AMPICILINA 250 MG, FRASCO 60 ML	116	100,000	1,3460	134,60
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM	116	1.500,000	1,5800	2.370,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CARBAMAZEPINA 200 MG COMPR.	116	100.000,000	0,0690	6.900,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	CARBONATO DE LITIO 300 MG COMPRIMIDOS	116	30.000,000	0,0870	2.610,00
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	DIOSMINA 450 MG + HESPERIDINA 50 MG COMP	116	40.000,000	0,1830	7.320,00
COPERCAMPOS - COOP.REG. AGRO PECUARIA C	LEITE	48	1,000	35,9000	35,90
DE MARCO LTDA	OLEO DE MOTOR	92	1,000	134,0000	134,00
DE MARCO LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	91	1,000	2.304,9500	2.304,95
DE MARCO LTDA	SERVICOS EM VEICULOS	93	1,000	519,2000	519,20
DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS TAMANHO G ADULTO		3.000,000	5,8900	17.670,00
DIMACI/SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS TAMANHO M ADULTO		2.000,000	6,0900	12.180,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	ACIDO VALPROICO 500 MG COMPRIMIDO	103	12.000,000	0,5650	6.780,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	Acido Valpróico, 50 mg/mL, Xarope, frasco 100 mL	103	250,000	1,8000	450,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	Albendazol, 40 mg/ mL, suspensão oral, frasco 10 mL	103	1.000,000	0,7900	790,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	BIPERIDENO 2 MG COMPR.	103	5.000,000	0,1470	735,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	ESTROGENIO CONJ. 0.625 MG - COMPRIMIDOS	103	500,000	0,5350	267,50
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	FENOBARBITAL 100 MG COMP	103	30.000,000	0,0630	1.890,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	Neomicina, associada com bacitracina, 5 mg + 250UI/G, pomada	103	3.500,000	0,7600	2.660,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	Paracetamol, 200 mg/mL, solução oral, frasco 15 mL	103	1.000,000	0,4700	470,00
DIMASTER - COMERCIO DE PROD.HOSP. LTDA	Salbutamol, 100mcg/dose, aerosol oral, frasco 200 doses	103	400,000	3,3000	1.320,00
Dr. RISCALA MIGUEL FADEL	LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CAPS	58	12,000	2.042,2400	24.506,88
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	LEITE	54	1,000	287,5000	287,50
DYGNUS SOLUTIONS INFORMATICA	SERVIÇOS DE INFORMATICA	141	1,000	460,0000	460,00
EDIGRAF - EDITORA E GRAFICA CONT. LTDA	CARTÃO NACIONAL DE SAUDE	82	1.000,000	0,1500	150,00
ELETRONICA TV SOM LTDA	MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO EM EQUIPAMENTOS	52	1,000	65,0000	65,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	MEDICAMENTOS DIVERSOS	51	1,000	79,1200	79,12
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	MEDICAMENTOS DIVERSOS	95	1,000	446,0000	446,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE	80	1,000	870,0000	870,00
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	MEDICAMENTOS DIVERSOS	81	1,000	758,7500	758,75
FEIMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA	SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL - BARRA DO LEÃO	144	12,000	4.800,0000	57.600,00
FERNANDA BAGATINI STEFANES ME	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA	33	12,000	2.877,6000	34.531,20
FRALDAS CK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	FRALDAS GERIÁTRICA TAM GG PACOTE COM 07 UNIDADES		2.500,000	5,7400	14.350,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Janeiro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC,	EXAMES DIVERSOS	88	1,000	100,0000	100,00
G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC,	EXAMES DIVERSOS	89	1,000	70,0000	70,00
G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC,	EXAMES LABORATORIAIS	55	1,000	120,0000	120,00
GOLDENPLUS COM DE MED E PROD HOSP LTDA	FRALDAS DESCARTAVEIS USO INFANTIL TAM M PACOTE COM 40 UNIDADE		300,000	10,8500	3.255,00
GOLDENPLUS COM DE MED E PROD HOSP LTDA	FRALDAS DESCARTAVEIS USO INFANTIL TAM XXG PACOTE COM 40 UN		500,000	13,0000	6.500,00
GOLDENPLUS COM DE MED E PROD HOSP LTDA	FRALDAS DESCARTAVEIS USO INFANTIL TAMANHO XG		300,000	4,4000	1.320,00
GRAFICA FORNARA LTDA	CARMBOS DIVERSOS	78	1,000	35,0000	35,00
GRUPPOS AT., ENSINO, PROJ., PESQ. E CONS. S/	SERVIÇOS MEDICOS	35	12,000	9,800,0000	117.600,00
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA	SERVIÇOS DE INFORMATICA	39	12,000	334,8000	4.017,60
HIPERLIG INFORMATICA LTDA ME	SERVIÇOS DE INFORMATICA	94	1,000	235,0000	235,00
IMAGEM CENTRO DE DIAGNOSTICO MEDICO LTC	SERVIÇOS MEDICOS	61	1,000	470,0000	470,00
INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INF	LOCAÇÃO DE SOFTWARE	42	1,000	3,900,0000	3.900,00
JACIR GONCALVES WALTER-ME	LAVAÇÕES DE VEICULOS	41	1,000	18,000,0000	18.000,00
KARIN ELUSA STEFANES BECKER ANACLETO	SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA	34	12,000	2.877,6000	34.531,20
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	ALOPURINOL 100 MG COMPRIMIDO	113	4,000,000	0,0320	128,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	AMIODARONA 200 MG COMPRIMIDO	113	3,000,000	0,1890	567,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Amoxicilina.50 mg/ml.pó para suspensão oral. frasco 60 ml	113	500,000	1,1800	590,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	ANLODIPINO 5 MG COMP	113	12,000,000	0,0200	240,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	A TENOLOL 25 MG COMP	113	60,000,000	0,0150	900,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	AZITROMICINA 200 MG/ML SUSPENSÃO ORAL	113	200,000	2,1000	420,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	AZITROMICINA 500 MG COMPRIMIDOS	113	4,000,000	0,3380	1.352,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Dexametasona, 0,1 %,creme, bisnaga com 10gr	113	1,500,000	0,4900	735,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	DICLOFENACO DE SODIO 50 MG. COMPRIMIDO	113	20,000,000	0,0120	240,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Diclofenaco resinato 15 mg/mL frasco com 20 mL	113	200,000	1,5200	304,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Espironolactona,25 mg	113	5,000,000	0,0750	375,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG - COMPRIMIDOS	113	10,000,000	0,0230	230,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Ibuprofeno, 100mg/mL suspensão oral,frasco 20 mL	113	1,000,000	1,8000	1.800,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	IVERNECTINA 6 MG COMP	113	800,000	0,2550	204,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Loratadina, 1 mg/mL xarope frasco com 100 mL	113	600,000	1,2500	750,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Meformina cloridrato, 850 mg	113	150,000,000	0,0490	7.350,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	METRONIDAZOL 250 MG - COMPRIMIDOS	113	8,000,000	0,0590	472,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Nistatina 100.000 UI/mL suspensão oral frasco com 50 mL	113	250,000	1,1900	297,50
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Omeprazol, 20 mg cápsula	113	100,000,000	0,0390	3.900,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	Paracetamol, 750 mg comprimidos	113	60,000,000	0,0460	2.760,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	PREDNISONA COMPRIMIDO 20 MG	113	10,000,000	0,0880	880,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	SULFAMETAXAZOL+TRIMETOPRIMA 400MG+80MG	113	10,000,000	0,0480	480,00
MARCOFARMA DIST DE PROD FARMACEUTICOS	VERAPAMIL 80 MG	113	5,400,000	0,0470	253,80
MARILENE LOPES FARIAS DOS SANTOS	LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA FARMACIA CENTRAL	60	12,000	2.263,3000	27.159,60
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	AMANTADINA 100MG COMPRIMIDO	104	1,000,000	0,5670	567,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Janeiro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO	104	30.000,000	0,0220	660,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	CINARIZINA	104	20.000,000	0,0790	1.580,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	DIAZEPAN 10 MG COMPR.	104	20.000,000	0,0340	680,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	DIGOXINA 0,25 MG. COMPRIMIDO	104	5.000,000	0,0350	175,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	DILTIAZEN 60 MG	104	6.000,000	0,0860	516,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	FENITOINA 100 MG. COMPR.	104	20.000,000	0,0440	880,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	FUMARATO DE FORMOTEROL 12 MCG EM CAPSULA + INALADOR	104	2.000,000	0,4890	978,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	ISOSSORBIDA 20 MG	104	10.000,000	0,0670	670,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	METIFORMINA 500 MG COMPRIMIDO	104	20.000,000	0,0480	960,00
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS	Polimixina B com neomicina, fluocidona e lidocaína	104	400,000	2,1200	848,00
MAXI DISTRIBUIDORA DE PROD HOSPITALARES I	FRALDAS DESCARTAVEIS USO INFANTIL TAM G PACOTE COM 40 UNIDADE		300,000	11,8500	3.555,00
PJCAR CHAPEAÇÃO E PINTURA LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	50	1,000	1.229,5000	1.229,50
PONTINHO 1001 UTILIDADES LTDA	MATERIAS PARA TERAPIA - CAPS.	77	1,000	297,0000	297,00
PRODIET FARMACEUTICA LTDA	CODENA 30 MG + PARACETAMOL 500 MG COMP	115	12.000,000	0,4980	5.976,00
PRODIET FARMACEUTICA LTDA	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG + 25 MG	115	2.000,000	0,8200	1.640,00
PRODIET FARMACEUTICA LTDA	LEVODOPA+BENZERAZIDA 200 MG + 50 MG COMP	115	2.500,000	0,7000	1.750,00
PRODIET FARMACEUTICA LTDA	NORETISTERONA 0,35 MG CARTELA COM 35 COMPRIMIDOS	115	60,000	4,9000	294,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ADAPTADORES DE COLETA PARA AGULHAS DE COLETA A VACUO (ADULTO	98	3,000	0,3400	1,02
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	AGULHA DESCARTAVEL 25/7	98	3.000,000	0,9900	2.970,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	AGULHAS (DESCARTAVEIS) PARA COLETA A VACUO 25 X 7MM(ESTERIL)	98	500,000	0,3000	150,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	FRASCO PARA COLETA DE URINA 60 ML TAMPA COM ROSCA	98	1.000,000	0,3300	330,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	HOMOGENEIZADOR MC II DELTA	98	1,000	1.020,0000	1.020,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	KIT ABO + RH ANTI A ANTI B ANTI D (FRH)	98	8,000	98,5000	788,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	KIT SOROLOGIA PARA LUES	98	25,000	27,0000	675,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	LAMINULAS 20 X 20 MM CAIXA COM 100 UNIDADES	98	25,000	1,5400	38,50
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	MICROPIETA VARIAV C/ DESCT 00020 A 00200 UI	98	2,000	158,0000	316,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	TESTE DE GRAVIDEZ (TIRAS REAGENTES)	98	10,000	24,0000	240,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	TUBO COM GEL SEPARADOR DE VOLUME 8 ML	98	8.000,000	0,7000	5.600,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	TUBOS COLETA VACUO COM EDTA K3 4 ML	98	800,000	0,4200	336,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	TUBOS DE ENSAIO DESCARTAVEL 15 X 100 MM. 10 ML EM POLIETILEN	98	2.000,000	0,1200	240,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	Acebrofilina, 10 mg/mL xarope adulto, frasco 120 mL	110	1.200,000	3,2400	3.888,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	Acebrofilina, 5 mg/mL xarope infantil, frasco 120 mL	110	400,000	2,4600	984,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	CARBONATO DE CALCIO EQUIVALENTE 500 MG DE CALCIO	110	10.000,000	0,4690	4.690,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DAPIRONA SODICA E	110	1.600,000	8,4800	13.568,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	Gentamicina, 5 mg/ml, solução oftálmica- frasco 5 mL	110	50,000	6,1000	305,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	LEVOTIROXINA SODICA 50 MG COMPRIMIDOS	110	50.000,000	0,1000	5.000,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	Levotiroxina sódica, 25 mcg comprimido	110	10.000,000	0,1100	1.100,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO	110	25.000,000	0,0430	1.075,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	PERMANGANATO DE POTASSIO 100 MG	110	3.000,000	0,0500	150,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Janeiro/2014
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	SINVASTATINA 20 MG COMP	110	200,000,000	0,0480	9,600,00
PRONTOLAB- Equip. e Prod.Cient. LTDA	FRASCO DE LUGOL FORTE COM 100 ML	99	3,000	23,3200	69,96
PRONTOLAB- Equip. e Prod.Cient. LTDA	KIT DE COLORAÇÃO DE ZIEHL - NEELSEN (CORANTE PARA BAAR)	99	3,000	36,0000	108,00
PRONTOLAB- Equip. e Prod.Cient. LTDA	MICROPIPETA AUTOMATICA DE 50 MICROLITROS - MONOCANAL	99	2,000	60,0000	120,00
PRONTOLAB- Equip. e Prod.Cient. LTDA	OLEO DE IMERSÃO FRASCO COM 100 ML	99	3,000	11,6000	34,80
PRONTOLAB- Equip. e Prod.Cient. LTDA	PLACAS ESCAVADAS PARA VDRL	99	3,000	38,0000	114,00
PRONTOLAB- Equip. e Prod.Cient. LTDA	PONTEIRAS DESCARTAVEIS PARA MICROPIPETAS (COR AMARELA)	99	4,000,000	0,0200	80,00
PRONTOLAB- Equip. e Prod.Cient. LTDA	TAMPÃO POS COLETA (ADESIVO)	99	2,000,000	0,0300	60,00
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	NITROFURANTOINA 100 MG COMPRIMIDOS	106	6,000,000	0,0900	540,00
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	SULFATO FERROSO 25MG/ML DE Fe ²⁺ SOLUCAO ORAL FRASCO	106	200,000	0,5000	100,00
QRZ SAUDE S/S LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	140	1,000	250,0000	250,00
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	49	1,000	950,1300	950,13
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	53	1,000	1,962,4500	1,962,45
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	79	1,000	381,4500	381,45
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	102	1,000	254,6600	254,66
ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	100	1,000	2,100,0000	2,100,00
RUTHES COMERCIO DE TRANSP EIRELI ME	TINTA E MATERIAL PARA PINTURA	46	1,000	2,401,2100	2,401,21
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	ACICLOVIR 200 MG COMPRIMIDOS	107	3,000,000	0,0990	297,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	AMOXACILINA 500 MG COMP	107	3,000,000	0,0690	207,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	ENALAPRIL COMPRIMIDO 10 MG	107	30,000,000	0,0380	1,140,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 3 MG/ML FRASCO COM 60 ML	107	300,000	2,1790	653,70
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	Sais para reidratação oral	107	1,000,000	0,3800	380,00
S & R DISTRIBUIDORA LTDA	SULFATO FERROSO 40 MG DE Fe ²⁺	107	15,000,000	0,0310	465,00
SADY JACOMEL	LOCAÇÃO DE BARRACÃO PARA DEPOSITO DE PNEUS	59	12,000	1,368,5100	16,422,12
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEC	SEGURO DPVAT	90	1,000	109,9600	109,96
SELBETTI GESTAO DE DOCUMENTOS LTDA	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	43	1,000	15,000,0000	15,000,00
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	RECARGA PARA CARTUCHO 901 COLORIDO CC 655 A	73	20,000	10,0000	200,00
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	RECARGA PARA CARTUCHO 901 PRETO CC 653 A	73	20,000	9,9500	199,00
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	RECARGA TONER IMPRESSORA HP LASER JET M 1212 NF MFP	73	20,000	34,9500	699,00
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	RECARGA TONER IMPRESSORA JET M 1132 MFP	73	25,000	34,9500	873,75
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	RECARGA TONER IMPRESSORA SCX 4200 SANSUNG	73	25,000	39,9500	998,75
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	RECARGA TONER IMPRESSORA SCX 4623 F SANSUNG	73	25,000	39,9500	998,75
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	RECARGA TONER IMPRESSORA SCX 5530 NF SANSUNG	73	25,000	48,9500	1,223,75
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	RECARGA TONER IMPRESSORA SCX ML 1660 SANSUNG	73	25,000	39,9500	998,75
Total Geral do Mês ---->					1,123,352,70

Compras efetuadas Fevereiro/2014 - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
A CRIATIVA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME	PLACAS	222	20,000	114,8000	2.296,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	AGULHAS DESCARTAVEIS 20 X 5,5		500,000	0,0500	25,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ALMOTOLIA 250 ML		100,000	1,6000	160,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ALMOTOLIA ESCURA 250 ML		200,000	1,6400	328,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	AMBU INFANTIL COM RESERVATORIO DE OXIGENIO ACOPLADO.		10,000	112,2800	1.122,80
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	BALANÇA DIGITAL INFANTIL CAPACIDADE ATÉ 30 KG		8,000	810,0000	6.480,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	BALANÇA ELETRONICA ADULTO		8,000	817,0000	6.536,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML GTS		200,000	0,5600	112,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	BROMIDRATO DE FENOTEROL /GOTAS FRASCO 5MG/ML		200,000	1,6100	322,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CLOREXIDINA SOLUÇÃO TOPICA E DEGERMANTE 2%		200,000	1,7800	356,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% 20 ML SEM VASO CONSTRITOR		200,000	1,5400	308,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	SOLUÇÃO				
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 5 % POMADA EMB 30 GRAMAS		300,000	5,5000	1.650,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	COLAGENASE COM CLORANFENICOL POMADA COM 30 GR		1.500,000	15,2300	22.845,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	COLETOR PERFUCORTANTE CAPACIDADE TOTAL DE 13 LITROS.		600,000	2,0500	1.230,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CUBAS REDONDAS		10,000	7,5800	75,80
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CURATIVO DE HIDROCULOIDE E ALGINATO DE CALCIO E SODIO		150,000	43,4800	6.522,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CURATIVO DE HIDROFIBRA COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE		100,000	16,3600	1.636,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA		200,000	19,6200	3.924,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Dexametasona, 0,1 %,creme, bishnaga com 10gr		500,000	0,6300	315,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	EQUIPO PARA SORO		25,000	0,6500	16,25
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	ESPARADRAPO 5 CM X 4,5 M		250,000	2,4500	612,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	FITA CIRURGICA MICROPORE 2.5X4.5 MTS		2.000,000	1,1500	2.300,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	GARROTE EM TECIDO ELASTICO		30,000	23,0000	690,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	INTERMEDIARIO E KIT ADULTO		30,000	5,8500	175,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	INTERMEDIARIO E KIT TAM INFNATIL		30,000	5,8500	175,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL CIRURGICA TALCADA TAMANHO 8,0		100,000	0,7900	79,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Neomicina, associada com bacitracina, 5 mg + 250UI/G, pomada		2.000,000	0,9100	1.820,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	OTOSCOPIO		20,000	212,0000	4.240,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	OXIMETRO DE PULSO DIGITAL DE DEDO		15,000	260,0000	3.900,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	PINÇA ANATOMICA DENTE DE RATO 15 CM		30,000	5,9000	177,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	PINÇA KELLY RETA		30,000	13,0500	391,50
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	SERINGA PARA INSULINA 1 ML COM AGULHA 13 X 3,8 CAIXA COM 150		300,000	73,0000	21.900,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	Sonda URETRAL Nº 16		2.000,000	0,4000	800,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	SORO FISIOLÓGICO, CONTEUDO 250 ML.		4.000,000	0,9200	3.680,00
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	TERMOMETRO DIGITAL CLINICO AXILAR		100,000	11,0000	1.100,00
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	REFRIGERADOR NA COR BRANCA 1 PORTA 262 LTS	256	9,000	1.094,5000	9.850,50
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	TERMOMETRO DIGITAL INTERNO/EXTERNO MAXIMO /MINIMO	257	9,000	66,0000	594,00
BELLENZIER PNEUS LTDA	PNEU 175/70 R14 88TPNEU GOL/VOYAGE/MONTANA	229	36,000	208,9000	7.520,40
BELLENZIER PNEUS LTDA	PNEU 195/75 R16	229	12,000	307,8000	3.693,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTC	SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL (10 HORAS SEMANAIS)	234	11,000	1.250,0000	13.750,00
CARBONI VEICULOS LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	161	1,000	4.142,3300	4.142,33
CARBONI VEICULOS LTDA	SERVICOS EM VEICULOS	162	1,000	852,0000	852,00
CARMEM LUCIA LEIVAS DE ANDRADE - ESTOFAR	MAO DE OBRA CONserto DE CADEIRAS	184	4,000	40,0000	160,00
CARMEM LUCIA LEIVAS DE ANDRADE - ESTOFAR	MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS	184	2,000	75,0000	150,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	AFASTADOR LABIAL ESPANDEX FRONTAL INFANTIL AUTOCLAVAVEL		20,000	8,4100	168,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	AFASTADOR LABIAL EXPANDEX FRONTAL ADULTO AUTOCLAVAVEL		40,000	8,4100	336,40
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	AFASTADOR MINESSOTA		10,000	4,1500	41,50
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	AGULHAS DESCARTAVEIS GENGIVAIS CURTAS		150,000	14,7000	2.205,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BISNAGA DE ACIDO FOSFORIO 37%		200,000	1,1300	226,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA ACABAMENTO GRANA FINA Nº 3118 F		100,000	1,2000	120,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA CARBIDE FG ALTA ROTAÇÃO Nº 4		40,000	4,1200	164,80
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 02		20,000	4,1200	82,40
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 06		80,000	4,1200	329,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 08		80,000	4,1200	329,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA DIAMANTADA Nº 1016 HL		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA DIAMANTADA Nº 2133		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA DIAMANTADA Nº 2136		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA DIAMANTADA Nº 2200		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA DIAMANTADA Nº 4138		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA PONTA ALTA ROTAÇÃO Nº 3017		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO Nº 1019		60,000	1,2100	72,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO Nº 1191 F		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO Nº 1302		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO Nº 3145		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCA PONTA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO Nº 3195 F		100,000	1,2100	121,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO Nº 1034		10,000	1,2000	12,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO, Nº 1035		10,000	1,2000	12,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS DIAMANTADAS PARA ALTA ROTAÇÃO, Nº 1036		10,000	1,2000	12,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS P/ALTA ROTACAO, Nº 1033		10,000	1,2000	12,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADA EXTRA FINA Nº 2112 F		60,000	1,2100	72,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADA EXTRA FINA Nº 3113 F		60,000	1,2100	72,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADA EXTRA FINA Nº 3195 F		60,000	1,2100	72,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADA EXTRA FINA Nº 3203 F		60,000	1,2100	72,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADA Nº 1112 F		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADA Nº 3207 F		60,000	1,2100	72,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADA Nº 4083		60,000	1,2100	72,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADAS ESFERICA Nº 1012		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADAS ESFERICA Nº 1014		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	BROCAS PONTA DIAMANTADAS ESFERICA Nº 1016		60,000	1,2100	72,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	CLOREXIDINA 2% FRASCO COM 100 ML		5,000	8,4500	42,25
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	DESINFETANTE PARA INSTRUMENTAIS,		30,000	37,4400	1.123,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	ENVELOPE ESTERILIZAÇÃO AUTOSELANTE 09 X 26 - 100 UNIDADES		150,000	10,2100	1.531,50
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	ESTOJO METALICO 20 X 10 X 05 CM		10,000	21,0000	210,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	FORCEPS ADULTO Nº 01		20,000	30,9500	619,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	FORCEPS Nº 17		5,000	30,9500	154,75
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	FORCEPS Nº 18R		5,000	30,9500	154,75
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	LIXAS PARA ACABAMENTO DE POLIESTER		25,000	5,3800	134,50
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	MATERIAL REST. INTERMEDIARIO - - 15ML/38GR - PO E LIQ		80,000	18,8500	1.508,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	PAPEL PARA ARTICULACAO		60,000	1,1200	67,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	PINÇA CRILE HEMOSTATICA COM SERRILHA NORMAL 16 CM		20,000	13,7400	274,80
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	PINÇA KELLY HEMOSTATICA 14 CM		20,000	11,6000	232,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	PINCEL MICRO APLICADORES DESCARTAVEIS CX C/100		150,000	5,5000	825,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	PONTA DIAMANTADA Nº 1312		20,000	1,2100	24,20
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	PONTA DIAMANTADA Nº 3118		60,000	1,2100	72,60
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	ROLOS DENTAIS COM 100 UNIDADES		1,000,000	1,0400	1.040,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	SACA-BROCAS ALTA ROTAÇÃO		15,000	9,3500	140,25
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	SUGADOR DE SALIVA		600,000	2,5000	1.500,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	TESOURA IRIS RETA		5,000	8,3100	41,55
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	TESOURA RETA 13 CM		5,000	9,3000	46,50
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	TIRA ABRASIVA (LIXA) DE AÇO 6 MM		100,000	4,7000	470,00
CIRURGICA MASTER MAT E EQUIP ODONTOLOGI	VIDE CARIE		5,000	10,2700	51,35
CLINICA MEDICA DALL' OGLIO	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	178	1,000	2.400,0000	2.400,00
CLINICA MEDICA MATER	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	188	4,000	375,0000	1.500,00
CLINICA SANTA CLARA S/C LTDA	SESSÕES HIDROTERAPIA	258	24,000	35,0000	840,00
CLINIVIDA CLI DE MED GERAL E PREV BRAGAGN	SERVIÇOS MEDICO CLINICO GERAL CAPS	176	1,000	350,0000	350,00
COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	175	1,000	2.470,0000	2.470,00
CONSTRUTORA SOLO LTDA	EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇOS) CONSTRUÇÃO DO CEO	240	0,538	175.414,6900	94.311,53
CONSTRUTORA SOLO LTDA	EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇOS) CONSTRUÇÃO DO CEO	241	0,342	175.414,6900	60.000,00
CONSTRUTORA SOLO LTDA	EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E SERVIÇOS) CONSTRUÇÃO DO CEO	242	0,120	175.414,6900	21.103,16
COPERCAMPOS -COOP.REG. AGRO PECUARIA C	AGUA MINERAL COM GAS EMB 500 ML	205	36,000	0,9500	34,20
COPERCAMPOS -COOP.REG. AGRO PECUARIA C	AGUA MINERAL SEM GAS EMB 500 ML	205	36,000	0,8200	29,52
COPERCAMPOS -COOP.REG. AGRO PECUARIA C	CAFÉ TORRADO E MOÍDO EMB. 500G COM SELO DA ABIC	205	20,000	9,1900	183,80
COPERCAMPOS -COOP.REG. AGRO PECUARIA C	GARRAFA TERMICA 1,8 LITROS PLASTICA COM PRESSÃO	262	2,000	68,9800	137,96
COPERCAMPOS -COOP.REG. AGRO PECUARIA C	LEITE LONGA VIDA ZERO LACTOSE	189	22,000	3,6500	80,30
COR E ARTE COME E DIST LTDA	AGUA SANITARIA EMBALAGEM COM 1 LITRO	247	42,000	1,5000	63,00
COR E ARTE COME E DIST LTDA	ALCOOL	247	35,000	3,4000	119,00
COR E ARTE COME E DIST LTDA	ALCOOL GEL 70 % ANTI SEPTICO. EMB 1 LITRO	247	15,000	6,8000	102,00
COR E ARTE COME E DIST LTDA	BACIA PLASTICA CAPACIDADE 10 LITROS	248	1,000	9,7400	9,74
COR E ARTE COME E DIST LTDA	BACIA PLASTICA CAPACIDADE 5 LITROS	248	2,000	5,2900	10,58

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Fevereiro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COR E ARTE COM E DIST LTDA	BANDEJA DE PLASTICO MEDIDAS APROXIMADAS 40 X 28 CM	248	2,000	5,8000	11,60
COR E ARTE COM E DIST LTDA	BOLSA NÃO ALVEJADA	247	10,000	5,1900	51,90
COR E ARTE COM E DIST LTDA	CERA EM PASTA COR AMARELA 400 GRAMAS	247	15,000	6,8000	102,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	CHALEIRA INOX CAPACIDADE 2,5 LITROS	248	1,000	37,0000	37,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	COADOR DE CAFE EM PANO COM CABO DE MADEIRA TAMNAHO GRANDE	248	4,000	2,1400	8,56
COR E ARTE COM E DIST LTDA	COPO DESCARTAVEL EMBALAGEM COM 100 COPOS COM CONTEUDO DE 200	248	40,000	3,9000	156,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	COPO DESCARTAVEL PEQUENO (CAFEZINHO)	248	20,000	2,3000	46,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	CREME DENTAL COM FLUOR 90GR	247	5,000	1,9800	9,90
COR E ARTE COM E DIST LTDA	DESINFETANTE EM PEDRA COM SUPORTE PARA VASO SANITARIO	247	12,000	0,9400	11,28
COR E ARTE COM E DIST LTDA	DESINFETANTE PARA BANHEIRO EMBALAGEM DE 500 ML	247	40,000	1,5800	63,20
COR E ARTE COM E DIST LTDA	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM DE 500 ML	247	80,000	1,1200	89,60
COR E ARTE COM E DIST LTDA	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA ALIMENTOS - CAP. 3KGS - COM 100 UND	248	10,000	3,5300	35,30
COR E ARTE COM E DIST LTDA	ESCOVA REDONDA PARA VASO SANITARIO	247	2,000	4,9000	9,80
COR E ARTE COM E DIST LTDA	ESPONJA DE LA DE AÇO PCT COM 10 UNID	247	30,000	1,4800	44,40
COR E ARTE COM E DIST LTDA	ESPONJA DE LIMPEZA, DUPLA FACE, 110MM75MMX20MM	247	40,000	1,1800	47,20
COR E ARTE COM E DIST LTDA	FLANELA PARA LIMPEZA	248	6,000	1,4900	8,94
COR E ARTE COM E DIST LTDA	FOSFORO	248	12,000	1,9000	22,80
COR E ARTE COM E DIST LTDA	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE 1 LITRO	248	4,000	19,9000	79,60
COR E ARTE COM E DIST LTDA	GARRAFA TERMICA CAPACIDADE 5 LITROS	248	1,000	23,8000	23,80
COR E ARTE COM E DIST LTDA	GUARDANAPO DE PAPEL	248	50,000	0,4500	22,50
COR E ARTE COM E DIST LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 100 WTS	247	5,000	2,9800	14,90
COR E ARTE COM E DIST LTDA	LAMPADA INCANDESCENTE 50 WTS	247	5,000	2,9800	14,90
COR E ARTE COM E DIST LTDA	LIMPADOR DE VIDRO, 500 ML	247	8,000	2,6300	21,04
COR E ARTE COM E DIST LTDA	LUVA DE BORRACHA FORRADA, TAMANHO GRANDE, PAR	247	4,000	3,9400	15,76
COR E ARTE COM E DIST LTDA	LUVA DE BORRACHA FORRADA, TAMANHO MEDIO, PAR	247	4,000	3,9400	15,76
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PALHA DE AÇO Nº 0 MACIA	247	4,000	0,8500	3,40
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PANELA DE PRESSAO 4,5 LITROS	248	1,000	49,8000	49,80
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PAPEL HIGIENICO BRANCO, FOLHAS DUPLAS PICOTADAS FARDO	247	8,000	44,0000	352,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 20x22cm	248	8,000	7,4000	59,20
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PAPELTOALHA	248	40,000	1,9800	79,20
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SABÃO EM BARRA 400 GR	247	40,000	1,9800	79,20
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SABÃO EM PO CAIXA COM 1 KILO	247	25,000	4,9000	122,50
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SABONETE LIQUIDO PEROLADO EMBALAGEM 5 LITROS	247	2,000	8,9200	17,84
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SACO DE LIXO 30 LITROS PRETO, FD COM 250 UND -ESP. 10 MICRAS	247	3,000	34,4000	103,20
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SACO DE LIXO 50 LITROS PRETO, FD COM 250 UND -ESP. 10 MICRAS	247	3,000	101,5000	304,50
COR E ARTE COM E DIST LTDA	SAPONACEO CREMOSO 300 ML	247	30,000	2,9000	87,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	VASSOURA DE CERDAS PLASTICAS PLUMADAS	247	3,000	2,9000	8,70
COSEMS - CONSELHO SECRETARIAS MUN. DE S.	TAXAS	263	1,000	845,0000	845,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	ABRIDOR DE BOCA DE BORRACHA (KIT ADULTO E INFANTIL)		15,000	5,7000	85,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	ADESIVO ODONT MONOCOMPONENTE FOTOPOLIMERIZAVEL		100,000	11,0000	1.100,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	ANESTESICO INJ SVASO CONSTRITOR CX C/ 50 TUBETES		25,000	22,0000	550,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	ANESTESICO INJETAVEL COM VASO CONSTRITOR		400,000	22,0000	8.800,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	ANESTESICO TOPICO		100,000	4,6000	460,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	BANDEJA DE INOX 20 X 12 X 0,5 CM		15,000	17,0000	255,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 04		20,000	1,8000	36,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 06		20,000	1,8000	36,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 08		20,000	1,8000	36,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	CAIXA BROCAS ZECRYA		100,000	20,0000	2.000,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	ESPELHOS ODONTOLOGICOS PLANO Nº 05		600,000	1,4800	888,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	FIO DE SUTURA AGULHADO 3,0 (SEDA)		380,000	15,0000	5.700,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	Hydrocortisona 10 mg/ml + Sulfato de neomicina 5 mg/ml +		8,000	12,7500	102,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	HIDROXIDO DE CALCIO P. A.		20,000	2,7400	54,80
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	KIT COM PONTAS ABRASIV PARA RESINA DE OXIDO DE ALUMINIO		50,000	19,4900	974,50
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	LIMALHA DE PRATA		5,000	66,0000	330,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	MATRIZ DE ACO 5X0,05		30,000	0,9000	27,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	MATRIZ DE AÇO 7 X 0,05		30,000	0,9000	27,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	MATRIZ DE POLIESTER		20,000	0,7800	15,60
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	MERCURIO VIVO		5,000	125,0000	625,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	MOLDEIRA PARA APLICAÇÃO DE FLUOR - 100 UNIDADES		15,000	22,0000	330,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	PASTA CATALIZADORA DE HIDROXIDO DE CALCIO		60,000	9,5000	570,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	PASTA PROFILATICA - 50 GR		10,000	3,7500	37,50
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	PINÇA CLINICA Nº 17		40,000	8,5000	340,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO CERRILHA NORMAL CURVA 12 CM		20,000	7,3000	146,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	PINÇA KELLY HEMOSTATICA 16 CM		20,000	10,5800	211,60
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	PORTA ALGODÃO (TAMBOR) DE GAZE 10 X 10 CM EM AÇO INOX		10,000	19,5800	195,80
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	PORTA ALGODÃO COM MOLLA 8 X 8 CM (CAPACIDADE 400 ML)		10,000	27,0000	270,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	PORTA AMALGAMA PLASTICO AUTO CLAVAVEL		30,000	7,5000	225,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	PORTA AMALGAMA SIMPLES ADULTO METALICO		30,000	23,0000	690,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	POTE DE DAPPEN DE VIDRO		20,000	1,5900	31,80
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	RESINA NACIONAL A2		50,000	8,0000	400,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	RESINA NACIONAL A3		40,000	8,0000	320,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	RESINA NACIONAL A3.5		60,000	8,0000	480,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	RESINA NACIONAL A4		25,000	8,0000	200,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE - 50°C		10,000	16,5000	165,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	TOUCA DESCARTAVEL COM ELASTICO BRANCA PCOTES COM 100 UD		200,000	4,8000	960,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	TRICRESOL FORMALINA 10 ML		15,000	3,6000	54,00
DENTAL MED SUL ART. ODONTOLOGICOS LTDA	VERNIZ COM FLUOR	236	5,000	7,1300	35,65
DROGARIA E FARMACIA LIS LTDA	LEITE	182	1,000	358,0000	358,00
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS		1,000	2.400,0000	2.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	255	1,000	850,0000	850,00
EXATA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME	AGUA DESTILADA	187	82,000	1,0000	82,00
EXATA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME	EMBALAGEM PLASTICA DE 2 LITROS	187	1,000	4,5000	4,50
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	MEDICAMENTOS DIVERSOS	245	1,000	44,1600	44,16
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE	237	1,000	1,106,7700	1,106,77
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	MEDICAMENTOS DIVERSOS	238	1,000	1,562,8900	1,562,89
FERRERA GASES INDUSTRIAIS LTDA	OXIGENIO MEDICINAL VOLUME 20 LITROS	226	50,000	100,0000	5,000,00
FERRERA GASES INDUSTRIAIS LTDA	OXIGENIO MEDICINAL VOLUME 40 LITROS	225	230,000	128,0000	29,440,00
FERRERA GASES INDUSTRIAIS LTDA	OXIGENIO MEDICINAL VOLUME 7 LITROS	226	50,000	75,0000	3,750,00
G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC.	EXAMES DIVERSOS	223	1,000	200,0000	200,00
GRIS PNEUS LTDA	MONTAGEM DO PNEU 195 / 65 / 15	203	1,000	15,0000	15,00
GRIS PNEUS LTDA	PNEU 195/ 65 / 15	202	1,000	195,0000	195,00
GRIS RECAPAGENS LTDA ME	PNEU 205/75 R16	179	1,000	750,0000	750,00
GRIS RECAPAGENS LTDA ME	SERVICOS EM VEICULOS	191	1,000	80,0000	80,00
HERVAL PLACAS PC LTDA	PLACAS ALUMINIO PARA VEICULOS	269	1,000	115,0000	115,00
HOSPITAL E MATERNIDADE SAO MIGUEL LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	204	1,000	2,200,0000	2,200,00
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	186	1,000	2,143,6800	2,143,68
IMAGEM CENTRO DE DIAGNOSTICO MEDICO LTE	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	235	1,000	400,0000	400,00
IMPRECOMP - Man. e Com. de Maquinas e Equip. p/ i	MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO EM EQUIPAMENTOS	265	10,000	9,0000	90,00
IOT - INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMA. PAS.	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	267	1,000	7,000,0000	7,000,00
J.B. COMERCIO DE GAS LTDA	GAS P13	261	60,000	44,8000	2,688,00
J2 COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO	254	8,000	368,0000	2,944,00
LABORATORIO DALLANORA ANALISES CLINICAS	EXAMES LABORATORIAIS	193	1,000	2,240,5100	2,240,51
LGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA	PNEU 175/65 R14 82 T PRISMA	228	40,000	145,7200	5,828,80
LGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA	PNEU 185/65 R 15	228	12,000	165,4200	1,985,04
LGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA	PNEU 195 / 65 / 15	228	12,000	192,9100	2,314,92
LGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA	PNEU 195/70 R 15 104 R	228	20,000	213,5600	4,271,20
LGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA	PNEU 205/75 R16	227	20,000	258,8000	5,176,00
LGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA	PNEU 225/70 R15 112 R SPRINTER	228	12,000	294,8100	3,537,72
LUIZ TELMO SANTOS MACHADO	SERVIÇOS MAN. CONCERTO APARELHOS E EQUIPTOS ODONTOLÓGICOS	190	1,000	1,730,0000	1,730,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	167	1,000	77,0000	77,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	170	1,000	77,0000	77,00
MECANICA AP LTDA ME	OLEO DE MOTOR	252	4,500	22,0000	99,00
MECANICA AP LTDA ME	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	163	1,000	115,0000	115,00
MECANICA AP LTDA ME	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	165	1,000	341,0000	341,00
MECANICA AP LTDA ME	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	168	1,000	300,0000	300,00
MECANICA AP LTDA ME	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	171	1,000	561,0000	561,00
MECANICA AP LTDA ME	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	250	1,000	78,0000	78,00
MECANICA AP LTDA ME	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	253	1,000	21,0000	21,00
MECANICA AP LTDA ME	SERVICOS EM VEICULOS	164	1,000	140,0000	140,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA AP LTDA ME	SERVICOS EM VEICULOS	166	1,000	120,0000	120,00
MECANICA AP LTDA ME	SERVICOS EM VEICULOS	169	1,000	180,0000	180,00
MECANICA AP LTDA ME	SERVICOS EM VEICULOS	172	1,000	270,0000	270,00
MECANICA AP LTDA ME	SERVICOS EM VEICULOS	251	1,000	135,0000	135,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	ABACAXI	180	40,000	4,4000	176,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	ALHO EM CABEÇA	180	2,000	15,5000	31,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	BANANA CATURRA SEMI MADURA 1ª QUALIDADE EM KG	180	30,000	1,8000	54,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	BATATA INGLESIA	180	70,000	2,4000	168,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	CEBOLA DE CABEÇA	180	20,000	1,9500	39,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	CENOURA	180	15,000	2,4000	36,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	LARANJA	180	50,000	1,8000	90,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	MACA	180	30,000	4,5000	135,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	MAMÃO	180	50,000	3,7000	185,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	MANGA	180	30,000	4,0000	120,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	OVOS DE GALINHA FRESCOS EM DUZIA, INSPEC., EMB. COM PROCEDEN	180	100,000	3,9500	395,00
MERCEARIA FIGUEIREDO LTDA	TOMATE	180	60,000	3,3000	198,00
PATRICIA RIBEIRO ME	SERVIÇOS DE COPIAS E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	216	100,000	1,6000	160,00
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	AGULHA 13 X 4,5 CAIXA C/ 100 UNIDADES	214	300,000	4,0900	1,227,00
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	FITA AUTOCLAVE ,CREPE TEXTIL 19mm X30m.	214	350,000	2,3000	805,00
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	LUVAS ESTERIL CIRURGICA TALCADA TAMANHO 7,5	214	300,000	0,7700	231,00
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	LUVAS DE LATEX TAMANHO G	214	200,000	10,7900	2,158,00
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	LUVAS DE LATEX TAMANHO P	214	700,000	11,4900	8,043,00
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	SERINGA DESCARTAVEL 3 ML, CAIXA C/ 100 UNIDADES	214	200,000	9,7900	1,958,00
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	SORO 0,9 % EMB COM 1000 ML INJETAVEL	214	150,000	3,2900	493,50
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	SORO GLICOSADO 5 % EMB COM 500 ML INJETAVEL	214	70,000	2,0800	145,60
PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MÉDICO E	VASELINA LIQUIDA	214	20,000	15,0000	300,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ABAIXADOR DE LINGUA PCT COM 100 UNID	212	400,000	1,8000	720,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ACIDO PERACETICO 5% EMB 5 LITROS	212	100,000	106,0000	10,600,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS TRATAMENTO OLEOSO	212	400,000	7,7000	3,080,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ALCOOL GEL 70 % ANTI SEPTICO, EMB 1 LITRO	212	200,000	3,9000	780,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA 10 X10, 13 FIOS, 5 DOBRAS	212	2,000,000	32,7000	65,400,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	DETERGENTE ENZIMATICO CONTEUDO 3 ENZIMAS	212	250,000	53,8000	13,450,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ESCOVA GINECOLOGICA PCT C/ 100 UNID	212	200,000	12,5000	2,500,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ESPARADRAPO CIRURGICO 10 CM X 4,5 M	212	250,000	4,3000	1,075,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	ESPATULAS DE AYRES	212	200,000	3,0000	600,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LAMINAS COM EXTREMIDADE FOSCA	212	200,000	2,4000	480,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LUVAS DE LATEX TAMANHO M	212	500,000	11,5000	5,750,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	LUVAS DE LATEX TAMANHO PP	212	400,000	11,5000	4,600,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	POLIVIDINE	212	100,000	11,5000	1,150,00
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SERINGAS COM AGULHAS DESCARTAVEIS ,5 ML	212	100,000	13,9900	1,399,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Fevereiro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 8/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SONDA FOLEY Nº 18	212	2.000,000	1,7000	3.400,00
PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SONDA URETRAL Nº 10	212	1.000,000	0,3300	330,00
PRODUALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SONDA URETRAL Nº 12	212	2.000,000	0,3200	640,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ALAVANCA APICAL RETA 301		10,000	11,5000	115,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ALAVANCA SELDIN DIREIRA 1 L		10,000	11,5000	115,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ALAVANCA SELDIN ESQUERDA 1 R		10,000	11,5000	115,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	BROQUEIRO PLASTICO 15 X 75 X 7 CM PARA 82 PONTAS E BROCAS		5,000	26,0000	130,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	CABO PARA BISTURI Nº 03		10,000	4,4000	44,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	CABOS PARA ESPELHOS		200,000	1,6400	328,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	CUNHAS DE MADEIRA, CAIXA COM 100 UNIDADES		10,000	7,1500	71,50
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	CURETA GRACEY Nº 7/8		20,000	4,8500	97,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	CURETA Nº 17 MCCALL		20,000	4,8500	97,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ESCULPIDOR HOLLEMBACK Nº 3 S		40,000	3,0800	123,20
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ESPATULA DUPLA Nº 07 (TIPO CERA)		40,000	3,9000	156,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ESPATULA TITANIO COM CALCADOR BOLINHA		10,000	34,0000	340,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ESPATULA TITANIO DUPLA Nº 01		10,000	34,0000	340,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ESPATULA TITANIO Nº 1/2		10,000	34,0000	340,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	ESPATULA TITANIO Nº02		10,000	34,0000	340,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	INSTRUMENTO DE ALTA ROTAÇÃO PRESS BUTTON		3,000	401,8000	1.205,40
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	INSTRUMENTO DE BAIXA ROTAÇÃO (CONTRA ANGULO)		3,000	334,6000	1.003,80
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	INSTRUMENTO MICROMOTOR INTRA COM ENCAIXE BORDEN		3,000	360,0000	1.080,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	LAMINA DE BISTURI Nº 11		20,000	11,2000	224,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	MASCARA TRIPLA PROTEÇÃO C/ ELASTICO CX C/ 100 UNID		250,000	4,5000	1.125,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	OCULOS DE PROTEÇÃO		40,000	2,8000	112,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	OLEO MINERAL PARA USO ODONTOLÓGICO		50,000	8,3000	415,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	PEDRA DE AFIAZ CINZA OU BRANCA TAM 100 MM X 12 MM X 50 MM		10,000	14,1000	141,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	PEDRA DE AFIAZ CINZA OU BRANCA TAM. 100 MM X 12 MM X 38 MM		10,000	14,1000	141,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	SERINGA CARPULE		50,000	16,9000	845,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	SINDESMOTOMO Nº 1		10,000	4,8000	48,00
PROHOSPITAL SUL COM. MAT. MED E ODONT.	SONDA EXPLORADORA N 47		25,000	3,2000	80,00
PROMEFARMA-REPRESENT.COMERCIAIS LTDA	DEXAMETASONA ASSOCIADA A DAPIRONA SODICA E	174	129,000	8,4500	1.090,05
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	EXAMES DIVERSOS	181	12,000	268,7500	3.225,00
QUALITY MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	266	2,000	268,7500	537,50
RADA CLÍNICA MEDICA SS LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	192	1,000	4.250,0000	4.250,00
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	185	1,000	335,7100	335,71
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	206	1,000	122,5600	122,56
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	239	1,000	834,8100	834,81
ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	260	1,000	1.600,0000	1.600,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	EXAMES DIVERSOS	183	1,000	1.824,9700	1.824,97
SAR - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA E REC LTD.	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	268	1,000	900,0000	900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 9/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	REGISTRO DE VEICULOS	244	1,000	107,0500	107,05
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEC	SEGURO DPVAT	243	1,000	96,8300	96,83
SERRALHERIA CAMPOS NOVOS	MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	173	1,000	543,0000	543,00
SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI 598	FILTRO SOLAR FPS 30 EMB 200 ML	177	70,000	16,8951	1,182,66
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	ALAVANCA SELDIN RETA ADULTO		20,000	11,5500	231,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	AMALGAMADOR MANUAL (DEDEIRA)		10,000	1,6800	16,80
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	APLICADOR DE DICAL ANGULADO DUPLO		15,000	3,1000	46,50
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	BANDEJA DE INOX PARA INSTRUMENTOS NO TAMANHO 22 X 17		15,000	14,7100	220,65
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	BRUNIDOR Nº 21 (CALCADOR CLEV.DENT)		20,000	3,1500	63,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	BRUNIDOR Nº 29		10,000	3,0900	30,90
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	CALCADOR Nº 02		25,000	3,0900	77,25
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	CALCADOR Nº 1		25,000	3,0900	77,25
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	CARIOSTATICO 10% 10 ML		15,000	12,0000	180,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	CINZEL DE OSCHENBEIN Nº 02		10,000	28,5000	285,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	CINZEL DE OSCHENBEIN Nº01		5,000	28,5000	142,50
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	CURETA DE LUCAS 85		10,000	4,9000	49,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	CURETA GRACEY Nº 11/12		20,000	4,9000	98,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	CURETA Nº 13/14 GRACEY		20,000	4,8500	97,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	CURETA Nº 5/6 GRACEY		10,000	4,8500	48,50
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	ESCAVADOR DENTINA Nº 05		40,000	3,0900	123,60
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	ESCAVADOR DENTINA Nº 17		20,000	3,0900	61,80
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	ESCOVAS ROBSON		150,000	0,8300	124,50
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	ESPATULA Nº 24		50,000	4,1000	205,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	FLUOR GEL ACIDULADO 1,23 % POTE COM 200 ML		30,000	2,3800	71,40
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	FORCEPS ADULTO Nº 16		20,000	30,9900	619,80
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	FORCEPS Nº 150		5,000	30,9500	154,75
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	FORCEPS Nº 151		5,000	30,9500	154,75
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	FORCEPS Nº 18L		5,000	30,9500	154,75
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR KIT LIQUIDO E PÓ E MEDIDOR		60,000	14,9900	899,40
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	LIMA DE OSSO Nº 12		5,000	17,3200	86,60
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	PORTA AGULHA MAYO-HEGAR 15 CM		40,000	13,9000	556,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	SELANTE DE SULCOS FOTOPOLIMERIZAVEL KIT		40,000	16,8000	672,00
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	SONDA EXPLORADORA 5		55,000	3,0500	167,75
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	TESOURA GOLDMAN FOX CURVA		35,000	15,9000	556,50
SILMES COM.DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS I	TIRA ABRASIVA(LIXA)DE ACO 4MM		40,000	4,6500	186,00
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	MÃO DE OBRA EQUIPAMENTOS DIVERSOS	249	1,000	90,0000	90,00
SOS CARTUCHOS - ELIANE MISS S. DA SILVEIRA	MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO EM EQUIPAMENTOS	264	1,000	245,0000	245,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	AGUA BI DESTILADA PARA INJEÇÃO AMPOLA 10 ML	213	1,000,000	0,1200	120,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	AGULHA 25X7	213	250,000	4,1000	1,025,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	AGULHAS DESCARTAVEIS, 25x8	213	200,000	4,1000	820,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Fevereiro/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	ALGODÃO HIDROFILO ROLO COM 500 G	213	130,000	7,2600	943,80
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	AMBU ADULTO	213	10,000	80,9500	809,50
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	BOLSA COLETORA PARA URINA	213	500,000	2,2000	1,100,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	CATETER INTRAVENOSO DESCARTAVEL Nº 20	213	50,000	0,4600	23,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	CATETER INTRAVENOSO DESCARTAVEL Nº 22	213	50,000	0,4600	23,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	CUBA RIN INOX	213	10,000	28,9000	289,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	ESPECULOS VAGINAIS COM LUBRIFICANTE TAMANHO G	213	700,000	1,2300	861,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	ESPECULOS VAGINAIS COM LUBRIFICANTE TAMANHO M	213	2,500,000	1,0600	2,650,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	ESPECULOS VAGINAIS COM LUBRIFICANTE TAMANHO P	213	3,000,000	0,8900	2,670,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	ESTETOSCOPIO SIMPLES	213	25,000	6,0900	152,25
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	FIXADOR CITOLOGICO	213	100,000	2,8000	280,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	SCALPE Nº 20	213	50,000	0,1200	6,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	SCALPE Nº 23	213	50,000	0,1200	6,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	SCALPE Nº 27	213	50,000	0,1200	6,00
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES	SONDA URETRAL Nº 14	213	2,000,000	0,3500	700,00
Supermercado Servelar LTDA	ACHOCOLATADO EM PÓ SOLUVEL DOCE 500 G	246	20,000	3,2900	65,80
Supermercado Servelar LTDA	AÇUCAR REFINADO, EMBALAGEM 5 KG.	246	35,000	7,9900	279,65
Supermercado Servelar LTDA	AMENDOIM EMB 500 GR	246	20,000	2,9900	59,80
Supermercado Servelar LTDA	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 EMB 5 KG	246	3,000	8,4900	25,47
Supermercado Servelar LTDA	BISCOITO DOCE SORTIDO PCT 1 KG	246	10,000	4,9900	49,90
Supermercado Servelar LTDA	BISCOITO DOCE TIPO MARIA EMB.800GR.	246	10,000	5,9900	59,90
Supermercado Servelar LTDA	BISCOITO SALGADO EMB 500 GR	246	30,000	3,7900	113,70
Supermercado Servelar LTDA	CAFÉ TORRADO E MOÍDO EMB. 500G COM SELO DA ABIC	246	45,000	6,4900	292,05
Supermercado Servelar LTDA	CALDO DE GALINHA - CAIXA COM 06 TABLETES	246	8,000	1,4900	11,92
Supermercado Servelar LTDA	CANJICA EMB. 500GR	246	10,000	1,9000	19,00
Supermercado Servelar LTDA	CARNE BOVINA MOIDA	246	40,000	9,9900	399,60
Supermercado Servelar LTDA	CHA SABORES VARIADOS EMB COM 20 SACHES	246	5,000	2,7900	13,95
Supermercado Servelar LTDA	COCO RALADO PCT 100 GR	246	50,000	2,6900	134,50
Supermercado Servelar LTDA	ERVA DOCE EMB 15 GR	246	25,000	0,8900	22,25
Supermercado Servelar LTDA	ERVILHA EM CONSERVA	246	10,000	1,4900	14,90
Supermercado Servelar LTDA	EXTRATO DE TOMATE 340 GRAMAS	246	30,000	1,9900	59,70
Supermercado Servelar LTDA	FARINHA DE MILHO 1 KG	246	10,000	1,6000	16,00
Supermercado Servelar LTDA	FARINHA TRIGO ESPECIAL SEM MISTURA EMB 5 KG	246	25,000	8,9900	224,75
Supermercado Servelar LTDA	FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMB. 1 KG	246	10,000	3,9900	39,90
Supermercado Servelar LTDA	FERMENTO BIOLOGICO FRESCO - PACOTE GRANDE	246	6,000	4,9900	29,94
Supermercado Servelar LTDA	GELATINA EM PO SABORES VARIADOS (MORANGO,LIMÃO E ABACAXI)	246	30,000	0,6900	20,70
Supermercado Servelar LTDA	LEITE CONDENSADO	246	80,000	2,9900	239,20
Supermercado Servelar LTDA	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL 1 L	246	450,000	1,9900	895,50
Supermercado Servelar LTDA	LENTILHA 500 GR	246	20,000	2,9900	59,80
Supermercado Servelar LTDA	MARGARINA VEGETAL COM SAL 500 GR	246	25,000	2,9900	74,75

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/11

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Supermercado Servelar LTDA	MILHO VERDE EM CONSERVA	246	35,000	1,4900	52,15
Supermercado Servelar LTDA	OLEO DE SOJA	246	50,000	2,6900	134,50
Supermercado Servelar LTDA	OREGANO PACOTE COM 100 GRAMAS	246	5,000	3,9900	19,95
Supermercado Servelar LTDA	PEITO DE FRANGO DESOSSADO KG	246	45,000	8,9900	404,55
Supermercado Servelar LTDA	PIPOCA MILHO EMB 500 GR	246	5,000	2,3900	11,95
Supermercado Servelar LTDA	SAL REFINADO IODADO 1 KG	246	7,000	0,9900	6,93
Supermercado Servelar LTDA	SALSICHA EM KG	246	35,000	6,1000	213,50
Supermercado Servelar LTDA	SUCO PREPARADO SOLIDO PARA REFRESCO DE BAIXA CALORIA	246	300,000	0,6500	195,00
SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PINCA ANATOMICA SEM DENTE 10 CM	215	30,000	5,0000	150,00
SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PINÇAS KOCHER RETA 15 CM	215	20,000	15,6000	312,00
SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TESOURA CIRURGICA 130 MM	215	70,000	9,0000	630,00
SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TESOURA COM PONTA REDONDA 15 CM (CATETERISMO VESICAL)	215	10,000	10,7000	107,00
SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TESOURA IRIS PARA RETIRADA DE PONTOS 10 CM	215	30,000	8,4800	254,40
SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TESOURA MAYO	215	30,000	13,7000	411,00
SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TESOURA SEM PONTA 15 CM	215	30,000	10,7000	321,00
SUPRIMEDICE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TESOURA SPENCER (RETIRADA DE PONTO)	215	30,000	13,7000	411,00
UNIC UNIDADE INTEG. DE CARDIOLOGIA E PEDI/	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	259	1,000	470,0000	470,00
Total Geral do Mês ---->					647.499,99

Compras efetuadas Março/2014 - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
Airton Silva da Motta	DETERGENTE LIQUIDO EMBALAGEM DE 500 ML	377	1,000,000	0,9600	960,00
Airton Silva da Motta	LIMPA PEDRAS	377	20,000	18,0000	360,00
Airton Silva da Motta	LIMPADOR DE VIDRO, 500 ML	377	50,000	1,6000	80,00
Airton Silva da Motta	SUPORTE PARA SABONETE LIQUIDO	377	15,000	14,0000	210,00
ANDERSON BOING ME	MEDICAMENTOS DIVERSOS	369	1,000	23,0000	23,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BALDE PLASTICO COM CAPACIDADE DE 15 LITROS	374	30,000	4,8000	144,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	BALDE PLASTICO COM CAPACIDADE DE 8,5 LITROS	374	30,000	4,7500	142,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	ESPONJA DE LIMPEZA, DUPLA FACE, 110MM75MMX20MM	374	2,250,000	0,4300	967,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	GUARDANAPO DE PAPEL	375	200,000	0,4300	86,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PANO ALVEJADO PARA PIA	374	100,000	1,4300	143,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PANO DE PRATO	375	100,000	1,4300	143,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PAPEL HIGIENICO BRANCO 600m, MACIO 100 % CELULOSE VIRGEM	374	2,500,000	29,0000	72,500,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	PRENDADOR DE ROUPA DE MADEIRA EMB COM 12 UNIDADES	374	50,000	0,8900	44,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	RODO DE ESPUMA COM FIBRA ABRASIVA	374	50,000	7,4500	372,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SABÃO EM BARRA 400 GR	374	400,000	1,0400	416,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 30 LITROS BRANCO LEITOSO, FD COM 250 UND -ESP.	374	100,000	32,9000	3,290,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 30 LITROS PRETO, FD COM 250 UND -ESP. 10 MICRAS	374	100,000	18,8500	1,885,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SACO DE LIXO 50 LITROS PRETO, FD COM 250 UND -ESP. 10 MICRAS	374	80,000	25,9000	2,072,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	SAPONACEO EM PÓ 300GR	374	100,000	1,1000	110,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	TOALHA DE BANHO MEDIA 100% ALGODÃO	370	10,000	10,9900	109,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	TOALHA DE ROSTO MEDIA 100% ALGODÃO	370	10,000	4,9900	49,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	TOALHAS DE ROSTO BRANCA 48 X 80	376	100,000	8,1500	815,00
AUTO ELITE LTDA	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	360	1,000	1,3000	1,30
AUTO ELITE LTDA	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	358	1,000	163,8000	163,80
AUTO ELITE LTDA	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	364	1,000	79,3000	79,30
AUTO ELITE LTDA	OLEO DE MOTOR	357	1,000	168,0000	168,00
AUTO ELITE LTDA	OLEO DE MOTOR	361	1,000	147,0000	147,00
AUTO ELITE LTDA	OLEO DE MOTOR	362	1,000	168,0000	168,00
AUTO ELITE LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	359	1,000	48,0100	48,01
AUTO ELITE LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	356	1,000	1,0000	444,26
AUTO ELITE LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	363	1,000	255,7400	255,74
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTC	SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL 17 HORAS SEMANAIS NO CAPS	330	10,000	6,100,0000	61,000,00
BERWIG E KO FREITAG SERV. MED E ODONT LTC	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	392	1,000	3,500,0000	3,500,00
CARMEM LUCIA LEIVAS DE ANDRADE - ESTOFAR	MAO DE OBRA CONSORCIO DE CADEIRAS	382	18,000	40,0000	720,00
CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS	REGISTRO ESCRITURA	305	1,000	990,1500	990,15
CLINICA DE ENDOCRINOLOGIA E MET. DRA. CARI	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	381	1,000	350,0000	350,00
CLINICA MEDICA DALL' OGLIO	SERVIÇOS MEDICOS NA AREA DE GASTROENTEROLOGIA - UBSC	333	10,000	3,000,0000	30,000,00
COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	319	1,000	2,980,0000	2,980,00
COOPERATIVA REG. AGROPEC DE CAMPOS NOV	EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DIVERSOS	417	1,000	492,6900	492,69
COPERCAMPOS -COOP.REG. AGRO PECUARIA C	LEITE LONGA VIDA ZERO LACTOSE	309	1,000	43,8000	43,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COPERCAMPOS -COOP.REG. AGRO PECUARIA C	LEITE LONGA VIDA ZERO LACTOSE	323	1,000	36,5000	36,50
COR E ARTE COM E DIST LTDA	CAIXA DE CLIPS 8/0 COM 500 GRAMAS	459	4,000	4,4500	17,80
COR E ARTE COM E DIST LTDA	COLA BRANCA 90 GR	459	100,000	0,6900	69,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML	459	100,000	0,7000	70,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	ENVELOPE OFICIO BRANCO 110 X 220 mm	459	500,000	0,0500	25,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	EXTRATOR DE GRAMPOS	459	15,000	0,7000	10,50
COR E ARTE COM E DIST LTDA	JOGO DE DOMINO INFANTIL COM 28 PEÇAS, COLORIDO,	459	6,000	11,6000	69,60
COR E ARTE COM E DIST LTDA	JOGO QUEBRA CABEÇA INFANTIL COM 100 PEÇAS, COLORIDO	459	15,000	15,0000	225,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	JOGO QUEBRA CABEÇA INFANTIL COM 24 PEÇAS, COLORIDO	459	15,000	10,0000	150,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	LAPIS PRETO Nº 02	459	500,000	0,2000	100,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	MASSA DE MODELAR, COLORIDAS, POTES COM 50 GRAMAS	459	25,000	2,7500	68,75
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO COM 0,45CM X 10 MTS	459	5,000	9,0000	45,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	PORTA LAPIS/CLIPS/LEMBRETE	459	25,000	4,9000	122,50
COR E ARTE COM E DIST LTDA	ROLO DE TNT CORES DIVERSAS	459	10,000	35,9000	359,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	TESOURA INOXIDAVEL GRANDE COM CABO DE POLIPROPILENO	459	30,000	2,9000	87,00
COR E ARTE COM E DIST LTDA	INSCRIÇÃO EM CURSOS	383	1,000	180,0000	180,00
COSEMS - CONSELHO SECRETARIAS MUN. DE S.	MOVEIS E ELETRODOMESTICOS	308	1,000	3,041,5000	3,041,50
DEPACLIN CLINICA DE PAOLI S/C LTDA	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	325	1,000	1,500,0000	1,500,00
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA	BORRACHA BRANCA MEDIA CX COM 40 UNIDADES	461	15,000	3,9000	58,50
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA	CADERNO PEQUENO 96 FOLHAS ESPIRAL	461	800,000	1,0500	840,00
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA	CAIXA DE PAPEL PARA ARQUIVO MORTO	461	300,000	0,9800	294,00
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA	CAIXA PARA CORRESPONDENCIA TRIPLA - FUME	461	15,000	24,5000	367,50
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 COM 5000 UNIDADES	461	30,000	1,2700	38,10
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA	MOLHA DEDO	461	100,000	1,1000	110,00
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA	TINTA PARA CARIMBO AUTOMATICO PRETO	461	15,000	2,4000	36,00
DIMEP DIMAS MELO PIMENTA SIST PTO.	REGISTRADOR ELETRONICO	324	1,000	3,790,0000	3,790,00
DIPAR	APONTADOR PEQUENO DE PLASTICO	458	50,000	0,1000	5,00
DIPAR	CAIXA DE CLIPS TAMANHO 2/0 COM 500 GRAMAS.	458	40,000	4,1500	166,00
DIPAR	CALCULADORA PEQUENA SIMPLES	458	30,000	3,0500	91,50
DIPAR	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO TAMANHO A4	458	400,000	0,1800	72,00
DIPAR	CARTOLINA DIVERSAS CORES	458	50,000	0,1900	9,50
DIPAR	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MM X 40 MM	458	500,000	0,5700	285,00
DIPAR	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45mm X 45 m	458	250,000	1,4000	350,00
DIPAR	GRAMPO TRILHO 80 MM CAIXA COM 50 UNIDADES	458	30,000	4,6000	138,00
DIPAR	JOGO QUEBRA CABEÇA INFANTIL COM 24 PEÇAS, COLORIDO,	458	6,000	11,9900	71,94
DIPAR	LAPIS DE COR GRANDE CAIXA COM 12	458	10,000	1,9500	19,50
DIPAR	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS	458	25,000	3,1500	78,75
DIPAR	PAPEL A4 75 GM2 CAIXA COM 10 RESMAS COM 500 FOLHAS	458	40,000	99,5000	3,980,00
DIPAR	PAPEL CARBONO PARA MAQUINA PRETO A4 - CAIXA COM 100	458	5,000	6,0000	30,00
DIPAR	PAPEL VERGE PACOTE COM 50 FOLHAS 180 GM	458	6,000	6,3000	37,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DIPAR	PASTA POLIONDAS AZUL COM ELASTICO 5 CM	458	50,000	1,6000	80,00
DIPAR	REGUAS PLASTICAS COM 30 CM	458	40,000	0,2800	11,20
ECO-ENDO MEDICINA LTDA	SERVIÇOS MEDICOS CLINICO GERAL ATENDIMENTO NA UBSC -04 HORAS	331	10,000	3,000,0000	30,000,00
EXATA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME	AGUA DESTILADA	326	2,000	6,9000	13,80
EXATA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME	EMBALAGEM PLASTICA DE 2 LITROS	326	64,000	1,0000	64,00
FARMACIA SANTA RITA de OSNI B.	MEDICAMENTOS DIVERSOS	368	1,000	405,6900	405,69
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	LEITE	365	1,000	669,0200	669,02
FARMACIA SAO JOAO - COMERCIO DE MED BRAI	MEDICAMENTOS DIVERSOS	366	1,000	533,0200	533,02
FLORICULTURA DADA UBALDO LTDA ME	FLORES PAR AORNAMENTAÇÃO	367	1,000	75,0000	75,00
FUFA-SC DIST HOSP LTDA	FITAS PARA TESTE DE GLICOSE COM COMODATO DE APARELHOS	342	2,000,000	21,9300	43,860,00
G.PASTEUR LABORATORIO DE ANALISES CLINIC.	EXAMES DIVERSOS	321	1,000	4,545,9200	4,545,92
HIPERLIG INFORMATICA LTDA ME	SERVIÇOS DE INFORMATICA	317	1,000	235,0000	235,00
HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	307	1,000	1,265,2700	1,265,27
JOALHERIA PINHEIRO LTDA	OCULOS/LENTEs	397	1,000	50,0000	50,00
KOZMA MEDICINA NUCLEAR	SERVIÇOS MEDICOS DIVERSOS	441	1,000	550,0000	550,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	ALBUM PARA FOTOGRAFIAS TAM 10 X 15 COM CAMPO PARA REGISTRO	341	1,000	30,0000	30,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	ALFINETES COLORIDOS	341	2,000	4,3000	8,60
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	ALFINETES COLORIDOS	460	50,000	2,3500	117,50
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	APONTADOR PEQUENO DE PLASTICO	341	8,000	1,5000	12,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	BLOCOS DE MONTAR EM CORES VARIADAS, COM NO MINIMO 100 PÉÇAS,	460	15,000	15,5000	232,50
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	BOBINA PARA FAX	460	30,000	3,6000	108,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	BONECA COM APROXIMADAMENTE 34 CM, 400 GRAMAS, MATERIAL	460	10,000	20,0000	200,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	BORRACHA BRANCA MEDIA CX COM 40 UNIDADES	341	1,000	0,4000	0,40
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CADERNO GRANDE COM 200 FOLHAS ESPIRAL	460	100,000	4,0000	400,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CAIXA DE CLIPS 8/0 COM 500 GRAMAS	341	1,000	6,9000	6,90
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CAIXA DE CLIPS TAMANHO 2/0 COM 500 GRAMAS.	341	3,000	6,9000	20,70
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CAIXA DE PAPEL PARA ARQUIVO MORTO	341	1,000	90,0000	90,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CALCULADORA PEQUENA SIMPLES	341	2,000	15,0000	30,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CANETA AZUL	341	1,000	9,0000	9,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CANETA HIDROCOR COM 12 CORES	341	2,000	9,0000	18,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CANETA HIDROCOR COM 12 CORES	460	10,000	2,5000	25,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CANETA MARCADOR PARA CD	341	2,000	1,5000	3,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CANETA PARA RETROPROJETOR	460	20,000	1,4000	28,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CANETA VERMELHA	341	1,000	9,9000	9,90
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CARRINHO INFANTIL EM PLASTICO INJETADO, COM 4 RODAS	460	15,000	17,0000	255,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CARTOLINA DIVERSAS CORES	341	30,000	0,5000	15,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CARTUCHO DE TINTA PRETA 21- PARA IMP HP DESKJET 1560	341	12,000	42,9000	514,80
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CD REGRAVAVEL	341	14,000	1,0000	14,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CD REGRAVAVEL	460	50,000	0,5800	29,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	COLA BRANCA 1 KG	341	5,000	15,9000	79,50
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	COLA BRANCA 90 GR	341	8,80	1,1000	8,80
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	COLAS BRILHO DIVERSAS CORES	341	20,000	2,7000	54,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA 18 ML	341	10,000	1,9000	19,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	DISQUETES 1,44 MB CAIXA COM 10 UNIDADES	460	150,000	14,5000	2.175,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	ENVELOPE AMARELO SACO TAMANHO A4	341	300,000	0,5000	150,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	ENVELOPE AMARELO SACO TAMANHO A4	460	10,000,000	0,1200	1,200,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	ENVELOPE OFICIO BRANCO 110 X 220 mm	341	50,000	0,2000	10,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	ESPETO PARA PAPEL CROMATIZADO EM ARAME POLIDO	460	10,000	1,6000	16,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MM X 40 MM	341	5,000	1,0000	5,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	FITA CREPE BRANCA FINA 19mm X 50m	460	500,000	1,5900	795,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	FITA CREPE LARGA	341	5,000	7,9000	39,50
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	FITA CREPE LARGA MARROM	341	5,000	9,9000	49,50
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	FOLHAS DE E.V.A CORES DIVERSAS	341	20,000	2,6000	52,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	FOLHAS DE E.V.A CORES DIVERSAS	460	80,000	0,9500	76,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	GRAMPEADOR PARA GRAMPO 26/6	341	1,000	9,9000	9,90
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	GRAMPEADOR PARA GRAMPO 26/6	460	20,000	5,0000	100,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 COM 5000 UNIDADES	341	3,000	1,3000	3,90
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 8/24	341	1,000	11,0000	11,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	GRAMPO PARA GRAMPEADOR TAM 6/24	341	2,000	6,4000	12,80
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	GRAMPO PARA PASTAS TIPO TRILHO CAIXA COM 50 UNID	341	1,000	9,0000	9,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	GRAMPO U - CX COM 50	460	10,000	13,0000	130,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	LAPIS DE COR GRANDE CAIXA COM 12	341	2,000	6,9000	13,80
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	LAPIS PRETO Nº 02	341	30,000	1,0000	30,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	MARCADORES DE TEXTO DIVERSAS CORES	460	50,000	0,5500	27,50
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PAPEL A4 75 G/M2 CAIXA COM 10 RESMAS COM 500 FOLHAS	341	1,000	120,0000	120,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PAPEL CARBONO PARA MAQUINA PRETO A4 - CAIXA COM 100	341	1,000	6,0000	6,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PAPEL DUPLA FACE EM CORES DIVERSAS	341	15,000	0,7000	10,50
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PAPEL VERGE PACOTE COM 50 FOLHAS 180 GM	341	1,000	9,9000	9,90
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PASTA AZ	460	50,000	4,3500	217,50
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PASTA CATALOGO 50 FOLHAS COM CAPA RESISTENTE	341	3,000	7,9000	23,70
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PASTA CATALOGO 50 FOLHAS COM CAPA RESISTENTE	460	10,000	5,2000	52,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PASTA DE PLASTICO TAM A4 COM ELASTICO	341	6,000	2,3000	13,80
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PASTA FICHARIO AZ	341	2,000	6,9000	13,80
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PASTA POLIONDAS AZUL COM ELASTICO 2 CM	341	3,000	2,3000	6,90
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PASTA POLIONDAS AZUL COM ELASTICO 2 CM	460	50,000	1,7000	85,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PASTA SUSPENSA	341	300,000	2,2000	660,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PASTA TRILHO EM PLASTICO	341	6,000	1,4000	8,40
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PEN DRIVE 4 GB	460	30,000	14,9000	447,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PERCEVEJO LATONADO CAIXA COM 100 UNIDADES	341	4,000	2,5000	10,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PERCEVEJO LATONADO CAIXA COM 100 UNIDADES	460	2,000	1,3000	2,60
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PERFURADOR GRANDE	341	1,000	14,9000	14,90
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PINCEL ATOMICO VARIAS CORES	341	16,000	3,2000	51,20
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PINCEL ATOMICO VARIAS CORES	460	40,000	0,9000	36,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PINCEL FORMATO CHATO, CABO AMARELO LONGO Nº 14	341	5,000	2,6000	13,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PINCEL FORMATO CHATO, CABO AMARELO LONGO º 08	341	5,000	2,6000	13,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	PISTOLA PARA COLA QUENTE GRANDE(BASTÃO GROSSO)	341	1,000	22,9000	22,90
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	REFIL DE COLA QUENTE EMBALAGEM 1 KG	341	100,000	1,0000	100,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	REGUAS PLASTICAS COM 30 CM	341	5,000	0,3000	1,50
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	SACO PAPEL KB PIPOCA 11 X 20 - FARDO COM 500	460	40,000	7,0000	280,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	SACO PAPEL MONO FARMACIA 8 X 17 - FARDO COM 500	460	40,000	7,5000	300,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	SACOLA PLASTICA FD BR 25X35 - COM 1000	460	30,000	14,5000	435,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	SACOLA PLASTICA FD BR 30 X 40 - COM 1000	460	30,000	15,5000	465,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	SUPORTE PARA FITA ADESIVA TAMANHO 12MM X 40 MM	341	2,000	12,9000	25,80
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	SUPORTE PARA FITA ADESIVA TAMANHO 12MM X 40 MM	460	10,000	4,0000	40,00
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	TESOURA INOXIDAVEL GRANDE COM CABO DE POLIPROPILENO	341	2,000	12,9000	25,80
L.A.INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRIT	TINTA PARA TECIDO DIVERSAS CORES EMB 250 MG	341	30,000	9,0000	270,00
LABORATORIO GAVAZZONI LTDA	EXAMES DIVERSOS	320	1,000	2,353,3700	2,353,37
MECADIESEL DE: GENTIL VIECELI	MÃO DE OBRA EQUIPAMENTOS DIVERSOS	399	1,000	315,0000	315,00
MECANICA AUTO GIRO LTDA	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	340	1,000	160,0000	160,00
MECANICA AUTO GIRO LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	339	1,000	240,0000	240,00
MECANICA AZUL LTDA	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	389	1,000	160,0000	160,00
MECANICA AZUL LTDA	OLEO DE MOTOR	387	3,500	25,0000	87,50
MECANICA AZUL LTDA	PEÇAS PARA REPOSIÇÃO EM VEICULOS	388	1,000	280,0000	280,00
MM COM DE ESQUADRIAS DE FERRO E VIDROS	BOCAL	440	3,000	12,0000	36,00
MM COM DE ESQUADRIAS DE FERRO E VIDROS	FOTO CELULA	440	1,000	87,0000	87,00
MM COM DE ESQUADRIAS DE FERRO E VIDROS	LAMPADAS	440	4,000	15,0000	60,00
MM COM DE ESQUADRIAS DE FERRO E VIDROS	PARAFUSOS	440	8,000	0,7500	6,00
MM COM DE ESQUADRIAS DE FERRO E VIDROS	PLAFON	440	2,000	56,0000	112,00
MM COM DE ESQUADRIAS DE FERRO E VIDROS	PORTA SANFONADA	440	1,000	420,0000	420,00
MM COM DE ESQUADRIAS DE FERRO E VIDROS	REATOR	440	1,000	135,0000	135,00
MM COM DE ESQUADRIAS DE FERRO E VIDROS	SUPORTE PAR ALAMPADA	440	2,000	18,0000	36,00
OPTICA MULTIFOCOS - DARCI MASSUCATO	OCULOS/LENTEs	316	1,000	415,0000	415,00
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	AÇUCAR REFINADO, EMBALAGEM 5 KG.	380	100,000	8,7500	875,00
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	AGUA SANITARIA EMBALAGEM COM 1 LITRO	379	900,000	1,1200	1,008,00
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	ANIL CAIXA COM 4 UNIDADES	379	30,000	5,7800	173,40
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	CAFÉ TORRADO E MOÍDO EMB. 500G COM SELO DA ABIC	380	200,000	4,9500	990,00
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	COPO DESCARTAVEL EMBALAGEM COM 100 COPOS COM CONTEUDO DE 200	380	600,000	2,2900	1,374,00
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	CORDA PARA VARAL 15 METROS	379	20,000	2,1900	43,80
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	DESINFETANTE EM PEDRA COM SUPORTE PARA VASO SANITARIO	379	400,000	0,7400	296,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Março/2014

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	ESCOVA MEDIA DE ROUPA	379	100,000	1,1500	115,00
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	FOSFORO	380	90,000	1,4400	129,60
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO BRANCO 20x22cm	380	800,000	5,9100	4.728,00
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	PILHA GRANDE D	380	50,000	3,9900	199,50
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	PILHA PEQUENA R 6 AA	380	300,000	4,9500	1.485,00
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	RODO COM BASE DE 30 CM E CABO DE ALUMINIO	379	30,000	6,9900	209,70
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	SAPONACEO CREMOSO 300 ML	379	500,000	1,5900	795,00
P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME	VASSOURA DE CERCAS PLASTICAS PLUMADAS	379	100,000	3,9400	394,00
PADEVAL COMERCIO VAREGISTA DE GENEROS /	PAPEL HIGIENICO BRANCO, FOLHAS DUPLAS PICOTADAS FARDO	378	250,000	24,0000	6.000,00
PADEVAL COMERCIO VAREGISTA DE GENEROS /	SACO DE LIXO 100 LITROS PRETO, FD COM 250 UND-ESP. 10 MICRAS	378	25,000	33,9900	849,75
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	SEGUROS	418	1,000	122,3700	122,37
PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS	SEGUROS	442	1,000	29.960,22	29.960,22
QUIMICAMPOS COM DE EQUIP DIGITAIS LTDA	CLORO REAGENTE	315	2,000	210,0000	420,00
RADA CLÍNICA MÉDICA SS LTDA	CONTRATAÇÃO DE MEDICO PARA DESENVOLVER AÇÕES NO PROGRAMA	332	10,000	5.500,0000	55.000,00
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	318	1,000	215,1800	215,18
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	322	1,000	380,4000	380,40
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	338	1,000	761,9200	761,92
REUNIDAS S/A. - TRANSP. COLETIVOS	PASSAGENS	438	1,000	380,8000	380,80
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	ALCOOL 70 %	371	600,000	3,1800	1.908,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	ALCOOL 92,8 ° EMBALAGEM DE 01 LITRO	371	600,000	3,5000	2.100,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	APARELHO DE BARBEAR COM 2 LAMINAS	371	400,000	0,5200	208,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	AROMATIZADOR DE AR AROMA SUA VE EMB COM 360 ML	371	200,000	4,9100	982,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	BOLSA NÃO ALVEJADA	371	200,000	1,5900	318,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	CESTO DE LIXO QUADRADO COM TAMPA VAI-E-VEM - 25 LITROS	371	70,000	29,5000	2.065,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	DESINFETANTE PARA BANHEIRO EMBALAGEM DE 500 ML	371	800,000	1,1500	920,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	ESCOVA PEQUENA DE 10 CM (ESCOVA DE UNHA)	371	300,000	1,2000	360,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	ESCOVA REDONDA PARA VASO SANITARIO	371	40,000	2,3500	94,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	FLANELA PARA LIMPEZA	371	100,000	1,1700	117,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	LAMPADA ESPIRAL FRIA BRANCA 25 WTS	372	200,000	2,9000	580,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	LUVA DE BORRACHA FORRADA, TAMANHO GRANDE, PAR	371	30,000	1,6500	49,50
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	LUVA DE BORRACHA FORRADA, TAMANHO MEDIO, PAR	371	30,000	1,6500	49,50
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	LUVA DE BORRACHA FORRADA, TAMANHO PEQUENA, PAR	371	50,000	1,6500	82,50
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	MASCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATORIA N 95	371	300,000	6,0000	1.800,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	PAR DE BOTA DE BORRACHA CANO LONGO TAM 36	371	4,000	26,9000	107,60
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	PAR DE BOTA DE BORRACHA CANO LONGO TAM 37	371	4,000	26,9000	107,60
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	PILHA MEDIA R14 C	372	250,000	2,3500	587,50
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	PILHA PALITO LR 03 AAA	372	400,000	4,5000	1.800,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	SABÃO EM PO MULTIAÇÃO CAIXA COM 1 KILO	371	600,000	4,0000	2.400,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	SABONETE ANTIBACTERIANO	371	350,000	1,5000	525,00
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	SABONETE LIQUIDO PEROLADO EMBALAGEM 5 LITROS	371	70,000	12,9400	905,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/7

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ROBERTO TESSARO & CIA. LTDA.	TOALHA DE BANHO	373	100,000	9,2000	920,00
ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	SERVICOS MEDICOS CLINICO GERAL - UBSC	334	10,000	3.500,0000	35.000,00
ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA	SERVÇOS MEDICOS DIVERSOS	439	1,000	400,0000	400,00
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA	EXAMES DIVERSOS	306	1,000	1.000,4000	1.000,40
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	REGISTRO DE VEICULOS	328	3,000	62,1200	186,36
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEC	SEGURO DPVAT	329	1,000	320,4600	320,46
TELECAL TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	MÃO OBRA PARA REPOSIÇÃO PEÇAS	391	1,000	635,0000	635,00
TELECAL TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	MATERIAIS PARA REPOSIÇÃO EM EQUIPAMENTOS	390	1,000	1.340,0000	1.340,00
VOGEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME	MÃO DE OBRA EQUIPAMENTOS DIVERSOS	337	1,000	190,0000	190,00
Total Geral do Mês ---->					466.784,44

SAMAE**Ext Tp082014**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 16/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº 08/2014, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: Aquisição de Tubos conexões em PVC de Água/Esgoto/ferro fundido e Conexões Especiais, materiais a serem repostos no estoque do almoxarifado do SAMAE.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA:As 14:00 hs do dia 21/05/2014, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****Termo do Convênio Nº 10/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 10/2014. PARTÍCIPES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, através do Fundo Municipal de Saúde e a Associação de Recuperação e Prevenção do Alcoolismo e outras drogas - ARAD. OBJETO: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao custeio de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade, visando dar o aporte necessário ao atendimento aos dependentes químicos .VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais), podendo serem repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e a Sra. Maria Madalena Schiessl Moreira, pela Associação de Recuperação e Prevenção do Alcoolismo e outras drogas - ARAD.

RESOLUÇÃO Nº 15/CMAS/2014

RESOLUÇÃO Nº 15/CMAS/2014

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Canoinhas/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 29 de Abril de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 4852, de 14 de Novembro de 2011, que reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS; e,

CONSIDERANDO o Artigo 2º, do Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de Dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 17.830,54 (dezesete mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade pública com auxílio alimentação

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município,

transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Art. 4º Esta Resolução revoga a de nº 09/2014.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 29 de Abril de 2014.

ROSELI DOBROSHINSKEI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 19/CMAS/2014

RESOLUÇÃO Nº 19/CMAS/2014

Aprova a composição das Comissões Permanentes do Conselho Municipal da Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições resolve:

CONSIDERANDO a Lei n.º 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

CONSIDERANDO o Decreto nº 241/2012 - Regimento Interno do CMAS o qual em seu artigo 26, 27 e 28 dispõem sobre a Composição das Comissões.

CONSIDERANDO o Decreto nº 241/2012 - Regimento Interno do CMAS o qual em seu artigo 30, 31, 32 e 33 parágrafos e incisos dispõem sobre a organização e funcionamento das comissões.

CONSIDERANDO a reunião extraordinária do CMAS realizada em 29 de abril de 2014.

RESOLVE:

Artigo 1º. Composição das Comissões Permanentes do CMAS, conforme quadro a seguir:

Comissão Permanente de Financiamento e Orçamento da Assistência Social	
Governamental	Não Governamental
Luciane Aparecida Darmorus Zucco	Karina Vieira Carvalho
Dirazeli do Prado	Roseli Dobroshinskei

Comissão Permanente de Política de Assistência Social	
Governamental	Não Governamental
Juceres Maria Wiese Roeder	José Clever Pereira Gomes
Vilcéia Regina Tavares	Vilmar Niejelski

Comissão Permanente de Normas, Regulamentos e Inscrições	
Governamental	Não Governamental
Rosilene Schulka Jaremczuk	Roseli Dobroshinskei
Vilcéia Regina Tavares	Karina Vieira Carvalho

Comissão Permanente de Divulgação e Comunicação	
Governamental	Não Governamental
Paula Morgana Rutsatz	Vilmar Niejelski
Maria Marlene Falkievicz	Maria Aparecida Beckert Oliveira

Artigo 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 29 de abril de 2014.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução Nº 20/CMAS/2014

RESOLUÇÃO Nº 20/CMAS/2014

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Canoinhas/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 29 de Abril de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 4852, de 14 de Novembro de 2011, que reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas - CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS; e,

CONSIDERANDO o Artigo 2º, do Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de Dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação e Aplicação - Recursos Estaduais da Assistência Social - Ano 2014, referente ao recurso de Benefícios Eventuais proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 17.830,54 (dezesete mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de vulnerabilidade temporária e/ou de calamidade pública com auxílio alimentação

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 29 de Abril de 2014.

ROSELI DOBROSHINSKEI

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicação da Dispensa de Licitação N. PMC 04/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 69/2014

Dispensa de Licitação n.º 04/2014

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Concessão dos Serviços Públicos de Administração do Cemitério Municipal e cemitério de Marcílio Dias.

Contratado: PR & GB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME.

Vigência: 01.05.2014 à 31.05.2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 16/2014**

PORTARIA Nº 16/2014

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30% para os servidores abaixo relacionados, a partir de 01/05/2014, conforme comunicação interna:

Art. 2º Funcionários: Andrea K Betto, Andrei Diego Przybyszewski, Valdir Amaral, Francisco Rodrigo de Mello, nos termos da Resolução nº 430 de 12/09/1990. O advogado Legislativo elaborou parecer jurídico opinando pela Legalidade do pedido.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 28 de abril de 2014.

Neno Pangratz
Presidente

Renato Pike Chiquinho da Silva
1º Secretário 2º Secretário

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 28 de abril de 2014.

Capinzal**PREFEITURA****Decreto 059/2014**

DECRETO Nº 059, DE 30 DE ABRIL DE 2014

Regulamenta a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, de coleta e tratamento de esgoto, no município de Capinzal, na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município e no art. 3º da Lei Municipal nº 2.022/97, de 09 de maio de 1997;

DECRETA:**TÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****CAPÍTULO I****DO OBJETO**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, e de coleta e tratamento de esgoto, no município de Capinzal, disciplinando, de acordo com as Leis Municipais nº 654/1972, nº 2.022/1997, nº 2.445/2003 e nº 3.047/2012; Leis Federais nº 8.078/1990 e nº 11.445/07; Decretos Federais nº 5.440/2005 e nº 7.217/2010:

I - A prestação dos serviços públicos de forma regionalizada de abastecimento de água, e de coleta e tratamento de esgoto, no município de Capinzal, realizados diretamente, através de entidade autárquica intermunicipal, instituída pela Lei nº Lei nº 654/1972 do município de Capinzal;

II - As relações entre o município titular dos serviços, a AUTARQUIA responsável pela prestação dos serviços públicos, ENTIDADE REGULADORA e os respectivos USUÁRIOS;

III - As normas de contraprestação pelos serviços, a verificação de infrações na prestação ou na fruição dos serviços e suas consequências.

CAPÍTULO II**DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Neste regulamento são adotadas as seguintes definições:

I - PODER CONCEDENTE: Município de Capinzal, na qualidade de titulares dos Serviços Públicos;

II - ENTIDADE REGULADORA: Ente Regulador dos Serviços Públicos de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto do Município de Capinzal, com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao chefe do Executivo Municipal, com a finalidade de garantir a adequada prestação dos serviços públicos outorgados;

III - AUTARQUIA: Pessoa jurídica de direito público pertencente à administração direta descentralizada dos municípios de Capinzal e Ouro/SC, à qual foi outorgada a prestação dos serviços públicos de forma regionalizada de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto;

IV - SERVIÇO(S) ou SERVIÇO(S) PÚBLICO(S): Serviços públicos de abastecimento de água e/ou de coleta e tratamento de esgoto;

V - CATEGORIA DE CONSUMO: Critério de classificação do consumo de água, utilizada para o cálculo da tarifa dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, prestados ou disponibilizados aos USUÁRIOS;

VI - TARIFA BÁSICA OPERACIONAL (TBO): Tarifa cobrada pela

manutenção e disponibilização da estrutura de abastecimento de água e da estrutura de coleta e tratamento de esgoto sanitário, referente aos custos operacionais fixos dos sistemas;

VII - ECONOMIA: Corresponde a uma unidade de consumo do imóvel, com ocupação independente, identificada e enquadrada na categoria, em função da finalidade de sua ocupação, para fins de fornecimento de água, e de coleta de esgoto;

VIII - IMÓVEL: Unidade predial ou territorial, urbana ou rural, constituída por uma ou mais unidades de consumo;

IX - INSTALAÇÕES INTERNAS: Obras e equipamentos hidráulicos e sanitários, instalados a partir do "padrão de ligação de água" ou do "ponto de coleta de esgoto" incluindo todas as instalações internas do imóvel, cuja responsabilidade pela realização da instalação e manutenção é exclusivamente do USUÁRIO;

X - LIGAÇÃO DE ÁGUA E/OU ESGOTO: Derivação para abastecimento de água e/ou coleta de esgoto do imóvel, correspondente ao trecho que deriva da rede geral de abastecimento de água ou de coleta de esgoto, até a conexão com o "padrão de ligação de água" ou "ponto de coleta de esgoto", registrada em nome do USUÁRIO;

XI - PADRÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA: Conjunto de tubulações hidráulicas e peças especiais, que interliga a ligação de água às instalações internas do imóvel, constituído de:

a) CAIXA DE HIDRÔMETRO: Caixa protetora do hidrômetro, dentro da qual ele é instalado, em local de livre acesso à AUTARQUIA;

b) CAVALETE: Conjunto padronizado de tubulação e conexões, destinado à instalação do hidrômetro;

c) HIDRÔMETRO: Equipamento de medição do consumo de água, para fins de cálculo da tarifa em razão do serviço público de fornecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;

d) LACRES: Etiquetas ou equipamentos instalados no cavalete, no hidrômetro e na caixa padrão de proteção do hidrômetro, que indicam o fechamento do equipamento sem possibilidade de manuseio de seu interior e, conforme o caso, a certificação acerca de sua fabricação, para garantia da acuidade e idoneidade das medições.

XII - PONTO DE COLETA DE ESGOTO: Dispositivo destinado ao despejo de esgoto proveniente do imóvel, sendo ponto delimitador da ligação de esgoto às instalações internas do imóvel;

XIII - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA: Conjunto de instalações compreendendo sistema de captação, estações de tratamento, casa de bombas e conjuntos de elevatórias, redes adutoras, reservatórios, dispositivos de proteção e inspeção, medição, redes de distribuição primária e secundária, ligações domiciliares e demais elementos da distribuição, obras, instalações, equipamentos, tubulações, caixas, peças, hidrantes e outros, com características compatíveis com as normas aplicáveis, servidões e direitos, utilizados para a captação, tratamento e distribuição de água;

XIV - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO: Conjunto de instalações compreendendo estações de tratamento, estações elevatórias, redes coletoras, linhas de recalque, interceptores, emissários, obras, instalações, equipamentos, tubulações, caixas, peças, servidões e direitos, utilizados para a coleta, transporte e tratamento de esgoto;

XV - TABELA DE TARIFAS: Tabela constante no ANEXO I, com a classificação das tarifas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, com respectivos valores;

XVI - TABELA DE SERVIÇOS: Tabela constante no ANEXO II, com a indicação dos serviços a serem prestados pela AUTARQUIA, com respectivos valores;

XVII - TABELA DE INFRAÇÕES: Tabela constante no ANEXO III, com a indicação das sanções pecuniárias relativas ao descumprimento de normas referentes à prestação dos serviços públicos, com respectivos valores;

XVIII - TARIFAS: Contraprestação devida pelo USUÁRIO à AUTARQUIA em razão da prestação do serviço público ou de sua disponibilidade, cujos valores e critérios de cobrança encontram-se definidos neste regulamento;

XIX - USUÁRIO: Pessoa física ou jurídica, proprietária e ou

responsável legal da Economia, que utiliza ou tem à disposição os serviços públicos de abastecimento de água e/ou coleta e tratamento de esgoto.

CAPÍTULO III

DAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS

Art. 3º As entidades responsáveis pelos Serviços Públicos de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto são respectivamente:

I - MUNICÍPIO ou PODER CONCEDENTE: Município de Capinzal, pessoa jurídica de Direito Público, detentor da titularidade dos serviços;

II - ENTIDADE REGULADORA: Ente encarregado da regulação e fiscalização dos serviços; e

III - AUTARQUIA: Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SI-MAE), pessoa jurídica de Direito Público, responsável pela prestação dos serviços.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 4º Os serviços públicos de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto deverão ser feitos com observância aos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, nos termos da legislação em vigor;

III - prestação adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais;

V - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social, voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto sejam fator determinante;

VI - eficiência e sustentabilidade econômica;

VII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos USUÁRIOS e a adoção de soluções graduais e progressivas;

VIII - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

IX - controle social;

X - segurança, qualidade e regularidade;

XI - integração da infraestrutura e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Parágrafo único. Entende-se como serviço adequado aquele que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas, nos moldes estipulados na legislação aplicável.

Art. 5º A prestação dos serviços terá como metas permanentes:

I - a satisfação dos USUÁRIOS, consistente com os padrões profissionais e a ética;

II - a melhoria contínua dos serviços;

III - a devida consideração aos requisitos da sociedade e do meio ambiente;

IV - a busca contínua da eficiência.

TÍTULO III

DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA AUTARQUIA

Art. 6º São obrigações e direitos da AUTARQUIA:

I - Prestar os Serviços Públicos de modo adequado aos USUÁRIOS,

alcançados pelas redes de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto;

II - Manter, de forma permanente, a disponibilidade e regularidade do Serviço Público, mediante a vigilância, conservação, manutenção, reparação e cobertura do sistema de abastecimento de água e do Sistema de Esgotamento Sanitário;

III - Fornecer água, cumprindo os requisitos de qualidade determinados na Portaria n. 2.914/2011, do Ministério da Saúde, ou em norma que vier a substituí-la;

IV - Tratar o esgoto sanitário atendendo os padrões de lançamento do efluente tratado conforme normativas da FATMA e resoluções do CONAMA;

V - Efetuar a medição do consumo de água para a finalidade de cálculo das tarifas, referente ao fornecimento de água e/ou coleta e tratamento de esgoto;

VI - Restabelecer os serviços, quando sanadas as causas da interrupção ou suspensão, no prazo máximo de 72 horas, sendo que, em caso de suspensão dos serviços por falta de pagamento, inicia-se a contagem deste prazo a partir da comprovação do pagamento pelo USUÁRIO;

VII - Manter regularmente o atendimento presencial ao USUÁRIO, de segunda a sexta-feira, salvo feriados e pontos facultativos, por telefone, todos os dias, ininterruptamente, salvo motivos de força maior ou caso fortuito; manter o acesso via agência virtual para emissão de segunda via da fatura, quitação anual de débitos e requerimentos;

VIII - Colocar à disposição dos USUÁRIOS, junto aos postos de atendimento, formulários destinados a consultas, reclamações, sugestões e elogios, os quais deverão ser cronologicamente ordenados, com o fim de facilitar a sua análise pelo PODER CONCEDENTE ou pela ENTIDADE REGULADORA;

IX - Responder, de maneira clara e concisa, consultas ou reclamações efetuadas pelos USUÁRIOS, desde que apresentadas com a identificação do USUÁRIO e endereço para resposta;

X - Responsabilizar-se por danos a terceiros, decorrentes da execução deficiente ou irregular dos Serviços Públicos;

XI - Divulgar adequadamente ao público em geral e ao USUÁRIO em particular, a ocorrência de situações excepcionais, a adoção de formas especiais de operação e a realização de obras, em que obriguem a suspensão ou interrupção da prestação de serviços por mais de 06 (seis) horas;

XII - Apoiar ações das autoridades e representantes do Poder Público, em especial da polícia, dos bombeiros, da defesa civil, da saúde pública e do meio ambiente;

XIII - Fornecer à ENTIDADE REGULADORA os dados e informações necessárias ao desempenho de suas atividades de regulação;

XIV - Tomar todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para garantia da prestação dos serviços públicos e defesa dos bens públicos a ele afetados;

XV - Cobrar pela prestação e/ou pela disponibilidade dos serviços públicos, conforme tarifas definidas com base na TABELA DE TARIFAS (ANEXO I);

XVI - Cobrar pelos serviços vinculados aos serviços públicos, bem como eventuais multas e/ou diferenças de consumo apuradas, conforme TABELA DE SERVIÇOS (ANEXO II) e TABELA DE INFRAÇÕES (ANEXO III);

XVII - Inspeccionar as instalações internas dos imóveis dos USUÁRIOS, quando julgar necessário;

XVIII - Tomar medidas próprias, administrativas e judiciais cabíveis, quando detectada a ausência, falha ou infração na fruição dos serviços ou nas ligações às redes de abastecimento de água ou de coleta de esgoto, lacres, cavalete ou hidrômetro;

XIX - Suspender o fornecimento dos serviços no caso de inadimplência do USUÁRIO, e nos demais casos previstos neste Regulamento;

Art. 7º O Serviço Público será prestado de modo adequado se atendidos os requisitos previstos em lei, considerando-se:

I - Regularidade: a prestação dos serviços nas condições

estabelecidas neste regulamento;

II - Continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da prestação dos serviços públicos;

III - Eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios;

IV - Atualidade: modernidade dos equipamentos e das instalações vinculadas aos serviços públicos, bem como às técnicas utilizadas em sua prestação;

V - Generalidade: universalidade da prestação dos serviços, conforme metas previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico;

VI - Cortesia na prestação dos serviços: tratamento adequado aos USUÁRIOS;

VII - Modicidade da tarifa: a justa correlação entre as despesas e investimentos da AUTARQUIA e a retribuição dos USUÁRIOS, com garantia na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, da conservação e melhoria dos equipamentos e investimentos necessários para a melhoria e ampliação dos serviços;

§ 1º. Não caracteriza descontinuidade do serviço a suspensão nas seguintes hipóteses, quando subsumidas no art. 40, da Lei nº 11.445/07:

I - Situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens;

II - Necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - Negativa do USUÁRIO em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - Manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do sistema, bem como o impedimento, por parte do USUÁRIO, às verificações das instalações internas;

V - Inadimplemento do USUÁRIO junto à AUTARQUIA, quanto à tarifa ou demais obrigações pecuniárias, considerando o interesse da coletividade;

VI - Motivada por razões de ordem técnica ou por ocorrência de infrações praticadas pelos USUÁRIOS, ou de segurança do sistema;

VII - Interdição do imóvel por autoridade competente;

VIII - Catástrofes, intempéries ou acidentes, tais como: enchentes, estiagens prolongadas, rompimentos de redes e outros;

§ 2º A suspensão dos serviços deverá ser previamente avisada:

I - Se programada, por motivo de ordem técnica, mediante comunicação geral (via emissoras de rádio ou jornais locais), ou individualizada (por meio de comunicados, prepostos, ou avisos inseridos nas respectivas faturas ou avulsos entregues a domicílio, por meios eletrônicos) aos USUÁRIOS, com prazo mínimo de 24 horas de antecedência;

II - Se, por impedimento por parte do USUÁRIO às verificações das ligações e equipamentos, no prazo mínimo de 48 horas de antecedência;

III - Se ocasionada, por inadimplência ou outro motivo, por meio de aviso dirigido ao USUÁRIO, podendo a AUTARQUIA utilizar, para tanto, a fatura do serviço público, na qual será inserida a respectiva mensagem, com antecedência de 30 dias.

§ 3º Se a suspensão dos serviços ocorrer por questões técnicas relacionadas ao sistema público de abastecimento:

I - For programada para perdurar por mais de 24 horas ininterruptas, a AUTARQUIA deverá prever o abastecimento alternativo aos USUÁRIOS afetados;

II - Se a suspensão ou interrupção alcançar estabelecimentos hospitalares e outras entidades prestadoras de serviços de saúde com internação de pacientes, o abastecimento alternativo deverá ser previsto, caso a suspensão dos serviços perdure por mais de 12 horas ininterruptas;

III - Os custos com o abastecimento alternativo serão suportados pelo USUÁRIO, sendo a AUTARQUIA remunerada pela cobrança da tarifa aplicada ao volume de água abastecido, conforme estrutura tarifária determinada neste regulamento;

IV - A cobrança deste abastecimento alternativo será efetuada na fatura subsequente ao atendimento.

§ 4º A suspensão dos serviços programada, preferencialmente,

não poderá ser iniciada nas sextas-feiras, sábados e domingos, bem como em feriados e suas vésperas e ainda em dias que, por qualquer motivo, não exista serviço administrativo e técnico de atendimento ao público, que possa permitir o restabelecimento do serviço, com exceção das causas de suspensão imediata e emergencial.

§ 5º A suspensão dos serviços, por inadimplência, a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas deverá:

I - Ser precedida de aviso dirigido ao USUÁRIO, por no mínimo duas vezes, podendo a AUTARQUIA utilizar, para tanto, a fatura do serviço público, na qual será inserida a respectiva mensagem;

II - A suspensão não será efetivada se o USUÁRIO, no período de aviso, comprometer-se, por meio de termo de acordo escrito, a quitar o débito;

III - Se durante o período de acordo, houver inadimplência de qualquer das parcelas acordadas, ou da tarifa do consumo de água ou da coleta e tratamento de esgoto, faturada neste período, poderá haver a suspensão, independente de novo aviso.

TÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 8º São obrigações e direitos do USUÁRIO:

I - Utilizar água de maneira racional e sem desperdícios;

II - Não lançar na rede de coleta de esgoto qualquer dos produtos não autorizados pela AUTARQUIA;

III - Não direcionar as águas pluviais para a rede de coleta de esgoto;

IV - Zelar pela conservação, bem como não alterar, danificar ou suprimir os bens públicos afetados ao serviço público, principalmente aqueles que são confiados a sua guarda, tais como hidrômetro, cavalete, lacres e outros;

V - Zelar pelas instalações hidráulicas internas, tais como:

a) Realizar a instalação hidráulica conforme as normas técnicas;

b) Instalar reservatório de água (caixa d'água) no imóvel e realizar, periodicamente, os procedimentos de limpeza e desinfecção;

c) Instalar e manter limpa a caixa de gordura;

d) Evitar e consertar vazamentos hidráulicos nas instalações internas do imóvel;

VI - Adimplir as obrigações pecuniárias, sob pena de suspensão dos serviços e cobrança compulsória dos valores devidos, atualizados monetariamente, acrescidos de multa e juros de mora;

VII - Permitir que a AUTARQUIA proceda à leitura dos hidrômetros, se estes estiverem no interior do imóvel, bem como outros serviços e atividades, como inspeções, reparos ou suspensão do fornecimento de água;

VIII - Comunicar à AUTARQUIA:

a) A alteração do endereço para envio da fatura;

b) Alteração do proprietário, USUÁRIO dos serviços;

c) Mudanças na categoria de consumo;

d) Reformas e modificações substanciais nas instalações hidráulicas internas;

e) Vazamentos de redes e ramais de água e esgoto.

IX - Ressarcir a AUTARQUIA por prejuízos causados aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e aos serviços públicos, incluindo danos aos equipamentos públicos ou da AUTARQUIA.

X - Utilizar os serviços públicos, nas áreas alcançadas pelas redes de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, prestados de forma adequada, conforme as normas regulamentares;

XI - Solicitar a ligação do imóvel à rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto, sempre que disponíveis;

XII - Ter acesso à tarifa social, quando satisfeitos os requisitos legais para tanto;

XIII - Consultar previamente a AUTARQUIA sobre a disponibilidade dos serviços públicos, antes da implantação de novas edificações

imobiliárias ou da execução de reformas que impliquem significativo aumento do consumo de água ou geração de esgoto, bem como o aumento da cota do reservatório superior do imóvel;

XIV - Solicitar à AUTARQUIA e à ENTIDADE REGULADORA, e delas obter esclarecimentos, informações e assessoramento necessários sobre os serviços públicos;

XV - Levar ao conhecimento do PODER CONCEDENTE, da ENTIDADE REGULADORA e da AUTARQUIA, infrações, reclamações e qualquer outra informação relacionadas aos serviços públicos;

Art. 9º As obrigações pecuniárias a cargo do USUÁRIO englobam:

I - As tarifas referentes aos serviços públicos, prestados ou disponibilizados (ANEXO I);

II - A tarifa referente ao volume de água desperdiçado em razão de vazamentos nas instalações internas do imóvel;

III - A tarifa referente à diferença de consumo apurada em razão da falha de medição do hidrômetro por infração cometida pelo USUÁRIO;

IV - Aos serviços constantes na TABELA DE SERVIÇOS (ANEXO II), vinculados aos serviços públicos;

V - Multas e encargos decorrentes de infrações, conforme TABELA DE INFRAÇÕES (ANEXO III);

VI - Indenizações em razão de danos causados aos sistemas de abastecimento de água e/ou de coleta e tratamento de esgoto.

TÍTULO V

DAS REDES DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DOS SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 10 As redes dos sistemas de Abastecimento de Água e dos Sistemas de Esgotamento Sanitário serão assentadas preferencialmente em vias públicas e, excepcionalmente, em fundos de lotes, faixas de servidão e passagens em lotes.

Art. 11 Exceto quanto aos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, tratados no "Título VII - Dos Loteamentos e Condomínios", é de exclusiva responsabilidade da AUTARQUIA a implantação e/ou manutenção de todas as redes, envolvendo retirada do pavimento, escavação, reparo, instalação ou substituição de peças e materiais, aterro e reposição do pavimento, serviços estes que deverão obedecer ao padrão de qualidade estabelecido pelas normas técnicas.

§ 1º No caso de Loteamentos e Condomínios será de inteira e exclusiva responsabilidade da AUTARQUIA somente a manutenção das redes do sistema de abastecimento de água e do sistema de coleta e tratamento de esgoto, desde que sejam repassadas ao domínio público do Município, conforme previsto neste regulamento, envolvendo as mesmas atividades descritas no caput deste artigo.

§ 2º Quando os serviços no parágrafo anterior decorrerem de dano ocasionado pelo USUÁRIO ou quando executados por solicitação do mesmo, não se caracterizam como serviços de manutenção, os custos serão de responsabilidade do USUÁRIO, cabendo à AUTARQUIA realizar a respectiva cobrança.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução de obras de ampliação ou remanejamento de redes não previstas pela AUTARQUIA correrão por conta do interessado, sendo tais remanejamentos ou ampliações incorporados aos sistemas públicos, independentemente de cessão.

Art. 13. Os órgãos da administração direta ou indireta da União, Estado ou Município custearão as despesas referentes à remoção, remanejamento ou modificação de tubulações ou outras instalações dos sistemas de abastecimento de água e ou de coleta e tratamento de esgoto, decorrentes de obras que forem executadas por terceiros com sua autorização.

TÍTULO VI

DAS LIGAÇÕES ÀS REDES DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 14. São obrigatórias as ligações dos imóveis em uso à rede de abastecimento de água e de coleta e de esgoto, sempre que disponíveis, visando-se garantir a qualidade de vida e condições sanitárias adequadas.

§ 1º A AUTARQUIA definirá os equipamentos e especificações para as ligações, conforme normas técnicas aplicáveis, sendo que, em casos omissos, adotará os melhores critérios para o sistema de Abastecimento de Água e o sistema de Esgotamento Sanitário existente no município.

§ 2º Caberá à AUTARQUIA efetuar as ligações, mediante pagamento efetuado pelo USUÁRIO, conforme valores definidos na TABELA DE SERVIÇOS (ANEXO II).

Art. 15. Todos os trabalhos para a ligação dos imóveis às redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, incluindo instalação, manutenção e reposição de hidrômetros, padrão de ligação e coletores, serão executados pela AUTARQUIA, mediante pagamento, pelo USUÁRIO, dos valores constantes da TABELA DE SERVIÇOS (ANEXO II).

Parágrafo único. A execução da mureta necessária para instalação do padrão de ligação deverá ser realizada pelo USUÁRIO, de acordo com as normas da AUTARQUIA.

Art. 16. Não será permitida, sem a autorização da AUTARQUIA, a utilização de poços ou outras fontes alternativas para abastecimento humano em locais alcançados pelo sistema de abastecimento de água, conforme art. 45, § 1º, da Lei Federal n. 11.445/07, sendo que:

I - Os poços hoje existentes em locais já alcançados pelo sistema de abastecimento de água deverão ser fechados e tamponados pelo proprietário do poço;

II - À medida que houver a expansão das redes do sistema de abastecimento de água, serão fechados e tamponados os poços dos imóveis que puderem ser abastecidas pela rede pública.

Art. 17. Não será permitida, sem a autorização da AUTARQUIA, a utilização de formas diversas de tratamento em locais atendidos pelo sistema de esgotamento sanitário, conforme art. 45, § 1º, da Lei Federal n. 11.445/07, sendo que:

I - As formas diversas de tratamento hoje existentes em locais já atendidos pelo sistema de esgotamento sanitário deverão ser desativadas pelo proprietário;

II - À medida que houver a expansão das redes do sistema de esgotamento sanitário, serão desativadas e aterradas pelos respectivos proprietários as formas diversas de tratamento, dos imóveis que apresentarem condições técnicas de ser atendidos pela rede pública de coleta do esgoto sanitário.

Art. 18. O proprietário de imóvel, com edificação, dotado de redes de distribuição de água e/ou de coleta de esgoto sanitário, deve, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a comunicação de disponibilidade dos serviços, solicitar a ligação junto a AUTARQUIA.

§ 1º Se o USUÁRIO, após a comunicação da AUTARQUIA, não solicitar a ligação do imóvel às redes disponíveis, estará sujeito ao pagamento da TBO (Tarifa Básica Operacional), em razão de sua disponibilidade, conforme determina o artigo 30, IV, da Lei Federal n. 11.445/07, sem prejuízo das consequências administrativas ou judiciais, coercitivas à ligação.

§ 2º Também é irregular a interligação de fontes de abastecimento alternativas à rede de abastecimento de água ou às instalações internas, conforme prevê o artigo 45, §2º, da Lei n. 11.445/07.

§ 3º Não se aplica as disposições contidas neste artigo aos imóveis desabitados e que não estão sendo utilizados.

Art. 19. Somente não serão efetuadas ligações às redes de

abastecimento de água ou de coleta de esgoto:

I - Se o imóvel não estiver situado na área de cobertura do sistema de abastecimento de água e ou sistema de coleta de esgoto;

II - Por falta de apresentação de quaisquer dos documentos exigidos;

III - Se houver a necessidade de instituição de servidão em imóveis de terceiros, para a passagem de redes ou instalação de equipamentos, enquanto não for instituída a servidão por conta do solicitante;

IV - Por inviabilidade técnica atestada pela AUTARQUIA.

CAPÍTULO I

DAS LIGAÇÕES À REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 20. Será realizada uma ligação à rede de abastecimento de água para cada imóvel.

§ 1º O USUÁRIO poderá requerer a realização de mais de uma ligação no mesmo imóvel, desde que exista aprovação de viabilidade pela AUTARQUIA e que tenha a possibilidade de leitura diretamente da via pública.

§ 2º. Poderá haver mais de uma Economia vinculada à mesma ligação conectada à rede de abastecimento de água.

§ 3º. Nos condomínios verticais, horizontais e nos loteamentos fechados caberá ao incorporador ou responsável pelas edificações disponibilizar local de fácil acesso para instalação e manuseio do hidrômetro, seja para medição individualizada e/ou global, que possibilite a leitura pela AUTARQUIA diretamente da via pública;

Art. 21. As instalações hidráulicas do imóvel deverão atender aos requisitos indicados pela AUTARQUIA, conforme normas técnicas vigentes, quanto ao local de instalação do padrão de ligação e da reservação interna, podendo a AUTARQUIA, a qualquer momento, solicitar que o responsável pelo imóvel comprove que as instalações internas estão de acordo com as normas técnicas.

§ 1º Se, por razões de conveniência, o USUÁRIO solicitar modificações nas disposições definidas pela AUTARQUIA, esta poderá consentir, sob a reserva de que o USUÁRIO se responsabilizará por eventuais custos com a readequação da ligação ou da rede de abastecimento.

§ 2º A AUTARQUIA permanece, todavia, livre para recusar as modificações solicitadas, notadamente se elas não forem compatíveis com as condições de operação e de manutenção da ligação, devendo esta recusa ser precedida de justificativa formal ao USUÁRIO.

Art. 22. A responsabilidade pelas instalações internas, a partir do padrão de ligação, será, exclusivamente, do respectivo USUÁRIO, notadamente quanto à manutenção dos equipamentos, tubulações e prevenção de vazamentos.

Art. 23. A solicitação de ligação de água ao imóvel será formalizada em requerimento padrão da AUTARQUIA, devendo o interessado apresentar:

a) Comprovante de propriedade do imóvel ou de posse legítima através de Escritura Pública, contrato de compra e venda, contrato de locação, ou outro comprovante idôneo;

b) CPF e Identidade (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica);

c) Se pessoa jurídica: ato de constituição e documento de identificação do responsável legal;

d) Cópia do alvará de construção ou alvará de funcionamento ou habite-se;

§ 1º As ligações temporárias de água deverão ser requeridas pelo interessado, cabendo ao mesmo apresentar:

a) Licença ou autorização do órgão competente;

b) Estimativa de consumo de água;

§ 2º O ramal predial para fase de construção de imóvel será dimensionado, em caráter definitivo, tendo em vista a sua futura ocupação, ou seja, toda a ligação para construção deverá ser

enquadrada na categoria a que pertence;

§ 3º Logo após a conclusão da obra, havendo qualquer modificação substancial nas instalações hidráulicas internas ou alterações do cadastro, fica o USUÁRIO obrigado a comunicar quaisquer destas informações à AUTARQUIA.

Art. 24. A AUTARQUIA, após a apresentação de requerimento pelo USUÁRIO, devidamente instruído, e desde que viável tecnicamente, fará a ligação de água ao imóvel, nos seguintes prazos:

I - Em até 72 (setenta e duas) horas, para religações em imóveis que já estavam conectados à rede de abastecimento;

II - Em até 10 (dez) dias, para ligações novas em imóveis que não estavam conectados à rede de abastecimento e/ou imóveis em construção;

Parágrafo único. O prazo para realização das atividades da AUTARQUIA começará a fluir depois de atendidas as exigências necessárias a ligação de água.

Art. 25. Sempre que viável tecnicamente, o fornecimento disponibilizado no padrão de ligação de água terá pressão dinâmica de no mínimo de 10 (dez) mca (metros de coluna de água) e pressão estática máxima de 70 (setenta) mca (metros de coluna de água).
Parágrafo único. Se eventualmente o USUÁRIO necessitar de pressão maior ou menor que a disponibilizada, caberá a ele adequar suas instalações internas para tanto, sem causar qualquer interferência no Sistema de Abastecimento de Água.

Art. 26. O USUÁRIO poderá requerer o desligamento da ligação de água de seu imóvel, nas hipóteses de não utilização e não habitação do mesmo, sendo possível este desligamento ser provisório ou definitivo.

I - O desligamento provisório será executado no padrão de ligação de água e o tempo máximo permitido para desligamento provisório será de 12 (doze) meses, a contar da data do efetivo desligamento; Findo este prazo, o desligamento automaticamente será definitivo.

II - O desligamento definitivo será executado no padrão de ligação ou na rede de distribuição dependendo do que for mais conveniente para a AUTARQUIA.

Parágrafo único. Para a concessão de desligamento, tanto provisório como definitivo, é necessário que não existam pendências na ligação, sendo cobrado este serviço de acordo com os valores determinados no regulamento.

CAPÍTULO II

DAS LIGAÇÕES À REDE DE ESGOTO

Art. 27. A ligação à rede coletora de esgoto será individual para cada imóvel, salvo por questões técnicas em que a AUTARQUIA poderá definir que mais de um imóvel seja ligado na mesma ligação.

§ 1º Se o USUÁRIO solicitar mais de uma ligação, para o mesmo imóvel, a AUTARQUIA decidirá sobre sua viabilidade.

§ 2º A ligação à rede coletora de esgoto será feita por meio de ligação predial de esgoto instalada na via pública disponibilizada para conexão às instalações internas de esgotamento, sendo que:

I - A ligação predial de esgoto será disponibilizada no passeio público, ficando sob a responsabilidade do usuário, a execução da conexão das tubulações provenientes do imóvel com a ligação disponibilizada, cabendo a este, quando necessário, obter a autorização de proprietários de lotes ou terrenos, pelos quais por ventura for necessário fazer a passagem das tubulações para chegar até a ligação disponibilizada.

II - Os imóveis que possuírem as instalações sanitárias, ou qualquer dispositivo de esgoto, situados abaixo da cota das tubulações disponibilizadas para coleta do esgoto, deverão providenciar o recalque do esgoto até a ligação predial disponibilizada ao imóvel, ficando os custos de obra e operação por conta do USUÁRIO.

II - As esperas de ligações em fundo de lotes serão disponibilizadas sempre próximas as redes coletoras.

Art. 28. A solicitação de ligação à rede coletora de esgoto será formalizada em requerimento padrão que deverá indicar:

a) Para USUÁRIO de ligação de água:

1. Requerimento.

b) Para NÃO USUÁRIO de Ligação de água:

1. Requerimento

2. Comprovante de propriedade ou posse legítima do imóvel: Escritura Pública, contrato de compra e venda, ou outro comprovante idôneo;

3. CPF e Identidade (pessoa física) ou CNPJ (pessoa jurídica);

4. Se pessoa jurídica: ato de constituição e documento de identificação do responsável legal;

5. Cópia do alvará de construção ou alvará de funcionamento ou habite-se;

Parágrafo único: Nos casos constatados durante as vistorias das ligações de esgoto que o efluente é de natureza industrial caberá ainda ao proprietário atender as normas complementares estabelecidas pela AUTARQUIA.

Art. 29. A AUTARQUIA, após a apresentação de requerimento pelo USUÁRIO, devidamente instruído, e desde que viável tecnicamente, fará a ligação, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º Os USUÁRIOS que utilizam fossa séptica, em locais atendidos pela rede de esgoto, para fins de atendimento 14, poderão solicitar à AUTARQUIA orientação técnica.

§ 2º O valor deste serviço será cobrado conforme a TABELA DE SERVIÇOS deste regulamento.

CAPÍTULO III

DAS LIGAÇÕES TEMPORÁRIAS

Art. 30. São definidas como ligações temporárias de água e esgoto, as solicitadas para atendimento às atividades tais como: feiras, circos, parques de diversões, obras em logradouros públicos, exposições e similares, que por sua natureza não tenham duração superior a 3 (três) meses.

Parágrafo único. As ligações referidas no caput deste artigo poderão ter o prazo prorrogado mediante requerimento do interessado.

Art. 31. Nas ligações temporárias o requerente pagará antecipadamente o valor correspondente à referida ligação (ANEXO II), bem como o volume de água contratado considerado o enquadramento na categoria comercial (ANEXO I).

Parágrafo único. Periodicamente poderá ser realizada a leitura do hidrômetro e emitida a fatura de água e esgoto se for verificado a ocorrência de excesso em relação ao consumo contratado, o valor correspondente deverá ser quitado no prazo de 24 horas, após a notificação, sob pena de interrupção do fornecimento.

TÍTULO VII

DOS LOTEAMENTOS E CONDOMÍNIOS

CAPÍTULO I

DA VIABILIDADE TÉCNICA

Art. 32. A AUTARQUIA, na área de sua atuação, deverá ser consultada acerca do estudo preliminar ou anteprojeto de empreendimentos de loteamentos e condomínios, sobre a viabilidade técnica e possibilidade de abastecimento de água e de coleta de esgoto.

§ 1º Havendo viabilidade técnica de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, a AUTARQUIA emitirá "Declaração de Viabilidade Técnica", cujo documento permitirá ao empreendedor interessado a elaboração dos projetos técnicos dos sistemas

de abastecimento de água Sistema de Esgotamento Sanitário do empreendimento.

§ 2º A "Declaração de Viabilidade Técnica" constitui-se como pré-requisito para que o empreendedor possa dar início a elaboração dos projetos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto do empreendimento.

CAPÍTULO II

DOS PROJETOS

Art. 33. Existindo viabilidade técnica, ao empreendedor caberá a elaboração dos projetos técnicos de engenharia referente ao sistema de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário, visando o atendimento do empreendimento.

Art. 34. As Diretrizes para elaboração dos projetos, especificação dos materiais, equipamentos e obras dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário devem seguir as definidas pela AUTARQUIA.

Art. 35. Os projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário a serem elaborados para empreendimentos deverão estar vinculados aos projetos/sistemas existentes da AUTARQUIA, cabendo a esta determinar ao longo da elaboração do projeto os pontos de interligação entre os projetos dos empreendimentos e da AUTARQUIA.

Art. 36. Na apresentação dos projetos de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, deverão ser incluídas todas as especificações técnicas, desenhos, memória de cálculos, memória justificativa, não podendo ser alterado no curso de sua implantação sem prévia aprovação da AUTARQUIA.

Art. 37. Nenhuma construção referente aos sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário, em loteamentos ou condomínios, situados na área de atuação da AUTARQUIA, poderá ser iniciada sem que os respectivos projetos tenham sido aprovados.

Art. 38. Os projetos aprovados pela AUTARQUIA cuja execução não for iniciada no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data das aprovações, deverão ser reapresentados para nova aprovação e serem adaptados às normas e instruções técnicas vigentes a época da execução.

Art. 39. Os projetos básicos e executivos completos dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotamento sanitário deverão ser entregues a AUTARQUIA em meio magnético nos formatos DXF ou DWG, ou outro que a AUTARQUIA venha adotar, juntamente com as plantas originais dos projetos, e com as ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) dos engenheiros responsáveis pela elaboração.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS

Art. 40. Os sistemas de abastecimento de água e/ou sistema de coleta e tratamento de esgoto serão executados e custeados pelo interessado, de acordo com as especificações e projeto, previamente aprovado pela AUTARQUIA.

Art. 41. As construções referentes aos sistemas de abastecimento de água e/ou sistemas de esgotamento sanitário em loteamentos ou condomínios, situados na área de atuação da AUTARQUIA, só poderão ser iniciadas após aprovação dos respectivos projetos.

Art. 42. O empreendedor poderá iniciar as obras somente após

autorização formal da AUTARQUIA.

Art. 43. O projeto não poderá ser alterado no decurso da execução da obra, sem a prévia aprovação da AUTARQUIA.

Art. 44. As execuções das obras, dos sistemas de abastecimento de água, e dos sistemas de esgotamento sanitário, estarão sujeitas à fiscalização pela AUTARQUIA, sempre que esta achar necessário.

Art. 45. A ligação das redes do loteamento ou do condomínio, à rede de distribuição de água ou de coleta de esgoto da AUTARQUIA, somente será executada após conclusão das obras, conforme projeto aprovado pela AUTARQUIA.

Art. 46. As obras e instalações dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotamento sanitário, após concluídas e aprovadas deverão ser incorporadas a título gratuito ao patrimônio da AUTARQUIA, desde que seja de interesse desta.

Art. 47. As redes privadas do condomínio são instalações internas, de tal forma que a implantação, operação e manutenção são de responsabilidade do condomínio, caso não haja interesse que sejam doadas para o município.

Parágrafo único. Havendo interesse quanto à doação das redes internas do condomínio para o Município, deverá o empreendedor atender todos os requisitos estabelecidos neste regulamento.

Art. 48. Ao término das obras de infraestrutura de água e esgoto sanitário dos loteamentos, seu responsável deverá solicitar a AUTARQUIA a vistoria final.

Parágrafo único. A liberação das ligações de água e esgoto estará vinculada ao recebimento das obras, após realização dos respectivos testes.

Art. 49. As áreas, instalações e equipamentos destinados aos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotos sanitários, serão cedidos e incorporados ao patrimônio da AUTARQUIA, sem ônus, livres e desembaraçados, inclusive as servidões de passagem legalmente constituídas, quando for o caso, mediante instrumento competente.

Art. 50. Para recebimento do sistema de abastecimento de água e/ou o do sistema de esgotamento sanitário implantado pelo empreendedor do loteamento, além da obrigação de cumprir todas as condições estabelecidas neste regulamento, deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

I. Durante a implantação do sistema, o empreendedor deverá informar a AUTARQUIA para fiscalização, acompanhamento e inspeção técnica, para análise de todos os aspectos construtivos, qualidade dos materiais e equipamentos.

II. Não sendo detectada pela AUTARQUIA qualquer desobediência às normas vigentes e nem às diretrizes técnicas da AUTARQUIA durante a execução da obra e após fazer os testes de estanqueidade e demais análises que a AUTARQUIA julgar necessário, poderá o empreendedor encaminhar a documentação necessária para a emissão do Termo de Recebimento.

III. Sendo detectado pela AUTARQUIA desobediência às normas vigentes e/ou às diretrizes técnicas, deverá o empreendedor providenciar a correção dos aspectos identificados e, posteriormente à correção, solicitar novamente à emissão do Termo de Recebimento emitido pela AUTARQUIA;

IV. A documentação que deve ser entregue à AUTARQUIA para a emissão do Termo de Recebimento é a seguinte:

a) Termo de Doação dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotamento sanitário para a AUTARQUIA pelo empreendedor, com a descrição técnica e custos financeiros do que foi executado (implantação, extensão de rede, tipo, quantidade e localização de registros e válvulas, diâmetro e material da

rede, quantidade de ligações, vazão de bombeamento no caso de poços, quando for o caso, estações elevatórias, capacidade de armazenagem no caso de reservatórios, Estações de tratamento de água (ETAs) e Estações de tratamento de esgoto sanitário (ETEs), projetos, ARTs de execução, manuais e garantias de equipamentos e manuais de operação dos sistemas);

b) Projetos do Sistema de Abastecimento de Água, do Sistema de Esgotamento Sanitário completo, cadastro técnico georreferenciado, "as built" de rede executada "in loco" com amarrações, georreferenciamento e demais características da rede, profundidade, distância entre alinhamento predial e alinhamento de guia; através de plantas e memoriais descritivos em meio magnético aberto (editáveis).

c) ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução da obra expedido pelo CREA;

d) Licenças Ambientais de Instalação e Operação;

Art. 51. A AUTARQUIA somente receberá as obras e assumirá responsabilidade da operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário, em loteamentos ou condomínios, quando os sistemas forem implantados de acordo com as normas deste regulamento, e desde que tenham condições de operação.

TÍTULO VIII

DO FATURAMENTO E COBRANÇA DOS SERVIÇOS

Art. 52. O faturamento e cobrança das tarifas dos Serviços Públicos, tanto para o sistema de abastecimento de água como para o sistema de esgotamento sanitário, serão feitos conforme:

I - A Categoria de Consumo;

II - A mensuração do consumo, por meio de hidrômetro;

III - O consumo estimado, nas hipóteses previstas neste regulamento;

IV - O sistema tarifário e normas previstas neste regulamento.

§ 1º O faturamento e cobrança das tarifas pelos Serviços Públicos terá periodicidade mensal, observando-se:

I - A medição do consumo de água, mediante a leitura do hidrômetro, em períodos regulares de no mínimo 27 e no máximo 34 dias;

II - O período de leituras de hidrômetros poderá ser modificado pela AUTARQUIA, mas o faturamento e cobrança deverão ser mensais;

III - O USUÁRIO concederá à AUTARQUIA livre acesso ao hidrômetro, sendo vedado dificultar a leitura do mesmo;

IV - A leitura do hidrômetro, para apuração do consumo, desprezará as frações do metro cúbico.

§ 2º Os valores das tarifas terão por base o constante na TABELA DE TARIFAS (ANEXO I) deste regulamento e sofrerão alterações, reajustes e revisões, desde que observadas às disposições legais pertinentes, mediante emissão de Portaria do Diretor da AUTARQUIA.

§ 3º Se por motivo atribuído ao USUÁRIO a AUTARQUIA não puder realizar a leitura do hidrômetro o consumo será faturado pela média dos últimos seis meses.

§ 4º Constatados danos ou furto do hidrômetro, à AUTARQUIA poderá calcular a eventual diferença na medição do consumo, utilizando a média dos últimos seis meses.

§ 5º Os serviços vinculados aos Serviços Públicos serão cobrados conforme TABELA DE SERVIÇOS (ANEXO II).

Art. 53. As Categorias de Consumo, consideradas para cálculo da tarifa, nos termos deste regulamento, são:

I - SOCIAL: categoria referente a USUÁRIOS que se enquadrem nos seguintes requisitos:

a) Estar enquadrado na tarifa residencial;

b) Comprovar que esteja regularmente cadastrado, no Cadastro

Único para programas sociais do governo federal, como beneficiário do programa bolsa família e atender as demais condições estabelecidas neste regulamento;

c) O beneficiário da tarifa social que deixar de cumprir qualquer um dos requisitos estabelecidos, perderá automaticamente a condição de beneficiário;

d) Somente serão beneficiados os USUÁRIOS que se encontrarem adimplentes junto à AUTARQUIA;

e) Para ser beneficiado com a Tarifa social o USUÁRIO deverá constar no cadastro da ligação junto a AUTARQUIA como proprietário e/ou inquilino de um único imóvel;

II - RESIDENCIAL: categoria referente ao consumo de água em imóveis e/ou economias utilizadas para fins exclusivamente residenciais, incluindo-se os imóveis em construção (obras) para fins de moradia;

III - COMERCIAL: categoria referente ao consumo de água em imóveis e/ou economias utilizadas para atividades comerciais, incluindo-se os imóveis em construção (obras) para fins comerciais e outras que, não importando de que natureza ou finalidade, não se enquadrem nas categorias "residencial", "industrial" ou "pública";

IV - PÚBLICA: categoria referente ao consumo de água em imóveis e/ou economias ocupadas por órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sendo que esta categoria não abrange as sociedades de economia mista e empresas públicas;

V - INDUSTRIAL: categoria referente ao consumo de água em imóveis e/ou economias ocupadas para o exercício de atividade industrial, inclusive os imóveis em construção (obras) para fins industriais;

Art. 54. Para emissão da fatura de fornecimento dos serviços, será considerado o valor correspondente a TBO (Tarifa Básica Operacional), bem como da tarifa dos metros cúbicos de água consumida, e ainda os valores referentes aos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Art. 55. Pela contraprestação dos serviços a AUTARQUIA adotará os critérios previstos neste regulamento, ou seja, fará a cobrança da TBO (Tarifa Básica Operacional) para cada ligação, acrescida da tarifa para cada m³ (metro cúbico) consumido, de acordo com a Categoria e com a tabela progressiva de valores.

Parágrafo Primeiro. Nas ligações que atenderem a categorias diferentes de consumo e possuírem uma única TBO, para efeitos de enquadramento e cobrança, em não sendo possível identificar a categoria preponderante será adotada a categoria de maior valor.

Art. 56. As ligações únicas em condomínios, loteamentos fechados ou imóveis com mais de uma economia de consumo, pagarão a TBO (Tarifa Básica Operacional), obedecida a tabela progressiva de valores, com base no consumo total da ligação.

§ 1º É facultado ao responsável pelo imóvel comprovar a existência de mais de uma economia e requerer que, para efeito de cálculo, seja tomado o total do consumo e rateado entre o número de economias componentes do imóvel, mantida a expedição de fatura única.

§ 2º Fica ressalvado que na hipótese do parágrafo anterior, para efeitos de cálculo, sempre será considerada a TBO (Tarifa Básica Operacional) como débito mínimo para cada economia, independentemente do consumo apurado.

§ 3º Na hipótese do § 1º, para os efeitos do parágrafo anterior, fica ressalvado a AUTARQUIA de, a qualquer tempo, verificar o número real de economias existentes nas ligações referidas no caput deste artigo.

Art. 57. Para efeitos de entrada em vigor deste decreto, no que se refere aos artigos anteriores (55 e 56), a AUTARQUIA automaticamente aplicará a artigo 56 nos casos de ligações cadastradas atualmente como condomínios, loteamentos fechados e em imóveis que possuem mais de uma economia, com aplicação do artigo 55 para todos os demais casos.

Parágrafo único. A qualquer tempo poderão os titulares das ligações mencionadas no artigo 56, solicitarem a aplicação da cobrança dos serviços na forma do artigo 55.

Art. 58. Nos condomínios e nos loteamentos fechados, dotados de medição individualizada, porém, cuja medição não possa ser feita diretamente da via pública, a medição e o faturamento observarão o seguinte:

I - A AUTARQUIA fará a medição do consumo global de água e o faturamento ocorrerá nos termos deste regulamento;

II - O rateio de despesas e a individualização das tarifas para cada Economia ficará a cargo da administração interna dos condomínios ou dos loteamentos fechados.

Art. 59. Nos condomínios e nos loteamentos fechados e imóveis, que possuírem medição individualizada e que a leitura do hidrômetro possa ser feita diretamente da via pública, a medição e o faturamento poderão ser feitos pela própria AUTARQUIA, de forma individual.

Art. 60. Quando ocorrer aumento extraordinário do consumo de água, devido a vazamentos invisíveis na instalação interna, será(ão) cobrada(s) a(s) TBO(s) da(s) categoria(s) e o valor para cada m³ do consumo será o correspondente a primeira faixa de excesso de consumo da referida categoria, constante na TABELA DE TARIFAS (ANEXO I), deste Regulamento.

§ 1º Considera-se aumento extraordinário aquele que exceder a 5 (cinco) vezes o consumo médio do USUÁRIO, verificado nos últimos seis meses anteriores a ocorrência do vazamento, desde que o consumo verificado seja superior a 80 m³ (oitenta metros cúbicos).

§ 2º Quando a autarquia julgar necessário, para a aplicação do presente artigo poderá fazer a constatação da veracidade do vazamento, que poderá ser realizada mediante prova do USUÁRIO ou vistoria no local pelos funcionários da AUTARQUIA.

§ 3º Sendo o vazamento de fácil verificação por parte do USUÁRIO e diante de sua omissão em comunicar o fato a AUTARQUIA, o consumo poderá ser cobrado de forma normal, estabelecida pelo regulamento.

Art. 61. Nos casos de vazamento previstos no artigo anterior, em que há a cobrança de tarifa de coleta de esgoto, o valor cobrado correspondente a esse serviço, será calculado com base na média de valores cobrados nos últimos seis meses.

Art. 62. A AUTARQUIA poderá ainda, conceder parcelamento de eventuais débitos e serviços de USUÁRIOS, inclusive em casos de vazamentos.

Art. 63. É responsável pelo pagamento das tarifas o USUÁRIO do serviço, e com ele, solidariamente:

I - O incorporador, enquanto não entregue o imóvel e transferida a propriedade do mesmo;

II - Os condôminos pelas obrigações do condomínio, ou os proprietários dos lotes, quando se tratar de loteamento fechado, conforme suas respectivas cotas partes.

Art. 64. É vedado à AUTARQUIA isentar o pagamento das tarifas ou cobrá-la em valor irrisório, inclusive de pessoas jurídicas de direito público ou de grandes USUÁRIOS.

Art. 65. As faturas emitidas pela AUTARQUIA deverão apresentar, claramente, no mínimo, as seguintes informações:

I - Nome do USUÁRIO e Inquilino, se solicitado pelo USUÁRIO;

II - Endereço do imóvel e Categoria de Consumo para a qual houve a prestação do serviço ou sua disponibilidade;

III - Número de série do hidrômetro;

IV - Medição e data da leitura atual e anterior do hidrômetro;

V - Indicação dos serviços que foram faturados;

VI - Valor total dos serviços prestados e data de vencimento da

fatura;

VII - Telefone e endereço da AUTARQUIA;

VIII - Histórico de consumo;

IX - Cumprimento as disposições legais.

§ 1º. A AUTARQUIA poderá utilizar a fatura para comunicação com os USUÁRIOS, mediante a inserção de avisos, mensagens e notificações, tais como declaração de quitação anual, intermitência dos serviços, avisos de débitos e notificação de suspensão dos serviços, dentre outros, sendo que o pagamento da fatura faz prova do recebimento da notificação ou aviso.

§ 2º As faturas poderão ser emitidas e encaminhadas:

I - Por meio eletrônico; ou

II - No próprio ato da leitura do hidrômetro, por meio de sistema próprio de leitura e impressão simultânea, com entrega diretamente ao USUÁRIO; ou

III - Via Postal, com custos a cargo do USUÁRIO.

Art. 66. Se o USUÁRIO discordar da medição de consumo ou do valor da tarifa cobrada ou de avisos ou notificações que constam na fatura, poderá reclamar pelo vício de medição ou do faturamento ou de avisos ou notificações que constam na fatura, expondo as razões de sua discordância, sendo que:

I - A AUTARQUIA, no prazo para resposta às reclamações formuladas pelos USUÁRIOS, decidirá acerca da reclamação;

II - Poderá ser realizada pela AUTARQUIA a verificação do hidrômetro da ligação, para constatação de sua acuidade na medição, que poderá ter o acompanhamento do USUÁRIO;

III - Se constatado que o consumo reclamado ocorreu por falha do hidrômetro, a diferença será creditada a favor do USUÁRIO ou da AUTARQUIA, conforme o caso;

IV - As diferenças eventualmente encontradas poderão ser cobradas ou compensadas nas faturas.

V - Quando as reclamações forem de avisos ou notificações que constam na fatura serão avaliados conforme o caso.

Art. 67. O USUÁRIO receberá a fatura com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de vencimento, para que efetue o seu pagamento.

Art. 68. O índice de correção a ser aplicado para atualização dos valores pagos após o vencimento, nas tarifas referentes ao fornecimento de água e outros serviços prestados pela AUTARQUIA será aquele apurado pelo INPC/IBGE - Índice Nacional de preços ao Consumidor divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

§ 1º A atualização dos valores de que trata este artigo, será feita pró rata tempore, observado o índice do mês imediatamente anterior, tomando-se como data base para o seu início, a data de vencimento das respectivas faturas.

§ 2º Sobre o valor das faturas pagas em atraso, após devidamente atualizadas, incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados de forma não cumulativa.

§ 3º O valor da multa no caso de impontualidade no pagamento de tarifas devidas a AUTARQUIA será de 2% (dois por cento) do valor devido pelo USUÁRIO.

§ 4º Os valores relativos à atualização, aos juros e a multa serão cobrados junto à fatura do mês subsequente ao da inadimplência, observadas as disposições da legislação municipal.

Art. 69. Caso a AUTARQUIA tenha faturado valores incorretos por motivo de sua responsabilidade, deverá observar os seguintes procedimentos:

I - faturamento a maior ou a menor: providenciar a devolução ao USUÁRIO das quantias recebidas indevidamente ou efetuar cobrança complementar, correspondentes ao período faturado incorretamente; e,

II - a devolução ou a cobrança complementar será efetuada nas faturas subsequentes.

Art. 70. O não recebimento da fatura, por parte do USUÁRIO, não o desobriga de seu pagamento, podendo obter a segunda via da fatura diretamente com a AUTARQUIA ou por meio eletrônico, via internet.

Art. 71. O pagamento de uma fatura não implicará na quitação de débitos anteriores, porventura existentes.

TÍTULO IX

DAS INSTALAÇÕES INTERNAS

Art. 72. As instalações internas do imóvel deverão ser realizadas de acordo com as normas para instalações prediais, e de maneira compatível com o sistema de abastecimento de água e/ou Sistema de esgotamento sanitário.

§ 1º Todos os trabalhos de instalação e de manutenção das instalações internas são de responsabilidade do USUÁRIO, podendo a AUTARQUIA fiscalizá-las quando julgar necessário.

§ 2º O USUÁRIO é responsável por vazamentos de água e de esgoto, nas instalações internas, devendo reparar as suas instalações.

§ 3º Mesmo na hipótese de vazamento, o USUÁRIO será responsável pelo pagamento das tarifas correspondentes ao abastecimento de água, bem como de coleta e tratamento de esgoto com base na medição do hidrômetro, salvo as hipóteses estabelecidas neste regulamento.

Art. 73. São de responsabilidade do interessado as obras e instalações necessárias ao serviço de esgoto dos imóveis ou parte de imóveis situados abaixo do nível do logradouro público, bem como daqueles que não puderem ser ligados à rede coletora da AUTARQUIA.

Art. 74. Qualquer equipamento ou obra da Instalação Interna, que coloque em risco o serviço público, deverá ser imediatamente retirado.

§ 1º Constatada a situação prevista no caput, a AUTARQUIA poderá, ainda, exigir a instalação de dispositivos corretivos.

§ 2º As instalações internas deverão evitar, especialmente, a ocorrência do retorno de água à rede de abastecimento.

Art. 75. Salvo consentimento prévio da AUTARQUIA, é proibida qualquer extensão do ramal predial interno para servir outros imóveis;

Art. 76. As instalações prediais de água ligadas a rede pública de abastecimento não deverão estar interligadas com outras canalizações internas, abastecidas por água de outras fontes.

Art. 77. É vedado o despejo de águas pluviais em derivações prediais de esgoto.

Art. 78. Os imóveis deverão ser dotados de reservatórios de água com capacidade suficiente para consumo de suas economias por, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas.

Parágrafo único. Nos imóveis onde se desenvolva qualquer tipo de atividade cuja utilização de água seja necessária ininterruptamente, por questões de segurança e de saúde pública, como centros de saúde ou comerciais, depósitos de materiais inflamáveis, combustíveis e outros, os reservatórios de água deverão ter capacidade para o consumo de 72 (setenta e duas) horas.

Art. 79. Os sistemas de água, esgoto sanitário e pluvial, instalados na parte interna do imóvel deverão manter as distâncias mínimas entre si, de forma a garantir contra possíveis contaminações, em casos de rompimento destas tubulações.

Art. 80. Toda concessão de alvará de construção, reforma e/

ou ampliação estará condicionada a prévia aprovação do(s) projeto(s), planta(s) ou croqui(s) pela AUTARQUIA.

Art. 81. Nos imóveis que tiverem mais de 3 (três) pavimentos e/ou quando a entrada da tubulação alimentadora no reservatório superior exceder 10 (dez) metros acima do nível do passeio, tendo como referência o local onde está instalado o padrão de ligação de água, além do reservatório superior, estará sujeita a obrigatoriedade de construção de reservatório inferior e sistema de recalque. Parágrafo único. As instalações serão projetadas e construídas em conformidade com as normas da ABNT e da AUTARQUIA, às expensas do USUÁRIO.

Art. 82. A instalação do reservatório inferior a que se refere no artigo anterior deverá atender às normas de segurança relativas a interferência de canalizações ou dispositivos de esgoto sanitários, capazes de ocasionar contaminações.

Art. 83. Constatado qualquer desrespeito às normas deste regulamento, quanto às instalações internas, poderá a AUTARQUIA aplicar as penalidades previstas neste Regulamento, até a completa regularização, sem prejuízo de eventuais ações na esfera administrativa e judiciária.

TÍTULO X

DA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HIDRÔMETROS

Art. 84. O hidrômetro destinado para medição do consumo de água, pela AUTARQUIA, deve ser instalado no Padrão de Ligação de Água, na parte externa do imóvel, em local de fácil acesso para instalação e manuseio, que possibilite a leitura diretamente da via pública, sendo que:

I - O tipo e diâmetro do hidrômetro serão estabelecidos pela AUTARQUIA, conforme necessidades do USUÁRIO e segundo as normas técnicas vigentes;

II - O hidrômetro deverá ficar abrigado em caixa padrão de proteção, a ser instalada pelo USUÁRIO, conforme especificações da AUTARQUIA.

Art. 85. Os hidrômetros são bens públicos disponibilizados aos USUÁRIOS, que deverão utilizá-los corretamente e zelar por sua integridade.

Art. 86. Os hidrômetros serão adquiridos pela AUTARQUIA, munidos de certificação ou autorização junto ao Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO).

§ 1º Adquiridos hidrômetros certificados ou autorizados pelo INMETRO, haverá a presunção de regularidade de suas medições.

§ 2º A instalação e retirada dos hidrômetros serão sempre realizadas pela AUTARQUIA.

Art. 87. Os hidrômetros serão reparados ou substituídos, a custa da AUTARQUIA e independentemente de autorização pelo USUÁRIO quando:

I - Deteriorados pelo uso normal;

II - Apresentarem desvios de medição acima do permitido pelas normas técnicas;

III - Em razão de manutenção preventiva.

Parágrafo único. A substituição deverá ser comunicada ao USUÁRIO.

Art. 88. Serão reparados ou substituídos, a custa do USUÁRIO, os hidrômetros abertos, danificados, ou de qualquer modo, alterados.

§ 1º Além do custo pela troca do hidrômetro, seja em razão de ter danificado o hidrômetro, ou por falta de guarda sobre ele, a AUTARQUIA poderá cobrar do USUÁRIO:

I - O valor correspondente a infração;

II - Custos para readequação ou conserto da ligação às redes de

abastecimento de água ou de coleta de esgoto, incluindo a disponibilização de novo hidrômetro e caixa padrão;

III - Diferença de consumo apurada;

IV - Indenização por eventuais prejuízos ao sistema de abastecimento de água e/ou ao sistema de esgotamento sanitário.

§ 2º Caso o próprio USUÁRIO ou proprietário do imóvel comunique formalmente qualquer dos fatos previstos no caput deste artigo, anteriormente à constatação pela AUTARQUIA, afirmando que não foi ele quem retirou ou danificou o lacre ou o hidrômetro, ficará isento da qualquer sanção pela infração, arcando, somente com os custos pela substituição do equipamento ou outros serviços necessários.

Art. 89. Se houver impedimento, por parte do USUÁRIO, quanto ao reparo ou substituição do hidrômetro, a AUTARQUIA poderá suspender os serviços em 48 (quarenta e oito) horas após avisá-lo.

Art. 90. Poderá ser realizada a verificação do funcionamento ou estado do hidrômetro e demais componentes hidráulicos, por solicitação do USUÁRIO ou por entendimento da AUTARQUIA.

§ 1º Ao ser retirado o hidrômetro ocorrerá sua substituição por outro aparelho pela AUTARQUIA.

§ 2º As verificações do hidrômetro serão realizadas por equipamentos certificados pelo INMETRO.

§ 3º Serão considerados idôneos para a medição do consumo de água, os hidrômetros que acusarem desvio de medição dentro dos limites estabelecidos pelas normas técnicas.

§ 4º Em nenhuma hipótese, o hidrômetro retirado para verificação será devolvido para sua antiga instalação, ainda que em perfeito estado de funcionamento.

Art. 91. Caso a verificação do hidrômetro tenha sido solicitada pelo USUÁRIO, constatada a regularidade do aparelho, arcará o USUÁRIO com os custos referentes aos serviços realizados e materiais utilizados durante a troca e verificação do hidrômetro constante na TABELA DE SERVIÇOS (ANEXO II).

Art. 92. Por solicitação do USUÁRIO, poderá ser efetuado deslocamento do hidrômetro, através de pedido de mudança da ligação, desde que viável tecnicamente, ficando o mesmo sujeito ao pagamento dos respectivos custos constantes da TABELA DE SERVIÇOS (ANEXO II).

Art. 93. O livre acesso ao hidrômetro deverá ser assegurado pelo USUÁRIO ao pessoal autorizado pela AUTARQUIA, sendo vedado atravancar o padrão com qualquer obstáculo ou instalação, que dificulte a fácil remoção do medidor ou a sua leitura.

TÍTULO XI

DOS HIDRANTES

Art. 94. A AUTARQUIA, de acordo com o Corpo de Bombeiros, respeitadas as condições técnicas, instalará hidrantes em logradouros públicos onde existir rede de abastecimento de água compatível com as especificações técnicas pertinentes.

§ 1º Só serão instalados hidrantes aprovados pela AUTARQUIA e pelo Corpo de Bombeiros, observadas as normas específicas da ABNT.

§ 2º A instalação dos hidrantes será feita pela AUTARQUIA ou por terceiros por ela autorizados.

Art. 95. O Corpo de Bombeiros não poderá, sem o consentimento da AUTARQUIA, utilizar a água dos hidrantes para outro fim que não sejam aqueles emergenciais.

Art. 96. A operação dos hidrantes somente poderá ser efetuada pela AUTARQUIA ou pelo Corpo de Bombeiros.

§ 1º O Corpo de Bombeiros deverá comunicar a AUTARQUIA, no

prazo de 24 (vinte e quatro) horas, as operações efetuadas nos termos deste artigo.

§ 2º A AUTARQUIA fornecerá ao Corpo de Bombeiros, por solicitação deste, informações sobre o sistema de abastecimento de água e o seu regime de operação.

Art. 97. Compete ao Corpo de Bombeiros inspecionar com regularidade as condições de funcionamento dos hidrantes e dos registros de fechamento dos mesmos, e solicitar a AUTARQUIA os reparos, porventura necessários.

Parágrafo único. A AUTARQUIA realizará os reparos dos hidrantes danificados, sendo os custos cobrados de quem lhes deu causa, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis, e demais disposições previstas neste Regulamento.

TÍTULO XII

DO FORNECIMENTO DE ÁGUA POR MEIO DE CAMINHÃO-PIPA

Art. 98. Em situações emergenciais poderá ser permitida a distribuição de água potável para consumo humano, oriunda do sistema público de abastecimento, por meio de caminhão-pipa.

§ 1º Pelo fornecimento de água previsto neste artigo será cobrado por metro cúbico o valor referente a tarifa da primeira faixa de consumo da categoria comercial.

§ 2º Será permitida a distribuição de água por caminhão (pipa/tanque) de terceiros, desde que cumpridas as normas legais e as estabelecidas pela AUTARQUIA.

TÍTULO XIII

DAS INTERVENÇÕES DE OBRAS DE TERCEIROS

Art. 99. Todas as obras de terceiros, públicas ou privadas, que possam causar interferência nos sistemas de abastecimento de água ou nos sistemas de esgotamento sanitário, deverão ser comunicadas, pelo proprietário do empreendimento público ou privado, à AUTARQUIA, com antecedência mínima de 45 dias ao seu início, ressalvado o caso de obras emergenciais, decorrentes de caso fortuito ou força maior, as quais podem ser comunicadas à AUTARQUIA quando iniciadas.

Art. 100. Se as obras exigirem eventuais adequações dos sistemas, o interessado deverá solicitá-las à AUTARQUIA e, caso seja tecnicamente viável, arcará o responsável pela obra ou o proprietário do empreendimento com os respectivos custos.

Art. 101. Qualquer dano causado aos sistemas de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, por ocasião da execução de obras por terceiros, deverá ser imediatamente comunicado à AUTARQUIA, cabendo ao responsável pela obra ou proprietário do empreendimento indenizar à AUTARQUIA o respectivo prejuízo.

Parágrafo único. Deverão ser indenizados os custos para os reparos, bem como poderá a AUTARQUIA cobrar o volume de água perdido e eventuais danos a terceiros, dos quais a AUTARQUIA ou o PODER CONCEDENTE, sejam demandados.

TÍTULO XIV

DAS INFRAÇÕES

Art. 102. Os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto visam à melhoria da condição de vida das pessoas na cidade onde vivem, e, para alcançar os princípios de eficiência, universalidade, auto-sustentabilidade e modicidade das tarifas, serão combatidos, o desperdício e as irregularidades na prestação e fruição dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto.

Art. 103. Compete à AUTARQUIA:

I - Orientar os USUÁRIOS acerca da correta utilização dos serviços públicos e dos prejuízos ocasionados pelas infrações;
II - Analisar as ocorrências, laudos periciais e manifestações eventualmente apresentadas, deliberando acerca da aplicação de multas relacionadas à prestação dos serviços públicos, bem como demais encargos, conforme previsto neste regulamento e anexos;
III - Apurar e calcular eventuais diferenças de consumo, aplicando, em consequência, todas as medidas necessárias para regularização dos serviços públicos.

Art. 104. Consideram-se infrações, praticada pelo USUÁRIO com relação ao(s) serviço(s) de abastecimento de água:

I - Efetuar ligações clandestinas as redes de abastecimento;
II - Executar derivações de tubulações para receber água antes da sua passagem pelo medidor (hidrômetro) instalado na ligação ou na fonte alternativa de água, permanentemente ou transitariamente;
III - Injetar água, ar ou outra substância, nas instalações internas do imóvel, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que possam modificar a qualidade da água e as condições da rede de abastecimento;
IV - Injetar água, ar ou outra substância, nas instalações internas do imóvel, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que modifiquem e/ou afetem a qualidade da água e as condições da rede de abastecimento;
V - Violar dispositivo de interrupção do fornecimento de água (violação de corte);
VI - Valer-se de outra fonte de abastecimento diversa da rede de abastecimento de água, sem autorização da AUTARQUIA, ou misturar água de outra fonte à água fornecida pela AUTARQUIA;
VII - Realizar ou permitir a derivação na instalação interna de seu imóvel para fornecer água à outro imóvel;
VIII - Manter as instalações internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas;
IX - Impedir a verificação, manutenção, reparo, ou leitura do hidrômetro da respectiva ligação e da fonte alternativa de água, pela AUTARQUIA;
X - Negar-se a modificar ou adequar o PADRAO DA LIGAÇÃO, dificultando o acesso aos equipamentos e a medição do consumo;
XI - Utilizar de forma inadequada as Instalações Internas, criando risco à potabilidade da água, ou causar contaminação da Rede de Abastecimento de Água;
XII - Interligar as redes internas do imóvel abastecidas pelo sistema de água da AUTARQUIA com redes de outras fontes alternativas de abastecimento;
XIII - Permitir a sucção de águas e outros líquidos contaminantes provenientes de fontes distintas do sistema de abastecimento de água da AUTARQUIA e/ou de atividades ou empreendimentos realizados pelo USUÁRIO;
XIV - Adulterar ou manipular a ligação, o hidrômetro e os lacres internos da caixa de proteção do hidrômetro;
XV - Danificar ou retirar o hidrômetro instalado na ligação ou na fonte alternativa de água;
XVI - Não permitir a instalação de hidrômetro na fonte alternativa de água, para fins de verificação de que a fonte não está sendo utilizada;
XVII - Instalar bombas ou outros dispositivos que modifiquem ou possam afetar a qualidade da água e condições operacionais da rede de abastecimento;
XVIII - Inobservar as normas e/ou orientações técnicas da AUTARQUIA na execução de obras e serviços de água;
XIX - Alterar projeto de instalação de água em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização da AUTARQUIA;
XX - Iniciar obras de instalação de sistemas de abastecimento de água em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização da AUTARQUIA;
XXI - Desrespeitar o plano de racionamento e as regras excepcionais, nas situações de emergência, calamidade pública, instituídas

em caráter emergencial pelo município;

XXII - Não possuir reservatório instalado e em funcionamento para abastecer o imóvel segundo sua finalidade e ocupação;
XXIII - Quaisquer outras infrações que o USUÁRIO venha a cometer, mesmo não previstas neste Regulamento, mas dispostas nas normas da AUTARQUIA, estabelecidas pela sua administração.

Art. 105. Consideram-se infrações praticadas pelos USUÁRIOS com relação ao(s) serviço(s) de coleta e tratamento de esgoto:

I - Lançar esgoto, clandestinamente ou fazer ligação clandestina no Sistema de Coleta de Esgoto;
II - Efetuar lançamentos diversos dos previstos no Regulamento, inclusive de água servida proveniente de fontes alternativas ao sistema público de abastecimento, ainda que hidrometradas, sem prévia autorização da AUTARQUIA;
III - Efetuar lançamentos de efluentes e ou resíduos industriais, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que modifiquem ou possam afetar a característica do esgoto doméstico e as condições da rede coletora de esgoto;
IV - Lançar águas pluviais e de piscinas nas redes de esgotos;
V - Efetuar despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio;
VI - Efetuar ou permitir a derivação de tubulações para coleta de esgoto de outro ou para outro imóvel, sem a autorização da AUTARQUIA;
VII - Manter as Instalações Internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas;
VIII - Impedir a fiscalização, manutenção ou reparo da respectiva ligação pela AUTARQUIA;
IX - Negligenciar a manutenção das instalações sanitárias internas ou deixar de reparar rompimentos e vazamentos havidos em instalações internas;
X - Não possuir caixa de gordura de esgotos instalada no imóvel;
XI - Alterar projeto de instalação de esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização da AUTARQUIA;
XII - Iniciar obras de instalação do sistema de esgotamento sanitário em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização da AUTARQUIA;
XIII - Quaisquer outras infrações que o USUÁRIO venha a cometer, mesmo não previstas neste Regulamento, mas dispostas nas normas da AUTARQUIA, estabelecidas pela sua administração.

Art. 106. A demonstração da infração se fará:

I - Se evidente, valerá como prova de sua ocorrência, o relatório de verificação de infração, acompanhado de respectivos registros fotográficos;
II - Caso não seja evidente, a AUTARQUIA utilizará outros meios para constatação, como testemunhas, perícias sobre o hidrômetro, equipamentos e demais instalações hidráulicas;
III - Em qualquer hipótese, fará prova da infração a ausência de defesa do USUÁRIO, se cientificado da ocorrência, não apresentar defesa.

Art. 107. Nos casos de infrações, a AUTARQUIA poderá cobrar do USUÁRIO:

I - O valor correspondente à infração;
II - Além da multa pelo cometimento da infração serão cobrados os custos para realizar a adequação ou conserto dos sistemas de abastecimento de água ou de coleta de esgoto;
III - Despesas com perícia;
IV - Diferença de consumo apurada;
V - Indenização por eventuais prejuízos ao sistema de abastecimento de água ou ao sistema de esgotamento sanitário.
Parágrafo único. Nos casos de reincidência do USUÁRIO no cometimento de infrações, ou se houver o reestabelecimento do abastecimento de água ao imóvel ou para fins diversos, sem o conhecimento da AUTARQUIA, serão reaplicadas as medidas e sanções previstas neste capítulo, observando os critérios procedimentais

previstos.

Art. 108. Após deliberação sobre a infração, através da análise do relatório de verificação de infração, o USUÁRIO será cientificado para que, caso queira, venha apresentar defesa.

Art. 109. As notificações aos consumidores poderão ser efetuadas por servidores da AUTARQUIA, designados pelo seu Diretor, via postal ou através das faturas.

Parágrafo único. Nas notificações efetuadas por servidor, uma via da notificação será entregue ao usuário mediante recibo e, em caso de negativa da assinatura, o servidor certificará o fato no verso do documento.

Art. 110. O pagamento da multa não elide a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estiverem em desacordo com as disposições contidas neste Regulamento.

Art. 111. Está sujeito à interrupção do fornecimento de água ou da coleta de esgoto, sem prejuízo da aplicação de pena de multa, o cometimento reiterado da mesma infração.

Art. 112. Se eventualmente a infração cometida não tiver correspondência com valores previstos na TABELA DE INFRAÇÕES, será aplicado o valor da multa imposta para infração semelhante.

TÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 113. De acordo com as disposições do art. 2º, da Lei Municipal n. 2.022/97, compete ao Diretor da Autarquia reajustar o valor das tarifas, dos serviços e das multas previstas neste regulamento, desde que obedecidas as disposições da Lei nº 11.445/07.

Art. 114. Nos casos de declaração de situação emergência ou calamidade pública em virtude da precariedade do abastecimento de água, ou em situações de desabastecimento coletivo, contínuo ou intermitente, a AUTARQUIA poderá estabelecer planos de racionamento e penalidades aos infratores, inclusive com a interrupção do abastecimento do infrator, e definindo classes de consumidores prioritários.

Art. 115. A AUTARQUIA emitirá, através de Portarias ou Instruções Normativas, normas técnicas complementares dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotamento sanitário, não previstas neste regulamento.

Art. 116. A AUTARQUIA prestará os Serviços Públicos previstos neste regulamento de forma regionalizada, devendo ser observadas as disposições do art. 14 e seguintes da Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 117. Por razões técnicas e de conveniência, a AUTARQUIA poderá dispensar a ligação à rede pública de fornecimento de água e de coleta de esgoto sanitário, a que se refere o art. 14.

Parágrafo único. No caso de ser admitido que o USUÁRIO disponha de sistema próprio de abastecimento de água, será considerado como volume de esgoto coletado, para efeito de cálculo da fatura, o volume de água por ele utilizado, efetivamente medido ou estimado pela AUTARQUIA.

Art. 118. As normas definidas neste Decreto, bem como eventuais alterações somente tornar-se-ão válidas e aplicáveis na medida em que forem uniformemente decretadas pelos poderes executivos dos municípios de Capinzal e Ouro/SC.

Art. 119. Ficam revogados os Decretos nº 016, de 09 de maio de 1997, Decreto nº 031, de 29 de julho de 2005 e Decreto nº 026, de 16 de maio de 2006.

Art. 120. Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de junho de 2014.

Capinzal, em 30 de abril de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

ANEXO I - TABELA DE TARIFAS

(Parte Integrante do Decreto nº 059/2014)

Tarifa Básica Operacional (TBO)

Categoria	Valor (R\$)
SOCIAL	8,60
RESIDENCIAL	17,20
COMERCIAL	31,95
INDUSTRIAL	31,95
PÚBLICA	31,95

NOTA:

Aos imóveis que possuem ligação a rede coletora de esgoto, serão acrescidos aos valores 80% (oitenta por cento), a título de TBO (Tarifa Básica Operacional) dos respectivos serviços de esgotamento sanitário.

Tarifa de Água

CATEGORIA SOCIAL	
Faixa M³	Valor P/ M³
1 - 10	R\$ 0,77
11 - 15	R\$ 3,30
16 - 25	R\$ 4,80
26 - 50	R\$ 5,75
Acima de 50	R\$ 6,70

CATEGORIA RESIDENCIAL	
Faixa M³	Valor P/ M³
1 - 10	R\$ 1,55
11 - 15	R\$ 3,30
16 - 25	R\$ 4,80
26 - 50	R\$ 5,75
Acima de 50	R\$ 6,70

CATEGORIA COMERCIAL / INDUSTRIAL / PÚBLICA	
Faixa M³	Valor P/ M³
1 - 10	R\$ 2,90
11 - 30	R\$ 5,80
31 - 100	R\$ 6,80
Acima de 100	R\$ 7,85

NOTA:

Aos imóveis que possuem ligação a rede coletora de esgoto, serão acrescidos aos valores 80% (oitenta por cento), a título de tarifas dos respectivos serviços de esgotamento sanitário.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

ANEXO II - TABELA DE SERVIÇOS

(Parte integrante do Decreto nº 059/2014)

SERVIÇOS:	VALOR (R\$)
1. Ligação de água	280,00
2. Ligação de esgoto	224,00
3. Mudança de ligação de água	50,00
4. Hora de máquina retroescavadeira / caminhão	40,00
5. Restabelecimento do fornecimento de água	25,00
6. Desligamento de água solicitado pelo usuário	25,00
7. Ligação temporária de água	100,00
8. Ligação temporária de esgoto	80,00
9. Mão de obra de servidor/hora	16,00
10. Verificação de hidrômetro	25,00

NOTA:

A execução das ligações de água e/ou de esgoto para USUÁRIOS enquadrados na categoria social será realizada pelo custo de 50% do valor.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

ANEXO III - TABELA DE INFRAÇÕES

(Parte integrante do Decreto nº 059/2014)

INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ÁGUA:	VALOR (R\$)
1. Efetuar ligações clandestinamente dos serviços de abastecimento de água.	500,00
2. Executar derivações de tubulações para receber água antes da sua passagem pelo medidor (hidrômetro) instalado na ligação ou na fonte alternativa de água, permanentemente ou transitoriamente.	280,00
3. Injetar água, ar ou outra substância, nas instalações internas do imóvel, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que possam modificar a qualidade da água e as condições da rede de abastecimento.	200,00
4. Injetar água, ar ou outra substância, nas instalações internas do imóvel, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que modifiquem e/ou afetem a qualidade da água e as condições da rede de abastecimento.	1.500,00
5. Violar dispositivo de interrupção do fornecimento de água (violação de corte)	100,00
6. Valer-se de outra fonte de abastecimento diversa da rede de abastecimento de água, sem autorização da AUTARQUIA, ou misturar água de outra fonte à água fornecida pela AUTARQUIA.	60,00
7. Realizar ou permitir a derivação na instalação interna de seu imóvel para fornecer água a outro imóvel.	60,00
8. Manter as instalações internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas.	60,00
9. Impedir a verificação, manutenção, reparo, ou leitura do hidrômetro da respectiva ligação e da fonte alternativa de água, pela AUTARQUIA.	60,00
10. Negar-se a modificar ou adequar o PADRAO DA LIGAÇÃO, dificultando o acesso aos equipamentos e a medição do consumo.	60,00

11. Utilizar de forma inadequada as Instalações Internas, criando risco à potabilidade da água, ou causar contaminação da Rede de Abastecimento de Água.	120,00
12. Interligar as redes internas do imóvel abastecidas pelo sistema de água da AUTARQUIA com redes de outras fontes alternativas de abastecimento.	60,00
13. Permitir a sucção de águas e outros líquidos contaminantes provenientes de fontes distintas do sistema de abastecimento de água da AUTARQUIA e/ou de atividades ou empreendimentos realizados pelo USUÁRIO.	550,00
14. Adulterar ou manipular a ligação, o hidrômetro e os lacres internos da caixa de proteção do hidrômetro.	70,00
15. Danificar ou retirar o hidrômetro instalado na ligação ou na fonte alternativa de água.	250,00
16. Não permitir a instalação de hidrômetro na fonte alternativa de água, para fins de verificação de que a fonte não está sendo utilizada.	300,00
17. Instalar bombas ou outros dispositivos que modifiquem ou possam afetar a qualidade da água e condições operacionais da rede de abastecimento.	250,00
18. Inobservar as normas e/ou orientações técnicas da AUTARQUIA na execução de obras e serviços de água.	300,00
19. Alterar projeto de instalação de água em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização da AUTARQUIA.	1.500,00
20. Iniciar obras de instalação de sistemas de abastecimento de água em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização da AUTARQUIA.	2.000,00
21. Desrespeitar o plano de racionamento e as regras excepcionais, nas situações de emergência, calamidade pública, instituídas em caráter emergencial pelo município.	100,00
22. Não possuir reservatório instalado e em funcionamento para abastecer o imóvel segundo sua finalidade e ocupação.	60,00

INFRAÇÕES NOS SERVIÇOS DE ESGOTO:	VALOR (R\$)
1. Lançar esgoto, clandestinamente ou fazer ligação clandestina no Sistema de Coleta de Esgoto.	350,00
2. Efetuar lançamentos diversos dos previstos no Regulamento, inclusive de água servida proveniente de fontes alternativas ao sistema público de abastecimento, ainda que hidrometradas, sem prévia autorização da AUTARQUIA.	200,00
3. Efetuar lançamentos de efluentes e ou resíduos industriais, sem prévia autorização da AUTARQUIA, por meio de tubulações, de bombas ou dispositivos que modifiquem ou possam afetar a característica do esgoto doméstico e as condições da rede coletora de esgoto.	400,00
4. Lançar águas pluviais e de piscinas na rede de esgotos.	60,00
5. Efetuar despejos na rede pública de esgotamento sanitário que, por suas características, exijam tratamento prévio.	150,00
6. Efetuar ou permitir a derivação de tubulações para coleta de esgoto de outro ou para outro imóvel, sem a autorização da AUTARQUIA.	60,00
7. Manter as Instalações Internas, ou da ligação, em desacordo com as disposições deste regulamento e normas técnicas.	60,00
8. Não possuir caixa de gordura de esgotos instalada no imóvel.	60,00
9. Impedir a fiscalização, manutenção ou reparo da respectiva ligação pela AUTARQUIA.	60,00
10. Negligenciar a manutenção das instalações sanitárias internas ou deixar de reparar rompimentos e vazamentos havidos em instalações internas.	60,00

11. Alterar projeto de instalação de esgotos em loteamentos ou conjunto de edificações sem prévia autorização da AUTARQUIA.	1.500,00
12. Iniciar obras de instalação do sistema de esgotamento sanitário em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização da AUTARQUIA.	2.000,00

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Portarias

PORTARIA Nº 055, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Cessa efeito de portaria na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 080/2013, que designou a servidora Elisangela Aparecida Bagnolin, matrícula nº 309150/01 para responder pelo Departamento de Licitações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 056, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Designa servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Elisangela Aparecida Bagnolin, matrícula nº 309150/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Bibliotecário, nível 72, referência J, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo cargo de Diretor de Licitações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 057, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 038/2013, que designou a servidora Gisela Nara Martins, matrícula nº 310310/01 para

responder como Chefe de Gabinete.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 058, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica à disposição da Secretaria da Administração e Finanças e do Gabinete do Prefeito, para exercer atividades administrativas, a contar de 01 de fevereiro de 2014, a servidora Gisela Nara Martins, matrícula nº 310310/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 261, referência J, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 059, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 059/2013, que designou a servidora Juliana Fior Pereira Duarte, matrícula nº 397202/01, para responder como Chefe de Gabinete.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 060, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Juliane Fior Pereira Duarte, matrícula nº 397202/01, no cargo de provimento em comissão de Chefe de

Gabinete, nível CC - 3, conforme o anexo III - A da Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 10 de março de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Anildo Roch Martinelli Jr.

Aos oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, senhor Andevir Isganzela, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Anildo Roch Martinelli Jr., matrícula nº 407485/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor de Agricultura, nomeado pela Portaria nº 368, de 10 de março de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 10 de março de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 061, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Contrata servidor, em caráter emergencial, na forma que especifica

CONSIDERANDO o Memorando da Secretaria da Saúde com o pedido de contratação de servidores em caráter emergencial para que os serviços de saúde não sejam interrompidos, até que seja realizado o Processo Seletivo para contratação de servidores;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 007/2014, emitido pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Capinzal, que diz ser favorável à contratação emergencial de tais servidores;

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratado, em caráter emergencial, até 28 de fevereiro de 2014, Ana Paula Chiamolera, matrícula nº 305723/04, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 061, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada a servidora Ana Paula Chiamolera, matrícula nº 305723/03, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento de Vigilância Sanitária, nível CC 1, conforme o anexo IV - E da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 063, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento nº 453/2014, a servidora Simone Bernardete da Silva, matrícula nº 397563/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Departamento do Meio Ambiente, nível CC 1, conforme o anexo IV - C da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 064, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 4582/2013, pelo período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014, em dez (10) horas semanais, da servidora

Jussara Biazotto, matrícula nº 312770/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de dez (10) horas semanais pelo período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 065, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4316/2013, à servidora Leila Ster Pelegrini, matrícula nº 313157/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 06 de maio de 2001 a 05 de maio de 2006, pelo período de 03 de fevereiro a 02 de maio de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 066, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4392/2013, à servidora Odiles Cassiano da Silva, matrícula nº 316911/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 24 de abril de 1996 a 23 de abril de 2001, pelo período de 03 de fevereiro a 02 de maio de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 067, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 4470/2013, a contar de 01 de fevereiro de 2014, em dez (10) horas semanais, da servidora Miriam de Azeredo e Silva, matrícula nº 324540/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais a partir de 01 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 068, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4316/2013, à servidora Adenir Jane Borsoi, matrícula nº 304840/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência C, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 11 de julho de 2001 a 10 de julho de 2006, pelo período de 03 de fevereiro a 02 de maio de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 069, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 4604/2013, à servidora Marcia Regina Mello-to, matrícula nº 324116/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 02 de fevereiro de 2002 a 01 de fevereiro de 2007, pelo período de 03 de fevereiro a 02 de maio de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 070, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 4631/2013, a contar de 01 de fevereiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Eloá Salete Toaldo Giumbellii, matrícula nº 309320/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 8, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais a partir de 01 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 071, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mariza Lucia Sonogo, matrícula nº 331830/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 072, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Marcia Maria Benetti Marques, matrícula nº 314510/16, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 073, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Monica Marta Stiirmer, matrícula nº 332100/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 074, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Joelice Mascarello, matrícula

nº 329924/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 03 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 075, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 878/2013, que colocou o servidor Vander Luiz Gotardo, matrícula nº 334049/01 à disposição da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 076, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 153/2013, que designou a servidora Suzana Andrade Alves, matrícula nº 319627/01, para responder pela Coordenação Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, a contar de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 077, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Suzana Andrade Alves, matrícula nº 319627/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência E, conforme o Anexo IV, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente e concede FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 078, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Romí Vilarino Lira, matrícula nº 304310/05, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o Anexo IV, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido, juntamente com a Direção das Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha e concede gratificação de 50%, conforme o inciso II do artigo 24 da Lei Complementar nº 045/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 079, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 151/2013, que designou a servidora Jociane Morosini Andrioni, matrícula nº 323357/01, para responder pela Coordenação Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, a contar de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 080, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica à disposição, por interesse do serviço público, na Escola Municipal Ernesto Hachmann e no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha, em quarenta (40) horas semanais, a contar de 03 de fevereiro de 2014, a servidora Josiane Mara Angeli, matrícula nº 187976/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 081, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 4706/2013, a contar de 01 de fevereiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Terezinha Ruivo Andrioni, matrícula nº 320050/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência I, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais pelo período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 082, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica à disposição, por interesse do serviço público, na Diretoria de Ensino, em quarenta (40) horas semanais, a contar de 03 de fevereiro de 2014, a servidora Terezinha Bernardette Colombo, matrícula nº 333867/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o

Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 083, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica à disposição, por interesse do serviço público, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço, em quarenta (40) horas semanais, a contar de 03 de fevereiro de 2014, a servidora Irene Machado Grauer, matrícula nº 323063/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 084, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica à disposição, por interesse do serviço público, na Fundação Municipal de Esportes, em quarenta (40) horas semanais, a contar de 03 de fevereiro de 2014, a servidora Saionara Cristina Masson, matrícula nº 318434/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para exercer a função de Superintendente Técnico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 085, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com

fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, por interesse do serviço público, a contar de 01 de fevereiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Tatiane Masson, matrícula nº 397520/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Superintendente Administrativo da Fundação Municipal de Esportes, conforme a Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais a contar de 01 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 087, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 374/2013, concedeu FC - 1 ao servidor Odílio Lins, matrícula nº 316938/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 088, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designado o servidor Odilio Lins, matricula nº 316938/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência F, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Setor de Serviços Viários e concede FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 089, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no inciso 2º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, por permuta, em caráter temporário, a servidora Jane Regina Campioni, matrícula nº 329681/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing para a Escola Municipal Viver e Conhecer, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, em permuta, com a servidora Maria Regina Lopes de Castro Mileski, pelo período de 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 090, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no inciso 2º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, por permuta, em caráter temporário, a servidora Maria Regina Lopes de Castro Mileski, matrícula nº 324280/10, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Viver e Conhecer para a Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, em permuta, com a servidora Jane Regina Campioni, pelo período de 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 091, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 391/2013, que concedeu

FC - 1 à servidora Francieli Franke, matrícula nº 322806/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 092, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2014 e na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeado Alexandre Roca do Nascimento, matrícula 407441/01, no cargo de provimento em comissão de Diretor do Sistema de Controle Interno, nível CC - 3, conforme a Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991, a contar de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 11 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ALEXANDRE TEIXEIRA DA SILVA

Secretário da Administração e Finanças em exercício

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Alexandre Roca do Nascimento

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, senhor Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Alexandre Roca do Nascimento, matrícula nº 407441/01, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor do Sistema de Controle Interno, nomeado pela Portaria nº 092, de 03 de fevereiro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, empenhando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 4744/2013, a contar de 01 de fevereiro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Juliana Godoy, matrícula nº 330205/01, ocupante do cargo de Farmacêutico Bioquímico, nível 156-A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais a partir de 01 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 094, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Rosilene de Souza Haus, matrícula nº 318345/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Belisário Pena e concede FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 094, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Designa servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica designada a servidora Rosilene de Souza Haus, matrícula nº 318345/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência C, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Belisário Pena e concede FC - 2.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 100, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, em caráter temporário, por motivos médicos, a servidora Marcia Terezinha Hanel Toscan, matrícula nº 331392/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Ivo Silveira para a Escola Municipal Viver e Conhecer, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 103, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, em caráter temporário, por interesse do serviço público, a servidora Irene Machado Grauer, matrícula nº 323063/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Geria, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Diretoria de Ensino para o Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 104, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Marinês Pereira Schu, matrícula nº 324329/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 105, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Nádia Maria Suzin, matrícula nº 332127/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 106, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte

(20) horas semanais, da servidora Dirlei da Silva, matrícula nº 322377/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 107, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Regiane Cristina de Lima Giuliano, matrícula nº 332720/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Colorido.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 108, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Lilian Mendes Moreira Dalamaria, matrícula nº 323721/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação

Infantil Mundo Colorido.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 109, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Keli Polo, matrícula nº 330396/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 110, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Gecy Terezinha Debastiani Dambros, matrícula nº 322849/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 111, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Mavis Capeletti, matrícula nº 138207/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 113, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Janice Salete da Silva, matrícula nº 311790/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 112, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Karla Luciana Viccari Menegás, matrícula nº 323560/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Fada Madrinha.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 114, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Andréa Aparecida de Azevedo Sheuermann, matrícula nº 326623/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 115, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Elena Aparecida de Oliveira Menegazzo, matrícula nº 328030/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 116, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Silvia Maria da Rosa, matrícula nº 333409/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 117, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034,

de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Claudia Antunes de Oliveira Lima, matrícula nº 322059/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 119, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Francieli Franke, matrícula nº 322806/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 120, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Alesandra Cabral, matrícula nº 326160/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais,

conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 121, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Cleciane da Silva, matrícula nº 307610/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 122, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Elisangela Jaensch, matrícula nº 3220601/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 123, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Evani Marichen Lamb Riffel, matrícula nº 322709/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 124, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Vânia Schwaizer, matrícula nº 334154/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 125, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Simone Carvalho da Silva, matrícula nº 333468/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 126, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, do servidor Juliano Kloss, matrícula nº 330221/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 127, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Daiane Kieling, matrícula nº 327573/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 128, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Niani de Azeredo, matrícula nº 332283/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Ernesto Hachmann.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 129, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, do servidor Juliano do Prado, matrícula nº 323489/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Diretoria de Cultura, Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 130, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Fátima Spiellmann da Silva, matrícula nº 328588/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 130, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Fátima Spiellmann da Silva, matrícula nº 328588/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04

de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 132, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jane Regina Campioni, matrícula nº 329681, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.
ANDEVIR ISGANZELA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 133, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Eliane Marcia Bevilaqua Bernardi, matrícula nº 328073/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 134, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Maria Regina Lopes de Castro Mileski, matrícula nº 324280/10, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 135, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Giceli Aparecida Bergamo Dambros, matrícula nº 328952/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 136, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Tania Masson, matrícula nº 333808/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 137, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, e pelo Edital nº 034, de 26 de novembro de 2013, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Carmem Maletzke Markus, matrícula nº 327131/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais no período de 01 de fevereiro a 20 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 03 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 138, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 04 de fevereiro de 2014 a 03 de abril de 2014, conforme requerimento protocolado sob o nº 4449/2013 à servidora Josimari Dondoni do Amaral, matrícula nº 330086/01, ocupante do cargo de Assistente Social, nível 56 referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 139, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto na Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Fica nomeada Lidiane Koch Tobaldini, matrícula 330680/01, no cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 3068, de 22 de maio de 2013, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 05 de fevereiro de 2014, ficando lotada na Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Termo de Posse e Compromisso prestado por Lidiane Koch Tobaldini

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Andevir Isganzella, no Gabinete do Prefeito, compareceu a sra. Lidiane Koch Tobaldini, matrícula nº 330680/02, a fim de tomar posse no cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, nomeada pela Portaria nº 139, de 04 de fevereiro de 2014.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2014

Empossado

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 144, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratar de interesses particulares, conforme requerimento protocolado sob o nº 594/2014, à servidora Leonice Salete Deitos, matrícula nº 313262/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 01 de março a 30 de abril de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 145, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, em caráter temporário, por interesse do serviço público, a servidora Terezinha Bernardette Colombo, matrícula nº 333867/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Geria, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do EJA para a Diretoria de Ensino, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 03 de fevereiro a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 03 de fevereiro de 2014.

Capinzal - SC, em 04 de fevereiro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA Nº 396, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999 e com a Lei Complementar nº 079, de 14 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 05 de março a 30 de novembro de 2014, Saionara Cristina Masson, matrícula nº 318434/04, para exercer as funções do cargo de Técnico de Atividades Desportivas III, Nível 3, referência A, modalidade Handebol Escolinha, conforme o anexo V da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de março de 2014

Capinzal - SC, em 17 de março de 2014
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

Decreto 060/2014

DECRETO Nº 060, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Anula o Processo Licitatório nº 135/2013, Modalidade Tomada de Preços nº 002/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente anular a licitação por ilegalidade de ofício, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.784/99 em seu art. 53 que preconiza o dever da Administração de anular seus próprios atos, quando eivados de vício de ilegalidade;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 121/2014, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 135/2013, Modalidade Tomada de Preços nº 002/2013, cujo objeto é contratação de empresa especializada para realização de Processo Seletivo de provas para contratação de Servidores nos cargos constantes do anexo único, mediante obrigações envolvendo todos os procedimentos administrativos pertinentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 30 de abril de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças Interino

Decreto 061/2014

DECRETO Nº 061, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Revoga o Processo Licitatório nº 072/2014, Modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente revogar a licitação, uma vez que nenhum interessado comparecer ao certame para formular lances;

CONSIDERANDO a ausência de interessado, é superveniente, suficiente e pertinente para justificar a medida administrativa de revogar o certame;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 120/2014, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo Licitatório nº 072/2014, Modalidade Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014, cujo objeto é contratação de empresa para reforma em duas salas Ginásio do Loteamento Parizotto, nas Creches Conquistando Meu Espaço e Fada Madrinha, nas Escolas Ernesto Hachmann, Ivo Silveira e Belisário Pena.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 30 de abril de 2014.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças Interino

PMC Processo Licitatório Nº 0024/2014 - Concorrência Para Obras E Serv. Engenharia Nº 001/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0024/2014

Concorrência para Obras e Serv. Engenharia Nº 001/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada de Engenharia para execução de 03 (três) Unidades Básicas de Saúde (UBS), a serem implantadas nos endereços: Rua Benjamin Dorini JR - Bairro São Cristóvão (UBS Tipo II); Rua Orvalino D'Agostine - Loteamento Benjamin Dorini (UBS Tipo I) e na Estrada Principal - Linha Lindemberg (UBS Tipo I), no município de Capinzal/SC, em conformidade com Projeto de Engenharia, Memorial Descritivo, Cronograma Físico/Financeiro e demais documentos anexos e as regras editalícias a seguir expostas.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 05/06/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

MENOR PREÇO POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739 e 3555-8716 FAX Nº
(0XX49)3555-8744

CAPINZAL, 05 de maio de 2014

KELVIS BORGES

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

Catanduvas

PREFEITURA

Lei N° 2.449/2014, de 29 de Abril de 2014

LEI Nº 2.449/2014, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

“AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DE CONVÊNIOS DO FNDE E MINISTÉRIO DA SAÚDE.”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO		
UNID. ORÇ.	0401	EDUCAÇÃO		
	365	ENSINO INFANTIL		
		Construção e Ampliação de Creches e Mobiliário em Geral		
	162	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Convênio FNDE	R\$	40.000,00

ÓRGÃO	25	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
UNID. ORÇ.	2501	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS		
	301	ATENÇÃO BÁSICA		
		AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		
	123	DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Conv. Min. Saúde	R\$	30.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Convênios com o FNDE, para Manutenção de Educação Infantil Transferência Direta à Crianças de 0 (zero) a 48 (quarenta e oito) meses e Convênio com o Ministério da Saúde para Aquisição de Equipamentos e Material Permanente, resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2013.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, de 29 de abril de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrada e Publicada por esta Secretaria nesta data.

Celso Ramos

PREFEITURA

Impugnação

JULGAMENTO

Pregão Presencial nº 23/2014

A empresa Ouro Luiz Produtos e Soluções Elétricas Ltda, por intermédio de seu preposto, interpôs Impugnação ao Edital de Licitação - Pregão Presencial n. 23/2014, com fundamento na necessidade de alteração do Edital com objetivo de sanar alguns equívocos e irregularidades existentes, além da ampliação da competitividade do Certame.

Houve emissão de parecer jurídico no sentido da procedência do pedido, conforme razões em anexo.

Analisando as razões da Impugnação da empresa Ouro Luiz Produtos e Soluções Elétricas Ltda e do parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica do Município, percebe-se que a mudança atenderá aos princípios concernentes à legislação licitatória e ao interesse público.

Assim, julgo procedente a Impugnação ao Edital de Licitação - Pregão Presencial n. 23/2014, apresentada pela empresa Ouro Luiz Produtos e Soluções Elétricas Ltda.

Destaca-se, outrossim, em decorrência das alterações que serão efetuadas no Edital, as datas da sessão pública do Pregão presencial serão alteradas, nos termos da legislação.

Celso Ramos, 30 de abril de 2014.

ILDO PELOZATO

Prefeito Municipal em Exercício

Loa

LEI 856

Projeto de Lei Nº 50/2013, de 13 de Novembro de 2013.

"Estima a Receita e fixa a Despesa do município de Celso Ramos para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências"

Ines Teresinha Pegoraro Schons, Prefeita do Municipal de Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

PROJETO DE LEI

Artigo 1º - O Orçamento Geral do município de Celso Ramos, abrangendo a administração direta, fundos e a Câmara Municipal de Vereadores, para o exercício financeiro de 2014, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 11.168.701,90 (Onze Milhões cento e sessenta e oito mil, setecentos e um reais e noventa centavos), sendo R\$ 8.705.364,10 (oito milhões, setecentos e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dez centavos) do orçamento fiscal e R\$ 2.463.337,80 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e três reais, trezentos e trinta e sete reais e oitenta centavos) do orçamento da seguridade social, discriminados anexos integrantes desta Lei.

Artigo 2º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes

do anexo integrante desta lei, com o seguinte desdobramento:

CONSOLIDADA

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES - R\$
RECEITAS CORRENTES	11.162.624,37
-Receita Tributária	414.800,00
-Receitas de Contribuições	30.000,00
-Receita Patrimonial	27.405,06
-Receita de Serviços	3.300,00
-Transferências Correntes	10.675.119,31
-Outras Receitas Correntes	12.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.077,53
-Alienações	6.077,53
TOTAL GERAL	11.168.701,90

Artigo 3º - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada grupo de natureza de Despesa na Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN Nº 163/2001, na forma da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014, assim distribuídas:

POR FUNÇÕES DE GOVERNO

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES	VALORES - R\$
01 - Legislativa	442.000,00
04 - Administração	1.232.806,39
06 - Segurança Pública	15.000,00
08 - Assistência Social	985.000,00
10 - Saúde	1.952.337,80
12 - Educação	2.649.000,00
14 - Direitos da Cidadania	125.000,00
15 - Urbanismo	770.998,00
16 - Habitação	217.000,00
17 - Saneamento	10.000,00
20 - Agricultura	852.649,91
26 - Transporte	1.006.000,00
27 - Desporto e Lazer	307.909,80
28 - Encargos Especiais	592.000,00
99 - Reserva de Contingência	11.000,00
TOTAL GERAL	11.168.701,90

POR SUBFUNÇÕES

DESCRIMINAÇÃO DAS SUBFUNÇÕES	VALORES - R\$
031 - Ação Legislativa	442.000,00
061 - Ação Judiciária	2.000,00
122 - Administração Geral	1.232.806,38
182 - Defesa Civil	15.000,00
242 - Assistência ao Portador de Deficiência	7.000,00
243 - Assistência a Criança e ao Adolescente	193.000,00
244 - Assistência Comunitária	1.072.000,00
301 - Atenção Básica	1.916.337,80
304 - Vigilância Sanitária	36.000,00
361 - Ensino Fundamental	2.228.000,00

362 - Ensino Médio	12.000,00
365 - Educação Infantil	409.000,00
452 - Serviços Urbanos	770.998,00
453 - Transportes Coletivos Urbanos	
482 - Habitação Urbana	55.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano	10.000,00
601 - Promoção da Produção Vegetal	852.649,91
782 - Transporte Rodoviário	1.006.000,00
812 - Desporto Comunitário	288.000,00
813 - Lazer	19.909,80
846 - Outros Encargos Especiais	590.000,00
999 - Reserva de Contingência	11.000,00
TOTAL GERAL	11.168.701,90

POR CATEGORIA ECONÔMICA

DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS	VALORES - R\$
DESPESAS CORRENTES	9.969.051,49
Pessoal e Encargos Sociais	6.408.010,00
Juros e Encargos da Dívida	5.000,00
Outras Despesas Correntes	3.556.041,49
DESPESAS DE CAPITAL	1.188.650,41
Investimentos	788.650,41
Amortização da Dívida	400.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.000,00
Reserva de Contingência	11.000,00
TOTAL GERAL	11.168.701,90

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

DESCRIÇÃO DOS ÓRGÃOS	VALORES - R\$
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01.01 - Câmara Municipal de Vereadores	442.000,00
02.01 - Gabinete do Prefeito	280.000,00
02.02 - Secretaria Mun. De Administração e Finanças	952.806,39
02.04 - Sec. Da Cidade e Meio Ambiente.	885.907,80
02.05 - Sec. Mun. De Transportes e Obras	921.000,00
02.06 - Sec. de Esportes, Turismo e Cultura	288.000,00
02.07 - Secretaria de Educação	2.769.000,00
02.08 - Fundo Municipal de Assistência Social	932.000,00
02.09 - Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia	58.000,00
02.10 - FUNDEC - Fundo Mun. Da Defesa Civil	15.000,00
02.11 - Fundo Mun. De Habitação	217.000,00
02.90 - Encargos Especiais	592.000,00
02.99 - Reserva de Contingência	11.000,00
03.00 - Fundo Municipal de Saúde	1.952.337,80
TOTAL GERAL	11.168.701,90

Artigo 4º - O orçamento da despesa da administração direta poderá ser expandido até o limite da efetiva arrecadação

Artigo 5º - O Poder Executivo, através de ato próprio está autorizado a:

- a) - Abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite de 1/3(um terço) do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º da Lei nº 4.320/64, utilizando como recurso a anulação total ou parcial de dotações dentro do mesmo projeto/atividade;
- b) - Abrir Créditos Adicionais Suplementares à conta de recursos provenientes do excesso de arrecadação de Convênios, incluindo aqueles não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta Lei;
- c) - Abrir Créditos Adicionais Suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação, considerada a tendência de arrecadação do exercício.
- d) - o Excesso de Arrecadação será calculado por fonte dentro do Exercício 2014;

Parágrafo Único: Fica excluído do limite na alínea "a" deste artigo os créditos suplementares abertos através de lei específica.

Artigo 6º - Os recursos da "RESERVA DE CONTINGÊNCIA" serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e riscos fiscais como determinado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014.

Artigo 7º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênios/Acordos com os Governos Federal, Estadual, Municipais, Organizações Não Governamentais, na forma da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Exercício de 2014.

Artigo 8º A Lei Orçamentária englobará, apenas para efeitos de contabilização, em estrutura única os orçamentos da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Habitação e do Fundo da Infância e Adolescente, Fundo Municipal da Defesa Civil, visando facilitar as rotinas contábeis.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais continuam a existir legalmente, possuindo contabilização da despesa distinta da contabilidade da Prefeitura Municipal, na condição de Órgãos Orçamentários do orçamento geral e contas bancárias específicas aos Fundos, do Município de Celso Ramos.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Artigos 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Celso Ramos, 25 de novembro de 2013
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 49/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 49/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 49/2014.
Vigência: 30/04/2014 à 31/12/2014
Processo Licitatório nº 26/2014
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: Lorival da Silva & Cia Ltda.
Valor: R\$ 23.880,00 (Vinte e Três Mil e Oitocentos e Oitenta Reais).
Objeto: O presente Contrato tem por objeto à contratação de Empresas Especializadas à realização do transporte de passageiros do Município de Chapadão do Lageado, com fornecimento pela contratada de motorista habilitado, combustível e/ou qualquer outra despesa referente ao serviço a ser prestado pela Contratada, de acordo com os itens, quantidades e especificações relacionados abaixo.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
3	Transporte de passageiros de Chapadão do Lageado para outros Municípios, perfazendo um trajeto aproximado de 6.000 km no ano;	Km	6.000,00

DATA DA ASSINATURA: 30 de abril de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 53/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2014 - SRP

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 15 de maio de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de um carro tipo minibus para uso no Transporte de Pacientes em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações contidas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Pregoeiro, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 05 de maio de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 177 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 177/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 73, da Lei Complementar 008 de 23.12.99, e conforme requerimento do interessado,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de assuntos particulares à MAICON RODRIGO PAUL, servidor público desta Prefeitura, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial de Nível Médio, na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, pelo período de 01/05/2014 a 30/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.05.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
30 de abril de 2014.
JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 178 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 178/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do Requerimento de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família instruído com a solicitação do Médico da Paciente, ratificada pela Junta Médica Oficial do Município, nomeada através da Portaria nº 064/2014;

- CONSIDERANDO, a Prorrogação do Processo Administrativo SAP/DRH n. 001/2014, que caracterizou a exigência de assistência direta da Servidora Requerente.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 7º, 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família em favor da Servidora Pública LIDIA TEREZINHA PALHANO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora 40 horas, da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o nº 231/05, no período de 04.05.14 a 01.08.2014 (90 dias), com remuneração integral de acordo com o §10, I, do art. 64 da LC n. 008/99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
30 de abril de 2014.
JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 179 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 179/2014

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 079, de 14.02.2014 e os da Portaria nº 178, de 30.04.2014, que concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Lídia Terezinha Palhano;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 085 de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

RESOLVE:

Art.1º Alterar a Portaria nº. 097, de 20.02.2014, no que se refere ao período contratado, passando a vigorar com a seguinte redação: [] RITA DE CASSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Turma do 3º ano series iniciais, no Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, pelo período de 21.02.2014 a 01.08.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
30 de abril de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 180 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 180/2014

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 079, de 14.02.2014 e os da Portaria nº 178, de 30.04.2014, que concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Lídia Terezinha Palhano;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 085 de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

RESOLVE:

Art.1º Alterar a Portaria nº. 098, de 20.02.2014, no que se refere ao período contratado, passando a vigorar com a seguinte redação: [] RITA DE CASSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na Turma do 5º ano series iniciais, no Centro Educacional de Ensino Fundamental, pelo período de 21.02.2014 a 01.08.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,

30 de abril de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 181 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 181/2014

CONSIDERANDO, a Resolução nº 02/2014 editada pelo Conselho Municipal da Educação, homologada pelo Decreto nº 028, de 16.04.2014, que aprova a implantação do Projeto "Reforço Escolar";

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário MONIQUE RAFAELA EDUARDO, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 10 horas, Nível I, junto ao Projeto "Reforço Escolar", nas Turmas do 1º ao 5º ano do Centro Educacional de Ensino Fundamental e do Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, pelo período de 05.05.2014 a 30.11.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
30 de abril de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 182 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 182/2014

CONSIDERANDO, a Resolução nº 02/2014 editada pelo Conselho Municipal da Educação, homologada pelo Decreto nº 028, de 16.04.2014, que aprova a implantação do Projeto "Reforço Escolar";

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário RAFAELA GUIMARÃES, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 10 horas, Nível I, junto ao Projeto "Reforço Escolar", nas Turmas do 1º ao 5º ano do Centro Educacional de Ensino Fundamental e do Centro Educacional e Esportivo Valdomiro Manoel Chiquio, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, pelo período de 05.05.2014 a 30.11.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
30 de abril de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 183 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 183/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/07/2012 à 30/06/2013, a ADALTO SYPRIANI, Matrícula nº 2599/01, ocupante do cargo efetivo de Operário, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 05.05.2014 à 03.06.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
30 de abril de 2014.
JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 184 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 184/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 13/06/2012 à 12/07/2013, a MARCIANO SYPRIANI, Matrícula nº 2598/01, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 05.05.2014 à 24.05.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
30 de abril de 2014.
JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 185 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 185/2014

- CONSIDERANDO, o recebimento pelo Município de Chapadão do Lageado - SC do Ofício Recomendação n. 0260/2014/01PJ/ITU - Procedimento Preparatório n. 06.2014.00001542-5 (SIG/MP) encaminhado pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina;

- CONSIDERANDO, que até o presente momento o Município de Chapadão do Lageado não foi comunicado pelo Ministério Público sobre a manifestação dos médicos especialistas a respeito da necessidade de a educação da criança continuar de forma domiciliar ou, caso constatada a possibilidade de frequentar a Escola regular, quais condições deverão ser observadas para que inexista qualquer risco a vida e a saúde da infante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 0085, de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006, de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008, de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 005/2013;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 110/2014 de 05.03.2014, que Admiti em caráter temporário EVILANEA DE OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de Professora de Séries Iniciais ACT - 20 horas, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na residência da menina Maisa Vitória Montibeller, localizada na comunidade de Figueiredo, Estrada Geral, s/n, Município de Chapadão do Lageado-SC, pelo período de 05.05.2014 a 30.06.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
30 de abril de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria Nº 186 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 186/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 06/05/2012 à 05/05/2013, a ADILSON HEINZ, Matrícula nº 1610/01, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 05.05.2014 à 24.05.2014, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme art.78, § 3º da LC nº 008, de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
30 de abril de 2014.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria Nº 187 de 30.04.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 187/2014

CONSIDERANDO, o resultado do Processo Seletivo nº. 005/2013, realizado para contratação de pessoal em caráter temporário;

CONSIDERANDO a grande extensão da malha viária do Município que necessita de constante manutenção em função do escoamento da produção agrícola e o interesse público no atendimento dos serviços na área de Transportes e Obras;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o Inciso VII, art. 2º da Lei Complementar Nº 0040, de 15/05/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir em caráter temporário MÁRCIO GUCKERT, para exercer as funções do Cargo de Operador de Equipamentos - 40 horas, da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 05.05.2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
30 de abril de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Edital de Homologação das Inscrições Após Recurso

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS PERÍODO RECURSAL

JOSE BRAULIO INACIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado-SC, com amparo na Lei Complementar nº 0026 de 09.07.2007, Decreto nº 009/2006 de 04.05.2006, Lei Ordinária nº 040 de 15.05.2009, Decreto nº 071 de 15.12.2009 c/c o art. 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS PERÍODO RECURSAL: o relatório nominal de candidatos com inscrições homologadas, Anexo Único deste Edital, estão divulgados no Mural da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, nos sites www.chapadaodo-lageado.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br.

2. A PROVA ESCRITA, para todos os cargos, será aplicada no dia 10/04/2013 (sábado), das 09:00 às 12:00 horas, nas dependências do Centro de Multiuso Sebastião Rode, situado na Rua Bernardo Henrique Hilleshein - Centro do Município de Chapadão do Lageado -SC.

3. Desde já, ficam todos os candidatos convocados a comparecerem com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos ao local das provas, portando documento de identidade original que bem os identifique e esteja em bom estado de conservação, bem como o comprovante de inscrição devidamente protocolado e caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 30 de abril de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

FUNÇÃO: Agente Comunitário de Saúde - 40 horas

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
001	TIAGO ARTULINO DE ESPINDOLA	02.08.1995
004	LIDIANE DA SILVA	01.08.1992

FUNÇÃO: Orientador Social

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
002	JOSEANE REGINA FOSTER ALVES	28.09.1978
005	FERNANDO LUIZ ALBINO	22.11.1989
006	CARLA FUCK WOLINGER	07.06.1988
008	SUELI DA SILVA DE PINHO	11.12.1990
011	DENISE RAYMUNDO DA SILVA	29.06.1984
012	ALLAN JUNIOR FERREIRA	06.05.1991

FUNÇÃO: Técnico em Informática

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
003	RICARDO FRANCISCO BROERING	16.05.1983
007	ALDO ROBERTO DOS SANTOS	23.03.1982
013	FRABICIO DA SILVA	18.06.1995

FUNÇÃO: Instrutor de Oficina - Violão

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
009	RENATO PASSIG	19.12.1988
010	JANDERSON MACHADO	18.05.1994

FUNÇÃO: Instrutor de Oficina - Gaita

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
014	RAIMUNDO BITTENCOURT	09.09.1963

FUNÇÃO: Instrutor de Oficina - Piano

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
015	ELISANDRA SEBOLD	18.11.1990

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 54/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2014

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2014

O Município de Chapadão do Lageado - SC, através do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos

interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO de prestadores de serviços especializados na área da saúde, no período de 05 de maio de 2014 à 31 de dezembro de 2014, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. ESPECIALIDADE: Cirurgião Geral. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, no período de 13 de janeiro de 2014 à 31 de dezembro de 2014, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 05 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Decreto SAF/N. 262/14

DECRETO SAF/Nº. 262/14, de 24 de abril de 2014.

REVERTE AO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, O IMÓVEL QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 1.053, de 25 de maio de 2011, em seu art. 13, § 1º., resolve:

REVOGAR:

Art. 1º. O inciso II, do art. 1º., da Lei nº 976, de 23 de dezembro de 2009, que trata da doação do lote 15, quadra "D", matrícula nº. 23.626, da Área Industrial Zeferino Zanatta, com área de 3.000m² (três mil metros quadrados), à empresa MUNDO DAS PEDRAS LTDA ME, revertendo o imóvel ao Patrimônio Público Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

§ 1º. A revogação é motivada pelo não cumprimento das exigências contidas na Lei 590, de 15 de agosto de 2003 e Lei nº. 1.053, de 25 de maio de 2011, conforme parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sócio-Econômico.

§ 2º. As benfeitorias realizadas e não removíveis seguirão a sorte do principal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de abril de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

Aviso Pregão Presencial Nº 25/Pmcs/2014 (Registro de Preços)

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/PMCS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 47/PMCS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 25/PMCS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o Registro de preços de Fraldas Geriátricas e Infantis, no atendimento ao Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será às 09:00 horas do dia 15 de maio de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas.

Cocal do Sul, 30 de abril de 2014.

Ademir Magagnin

Prefeito Municipal

Aviso Pregão Presencial Nº 08/FMS/2014 (Registro de Preços)

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/FMS/2014 (REGISTRO DE PREÇOS) - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 10/FMS/2014 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 08/FMS/2014 (Registro de Preços), que objetiva o Registro de preços de Materiais e Equipamentos Odontológicos, no atendimento ao Município de Cocal do Sul/SC. A abertura do Pregão será as 14:00 horas do dia 15 de maio de 2014. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 30 de abril de 2014.

Ademir Magagnin
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Edital de Concurso Público Nº. 001/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES E ABRE PRAZO PARA RECURSOS
REFERENTES ÀS INSCRIÇÕES

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber, por este Edital, o que segue:

1. INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS - ANEXO I:

Todas as inscrições dos candidatos ao cargo público de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, referentes ao Edital de Concurso Público nº. 001/2014, foram HOMOLOGADAS.

1.1. A lista contendo a relação dos Candidatos que tiveram as suas inscrições homologadas, está à disposição dos interessados no Quadro-Mural na Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Cocal do Sul, situado a Rua Angelo Peruchi, 126, centro, em Cocal do Sul - SC, na Imprensa local, no Diário Oficial do Município e site Camara Municipal

1.2. Informa também que o local de realização das provas será de acordo com o edital no Centro de Pastoral da Igreja Matriz (Sala de Catequese Igreja Católica), situado na Rua Adão Bosa, s/n, Centro, Cocal do Sul.

2. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS:

Da não homologação do pedido de inscrição, ou erro de cadastramento caberá Recurso, conforme o previsto no Edital de Concurso Público nº. 1/2014 ITEM 3.6.1.1.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de COCAL DO SUL, 30 de Abril de 2014.

Gabinete da
PRESIDENCIA DA CÂMARA

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE TIVERAM AS SUAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Nº de Insc.	Nome	ID	CARGO
001	Maria Claudino	2.533.974	Auxiliar Serviços Gerais
002	Marelir Santa Helena Toni	2.157.600	Auxiliar Serviços Gerais
003	Flizandra Gonçalves Bett	4.552.767	Auxiliar Serviços Gerais
004	Marly Santana da Silva	4.482.478	Auxiliar Serviços Gerais
005	Rosemeri Juliani Magagnin	19.340.320	Auxiliar Serviços Gerais
006	Maria Salete S. Bez Fontana	23.691.530	Auxiliar Serviços Gerais
007	Vanderleia da Silva	4.482.104	Auxiliar Serviços Gerais
008	Maria Helena Costa Rosso	2.804.581	Auxiliar Serviços Gerais
009	Maristela Maccari	1.081.462	Auxiliar Serviços Gerais
010	Isabel Della Vecchia	3.266.357	Auxiliar Serviços Gerais
011	Maria de Lourdes Dias Pereira	7.232.845	Auxiliar Serviços Gerais
012	Clésia Fernandes Burato	3.018.630	Auxiliar Serviços Gerais
013	Gislane Patrício Candido	4641747-8	Auxiliar Serviços Gerais
014	Laurita Grassi	1.733.757	Auxiliar Serviços Gerais
015	Gisele Cristina dos Santos Santana	4122273-3	Auxiliar Serviços Gerais
016	Adriana Camilo	3.179.338	Auxiliar Serviços Gerais

RELAÇÃO CANDIDATOS POR VAGA

CARGO	VAGAS	QUANT. INSC.	CANDIDATO POR VAGA
Auxiliar Serviços Gerais	1	16	16

Concórdia

PREFEITURA

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 9/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº 9/2014 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 30 de abril de 2014, aquisição de medicamento bortezomibe através de ação judicial movida pelos autos 019.14.001241-7, expedida pela 2ª Vara Cível da Comarca de Concórdia, a favor da empresa COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA, no valor total estimado de R\$ 6.980,00 (seis mil, novecentos e oitenta reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 49/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de equipamentos diversos e prestação de serviço de implantação, configuração, treinamento e qualificação de profissionais, visando ao aprimoramento do Data Center da Central de Processamento de Dados - CPD, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 19/05/2014.

Abertura: dia 19/05/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 29 de abril de 2014.

Beatriz Fátima C. da Silva Rosa

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Cancelamento - Pregão Presencial Nº 38/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122/2014 - PMC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014 - PMC

Objeto Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para conserto da Motoniveladora Caterpillar 120 H PMC 149 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

AVISO DE CANCELAMENTO

Por conveniência administrativa, torna-se público que o processo em referência foi CANCELADO.

Concórdia, 30 de abril de 2014.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura - SEMADRA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 47/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014 - PMC

Objeto: Aquisição de materiais diversos e contratação de empresas de ramos específicos para atender às necessidades: 1) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, na realização do Encontro Municipal de Mulheres, a ser realizado no dia 04.06.2014, no Centro de Eventos, com base na Lei 2.752 de 13.12.1993 e; 2) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, na XXIV Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL, em concordância com o disposto na Lei Municipal nº 3.999 de 17.10.2008, a se realizar no dia 29.07.2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 20/05/2014.

Abertura: dia 21/05/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 30 de Abril de 2014.

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Extrato Contrato Nº 168/2014 - PMC

Contrato Nº : 168/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 2/2014

Objeto : Recapeamento de diversas ruas do Município, com repasse oriundo do Governo Federal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? do Edital.

Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 28/08/2014

Assinatura : 28/04/2014

Valor R\$: 1.031.340,67 (Um Milhão, Trinta e Um Mil, Trezentos e Quarenta Reais e Sessenta e Sete Centavos)

Dotação : 106 - 08.001.1009.344905198000000.01240000

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

CÂMARA MUNICIPAL**Balancete Financeiro 04/2014****SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	226.064,44
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	218.507,48
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	159.061,07
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	54.556,41
		INVESTIMENTOS	4.890,00
		Despesas Intra-orçamentárias	7.556,96
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.556,96
Receita Extra - Orçamentária	519.269,71	Despesa Extra - Orçamentária	252.811,34
DEPÓSITOS	26.205,27	DEPÓSITOS	26.746,90
CONSIGNAÇÕES	26.205,27	CONSIGNAÇÕES	26.746,90
PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.253,36	PREVIDÊNCIA SOCIAL	9.253,36
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.172,00	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.172,00
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.794,85	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	8.794,85
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	4.702,17	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	4.702,17
PLANOS DE SEGUROS	64,87	PLANOS DE SEGUROS	62,54
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.218,02	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.761,98
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	226.064,44	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	226.064,44
OBRIGAÇÕES A PAGAR	226.064,44	OBRIGAÇÕES A PAGAR	226.064,44
FORNECEDORES	59.446,41	FORNECEDORES	59.446,41
PESSOAL A PAGAR	132.137,60	PESSOAL A PAGAR	132.137,60
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	32.512,68	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	32.512,68
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.967,75	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.967,75
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	267.000,00		
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	267.000,00		
REPASSE RECEBIDO	267.000,00		
Saldos anteriores	265.350,01	Saldos atuais	305.743,94
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	221.437,63	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	282.644,07
BANCO C/ MOVIMENTO	43.912,38	BANCO C/ MOVIMENTO	23.099,87
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	784.619,72	Total	784.619,72

CONCORDIA, 30/04/2014

 ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
 Presidente

 DELAIR M. S. DALLEGRAVE
 Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 105/2014 - " Dispõe Sobre A Regularização de Obras Construídas Irregularmente" LEI COMPLEMENTAR N. 105/2014

"Dispõe sobre a regularização de obras construídas irregularmente e dá outras providências"

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Legislativo votou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizada a regularização de edificações concluídas ou em execução com o mínimo as fundações executadas e a estrutura iniciada e que não tenham sido notificadas pelo município em data anterior a aprovação da presente Lei Complementar, para as seguintes irregularidades:

I - Quando em edificações residenciais unifamiliares e multifamiliares:

Recuos;

Afastamentos;

Taxa de ocupação;

Índices de aproveitamento;

Projeção de sacadas e pavimentos sobre o logradouro;

Dimensões de cômodos;

Área de ventilação, com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão, ou apresentada uma alternativa mecânica ou duto para ventilação do cômodo;

Área de iluminação, com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão;

Edificação ou ampliações executadas sem previa aprovação da prefeitura municipal;

II - Quando em edificações de uso misto (residenciais/comerciais/serviços):

Recuos;

Afastamentos;

Taxa de ocupação;

Índices de aproveitamento;

Projeção de sacadas e pavimentos sobre o logradouro;

Dimensões de cômodos;

Pé direito, com tolerância de até 15% (quinze por cento) menor do mínimo exigido;

Área de ventilação, com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão, ou apresentada uma alternativa mecânica ou duto para ventilação do cômodo;

Área de iluminação, com tolerância de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão;

Edificação ou ampliações executadas sem previa aprovação da prefeitura municipal;

Número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de até 40% (quarenta por cento) menor do mínimo exigido;

saliências de elementos estruturais, decorativos, isolados, de até 20 cm sobre o passeio;

redução dos vãos de ventilação e iluminação (círculos inscritos) que não atendem ao Código de Obras.

III - Quando em edificações de uso industrial, depósitos, galpões e telheiros:

Recuos;

Afastamentos;

Taxa de ocupação;

Índices de aproveitamento;

Área de ventilação que apresenta uma alternativa mecânica ou por duto para a ventilação do cômodo;

Número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de até 40% (quarenta por cento) menor do mínimo exigido;

Edificações ou ampliações executadas sem previa aprovação da Prefeitura Municipal;

IV - Quando em edificações de uso público, tais como: igrejas, templos, salões comunitários, ginásios, entre outros semelhantes:

a) recuos;

b) afastamentos;

c) taxa de ocupação;

d) índice de aproveitamento;

e) área de ventilação, com tolerância de redução de até 30% (trinta por cento) da dimensão mínima do vão para qualquer compartimento, ou apresentar uma alternativa mecânica, ou por

duto, para a ventilação dos compartimentos de permanência transitória.

f) número de lavatórios, chuveiros, bebedouros, vasos sanitários e mictórios, com tolerância de redução de até 40% (quarenta por cento) do mínimo exigido;

Edificações ou ampliações executadas sem previa aprovação da Prefeitura Municipal;

§1º - sempre que a regularização tratar de recuo e projeção de sacada ou pavimento sobre recuo e logradouro público, o proprietário do imóvel deverá firmar termo de compromisso, com firma reconhecida em cartório, com o Poder Público Municipal, onde o mesmo se compromete a demolir a parte edificada sobre o recuo, quando solicitado pelo Município, abstendo-se da indenização da parte da obra construída irregularmente sobre o lote, mesmo que pago a multa correspondente para a regularização prevista na presente Lei Complementar.

§ 2º - sempre que a regularização tratar de afastamento, o proprietário deverá apresentar termo, com firma reconhecida em cartório, dos vizinhos lindeiros, onde os mesmos não se opõe pela irregularidade apresentada na edificação, isentando o Município de qualquer ação judicial futura, relativo ao direito de ventilação e iluminação da edificação existente ou da futura edificação.

Art. 2º - não serão passíveis de regularização as edificações que:
I - Apresentarem edificações não previstas nesta Lei Complementar;

II - Avançarem sobre logradouros públicos, exceto as projeções de sacadas e pavimentos;

III - Não possuírem atestado de habite-se junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, exceto as edificações unifamiliares.

IV - Importem em grave e efetivo prejuízo a coletividade;

V - Afetem a ordem urbanística;

Parágrafo Único - Todas as obras irregulares que, por suas características construtivas resultem comprometimento da estrutura restante, edículas isoladas, sistemas construtivos de baixo custo e fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

Art. 3º - Para a regularização das edificações previstas no Art. 1º da presente Lei Complementar, o proprietário deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Requerimento solicitando alinhamento e regularização da obra edificada, contendo a qualificação do requerente, localização da obra e comprovante de que a obra foi iniciada com data anterior a aprovação da presente Lei Complementar, não sendo aceito laudo do departamento de fiscalização municipal, conforme caput do art. 1º desta Lei;

II - Cópia do registro do imóvel;

III - Negativa de tributos municipais relativos ao imóvel;

IV - Laudo técnico com as seguintes informações e declarações:
Caracterização com nome, endereço e qualificação do Responsável Técnico, do Proprietário e da Obra.
Descrição e situação de todas as etapas da obra, informando as etapas concluídas e aquelas a executar.

Declaração textual de que vistoriou e assume a Responsabilidade Técnica pelas etapas concluídas e que as mesmas não oferecem risco de qualquer espécie inclusive a terceiros.

Declaração do Responsável Técnico e do Proprietário de que as informações prestadas são verdadeiras e que assumem a responsabilidade pelas declarações na forma da lei.

Data e assinaturas do Responsável Técnico e do Proprietário.

V - Levantamento arquitetônico, constando no mínimo:

Planta da situação;

Planta da localização, constando, no mínimo, as cotas da situação real da edificação sobre o lote e planilha de áreas da mesma;

Plantas baixas de todos os pavimentos das edificações;

Dois cortes, no mínimo, passando por locais que melhor identifiquem toda a edificação;

VI - Anotação ou registro de responsabilidade técnica com as atividades de vistoria, laudo, levantamento arquitetônico e regularização;

VII - Para as edificações que não sejam unifamiliares, o requerente deverá apresentar alvará de habite-se junto do Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina;

VIII - Cópia da notificação se for o caso;

IX - Termo de compromisso assinado pelo responsável técnico afirmando que o lote não se encontra em área de preservação permanente;

Art. 4º - O Poder Público Municipal reserva-se o direito de solicitar documentação complementar quando julgar que haja necessidade de elucidar algum aspecto relativo à obra em regularização.

Art. 5º - As regularizações, para qualquer tipo de edificação, que dizem respeito a recuo, taxa de ocupação e índice de aproveitamento e projeção de sacadas e pavimentos sobre o recuo ou logradouros públicos, somente serão passíveis de regularização, ou pela reparação das partes irregulares (sem multa) ou mediante pagamento de multa equivalente ao valor venal praticado pelo Município, para efeitos de cálculo de IPTU, relativo à área construída a maior, obedecidos os seguintes critérios:

I - tratando-se de edificações construída sobre o recuo, 10% (dez por cento) do valor venal correspondente a área construída irregularmente;

II - tratando-se de edificações com Taxa de Ocupação maior que o previsto na legislação, 10% (dez por cento) do valor venal correspondente a área construída irregularmente;

III - tratando-se de edificações com índice de aproveitamento maior que o previsto na legislação, 10% (dez por cento) do valor venal correspondente a área construída irregularmente;

IV - tratando-se de edificações com projeção de sacadas e pavimentos sobre o recuo ou sobre logradouro público, 10% (dez por cento) do valor venal correspondente a área construída irregularmente;

V - tratando-se de edificações ou ampliações executadas sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, multa de 90 UFIR para edificações de até 100m² e 180 UFIR para edificações acima de 100m² ;

Parágrafo único - Em caso de incidência de mais de uma irregularidade acima, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o item de maior relevância e de mais 05% (cinco por cento) do valor venal, sobre os demais itens construídos irregularmente.

Art. 6º - O valor venal da construção terá como base de cálculo a mesma base de cálculo do valor venal dos imóveis para fins de IPTU.

Art. 7º - A regularização de que trata a presente Lei poderá ser de iniciativa do requerente, como também fruto de notificação da fiscalização municipal.

Art. 8º - A presente Lei Complementar exime o Município de toda e qualquer responsabilidade passada, presente ou futura, no tocante a quaisquer direitos a propriedade do imóvel, posse de domínio útil, ou a qualquer título, inclusive por acessão física.

Art. 9º - Fica autorizada o Poder Executivo Municipal a parcelar o valor da multa em até 03 (três) parcelas mensais, liberando o alvará de habite-se somente após a quitação de todo o débito.

Art. 10 - As regularizações em vias não oficializadas, loteamentos ou desmembramentos não aprovados pelo Poder público Municipal

dependerá de previa regularização do parcelamento do solo, obedecendo à legislação municipal que dispõe sobre a matéria.

Art. 11 - Todas as obras construídas em áreas de preservação permanente, obras de fácil demolição, não serão regularizadas e não poderão receber adequações ou ampliações.

Art. 12 - Para todos os casos de regularização previstos na presente Lei deverá constar no selo de identificação das pranchas do projeto, a indicação de "Regularização de obra, conforme Lei complementar n. 105/2014".

Art. 13 - A regularização da edificação não dispensa o interessado do cumprimento das demais exigências previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Cordilheira Alta quanto à

atividade exercida no imóvel.

Art. 14 - A regularização de que trata esta Lei Complementar, não implica o reconhecimento, pelo Poder Público Municipal, do direito de propriedade.

Art. 15 - Os interessados em regularizar suas obras deverão providenciar protocolo do requerimento de que trata o Art. 3º, com toda a documentação ali referida, durante o período de vigência desta Lei Complementar.

Art. 16 - Esta Lei Complementar tem vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação. Esta não será renovada nem reeditada por um período mínimo de 02 (dois) anos após o término do período de vigência.

Art. 17 - Para fazer face às despesas de aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 18 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 29 de abril de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Lei Nº 1105/2014 - Abertura Crédito Adicional Especial

LEI Nº 1105, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 55.232,78 (cinquenta e cinco mil duzentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 10.304.250.2.050 - Manutenção do PMAQ (RAB-PMAQ-SM)

Modalidade de Aplicação: 319000 - 45

Fonte de Recursos: 03.64 - Vinculados - R\$ 46.297,46

Projeto/Atividade: 10.304.250.2.049 - Manutenção Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 337100 - 38

Fonte de Recursos: 03.65 - Vinculados - R\$ 8.935,32

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2013.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.049 - Manutenção Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 337100 - 47

Fonte de Recursos: 01.64 - Vinculados - R\$ 40.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 3º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.050 - Manutenção Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 339000 -27

Fonte de Recursos: 01.64 - Vinculados - R\$ 40.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de abril de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei Nº 1102/2014 - " Dispõe Sobre O Cumprimento do Princípio da Economicidade - Cobranças de Pequeno Valor

Lei n.1102/2014

"Dispõe sobre o cumprimento do princípio constitucional da economicidade, a suspensão dos processos de execução fiscal e a não propositura de ação de cobranças de créditos tributários de valor inferior a um salário mínimo, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Complementando o disposto na lei estadual n. 14.266 de 21 de dezembro de 2007, e na lei federal 6.830, de 22 de setembro de 1980, e considerando-se de valor inexpressivo ou de cobrança judicial antieconômica as ações de execução fiscal cuja expressão monetária seja inferior a 1(um) salário mínimo nacional, fica o Chefe do Poder Executivo municipal autorizado a não ajuizar ação de cobrança de créditos tributários que se enquadrem dentro desse valor.

Art. 2.º Os valores dos créditos tributários que se enquadram no disposto no artigo anterior, inclusive os prescritos, permanecerão na base de dados do setor fazendário do município, para fins de responsabilização fiscal e para impeditivo nas concessões de incentivos e benefícios ao contribuinte devedor.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 29 de abril de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei Nº 1103/2014 - " Dispõe Sobre A Proibição do Consumo de Bebidas Alcoólicas Em Logradouros Públicos"

LEI Nº1103/2014

"DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação em Logradouros Públicos do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são considerados Logradouros Públicos:

I - as avenidas;

II - as rodovias;

III - as ruas;

IV - as alamedas, servidões, caminhos e passagens;

V - as calçadas;

VI - as praças;

VII - as ciclovias;

VIII - as pontes e viadutos;

IX - o hall de entrada dos edifícios e estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

X - os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

XI - a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e praças esportivas de propriedade pública;

XII - as repartições públicas e adjacências.

Parágrafo único. Nos logradouros enquadrados nos incisos I, II, III, IV, V, VI, X, XI e XII, poderá haver o consumo de bebidas alcoólicas:

I - quando houver evento, e na sua circunscrição, realizado:

a) pelo Poder Público; ou

b) por particulares, desde que previamente autorizado pelo Poder Público;

II - na área interna de propriedades particulares adjacentes a logradouros públicos, independentemente de autorização;

III - entorno de bares, quiosques, lanchonetes e restaurantes, nos limites determinados pelo Poder Público em sua autorização e desde que a bebida seja proveniente do respectivo estabelecimento.

Art. 3º A autorização deverá conter:

I - identificação do órgão ou entidade autorizador;

II - identificação do autorizado;

III - objeto da autorização, com a descrição dos motivos de fato;

IV - especificação do local e limites da abrangência;

V - prazo de vigência;

VI - local, data e hora de emissão;

VII - assinatura do órgão autorizador.

Art.4º O Poder Executivo Municipal poderá firmar Convênio com a Polícia Militar, instituição responsável pela preservação da ordem pública, conforme artigo 144, §5º, da Constituição Federal, para a fiscalização do cumprimento da presente Lei.

Art. 5º A autoridade policial que flagrar o descumprimento da Lei, determinará ao infrator que cesse a conduta, lavrando termo, tomando as medidas penais cabíveis em caso de descumprimento.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de abril de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei Nº 1104/2014 - " Aprova No Município Projeto Escolar - Dia da Família"

LEI Nº 1104/2014

"APROVA NO MUNICÍPIO PROJETO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, AUTORIZA DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para a efetivação do Projeto Escolar " Dia da Família", da Rede Municipal de Ensino do Município de Cordilheira Alta, através da Secretaria Municipal de Educação nos termos do anexo a esta lei.

Art. 2º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de abril de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DISCRIMINATIVO COM ESTIMATIVA DOS GASTOS

ÍTEM	DISCRIMINATIVO	VALOR ESTIMADO
01	Aquisição de 500 mudas de árvores frutíferas para família dos alunos das três Unidades Escolares do município.	R\$2.850,00
VALOR TOTAL ESTIMADO		R\$2.850,00

Cordilheira Alta, SC, 29 de abril de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1106/2014 - " Autoriza O Executivo Realizar Despesas Dia do Trabalho"

Lei n. 1106/2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM A PROGRAMAÇÃO ALUSIVA AO DIA DO TRABALHO AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial o disposto no art. 70 da Lei Orgânica do Município, Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar as despesas da Programação alusiva ao Dia do Trabalho aos Servidores do Município de Cordilheira Alta, dia 01 de maio de 2014, nos termos do anexo a esta lei, bem como previsão de despesas para a efetivação do mesmo.

Art. 2º - Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de abril de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

ANEXO I

DISCRIMINATIVO COM ESTIMATIVA DOS GASTOS

ÍTEM	DISCRIMINATIVO	VALOR ESTIMADO
01	Palestra Motivacional	R\$ 2.000,00
02	Almoço	R\$ 2.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO		R\$4.500,00

Cordilheira Alta, SC, 29 de abril de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Extrato Edital Aviso de Licitação Tomada de Preço 04/2014

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 46/2014.

Tomada de Preço n. 04/2014.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto é a EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE PARTE DA RODOVIA EMCA-005, TRECHO ENTRE LINHA BENTO E O DISTRITO DE FERNANDO MACHADO, NUMA EXTENSAO DE 2.100 METROS E ÁREA TOTAL DE 12.600 M², TRECHO 01, SENDO QUE O ASFALTO SERÁ SOBRE PAVIMENTO COM PEDRAS IRREGULARES EXISTENTE, COM RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 20/05/2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 20/05/2014.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta - SC, 30 de abril de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Decreto N 230/2014

DECRETO Nº 230/2014, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1105/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto no presente exercício Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 55.232,78 (cinquenta e cinco mil duzentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 10.304.250.2.050 - Manutenção do PMAQ (RAB-PMAQ-SM)

Modalidade de Aplicação: 319000 - 45

Fonte de Recursos: 03.64 - Vinculados - R\$ 46.297,46

Projeto/Atividade: 10.304.250.2.049 - Manutenção Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 337100 - 38

Fonte de Recursos: 03.65 - Vinculados - R\$ 8.935,32

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2013.

Art. 3º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.049 - Manutenção Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 337100 - 47
Fonte de Recursos: 01.64 - Vinculados - R\$ 40.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 3º, será anulada parte da seguinte dotação orçamentária.

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.050 - Manutenção Média e Alta Complexidade - MAC

Modalidade de Aplicação: 339000 -27
Fonte de Recursos: 01.64 - Vinculados - R\$ 40.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 29 de abril de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Decreto N 231/2014

DECRETO Nº231 /2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. MARILENE SALETE VANAZZI, ocupante do cargo Gerente de Gerente de Educação, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 30 de abril de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação de Contratos

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
Contrato Nº 44/2014
Contratado: GAMBATTO VEÍCULOS LTDA
Objeto: Aquisição de veículos 0 km.
Valor: R\$ R\$ 49.900,00
Vigência: 31/12/2014

Errata: Pregão Presencial R.P Nº 11/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº 11/2014
Objeto: AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CLIMATIZADORES E MÓVEIS.

Onde se lê: credenciamento, proposta e documentação entregues até as 13:30 horas do dia 12 de abril de 2014. Leia-se: credenciamento, proposta e documentação entregues até as 08:30 horas do dia 15 de Maio de 2014. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400

Coronel Freitas - SC, 02 de Maio de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Errata: Tomada de Preços Nº 03/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS
ERRATA

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2014

Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RODOVIAS EMCF-133 E EMNI-032 ACESSO A LINHA CAIRU BR 282, MUNICIPIO DE CORONEL FREITAS SC, TOTALIZANDO 3.900M²
Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 20/05/2014

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 20/05/2014
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400

Coronel Freitas - SC, 05 de Maio de 2014
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****Errata - Tomada de Preços - Processo 36/2014 Pmcp**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO Nº 36/2014

PREFEITURA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital a Tomada de Preços - Processo n.º 36/2014 PMCP, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL OLINTHO D'ÁVILA MESQUITA, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS DO EDITAL, alterando-se o item 6.2.3 - RELATIVAMENTE À REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA", conforme edital disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br, mantendo-se a mesma data de abertura e o mesmo horário, 08/05/2014 às 14:00 horas.

Correia Pinto, 05 de maio de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Corupá**PREFEITURA****Pregão Presencial 024/14 - Águas de Corupá (Filtros)**

ESTADO DE SANTA CATARINA

ÁGUAS DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 024/14

OBJETO: Aquisição de equipamentos e serviços de instalação de filtros de areia para Sistema de filtração, aumentando a eficiência da ETA do Município de Corupá-SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 05/05/2014, às 09h00min do dia 15/05/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 15/05/14.

TIPO: Menor Preço.

VISITA TÉCNICA: Até o dia 14/05/2014.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

email: licitacao@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 05 de Maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 99/2014

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE 25 M³ DE BRITA Nº 02, PARA MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL, O MATERIAL SERÁ RETIRADO NA EMPRESA FORNECEDORA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 15/05/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 16:00 horas do dia 15/05/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente(13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 30 de Abril de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito MunicipalDiego Sebem Wordell
Pregoeiro

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 114/2014

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RETRO-ESCAVADEIRA LB 110 E DO VEÍCULO FIAT STRADA PLACAS MDD 9266 DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PARA A VIATURA AUTO BOMBA TANQUE E RESGATE Nº 09, MARCA FORD, MODELO CARGO, PLACAS MCE 3136 E VIATURA PEUGEOT BOXER PLACAS MEI 3348 DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 15/05/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 15/05/2014, será realizada sessão

pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 30 de Abril de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito MunicipalDiego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Aviso de Cancelamento

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - LEILÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que foi cancelado o Leilão nº 153/2013. Por interesse público. Objeto: Venda de bens móveis, veículos e sucatas considerados inservíveis para a Administração Municipal de Dionísio Cerqueira Entrega da documentação e propostas até as 09:00 horas do dia 12/11/2013 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 30/04/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal.

Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
CONTRATO: 060/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal.de Dionísio Cerqueira

Contratado: Gaia Rodovias Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária das Ruas Leoberto Leal, Felipe Schmidt, cabo João Loureiro, Dom Pedro I e Avenida Adelino Mangini..conforme contrato de repasse nº 1002981-71/2012 - ministério das cidades/caixa convenio nº 781894/2012 Valor R\$ 519.941,00 Origem: Tomada de Preço nº 052/2014 - Vigência 28/04/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 28/04/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Tomada de Preço nº 052/2014, objeto: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária das Ruas Leoberto Leal, Felipe Schmidt, cabo João Loureiro, Dom Pedro I e Avenida Adelino Mangini..conforme contrato de repasse nº 1002981-71/2012 - ministério das cidades/caixa convenio nº 781894/2012.. Vencedor: Gaia Rodovias Ltda. Valor R\$ 519.941,00

Dionísio Cerqueira 28/04/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Resultado de Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Tomada de Preço nº 052/2014, objeto: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária das Ruas Leoberto Leal, Felipe Schmidt, cabo João Loureiro, Dom Pedro I e Avenida Adelino Mangini..conforme contrato de repasse nº 1002981-71/2012 - ministério das cidades/caixa convenio nº 781894/2012.. Vencedor: Gaia Rodovias Ltda. Valor R\$ 519.941,00

Dionísio Cerqueira 28/04/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

Extrato de Contrato 027/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: CANTU COMERCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS, PROTETORES E CÂMERAS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS. CONTRATO Nº: 027/2014; VALOR: R\$ 67.880,00 (sessenta e sete mil oitocentos e oitenta reais) durante o exercício 2014. VIGÊNCIA: de 01/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 028/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS, PROTETORES E CÂMERAS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS. CONTRATO Nº: 028/2014; VALOR: R\$ 33.828,04 (trinta e três mil oitocentos e vinte e oito reais e quatro centavos) durante o exercício 2014. VIGÊNCIA: de 01/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 029/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS, PROTETORES E CÂMERAS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS. CONTRATO Nº: 029/2014; VALOR: R\$ 63.594,00 (sessenta e três mil quinhentos e noventa e quatro reais) durante o exercício 2014. VIGÊNCIA: de 01/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 030/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa JK PNEUS LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS, PROTETORES E CÂMERAS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS. CONTRATO Nº: 030/2014; VALOR: R\$ 111.162,00 (cento e onze mil cento e

sessenta e dois reais) durante o exercício 2014. VIGÊNCIA: de 01/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 031/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa TEREZA PNEUS LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição e/ou fornecimento de PNEUS NOVOS, PROTETORES E CÂMERAS EM DIVERSAS CARACTERÍSTICAS. CONTRATO Nº: 031/2014; VALOR: R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais) durante o exercício 2014. VIGÊNCIA: de 01/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 032/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa F. VACHILESKI & CIA LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Prestação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus. CONTRATO Nº: 032/2014; VALOR: R\$ 42.420,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e vinte reais) durante o exercício 2014. VIGÊNCIA: de 02/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 033/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa FM PNEUS LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Prestação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus. CONTRATO Nº: 033/2014; VALOR: R\$ 42.120,00 (quarenta e dois mil cento e vinte reais) durante o exercício 2014. VIGÊNCIA: de 02/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 034/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA-EPP; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Prestação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus. CONTRATO Nº: 034/2014; VALOR: R\$ 69.154,00 (sessenta e nove mil cento e cinquenta e quatro reais) durante o exercício 2014. VIGÊNCIA: de 02/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 035/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes para as diversas máquinas e caminhões do município de Doutor Pedrinho/SC. CONTRATO Nº: 035/2014; VALOR: R\$ 31.847,00 (trinta e um mil oitocentos e quarenta e sete reais). VIGÊNCIA: de 04/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 036/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição de óleos lubrificantes para as diversas máquinas e caminhões do município de Doutor Pedrinho/SC. CONTRATO Nº: 036/2014; VALOR: R\$ 31.591,00 (trinta e um mil quinhentos e noventa e um reais). VIGÊNCIA: de 04/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 037/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa PRÉ-VALE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição de tubos em medidas diversas para serem utilizados em diversas obras do município de Doutor Pedrinho - SC. CONTRATO Nº: 037/2014; VALOR: R\$ 49.270,00 (quarenta e nove mil duzentos e setenta reais). VIGÊNCIA: de 07/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 038/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa DRAGÃO IND. E COMERCIO LTDA-ME; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição de tubos em medidas diversas para serem utilizados em diversas obras do município de Doutor Pedrinho - SC. CONTRATO Nº: 038/2014; VALOR: R\$ 58.727,00 (cinquenta e oito mil setecentos e vinte e sete reais). VIGÊNCIA: de 07/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Extrato de Contrato 039/2014

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO; CONTRATADO: Empresa PREMOCON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA-EPP; ESPÉCIE: PREGÃO PRESENCIAL; OBJETO: Aquisição de tubos em medidas diversas para serem utilizados em diversas obras do município de Doutor Pedrinho - SC. CONTRATO Nº: 039/2014; VALOR: R\$ 41.882,00 (quarenta e um mil oitocentos e oitenta e dois reais). VIGÊNCIA: de 07/04/2014 à 31/12/2014.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Ermo**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 30/2014**

EXTRATO DO CONTRATO nº 30/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Tecnicon Construção Civil Ltda ME

OBJETO: Contratação de empresa para a ampliação de uma Unidade Básica de Saúde, com área total de 252,50m², localizada na Rod SC 448, s/nº, Centro, Ermo/SC

VIGÊNCIA: 28/04/2014 á 28/02/2015 (10 meses)

VALOR ESTIMADO: R\$ 307.997,38

Data da assinatura: 28/04/2014

Extrato do Contrato Nº 31/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 31/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Gold Computadores Ltda EPP

OBJETO: Fornecimento de equipamentos para a unidade básica de saúde do Município.

VIGÊNCIA: 29/04/2014 á 09/06/2014 (40 dias).

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.936,00

Data da assinatura: 29/04/2014

Extrato do Contrato Nº 32/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 32/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Digiplus Tecnologia Ltda

OBJETO: Fornecimento de equipamentos para a unidade básica de saúde do Município.

VIGÊNCIA: 29/04/2014 á 09/06/2014 (40 dias).

VALOR ESTIMADO: R\$ 3.061,00

Data da assinatura: 29/04/2014

Extrato do Contrato Nº 33/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 33/2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ermo

CONTRATADO: Marcella Ricken de Mattias Ltda ME

OBJETO: Fornecimento de moveis sob medida para recepção do Posto de Saúde.

VIGÊNCIA: 30/04/2014 á 10/06/2014 (40 dias).

VALOR ESTIMADO: R\$ 18.597,00

Data da assinatura: 30/04/2014

Extrato do Contrato Nº 29/2014

EXTRATO DO CONTRATO nº 29/2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Porcipeças Acessórios e Serviços EIRELI ME

OBJETO: Aquisição de peças e serviços para serem utilizados na reforma mecânica geral, funilaria e pintura dos caminhões placa MAA-7834, LYO-2546 e MAA-7874 da Secretaria de Obras

VIGÊNCIA: 29/04/2014 á 31/12/2014

VALOR TOTAL: R\$ 77.159,75 (setenta e sete mil, cento e cinqüenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

Data da assinatura: 29/04/2014

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato de Edital 00022014 - Antenas Telefonias

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preços nº 0002/2014. Processo licitatório nº: 0047/2014. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e serviços para a implantação, gestão e manutenção de rede sem fio, para acessibilidade à internet e telefonia fixa IP, a ser implantado em localidades do município de Faxinal Dos Guedes. Data do recebimento: 19/05/2014 as 09h00minh. Data da Abertura: 19/05/2014 as 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de abril de 2014.

EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Extrato de Edital_pneus Novos Saúde Rp

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Presencial nº 0010/2014

Processo licitatório nº: 0032/2014

Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos da secretaria de saúde.

Data do recebimento: 20/05/2014 as 10h30min.

Data da Abertura: 20/05/2014 as 10h45min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de abril de 2014.

ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIAPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Extrato de Edital_pneus Novos Prefeitura Rp

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Presencial nº 0026/2014

Processo licitatório nº: 0048/2014

Objeto: Aquisição de forma parcelada de protetores de aro, câmaras de ar e pneus novos, destinados aos veículos das diversas secretarias do centro administrativo municipal.

Data do recebimento: 20/05/2014 as 09h 00min.

Data da Abertura: 20/05/2014 as 09h 15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do

Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de abril de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Adt 4º Remove - Academia de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Remove Construções e Incorporações Ltda

Objeto: Contratação de empresa para a construção de pólo de academia da saúde modalidade avançada, localizada a Rua São Pedro, município de Faxinal dos Guedes - o pólo de academia a saúde contará com: uma estrutura de apoio, com sala de vivência, sala de acolhimento, depósito, banheiros adaptados masculino e feminino e uma circulação com área total de 109,08 m²; uma quadra para espaço multiuso; uma quadra para equipamentos; uma pista de caminhada.

Número do Contrato: 0058/2013

Quarto Termo Aditivo: Aditivo de valor.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0032/2013 na Modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 0007/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de abril de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Adt 4º Alberice - Academia de Saúde Barra Grande

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Alberici E Cia Ltda Me

Objeto: Contratação de empresa para a construção de pólo de academia da saúde modalidade básica, localizada a rua i de maio, distrito da barra grande, município de Faxinal dos Guedes - o pólo de academia a saúde contará com: uma estrutura de apoio, com depósito, banheiro adaptado de uso masculino, um banheiro adaptado de uso feminino e uma área de vivencia coberta.

Número do Contrato: 0056/2013

Quarto Termo Aditivo: Aditivo de valor.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0032/2013 na Modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 0007/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de abril de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Adt 1º Vital Dente - Próteses

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Laboratório De Próteses Vital Dente Ltda

Objeto: Prestação de serviço para conserto, e fornecimento de próteses odontológicas novas, de forma parcelada.

Número do Contrato: 0055/2013

Primeiro Termo Aditivo: Aditivo de vigência

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0028/2013 na Modalidade Pregão Presencial N.º 0017/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de abril de 2014.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Extrato Adt 1º Reunidas - Passagens

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Reunidas Turismo S.A.

Objeto: Aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros, através de linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de Faxinal dos Guedes.

Número do Contrato: 0008/2014

Primeiro Termo Aditivo: Supressão de valor

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0003/2014 na Modalidade Inexigibilidade de Licitação N.º 0001/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 28 de abril de 2014.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Forquilha**PREFEITURA****Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 04/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 04/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 17/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COPOL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

DO OBJETO - Aquisição de "Gêneros Alimentícios", para preparação dos lanches, atendendo as necessidades do Centro de Apoio Psicossocial (CAPS I), durante o primeiro semestre de 2014, por meio da secretaria de saúde do município de Forquilha/SC;

DO VALOR - O presente termo tem por objeto o aditamento do contrato FMS 17/2014 em 10% (dez por cento) por litro de leite longa vida, passando de R\$ 1,99 para R\$ 2,19. Portando o contrato será acrescido em R\$ 46,00 (quarenta e seis reais) para maior. DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 057, de 22 de Abril de 2014.

DECRETO Nº. 057, DE 22 DE ABRIL DE 2014.

COLOCA O SERVIDOR LEANDRO ARNS BACK A DISPOSIÇÃO DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica colocado à disposição da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, quando necessário, para auxílio na análise dos projetos de licenciamento ambiental, o Engenheiro Civil LEANDRO ARNS BACK, servidor público do quadro efetivo da administração direta deste município, lotado na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 22 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 22 de abril de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.975, de 30 de Abril de 2014.

LEI Nº 1.975, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FORQUILHINHA - ACAFOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA autorizado a celebrar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FORQUILHINHA - ACAFOR, inscrita no CNPJ nº 15.721670/0001-74, com sede na Rua 267, s/n, bairro Ouro Negro, Forquilha/SC, para a cooperação técnica, financeira e operacional, visando a consolidação do Projeto de Coleta de Lixo Reciclável.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos do convênio fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar anualmente à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Forquilha - ACAFOR o montante equivalente de até 0,1% (zero virgula um por cento) do total da receita corrente líquida arrecadada no exercício anterior, com transferências de valores mensais de acordo com as necessidades, devendo apresentar prestação de contas dos recursos recebidos anteriormente.

Art. 2º O prazo de vigência do Convênio será definido pelo Chefe do Poder Executivo, podendo ser prorrogado enquanto haja interesse e conveniência da Administração Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de abril de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Extrato de Contrato Fma Nº. 11/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMA Nº. 11/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COOPERSULCA-COOPERATIVA REG. AGROP SUL CATARINENSE

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a aquisição de "sementes de aveia e azevem", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 17.044,00 (dezessete mil e quarenta e quatro reais).

VIGÊNCIA - 31/07/2014.

DOTAÇÃO - 1801.2071.3390 (18).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 8/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 22 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 73/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 73/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO MUNICIPAL

OBJETO - Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social.

VALOR - R\$ 6.247,50 (seis mil duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com as dotações orçamentárias nº 3.1.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a despesas correntes com pessoal e encargos sociais) e nº 3.3.71.70 (transferência a consórcio público para suporte a outras despesas correntes), previstas no orçamento do Município para o exercício de 2014.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 81/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 14 de abril de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Ata do Edital de Chamamento Nº. 28/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 28/PMF/2014

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 28/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO A INSCRIÇÃO DE PROFISSIONAIS FORMADOS EM COMUNICAÇÃO, PUBLICIDADE OU MARKETING, OU QUE ATUEM EM UMA DESSAS ÁREAS, PARA COMPOR A SUBCOMISSÃO TÉCNICA A SER CONSTITUÍDA PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS A SEREM APRESENTADAS EM LICITAÇÃO, NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, TIPO TÉCNICA E PREÇO, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE.

Às quinze horas do dia trinta do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para processamento do sorteio dos nomes que comporão a subcomissão do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 28/PMF/2014. Iniciados os trabalhos o presidente da comissão transcreveu o nome de cada inscrito em papéis que foram dobrados e posteriormente sorteados até completar o número de integrantes desta subcomissão. Os sorteados foram:

a) Vinculados ao Município:

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
01	Carla Machado Giassi	Formação: Jornalista
02	Janaína Gomes Teixeira	Experiência profissional: Assessoria de Comunicação

b) Não vinculados ao Município:

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
03	Karina Eyng Zanon	Experiência profissional: Empresária (Impressão gráfica)

Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata. Forquilha, 30 de abril de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO
Membro da Comissão

MAGALI DA ROSA
Membro da Comissão

Aviso de Licitação: Pregão Presencial Nº. 98/PMF/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 98/PMF/2014.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de parque infantil a ser instalado em unidade escolar do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de maio de 2014 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 30 de abril de 2014.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

Ata de Registro de Preços 13/2014 - Materiais de Limpeza

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 13/2014			Data do Registro: 29/04/2014		Válido até: 29/04/2015		
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Passador de cera; modelo aplicador com cabo em alumínio de 1,50m (compr.) Luva de tecido apeliuciado sintético; medindo 7/8 x 30(diam.x compr.); formato em T tipo rodo	UN	T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	ARK	0	49.0000	1
4	Álcool etílico 70% líquido inflamável 70GL, acondicionamento em frasco de 1lt contendo em seu rótulo, número de registro no MS, dados do fabricante, nome do responsável técnico, número do lote e validade do produto.	LT	T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	DA ILHA	0	4.4800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 13/2014		Data do Registro: 29/04/2014		Válido até: 29/04/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Papel Toalha em bobina, 100% celulose; caixa com 6 rolos com 200 metros cada	CX	T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME (11819)	SEDUÇÃO	0	83.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 13/2014								Data do Registro: 29/04/2014		Válido até: 29/04/2015	
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.											
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor			Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2014

PROCESSO Nº 73/2014

(11819) - T M SCHLICKMANN & CIA LTDA ME

Forquilha, 29 de Abril de 2014.

Ata de Registro de Preços 14/2014 - Roçada

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 14/2014			Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015		
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para execução de serviços gerais de roçada e corte de grama a fim de atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de roçada de capoeira alta	M2	DL JARDINAGEM LTDA. (12107)		0	0,1000	1
			CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA. (10796)		0	0,1100	2
2	Serviços de corte de grama com recolhimento da grama cortada	M2	DL JARDINAGEM LTDA. (12107)		0	0,0700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para execução de serviços gerais de roçada e corte de grama a fim de atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA. (10796)		0	0,0800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 14/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para execução de serviços gerais de roçada e corte de grama a fim de atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2014
PROCESSO Nº 78/2014

(10796) - CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA.
(12107) - DL JARDINAGEM LTDA.

Forquilha, 30 de Abril de 2014.

Fraiburgo

PREFEITURA

Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0007/2014-PMF Dom

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de serviços técnicos para obtenção da Licença Ambiental de Operação - LAO do cemitério municipal, localizado na Av. Edson Luiz Chelli, no bairro São José, nesta cidade de Fraiburgo-SC, quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data do julgamento da habilitação, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: BIO-TERRA ASSESSORIA AMBIENTAL E OCUPACIONAL LTDA ME, com o valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ficando este valor igual ao valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 5.2 letra "a" do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal.

Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0007/2014-PMF Dom

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2014 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução de serviços técnicos para obtenção da Licença Ambiental de Operação - LAO do cemitério municipal, localizado na Av. Edson Luiz Chelli, no bairro São José, nesta cidade de Fraiburgo-SC, houve a participação da empresa BIO-TERRA ASSESSORIA AMBIENTAL E OCUPACIONAL LTDA ME, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

Fraiburgo (SC), 30 de abril de 2014.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Portaria Nº 0981/2014

PORTARIA Nº 981, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora MARIA RITA MOREIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 753.934.769-49, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de maio de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0982/2014

PORTARIA Nº 982, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0010, de 17 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0633/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MÁRCIA TORRI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.076.699-15, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2014 até 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0983/2014

PORTARIA Nº 983, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor ADILSON RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 433.373.929-20, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO

PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0984/2014

PORTARIA Nº 984, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANA CORRÊA BECKER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.449.639-21, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2014 até 31 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0985/2014

PORTARIA Nº 985, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato do servidor DEJAIR ANTONIO MEIRELES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 486.191.329-20, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0986/2014

PORTARIA Nº 986, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0023, de 09 de abril de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 063/2014, da Secretaria de Infraestrutura Urbana.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOÃO MARIA PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 346.624.729-20, na função de OPERADOR DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2014 até 30 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

At14pmf50

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF50

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada : F.VACHILESKI & CIA LTDA

Valor : 135.936,00 (cento e trinta e cinco mil novecentos e trinta e seis reais)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 30/09/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2014

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÕES DE PNEUS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), DURANTE O PERÍODO DE ABRIL A SETEMBRO DE

2014, CONSTANTES DOS LOTES 1, 2 E 3 DO EDITAL

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Ct14pmf68

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF68

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada : AGF ANTI GRANIZO FRAIBURGO LTDA.

Valor : 41.156,02 (quarenta e um mil cento e cinquenta e seis reais e dois centavos)

Vigência : Início: 15/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 19/2014

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE 02 (DOIS) GERADORES DE SOLO PARA COMBATE AO GRANIZO, INSTALADOS NAS SEGUINTE LOCALIDADES DE ARROIO DA BARRA E TABÃO VISANDO AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ANTI-GRANIZO PARA PROTEGER A ÁREA URBANA, RURALEINDUSTRIAL DO MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Ta14pmf54

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14PMF54 - Contrato Nº: CT14PMF02

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada : AGF ANTI GRANIZO FRAIBURGO LTDA.

Valor : 6.173,26 (seis mil cento e setenta e três reais e vinte e seis centavos)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2014

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE 09 (NOVE) GERADORES DE SOLO PARA COMBATE AO GRANIZO, INSTALADOS NAS LOCALIDADES DE: LINHA MORAES-BARRO PRETO;VILA REFLOR-BUTIA-VERDE; FAXINAL DOS DOMINGUES, ASSENTAMENTO RIO MANSINHO, SÃO BRAZ, BARRO PRETO, NOSSA SENHORA DA SAÚDE, LINHA BAIA E CASA DO TURISTA.

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Ta14pmf55

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14PMF55 - Contrato Nº: CT14PMF50

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada : L.A CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA ME Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 24/04/2014 Término: 25/04/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA REFORMA DE UMA ÁREA DE 74,68 M² NO QUARTEL NA POLICIA MILITAR DE FRAIBURGO PARA INSTALAÇÃO DE UMA CENTRAL DE VÍDEO MONITORAMENTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHA QUANTITATIVA E PROJETO (ANEXO I).

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

TA14PMF56

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14PMF56 - Contrato Nº: CT12PMF107

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada : POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 24/04/2014 Término: 31/05/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2012

Objeto : LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM ÁREA DE

130 M², SITUADO NA AVENIDA CURITIBANOS Nº 366, CENTRO, NESTA CIDADE, DO IMÓVEL CONSTRUÍDO SOB O LOTE 05 DA QUADRA 054 DO LOTEAMENTO 48 - TUPÃ 13, MATRÍCULA Nº 7163

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

TA;At14pmf50

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14PMF50 - Contrato Nº: AT14PMF30

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada : LA INFORMÁTICA E SUPR. P/ ESCRITÓRIO LTDA Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 15/04/2014 Término: 31/07/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2014

Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, A PEDIDO DO FORNECEDOR E MEDIANTE TERMO DE ACEITABILIDADE EXPEDIDO PELO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO ANEXOS AO "PAL", AJUSTAM A ALTERAÇÃO DO MODELO DO ITEM 4

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

TA;At14pmf51

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14PMF51 - Contrato Nº: AT14PMF49

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contratada : ADELVO BASQUERA EPP

Valor : 214,67 (duzentos e quatorze reais e sessenta e sete centavos)

Vigência : Início: 24/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2014

Objeto : SERVIÇOS DE RECARGAS E RETESTES DE EXTINTORES DE INCÊNDIO E AQUISIÇÃO DE EXTINTORES NOVOS, PARA

USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS), PREVIS-
TOS NOS LOTES 1 E 2 CONSTANTES DO EDITAL

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA;At14pmf52
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14PMF52 - Contrato Nº: AT13PMF153

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contra-
tada : SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 24/04/2014 Término: 30/04/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2013

Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE,
LIMPEZA E OUTROS, PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO
MUNICIPAIS, INFANTIS, DEPARTAMENTO DE CULTURA, PRO-
EDUCA, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, DURANTE OS MESES DE DE-
ZEMBRO DE

2013 A ABRIL DE 2014.

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA;At14pmf53
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14PMF53 - Contrato Nº: AT13PMF152

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contra-
da : 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA

Vigência : Início: 24/04/2014 Término: 30/05/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2013

Objeto : AQUISIÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE,
LIMPEZA E OUTROS, PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO
MUNICIPAIS, INFANTIS, DEPARTAMENTO DE CULTURA, PRO-
EDUCA, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES, DURANTE OS MESES DE DE-
ZEMBRO DE

2013 A ABRIL DE 2014.

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA;At14pmf54
EXTRATO CONTRATUAL

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contra-
da : UNIMÓVEIS IND. E COM. MÓVEIS ESCOLARES LTDA Valor :
18.067,80 (dezoito mil e sessenta e sete reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014

Objeto : AQUISIÇÕES DE MOBILIÁRIO PARA ESCOLAS E CEN-
TROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO.

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA;At14pmf55
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14PMF55 - Contrato Nº: AT14PMF24

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO Contra-
da : MARCIO ARTUR RODRIGUES DA SILVA E CIA LTDA Valor :
249,15 (duzentos e quarenta e nove reais e quinze centavos)

Vigência : Início: 28/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2014

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTU-
RAS DE MOBILIÁRIO PARA ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO
INFANTIS DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, PREVISTOS NOS LOTE
12

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Ct14sf09
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14SF09

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada :
HBINFO PROVEDOR LTDA

Valor : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) Vigência : Início:
01/04/2014 Término: 30/06/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRES-
TAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL E
DE INTERNET, COM SERVIÇO DE ALTA DISPONIBILIDADE, EN-
GLOBANDO HARDWARES, SOFTWARES, LINKS DE COMUNICA-
ÇÃO E SUPORTE OPERACIONAL

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
ELOI REGALIN
Presidente

CT14SF10

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14SF10

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada :
CASA FAISCA LTDA - MATRIZValor : 8.342,00 (oito mil trezentos e quarenta e dois reais) Vi-
gência : Início: 03/04/2014 Término: 29/08/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRE-
SA DO RAMO PARA REFORMA DA BOMBA RESERVA DA CAPTAÇÃO
DA SANEFRAI LOCALIZADA NO RIO MANSINHO - LIBERATA, IN-
CLUINDO PEÇAS E MÃO DE OBRA.Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
ELOI REGALIN
Presidente**Ct14sf11**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14SF11

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada : LAUTERT DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA -
ME Valor : 16.200,00 (dezesesse mil duzentos reais)

Vigência : Início: 09/04/2014 Término: 08/04/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014

Objeto : TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DE
SOFTWARE DE UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO, INCLUIN-
DO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MIGRAÇÃO DE DADOS,
TREINAMENTO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, ATUALIZAÇÃO DE
VERSÕES E SUPORTE TÉCNICO PARA A AUTARQUIA MUNICIPAL
DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI.Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
ELOI REGALIN
Presidente**Ct14sf12**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14SF12

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada :
HEXIS CIENTÍFICA S.A.Valor : 14.534,75 (quatorze mil quinhentos e trinta e quatro reais
e setenta e cinco centavos)

Vigência : Início: 16/04/2014 Término: 30/06/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA A AQUISIÇÃO DE

REAGENTES E FITAS PARA PH PARA USO NO LABORATÓRIO DE
ANÁLISES DE ÁGUA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DO BAIRRO
SANTO ANTÔNIO (ETA).Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
ELOI REGALIN
Presidente**Ct14sf13**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14SF13

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada :
ANILDO ANTUNES MEValor : 20.660,00 (vinte mil seiscentos e sessenta reais) Vigência
: Início: 22/04/2014 Término: 30/06/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE UNIFORMES (CAMISAS, CAMISETAS,
BONÉS, JAQUETAS, CALÇAS E JALECOS) PARA USO DOS SERVI-
DORES DA SANEFRAI.Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
ELOI REGALIN
Presidente**Ta14sf06**

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14SF06 - Contrato Nº: CT12SF08

Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada :
ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDAValor : 1.311,45 (um mil trezentos e onze reais e quarenta e
cinco centavos)

Vigência : Início: 25/04/2014 Término: 28/02/2017

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2011

Objeto : CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO
DE OPERAÇÃO, EXPLORAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA USINA DE
TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) DA SANEFRAI,
COMPREENDO A RECICLAGEM, COMERCIALIZAÇÃO DOS RESÍDU-
OS RECICLADOS E TRANSBORDO DOS REJEITOS DE RESÍDUOS
SÓLIDOS GERADOS PELA USINA ATÉ OS VEÍCULOS DISPONÍBI-
LIZADOS PELA SANEFRAI PARA DESTINAÇÃO FINAL JUNTO AO
ATERRO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO, PELO PRAZO DE 05 (CINCO)
ANOS.Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
ELOI REGALIN
Presidente

At14fme03

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14FME03

Contratante...: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FME

Contratada : TOTAL SPORTS LTDA

Valor : 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) Vigência : Início:
14/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE LÍQUIDO A BASE DE ÁGUA PARA DEMARCAÇÃO DE SUPERFÍCIES GRAMADAS, DURANTE OS MESES DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014.

Fraiburgo, 30 de Abril de 2014
Antonio Marcos de Almeida
Superintendente

Garopaba

PREFEITURA

Editais de Notificações de Multas 842 A 846/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000799/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

AJI1204 54279988E 51851 12/01/2013
AMO1052 54281407E 66102 18/01/2013
HDW2764 54281009E 55250 07/01/2013
IJY3308 54279889E 51851 05/01/2013
LXS8180 54281292E 65992 06/02/2013
LXS8180 54281293E 69120 06/02/2013
LYZ9813 54280378E 55250 29/12/2012
MBK4015 54280041E 69200 09/01/2013
MDW6042 54281566E 50100 31/01/2013
MEM4747 54281091E 55411 13/01/2013
MEM7333 54281248E 50100 18/01/2013
MEM7333 54281249E 65992 18/01/2013
MEM7333 54281250E 65561 18/01/2013
MEZ9350 54281801E 69120 07/02/2013
MFK3718 54279734E 54281 15/01/2013
MGJ1942 54280080E 51851 05/01/2013
MHF3999 54280411E 60760 24/12/2012
MHF3999 54280412E 51851 24/12/2012
MHF3999 54281018E 65992 08/01/2013
MKO6269 54281671E 73662 05/02/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5185 1 167
5428 1 181 * V
5525 0 181 * XV
5541 1 181 * XVII
6076 0 210
6556 1 230 * I
6599 2 230 * V
6610 2 230 * VII
6912 0 232
6920 0 233
7366 2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000843/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

AAO1109 54282062E 73662 19/02/2013 85.12
ABD9111 54282192E 55250 09/03/2013 85.12
ADO3885 54281591E 55250 09/02/2013 85.12
AJM0001 55619166D 51851 16/11/2012 127.69
ALN9777 54283101E 51851 30/03/2013 127.69
BEL0804 54283211E 65992 12/04/2013 191.53
CHU3001 54282050E 51851 14/02/2013 127.69
COF7009 54283021E 51851 31/03/2013 127.69
CRV8778 54279557E 55250 12/12/2012 85.12
DMC0726 54282711E 65992 07/05/2013 191.53
DMC0726 54282712E 67691 07/05/2013 85.12
DQT6331 54281589E 55250 09/02/2013 85.12
DXQ0908 54282277E 51691 17/02/2013 1915.38
ELD1980 54282161E 51851 10/02/2013 127.69
IAU1475 54282544E 51851 24/03/2013 127.69
IBB5571 54280876E 54521 10/02/2013 127.69
IBL4889 54279619E 65992 09/12/2012 191.53
IEC5756 54280897E 51851 19/02/2013 127.69
IGN1409 54283105E 65992 02/04/2013 191.53
IJA6239 55617298D 52741 16/03/2012 191.53
IJA6239 55617298D 58350 16/03/2012 127.69
ILK2661 54283072E 69120 10/04/2013 53.20
ILZ4509 55618322D 69120 08/11/2012 53.20
IMK3103 54281688E 51851 12/02/2013 127.69
INK0801 55617741D 54522 09/06/2012 127.69
INP5469 54282028E 51851 09/02/2013 127.69
INR4928 54282154E 51851 10/02/2013 127.69
IOA2160 54281880E 51851 14/03/2013 127.69
IOG6128 54282557E 51851 27/02/2013 127.69
IOJ2450 54283266E 73662 29/04/2013 85.12

IOV1982 54283002E 51851 28/03/2013 127.69
 IOV9668 54281780E 51851 28/02/2013 127.69
 IOZ0065 54280888E 51851 19/02/2013 127.69
 IPE9090 54282654E 51851 11/03/2013 127.69
 IQF4151 54280739E 51851 21/03/2013 127.69
 IQH4633 54282265E 51851 15/02/2013 127.69
 IQL4009 54282071E 51851 25/02/2013 127.69
 IRE1277 54282585E 73662 14/03/2013 85.12
 IRX7010 54283055E 55250 29/03/2013 85.12
 ISG5100 54282841E 51851 21/03/2013 127.69
 ISN7846 54282168E 51851 12/02/2013 127.69
 ITH8915 54280766E 58350 10/02/2013 127.69
 ITK7027 54280742E 69120 21/03/2013 53.20
 ITK7027 54282536E 50450 21/03/2013 191.53
 ITL3663 54281296E 51851 07/02/2013 127.69
 ITP3219 54282611E 51852 03/05/2013 127.69
 ITX0343 54281771E 65640 22/02/2013 191.53
 ITX0343 54281772E 51851 22/02/2013 127.69
 ITX0343 54281773E 66371 22/02/2013 127.69
 ITX2502 54282169E 51851 12/02/2013 127.69
 IVM0400 54280030E 69200 28/12/2012 127.69
 JDK0088 54281787E 54521 09/03/2013 127.69
 LPB2671 54281074E 51851 07/01/2013 127.69
 LPB2671 54281075E 51852 07/01/2013 127.69
 LUP0803 54282515E 53800 02/03/2013 85.12
 LXF1236 55619399D 65992 09/12/2012 191.53
 LXH8931 54279648E 50100 15/12/2012 574.61
 LXH8931 54279649E 65992 15/12/2012 191.53
 MAN7073 55619250D 67001 11/11/2012 127.69
 MBA8911 55619415D 50610 22/11/2012 574.61
 MBL8943 55619161D 66371 29/10/2012 127.69
 MBU9194 55617776D 54521 10/06/2012 127.69
 MCA0177 54282529E 70640 09/03/2013 191.53
 MCJ4459 54280020E 69200 13/12/2012 127.69
 MCL1009 54282390E 69200 03/04/2013 127.69
 MCX5372 55619405D 66101 09/11/2012 127.69
 MDX5092 55619207D 69200 19/10/2012 127.69
 MEC4066 54281877E 51851 08/03/2013 127.69
 MED7207 54280489E 54521 03/04/2013 127.69
 MEF1859 54283213E 65992 15/04/2013 191.53
 MEF1859 54283214E 50100 15/04/2013 574.61
 MEF1859 54283215E 51180 15/04/2013 574.61
 MET3128 54282703E 50100 29/03/2013 574.61
 MFG3189 55618550D 73662 23/11/2012 85.12
 MGQ5529 54283345E 55415 17/05/2013 53.20
 MHY7624 55619052D 60681 12/10/2012 127.69
 MIJ8464 55619466D 70481 22/11/2012 191.53
 MIS9017 54282680E 50610 19/05/2013 574.61
 MIX9261 54283113E 69120 17/04/2013 53.20
 MKG0323 55619041D 50100 13/11/2012 574.61
 NCK5272 54282482E 50450 05/04/2013 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
 5045 0 162 * V
 5061 0 163 c/c 162 * I
 5118 0 164 c/c 162 * I
 5169 1 165
 5185 1 167
 5185 2 167
 5274 1 175
 5380 0 181 * I
 5452 1 181 * VIII
 5452 2 181 * VIII
 5525 0 181 * XV
 5541 5 181 * XVII
 5835 0 195
 6068 1 209
 6564 0 230 * II

6599 2 230 * V
 6610 1 230 * VII
 6637 1 230 * IX
 6700 1 230 * XVI
 6769 1 230 * XXII
 6912 0 232
 6920 0 233
 7048 1 244 * II
 7064 0 244 * IV
 7366 2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
 SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
 MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
 CACAO DESTA EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8440 000844/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

DIH3861 54283092E 54522 28/05/2013
 HAB5624 54283689E 69200 14/06/2013
 IAU0503 54283823E 65992 02/07/2013
 IAU0503 54283824E 50100 02/07/2013
 IAU0503 54283825E 51180 02/07/2013
 IAU0503 54283826E 66371 02/07/2013
 IAU0503 54283827E 66372 02/07/2013
 ILY1146 54283185E 50100 17/06/2013
 IJA6239 54283681E 69200 06/06/2013
 JRL0765 54283788E 73662 04/07/2013
 JRL0765 54283789E 69120 04/07/2013
 LYV4461 54283701E 70301 12/06/2013
 LYV4461 54283703E 65561 12/06/2013
 MAQ9183 54283685E 69200 11/06/2013
 MAT0123 54282737E 55411 02/06/2013
 MAX7779 54283676E 69200 03/06/2013

MBX3697 54283513E 73662 13/06/2013
MCF5558 54283691E 69200 18/06/2013
MCJ9482 54283679E 69200 05/06/2013
MCK2201 54282617E 50450 17/06/2013
MCK2201 54283300E 65992 17/06/2013
MCL9091 54283687E 69200 13/06/2013
MDR2226 54283802E 67000 19/06/2013
MDT1397 54282738E 55411 02/06/2013
MEP4732 54283787E 71021 02/07/2013
MFV3975 54283673E 69200 27/05/2013
MGK0529 54282740E 55411 02/06/2013
MGP6828 54283179E 52070 14/06/2013
MGP6828 54283180E 58350 14/06/2013
MGP6828 54283181E 57200 14/06/2013
MGP6828 54283182E 57970 14/06/2013
MGP6828 54283183E 60760 14/06/2013
MGP6828 54283184E 70302 14/06/2013
MIY1803 54283678E 69200 05/06/2013
MJG7526 54283096E 69120 18/06/2013
MKV4258 54282772E 51691 05/07/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5045 0 162 * V
5118 0 164 c/c 162 * I
5169 1 165
5207 0 169
5452 2 181 * VIII
5541 1 181 * XVII
5720 0 186 * I
5797 0 191
5835 0 195
6076 0 210
6556 1 230 * I
6599 2 230 * V
6637 1 230 * IX
6637 2 230 * IX
6700 0 230 * XVI
6912 0 232
6920 0 233
7030 1 244 * I
7030 2 244 * I
7102 1 244 * VIII
7366 2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO

N.8440 000845/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR
RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
285 E SEGUINTES DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

AKB9516 55619257D 65482 02/11/2012 85.12
IOT8790 54281432E 54600 11/02/2013 85.12
IQI8669 54282349E 51851 03/05/2013 127.69
LZA6075 54280421E 55500 25/12/2012 85.12
MDJ0361 54282756E 54521 26/04/2013 127.69
MHM6947 54280794E 65992 17/04/2013 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

5185 1 167
5452 1 181 * VIII
5460 0 181 * IX
5550 0 181 * XVIII
6548 2 229
6599 2 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
CACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8440 000846/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
DO CTB.

 Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

DDO9263 54283688E 69200 13/06/2013
 FFE2502 54283193E 58350 12/07/2013
 FFE2502 54283194E 59594 12/07/2013
 IBQ6751 54283866E 65800 05/07/2013
 ICT3146 54283196E 50100 13/07/2013
 ICT3146 54283197E 51180 13/07/2013
 IOM8472 54283403E 51851 22/06/2013
 LYA0344 54283291E 50450 05/06/2013
 LYO3042 54283578E 65992 13/07/2013
 LYO3042 54283579E 50100 13/07/2013
 LYO3042 54283580E 66101 13/07/2013
 LYO3042 54283581E 51180 13/07/2013
 LZR5694 54283241E 73662 04/06/2013
 LZH9302 54283680E 69200 06/06/2013
 LZQ6502 54283850E 51851 13/07/2013
 MAJ5824 54283404E 65992 28/06/2013
 MAV5963 54282746E 54522 02/06/2013
 MAW4624 54283402E 69120 19/06/2013
 MBK4631 54283572E 65992 11/07/2013
 MCA2932 54283814E 65992 29/06/2013
 MCE7605 54283674E 69200 29/05/2013
 MCL5913 54283706E 65564 16/06/2013
 MEC6900 54283690E 69200 14/06/2013
 MGH6843 54282887E 54521 14/07/2013
 MGJ0411 54283683E 69200 12/06/2013
 MGP3413 54283859E 65992 27/06/2013
 MGU5600 54283195E 65992 13/07/2013
 MHA6701 54283752E 65992 11/06/2013
 MHA6701 54283753E 50100 11/06/2013
 MHA6701 54283754E 51180 11/06/2013
 MHA6701 54283755E 65561 11/06/2013
 MHP8614 54283560E 56141 01/06/2013
 MHX1341 54283686E 69200 13/06/2013
 MHZ5101 54283519E 54521 13/06/2013
 MIV7452 54283135E 65992 22/06/2013
 MIV7452 54283520E 66102 22/06/2013
 MIV7452 54283521E 50100 22/06/2013
 MIV7452 54283522E 50610 22/06/2013
 MKZ6282 54283847E 51851 13/07/2013
 MMH1740 54283760E 50100 17/06/2013
 MMH1740 54283763E 65992 17/06/2013
 MMH1740 54283764E 66371 17/06/2013
 MMH1740 54283765E 66372 17/06/2013
 MMH1740 54283766E 51851 17/06/2013

 Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
 5045 0 162 * V
 5061 0 163 c/c 162 * I
 5118 0 164 c/c 162 * I
 5185 1 167
 5452 1 181 * VIII
 5452 2 181 * VIII
 5614 1 182 * V
 5835 0 195
 5959 4 203 * IV
 6556 1 230 * I
 6556 4 230 * I
 6580 0 230 * IV
 6599 2 230 * V
 6610 1 230 * VII
 6610 2 230 * VII
 6637 1 230 * IX
 6637 2 230 * IX
 6912 0 232
 6920 0 233

 7366 2 252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
 TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
 DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
 REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
 DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital 847

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO
 COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000847/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI
 N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FI-
 NAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S)
 VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MUL-
 TA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S),
 PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS,
 APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS
 ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

ANA8636 54283367E 28/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
 ARU5002 54283351E 19/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MAR3319 54282872E 30/04/2013 5274-1 R\$ 191,53
 MFP4478 54283370E 28/04/2013 5185-1 R\$ 127,69
 MGF5970 54283172E 11/04/2013 6912-0 R\$ 53,20
 MGF5970 54283173E 11/04/2013 6599-2 R\$ 191,53
 MHF8732 54049749D 21/12/2012 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento

5185-1 167
 5274-1 175
 6912-0 232
 6599-2 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE
 DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M)
 O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE
 NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E
 SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998),
 PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS
 PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PU-
 BLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital 848

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000848/2013
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

HNU8561 54283585E 15/07/2013 6599-2

HQD2253 54283903E 05/07/2013 6599-2

IJA6239 54283820E 01/07/2013 5010-0

IJA6239 54283821E 01/07/2013 5118-0

IJA6239 54283822E 01/07/2013 6637-2

INO6331 54283965E 22/07/2013 5452-1

MBD6396 54283786E 02/07/2013 5010-0

MBZ4754 54283405E 04/07/2013 6912-0

MBZ4754 54283406E 04/07/2013 5010-0

MBZ4754 54283407E 04/07/2013 5061-0

MCY9199 54282687E 15/07/2013 6637-1

MCY9199 54282688E 15/07/2013 6599-2

MCY9199 54283524E 15/07/2013 6912-0

MCY9199 54283525E 15/07/2013 5274-1

MDN8708 54283815E 01/07/2013 5452-2

MFC8083 54283136E 28/06/2013 5541-1

MHR9900 54283806E 26/06/2013 5185-1

MIS9407 54283907E 07/07/2013 5010-0

MIS9407 54283908E 07/07/2013 5118-0

Infr./Desd.	Enquadramento
6599-2	230 * V
5010-0	162 * I
5118-0	164 c/c 162 * I
6637-2	230 * IX
5452-1	181 * VIII
6912-0	232
5061-0	163 c/c 162 * I
6637-1	230 * IX
5274-1	175
5452-2	181 * VIII
5541-1	181 * XVII
5185-1	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital 849-13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000849/2013
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

DCS8749 54282494E 11/05/2013 5010-0 R\$ 574,61

DCS8749 54282495E 11/05/2013 5061-0 R\$ 574,61

DRD0494 54283081E 10/05/2013 7366-2 R\$ 85,12

MDT1761 54283401E 11/05/2013 6599-2 R\$ 191,53

Infr./Desd.	Enquadramento
5010-0	162 * I
5061-0	163 c/c 162 * I
7366-2	252 * VI6599-2 230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

Edital 850-13

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 000850/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

BUS1008 54283901E 25/06/2013 5185-1

IIE4302 54281898E 20/07/2013 6599-2

KML4218 54283770E 23/06/2013 5045-0

KQQ2370 54282686E 27/06/2013 6858-0

MBU8607 54282619E 05/07/2013 6599-2

MKE5090 54283902E 30/06/2013 6912-0

MMH1740 54283803E 23/06/2013 5010-0

MMH1740 54283804E 23/06/2013 5118-0

MMH1740 54283805E 23/06/2013 6637-1

Infr./Desd.	Enquadramento
5185-1	167
6599-2	230 * V
5045-0	162 * V
6858-0	231 * VII
6912-0	232
5010-0	162 * I
5118-0	164 c/c 162 * I
6637-1	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE

DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO

DELEGADO DE POLICIA

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 010 de 30 de Abril de 2014.

PORTARIA Nº 010 DE 30 DE ABRIL DE 2014.

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Rogério Linhares, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, considerando os termos da Lei Municipal Nº 1000/2005, de 06 de dezembro de 2005, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º Fica concedida ao servidor EDUARDO FRANCISCO KOCH, licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, na conformidade do Artigo 123 da Lei Complementar nº 1000/2005, pelo período de 02 (dois) anos contados da data de 01 de maio de 2014.

Art. 2º Para efeitos administrativos e de segurança do trabalho, o servidor deverá apresentar no ato de seu retorno, Atestado Médico, com efeitos de retorno ao trabalho, comprovando suas condições físicas, devidamente expedido por médico especialista da Medicina do Trabalho.

Parágrafo Único - O servidor deverá desempenhar suas funções em conformidade com as determinadas na Lei Municipal nº 1.534 de 02 de junho de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 30 de abril de 2014.

Rogério Linhares

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em ____/____/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn

Diretora Redação Legislação e Processo Legislativo

Câmara Municipal de Garopaba

Terceiro Termo Aditivo Contratual Legislador Web

terceiro termo aditivo CONTRATUAL

CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA

RUA PROFESSOR ANTÔNIO JOSÉ BOTELHO, Nº 113

88495-000 GAROPABA — SC

CGC Nº 80.987.423/0001-86

PRODUTOR: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

RUA XV DE NOVEMBRO Nº 1480 - sala 704 — CENTRO

89.010-002 BLUMENAU — SC

CGC N.º 00.685.840/0001-35

SISTEMA: LEGISLADOR WEB

Pelo presente instrumento particular, as partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, ADITAR ao contrato original, firmado em maio/2011, que regulamenta o direito de uso mensal do sistema Legislador WEB sua manutenção, atualização e suporte, o seguinte:

1 — As letras 'a', 'b', 'c', 'e' e 'f' do item 1º da CLÁUSULA QUARTA — CONDIÇÕES COMERCIAIS, passam a vigorar com a seguinte redação:

1ª O VALOR e a FORMA da MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE do referido Sistema será cobrado pelo PRODUTOR nas seguintes bases:

a- Pelos serviços prestados dentro das atividades contratuais previstas na CLÁUSULA SEGUNDA 9ª e CLÁUSULA TERCEIRA 1º, o valor mensal de R\$ 155,60 (Cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), com o Banco de Dados até 500 MB. Excedendo este tamanho será acrescido ao valor mensal R\$ 10,00 a cada 100 MB.

b- Pelo atendimento que contiver atividades extraordinárias, será cobrado o número de horas especificados na FAT — Ficha de Atendimento Técnico — à base de R\$ 115,00 (Cento e quinze reais) a hora.

c- O faturamento do Direito de Uso, Manutenção, Atualização e Suporte contratual, terá vencimento no dia 25 do mês de referência. O faturamento do valor supracitado dar-se-á a partir de maio/2014, menos aquele baseado na FAT (Ficha de Atendimento Técnico) que será posterior, de acordo com o mês de ocorrência.

e- O pagamento de faturas em atraso acarretará a cobrança de encargos financeiros, de acordo com o que permite a legislação em vigor. Ao valor devido, é acrescido multa de 2% (dois por cento) mais juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento, implicará na cobrança em cartório.

f- Todos os valores deste contrato estão expressos em Reais. O reajuste de preço do valor do Direito de Uso mensal, da Manutenção, Atualização e Suporte do sistema será feito de acordo com a legislação em vigor, sendo aplicado, como índice de reajuste anual, o IGP-M da FGV acumulado nos 12 meses. Extinta ou modificada a legislação em vigor a frequência de reajuste de preços será aquela prevista na nova lei. Caso venha a ser editado índice setorial de preços o PRODUTOR reserva-se o direito de optar por sua adoção, mediante prévia comunicação ao CLIENTE

2 - A CLÁUSULA SEXTA — DO PRAZO E RESCISÃO, passa a vigorar com a seguinte redação:

O prazo de vigência para MANUTENÇÃO, atualização e SUPORTE — é de 12 doze meses, a partir da data da sua assinatura, podendo ser renovado, de acordo com art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, salvo menção em contrário por quaisquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

3 — Fica estabelecido, para finalização:

1ª As demais cláusulas do contrato original, não prejudicadas pelas alterações e inclusões ora realizadas, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

2ª As partes elegem o FORO da cidade de Garopaba/SC como único competente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão do presente termo aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, datam e assinam o presente TERMO ADITIVO, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Garopaba, 02 de maio de 2014.

Câmara Municipal de Garopaba

Produtor: Lancer Soluções em Informática Ltda.

TESTEMUNHAS

Ivaldo da Silva Lobo Filho

CPF: 033.372.079-28

Advogado: Dr. Eron Elias Rutkosky

OAB/SC 20.732

Emanuel Antônio Quaresma

Assessor Jurídico

Câmara Municipal de Garopaba

OAB/SC 012.399

Terceiro Termo Aditivo Contratual Legislador

TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL

CLIENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
RUA PROFESSOR ANTÔNIO JOSÉ BOTELHO, Nº 113
88495-000 GAROPABA — SC
CGC Nº 80.987.423/0001-86

PRODUTOR: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.
RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 1.480 sala 704 — CENTRO
89.010-002 BLUMENAU — SC
CGC N.º 00.685.840/0001-35

SISTEMA: LEGISLADOR

Pelo presente instrumento particular, as partes acima qualificadas resolvem, de comum acordo, ADITAR ao contrato, celebrado em maio/2011 que regulamenta o direito de uso mensal do sistema Legislador sua manutenção, atualização e suporte, o seguinte:

1 — As letras 'a', 'b', 'c', 'e' e 'f' do item 1º da CLÁUSULA QUARTA — CONDIÇÕES COMERCIAIS, passam a vigorar com a seguinte redação:

1ª O VALOR e a FORMA do DIREITO de USO MENSAL, da MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE do Sistema Legislador, será cobrado pelo PRODUTOR nas seguintes bases:

a- Pelos serviços prestados dentro das atividades contratuais previstas na CLÁUSULA SEGUNDA 8ª e CLÁUSULA TERCEIRA 1º do contrato original, permanece o valor mensal líquido de R\$ 308,80 (Trezentos e oito reais e oitenta centavos).

b- Pelo atendimento que contiver atividades extraordinárias, será

cobrado o número de horas especificados na FAT — Ficha de Atendimento Técnico — à base de R\$ 115,00 (Cento e quinze reais) a hora.

c- O faturamento do Direito de Uso, Manutenção, Atualização e Suporte contratual, terá vencimento no dia 25 do mês da prestação de serviços. O faturamento do valor supracitado dar-se-á a partir de maio/2014. O faturamento baseado na FAT (Ficha de Atendimento Técnico) será, de acordo com o mês de ocorrência.

e- O pagamento de faturas em atraso acarretará na cobrança de multa de 2% (dois por cento) mais juros de 1% (um por cento) ao mês, que será faturado juntamente com os valores do mês em questão. O não pagamento, implicará na cobrança em cartório.

f- Todos os valores deste contrato estão expressos em Reais. O reajuste de preço do valor do Direito de Uso mensal, da Manutenção, Atualização e Suporte do sistema será feito de acordo com a legislação em vigor, sendo aplicado, como índice de reajuste anual, o IGP-M da FGV acumulado nos 12 meses. Extinta ou modificada a legislação em vigor a frequência de reajuste de preços será aquela prevista na nova lei. Caso venha a ser editado índice setorial de preços o PRODUTOR reserva-se o direito de optar por sua adoção, mediante prévia comunicação ao CLIENTE.

2 — A CLÁUSULA SEXTA — DO PRAZO E RESCISÃO, passa a vigorar com a seguinte redação:

O prazo de vigência para MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO e SUPORTE, do referido sistema — é de 12(doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais períodos, de acordo com art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, salvo menção em contrário por quaisquer das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

3 — Fica estabelecido, para finalização:

1ª As demais cláusulas do contrato original, não prejudicadas pelas alterações e inclusões ora realizadas, permanecem inalteradas e em pleno vigor.

2ª As partes elegem o FORO da cidade de Garopaba/SC como único competente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão do presente termo aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, datam e assinam o presente TERMO ADITIVO, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Garopaba, 02 de maio de 2014.

Câmara Municipal de Garopaba

Produtor: Lancer Soluções em Informática Ltda.

TESTEMUNHAS

Ivaldo da Silva Lobo Filho

CPF 033.372.079-28

Advogado: Dr. Eron Elias Rutkosky

OAB/SC 20.732

Emanuel Antônio Quaresma

Assessor Jurídico

Câmara Municipal de Garopaba

OAB/SC 012.399

Garuva

PREFEITURA

Lei Nº 1791/2014

LEI Nº 1791, DE 30 DE ABRIL DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova, e eu PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

	Abertura/ retificação de estradas				
10.003.015.451.1033.2058	urbanas	4490	03.00.00	R\$	210.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 10. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

	Abertura/ retificação de estradas				
10.003.015.451.1033.2058	urbanas	4490	01.24.54	R\$	245.850,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do artigo 3º., serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação relativo ao Contrato de Repasse 773060/2012 celebrado com a União Federal através do Ministério das Cidades no âmbito do Programa Planejamento Urbano.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

	Abertura/ retificação de estradas				
10.003.015.451.1033.2058	urbanas	4490	01.24.54	R\$	295.300,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do artigo 5º, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação relativo ao Contrato de Repasse 770131/2012 celebrado com a União Federal através do Ministério das Cidades no âmbito do Programa Planejamento Urbano.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

DECRETO Nº 94/2014

DECRETO Nº 094 DE 30 DE ABRIL DE 2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal em Exercício de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1791, de 30 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

	Abertura/ retificação de estradas				
10.003.015.451.1033.2058	urbanas	4490	03.00.00	R\$	210.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 10. serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

	Abertura/ retificação de estradas				
10.003.015.451.1033.2058	urbanas	4490	01.24.54	R\$	245.850,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do artigo 3º., serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação relativo ao Contrato de Repasse 773060/2012 celebrado com a União Federal através do Ministério das Cidades no âmbito do Programa Planejamento Urbano.

Art. 5º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

	Abertura/ retificação de estradas				
10.003.015.451.1033.2058	urbanas	4490	01.24.54	R\$	295.300,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do artigo 5º, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação relativo ao Contrato de Repasse 770131/2012 celebrado com a União Federal através do Ministério das Cidades no âmbito do Programa Planejamento Urbano.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

Lei Nº 1792/2014

LEI Nº 1792, DE 30 DE ABRIL DE 2014

"Reconhece dívida do Município de Garuva com a empresa BFA Ambiental Serviços de Coletas de Resíduos Ltda e dá outras providências".

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por

seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova, e eu PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida a dívida de R\$ 126.438,42 (cento e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e dois centavos) para com a empresa BFA Ambiental Serviços de Coletas de Resíduos Ltda, estabelecida na Rua Wittich Freitag, 961, Bairro Iriú na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o número 08.156.073/0001-89, referente a serviço de execução do transbordo, transporte e destinação final, em aterro sanitário licenciado, de resíduos sólidos compactáveis domiciliares e comerciais realizados no período de 23/12/2013 à 27/02/2014.

Parágrafo único – Os serviços descritos neste artigo, que constam em relatório de coletas, serão pagos mediante a emissão do respectivo Empenho e Nota Fiscal.

Art. 2º - Fica reconhecida a dívida de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) para com a empresa BFA Ambiental Serviços de Coletas de Resíduos Ltda, estabelecida na Rua Wittich Freitag, 961, Bairro Iriú na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o número 08.156.073/0001-89, referente a locação de um caminhão para coleta de resíduos domiciliares e comerciais produzidos no município no período de 12 à 17/01/2014, período em que o caminhão de coleta de lixo pertencente a esta municipalidade encontrava-se em manutenção e reforma.

Parágrafo único – Os serviços descritos neste artigo constam da Nota Fiscal 5398 emitida pela empresa em 17/02/2014.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas decorrentes dos artigos 1º e 2º por conta do orçamento vigente na atividade de 2075-Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, conforme a seguir:

12.001.015.452.1042.2075-Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	339092	01.00.00	R\$ 15.410,64
12.001.015.452.1042.2075-Manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana	339039	01.00.00	R\$ 116.427,78

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

LEI Nº 1793/2014

LEI Nº 1793, DE 30 DE ABRIL DE 2014

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar”.

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova, e eu PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 236.656,67 (duzentos e trinta e seis mil seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.303.1016.2045-Medicamento para Consumo e Distrib. SUS	3390	03.23.55	R\$ 18.042,87
14.001.010.303.1016.2045-Medicamento para Consumo e Distrib. SUS	3390	03.67.00	R\$ 78.157,31
14.001.010.304.1018.2047-Manutenção do Setor de Vigilância Sanitária	3390	03.66.00	R\$ 7.303,37
14.001.010.304.1018.2047-Manutenção do Setor de Vigilância Sanitária	4490	03.66.00	R\$ 10.000,00
14.001.010.305.1017.2046-Manutenção do Programa Vigilância Epidemio.	3390	03.64.04	R\$ 3.000,00
14.001.010.305.1017.2046-Manutenção do Programa Vigilância Epidemio.	4490	03.64.04	R\$ 10.000,00
14.001.010.301.1011.2083-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	4490	03.23.55	R\$ 50.000,00
14.001.010.301.1011.2083-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3390	03.23.55	R\$ 15.298,97
14.001.010.301.1011.2083-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3390	03.02.00	R\$ 44.854,15

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.324,54 (duzentos e dez mil trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	03.71.00	R\$ 83.324,54
14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	03.02.00	R\$ 127.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 184.912,63 (cento e oitenta e quatro mil novecentos e doze reais e sessenta e três centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	03.64.00	R\$ 29.912,63
14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	03.02.00	R\$ 155.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1º. a 3º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 324.675,46 (trezentos e vinte e quatro mil seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	01.71.00	R\$ 324.675,46
---	------	----------	----------------

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$

119.650,50 (cento e dezenove mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	01.64.00	R\$	119.650,50
---	------	----------	-----	------------

Art. 7º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 5º. e 6º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação referente recursos do Ministério da Saúde nos termos das Portarias/MS nº 1380/2012 e 1382/2012.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

LEI Nº 1794/2014

LEI Nº 1794, DE 30 DE ABRIL DE 2014

“Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar”.

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova, e eu PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 262.947,72 (duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.243.1026.2054-Manutenção dos Atendimentos do Abrigo	3390	03.52.00	R\$	15.719,12
15.001.008.243.1026.2054-Manutenção dos Atendimentos do Abrigo	4490	03.52.00	R\$	2.956,39
15.001.008.244.1023.2051-Manutenção do Prog. Prom. e Prev. Des. Social	3390	03.52.00	R\$	152.865,45
15.001.008.243.1027.2057-Manutenção de Prot. Básica – Família em Foco	3390	03.52.00	R\$	66.091,25
15.001.008.243.1027.2057-Manutenção de Prot. Básica – Família em Foco	4490	03.52.00	R\$	25.315,51

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

LEI Nº 1795/2014

LEI Nº 1795, DE 30 DE ABRIL DE 2014

“Autoriza o Executivo Municipal a firmar Convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, para os fins que especifica”

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova, e eu PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, tendo por objeto a cessão de servidores municipais para prestarem serviços junto à Delegacia de Polícia da Comarca de Garuva.

§1º - O convênio será celebrado em conformidade com a minuta anexa a presente Lei.

§2º - O Poder Executivo poderá firmar termos aditivos ao convênio de que trata esta Lei, que tenham por objeto ajustes e adequações direcionadas à consecução de suas finalidades.

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

TERMO DE CONVÊNIO PARA A CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, LAVRADO ENTRE A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SANTA CATARINA E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GARUVA, EM CARÁTER GRATUITO.

Por este instrumento, em que se figura de um lado como CEDENTE a Prefeitura do Município de Garuva, com sede na Avenida Celso Ramos, nº. 1614, Centro, Garuva, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo prefeito em exercício, o Sr. PAULO ROBERTO SCHWARZ, portador da Carteira de Identidade nº. 176.464-0, e do CPF nº. 081.636.349-87, e de outro, como CESSIONÁRIA a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Artista Bittencourt, nº. 30, CEP 88.020-060, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.951.294/0001-00, doravante denominado SSP, representada por seu Secretário, CÉSAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da Carteira de Identidade nº. 372.513, SSP/SC e do CPF nº. 252.157.529-15, com intervenção da Polícia Civil, estabelecida na Rua Álvaro de Carvalho, 220, Centro, Florianópolis, doravante denominada PC, representada pelo Delegado Geral, ALDO PINHEIRO D'ÁVILA, brasileiro, residente e domiciliado em Florianópolis/SC, portador da Cédula de Identidade nº 1743696-6 SSP/SC e do CPF nº. 548.933.059-72, firmam o presente instrumento de convênio, visando a cessão de servidores municipais, para prestarem serviços junto ao órgão Cessionário, o que fazem sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. - Convênio para a cessão de servidores municipais para prestarem serviços junto à CESSIONÁRIA, sem ônus, que serão designados exclusivamente para a Delegacia de Polícia da Comarca de Garuva.

1.1.1. - A cessão dos servidores de que trata o item anterior deverá recair somente naqueles que ingressarem na Prefeitura mediante concurso público ou outro meio autorizado em lei, não importando se do regime estatutário ou celetista.

1.1.2. - O número de servidores municipais cedidos não poderá ultrapassar o triplo do número de funcionários públicos estaduais lotados naquela Unidade Policial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESIGNAÇÃO DOS SERVIDORES, DO INÍCIO DO EXERCÍCIO, DA CARGA HORÁRIA E DA AUSÊNCIA

2.1. - A designação dos servidores será precedida das seguintes cautelas:

2.1.1. - A CEDENTE expedirá ofício à CESSIONÁRIA encaminhando a relação dos servidores, que tenham ingressado na Prefeitura através de concurso público ou outro meio autorizado em lei.

2.1.2. - A CESSIONÁRIA, com base na relação, solicitará da CEDENTE o envio de certidões cíveis e criminais dos servidores para preliminar análise.

2.2. - A carga horária dos servidores deverá ser compatível com a dos funcionários da CESSIONÁRIA, resguardando-se, entretanto, a jornada de trabalho prevista pela Municipalidade.

2.2.1. - A frequência do servidor cedido será controlada pela Delegacia de Polícia e será mensalmente remetida à Prefeitura, arquivando-se na Secretaria da Delegacia de Polícia cópia dela para simples controle e comunicação de eventuais irregularidades cometidas.

2.3. - As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a frequência do servidor, assim como, as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência.

2.4. - As falas de caráter disciplinar, após formalmente constatada pela Delegacia de Polícia, serão imediatamente comunicadas à CEDENTE para as providências cabíveis.

2.5. - É facultada a substituição ou devolução do servidor, mediante prévia comunicação.

2.5.1. - Aplicam-se, para os casos de substituição, as cautelas constantes dos sub-itens 2.1.1 e 2.1.2.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1. - Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor, a fim de evitar carga horária superior ao previsto junto à Prefeitura.

3.2. - Estar ciente de que o servidor cedido não poderá executar serviços ou praticar atos que demandem fé pública.

3.3. - Cumprir rigorosamente o disposto no subitem 2.3.

3.4. - Estar ciente de que a CEDENTE, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor, segundo seu alvedrio.

3.5. - A CESSIONÁRIA não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor para posto de trabalho que não esteja compreendido na Delegacia de Polícia instalada na Comarca de Garuva

3.6. - Promover os esclarecimentos que porventura vierem a ser solicitados pela CEDENTE.

3.7. - Fiscalizar os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido.

3.8. - Comunicar, com antecedência de 30 (trinta) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor cedido.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

4.1. - Estar ciente de que são de sua inteira responsabilidade os pagamentos de todas as despesas com remunerações, encargos previdenciários e trabalhistas, bem como quaisquer outros que porventura integrem os salários ou vencimentos dos servidores.

4.2. - Responsabilizar-se por qualquer ato irregular praticado pelo servidor cedido, independentemente de dolo ou culpa.

4.3. - Certificar-se de que os servidores cedidos estão cientes de que deverão cumprir todos os regulamentos internos da CESSIONÁRIA sem exceção.

4.4. - Quando da emissão da relação dos servidores a serem cedidos, informar que eles não possuem cônjuge, companheiro (a), parentes em linha reta e colateral até 3º grau prestando serviços na Delegacia de Polícia da Comarca de Garuva, na qualidade de servidores da Secretaria de Segurança Pública.

4.5. - Acolher ou justificar, em 30 (trinta) dias, a comunicação da CESSIONÁRIA para os fins do subitem 3.8 da cláusula anterior.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DA VIGÊNCIA

5.1. - O prazo de vigência do presente termo de convênio é de 04 (quatro) anos, iniciando-se a partir de sua formalização, podendo ser renovada mediante prévia manifestação com antecedência mínima de 02 (dois) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. - Este termo de convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes nele envolvidas, mediante comunicação escrita do interessado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1. - Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca de Garuva, com renúncia expressa de qualquer outro juízo, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

Nada mais. Lido e achado conforme pelas partes, perante as testemunhas, lavrou-se este instrumento de convênio para a cessão de servidores municipais, em 03 (três) vias de igual teor, por todos assinados, visto que foram atendidas as formalidades legais.

Garuva, XX de abril de 2014

DECRETO Nº 95/2014

DECRETO Nº 095 DE 30 DE ABRIL DE 2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal em Exercício de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1793, de 30 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 236.656,67 (duzentos e trinta e seis mil seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.303.1016.2045-Medicamento para Consumo e Distrib. SUS	3390	03.23.55	R\$	18.042,87
14.001.010.303.1016.2045-Medicamento para Consumo e Distrib. SUS	3390	03.67.00	R\$	78.157,31
14.001.010.304.1018.2047-Manutenção do Setor de Vigilância Sanitária	3390	03.66.00	R\$	7.303,37

14.001.010.304.1018.2047-Ma-nutenção do Setor de Vigilância Sanitária	4490	03.66.00	R\$	10.000,00
14.001.010.305.1017.2046-Ma-nutenção do Programa Vigilância Epidemio.	3390	03.64.04	R\$	3.000,00
14.001.010.305.1017.2046-Ma-nutenção do Programa Vigilância Epidemio.	4490	03.64.04	R\$	10.000,00
14.001.010.301.1011.2083-Ma-nutenção do Fundo Municipal de Saúde	4490	03.23.55	R\$	50.000,00
14.001.010.301.1011.2083-Ma-nutenção do Fundo Municipal de Saúde	3390	03.23.55	R\$	15.298,97
14.001.010.301.1011.2083-Ma-nutenção do Fundo Municipal de Saúde	3390	03.02.00	R\$	44.854,15

Art. 2o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 210.324,54 (duzentos e dez mil trezentos e vinte e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	03.71.00	R\$	83.324,54
14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	03.02.00	R\$	127.000,00

Art. 3o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 184.912,63 (cento e oitenta e quatro mil novecentos e doze reais e sessenta e três centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	03.64.00	R\$	29.912,63
14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	03.02.00	R\$	155.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1o. a 3º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 5o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 324.675,46 (trezentos e vinte e quatro mil seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	01.71.00	R\$	324.675,46
---	------	----------	-----	------------

Art. 6o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 119.650,50 (cento e dezenove mil seiscentos e cinquenta reais e cinquenta centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.302.1022.1012-Const. e Reformas de Unidades de Saúde	4490	01.64.00	R\$	119.650,50
---	------	----------	-----	------------

Art. 7o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 5o. e 6º serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação referente recursos do Ministério da Saúde nos

termos das Portarias/MS nº 1380/2012 e 1382/2012.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

Decreto Nº 96/2014

DECRETO Nº 096 DE 30 DE ABRIL DE 2014

“Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar”.

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal em Exercício de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1794, de 30 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1o – Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 262.947,72 (duzentos e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.243.1026.2054-Manutenção dos Atendimentos do Abrigo	3390	03.52.00	R\$	15.719,12
15.001.008.243.1026.2054-Manutenção dos Atendimentos do Abrigo	4490	03.52.00	R\$	2.956,39
15.001.008.244.1023.2051-Manutenção do Prog. Prom. e Prev. Des. Social	3390	03.52.00	R\$	152.865,45
15.001.008.243.1027.2057-Manutenção de Prot. Básica – Família em Foco	3390	03.52.00	R\$	66.091,25
15.001.008.243.1027.2057-Manutenção de Prot. Básica – Família em Foco	4490	03.52.00	R\$	25.315,51

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

Decreto Nº 89/2014

DECRETO Nº 89 DE 15 DE ABRIL DE 2014

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal em exercício de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1766/2013, de 18/12/2013.

DECRETA:

Art. 1o – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.18.00	R\$	65.500,00
--	------	----------	-----	-----------

07.001.12.361.1028.2028	Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.19.00R\$	34.500,00
07.001.12.365.1030.2031	Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.18.00R\$	25.500,00
07.001.12.365.1030.2031	Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.19.00R\$	1.000,00
09.001.08.244.1023.2089	Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3390	01.00.00R\$	7.000,00
10.003.15.452.1033.2065	Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	01.00.00R\$	14.500,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.2028	Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.18.00 R\$	65.500,00
07.001.12.361.1028.2028	Desenv. e manut. do ensino fundamental	3190	01.19.00 R\$	34.500,00
07.001.12.365.1030.2031	Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.18.00 R\$	25.500,00
07.001.12.365.1030.2031	Desenv. e manut da educação infantil	3190	01.19.00 R\$	1.000,00
09.001.08.244.1023.2089	Man. do Depto. de Desenv. Social e Hab	3190	01.00.00 R\$	7.000,00
10.003.15.452.1033.2065	Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3190	01.00.00 R\$	14.500,00

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data de 15 de abril de 2014.

Paulo Roberto Schwarz
Prefeito em exercício

Portaria Nº 315/2014

PORTARIA Nº 315 de 29 de abril de 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA EM EXERCÍCIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria;

CONSIDERANDO, ofício 122/2014 da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para o cargo de Provimento

Efetivo, no regime estatutário.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade – (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia AUTENTICADA do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
- 18) Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);
- 19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);
- 20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
- 21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
- 22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho;
- 23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
- 24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.
- 25) CTPS original

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I - PORTARIA 315/2014
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Merendeira

Nº inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17100143	CAMILINA DE ARAUJO RODRIGUES	14º
17100151	ELENIR FRANCISONI ARCEÑO ROCHADEL	15º
17100174	ALAYDE BACKES DA SILVA	16º
17100066	DIRCIA KRUEGER DA ROCHA	17º

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito Municipal em Exercício

Gaspar

PREFEITURA

Portaria Nº. 3.413, de 29 de Abril de 2014.

PORTARIA Nº. 3.413, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

REVOGA PORTARIA Nº 2.232, DE 16 DE SETEMBRO DE 2010, QUE COLOCA A DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, O SERVIDOR GILSON KILIAN DE PAULA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 2.232, de 16 de setembro de 2010, que colocou à disposição na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento o servidor GILSON KILIAN DE PAULA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Transportes e Obras, devendo voltar a sua lotação de origem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de abril de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.412, de 29 de Abril de 2014

PORTARIA Nº 3.412, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, AO SERVIDOR JOSEMAR DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106, III, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Gaspar,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor JOSEMAR DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período de 23/04/2014 a 22/05/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 23/04/2014.

Gaspar, 29 de abril de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Concorrência Nº 78/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Concorrência Nº 78/2014

OBJETO: drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Amádio Beduschi. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 05/06/2014. ABERTURA: dia 05/06/2014 às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site

www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 30 de abril de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Aviso do Pregão Presencial Nº 74/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 74/2014

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais para divisórias. ENTREGA dos envelopes deverá ocorrer até às 9h do dia 15/05/2014, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 30/04/2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

SAMAE

Aviso do Pregão Presencial Nº 21/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.21/2014

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de areia industrial, para recompor as vias municipais, após a execução de reparos e ou assentamentos de redes de distribuição de água e ligações de esgoto.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 15/05/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 15/05/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 28 de abril de 2014.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 23/2014

RESOLUÇÃO Nº 23/2014.

EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR PEDRO PAULO SCHRAMM DO CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, VII, da Lei Orgânica do Município e Art. 31, VIII do Regimento Interno da Câmara Municipal,

CONSIDERANDO a solicitação do servidor Pedro Paulo Schramm para ser exonerado do cargo de Procurador Jurídico da Câmara Municipal, que a fez através do Ofício Interno nº 062/2014, cuja fotocópia segue anexo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado o servidor Pedro Paulo Schramm do cargo de Procurador Jurídico desta Casa Legislativa a partir desta data.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta de dotação orçamentária Programa: 001 Processo Legislativo; Atividade: 2.00002- Pessoal e Encargos Sociais; Despesa: 3.3.3.9.0.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.

Art. 3º O servidor, a partir de 1º de maio de 2014, voltará a ocupar e exercer as atribuições do cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência, em 30 de abril de 2014.

MESA DIRETORA

Marcelo de Souza Brick
Presidente

Andréia Symone Z. Nagel
Vice-Presidente

Ciro André Quintino
1º Secretário

José Hilário Melato
2º Secretário

Resolução Nº 24/2014

RESOLUÇÃO Nº 24/2014

Autoriza a abertura e o processamento de procedimento licitatório para contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia celular móvel pessoal.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e art. 45, incisos I e IX, do Regimento Interno da Edilidade.

CONSIDERANDO que os Vereadores da Edilidade utilizam seus aparelhos de telefonia celular e planos próprios para o exercício da vereança e sem qualquer ressarcimento pelo erário público;

CONSIDERANDO a necessidade desta Casa Legislativa de fornecer aos Vereadores condições para o exercício da vereança com eficiência;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção ou mesmo a diminuição de custos relativamente a ligações para o sistema de telefonia celular móvel;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como o disposto nas Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Presidência nº 79/2014, em que a Presidência da Edilidade solicita a abertura de procedimento licitatório para contratação de empresa prestadora de serviços de telefonia celular móvel pessoal;

CONSIDERANDO o Orçamento, o Projeto Básico e a Minuta do Edital de Licitação e do Contrato elaborados pela Presidência da Edilidade, bem como a informação do setor de contabilidade acerca da dotação orçamentária e financeira;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a abertura e o processamento de procedimento licitatório, modalidade pregão presencial, para contratação

de empresa prestadora de serviços de telefonia celular móvel pessoal, tudo conforme os seguintes documentos anexos:

I - Anexo I - Orçamento;

II - Anexo II - Projeto Básico; e

III - Anexo III - Minuta de Edital de Licitação.

Parágrafo único. A minuta do edital de licitação, incluindo a minuta do contrato, anexa a esta Resolução poderá ser adequada para melhor atendimento da demanda desta Edilidade após parecer da Procuradoria Jurídica da Casa.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas pelo orçamento vigente da Câmara Municipal de Gaspar, na seguinte dotação orçamentária: Órgão: 001 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 001 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 001 - Manutenção do Legislativo; Ação: 2.200004 - Materiais e Serviços de Terceiros em Geral; Modalidade: 3.3.3.9.0.00 - Aplicações Diretas; Dotação: 3.3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar, em 30 de abril de 2014.
MESA DIRETORA

Marcelo de Souza Brick	Andréia Symone Zimmermann Nagel
Vereador - Presidente	Vereador - Vice Presidente

Ciro André Quintino
Vereador - Primeiro Secretário

José Hilário Melato
Vereador - Segundo Secretário

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Decreto Nº 038/2014 - Designa Pregoeiros E Equipe de Apoio Para Atuarem Na Área de Licitação Na Modalidade de Pregão Presencial No Âmbito do Poder Executivo do Município de Governador Celso Ramos E Dá Outras Providências.

DECRETO Nº 038/2014.

DESIGNA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO a edição da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgão e demais entidades públicas do Município de Governador Celso Ramos (SC);

CONSIDERANDO que o chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto n. 13, de 21 de fevereiro de 2007 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial no âmbito do Poder Executivo Municipal de Governador Celso Ramos (SC);

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados como Pregoeiros:

MARIANA DE SOUZA FERNANDES, ocupante de cargo em comissão;

LUCILIA LUZIA DOS SANTOS CAMPOS, ocupante de cargo efetivo,

Art. 2º - Ficam designados para compor as equipes de apoio dos Pregoeiros os servidores:

RICARDO LUIZ NAZÁRIO, ocupante de cargo em comissão,
KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS, ocupante de cargo em comissão.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 034/2014, de 25 de abril de 2014.

Governador Celso Ramos (SC), 30 de abril de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 039/2014 - Nomeia Comissão Permanente de Licitação do Município de Governador Celso Ramos E Dá Outras Providências

DECRETO Nº 039/2014.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de

Licitação deste Município, para o exercício de 2014, os seguintes servidores:

Como membros efetivos e sob a presidência do primeiro:
MARIANA DE SOUZA FERNANDES, ocupante de cargo em comissão.

LUCILIA LUZIA DOS SANTOS CAMPOS, ocupante de cargo efetivo,
JOSIANE PEREIRA MARTINS, ocupante de cargo em efetivo.

ROSELI ZILDA GOMES, ocupante de cargo em comissão

KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS, ocupante de cargo em comissão.

Como membros suplentes:

SINTIA ALBERTINA VENÂNCIO DOS SANTOS, ocupante de cargo efetivo,

RICARDO LUIZ NAZÁRIO, ocupante de cargo em comissão.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 033/2014 de 25 de dezembro de 2013.

Governador Celso Ramos (SC), 30 de abril de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

SAMAE

Portaria Nº 26/2014

PORTARIA Nº 26 /2014

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

Conceder férias de direito adquirido de 30 (trinta) dias, para o funcionário RAUL PEREIRA, matrícula nº 87 , no período de 01 de maio de 2014 a 31 de maio de 2014.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 29 de Abril de 2014.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

Grão Pará

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Decreto Df 27/2014 - Orçamento

DECRETO DF N. 027, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito em Exercício de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
1.019	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UBS E EQUIPAMENTOS PARA SUS MUNICIPAL		
4.4.90.00. 00. 00.	Aplicações Diretas R\$		5.080,48
00. 00.3133			

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
3133	Transferência de Convênios - União - Superávit	R\$	5.080,48
	Financeiro		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 30 de Abril de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 30 de Abril de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 216/2014

PORTARIA Nº 216/2014

CONTRATA Jessica Fuck dos Passos através do Concurso Público 002/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Jessica Fuck dos Passos, através do Concurso Público 002/2011, na função de Auxiliar de Creche, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 10 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de abril de 2014.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 217/2014

PORTARIA Nº 217/2014

CONTRATA Margarete Brenneisen Sibowicz através do Concurso Público 002/2011.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar Margarete Brenneisen Sibowicz, através do Concurso Público 002/2011, na função de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 14 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de abril de 2014.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 218/2014

PORTARIA Nº 218/2014

EXONERA Amália Aparecida dos Santos Mendes.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Amália Aparecida dos Santos Mendes, da função de Técnica em Farmácia, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 23 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23 de abril de 2014.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Retificação do Edital N. 21/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2014 - PMG.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital de Pregão nº. 21/2014 - PMG que tem por objeto a contratação de serviço de coleta de resíduos classe 2 (limpeza de fossa e caixa de gordura). Onde lê-se:

Data: 12/05/2014

Qntd: 360 m³

Leia-se:

Data: 15/05/2014

Qntd: 460 m³

A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM (SC), 30/04/2014

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Contrato Nº. 003 de 2014 - FMS, Inexigibilidade Nº. 003 de 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO 003/2014 - FMS

Processo de Licitação: 003/2014 - FMS.

Modalidade: Inexigibilidade de licitação.

Tipo: Credenciamento.

Objeto: Exames médicos especializados.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Carla Costa Gaiger, inscrita no CPF sob o nº. 029.388.459-52 e RG nº. 3.775.098, estabelecida na Rua Adolfo Brezink, nº. 36, no bairro Boa Vista, no Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Data da Assinatura: 24/04/2014 Vigência: 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 30/04/2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº. 215/2014

PORTARIA Nº 215/2014

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS a Elisabete Witkoski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença sem vencimentos a Elisabete Witkoski, na função de Professora de Artes, 40 horas semanais, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 23 de abril de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23 de abril de 2014.

Guaramirim/SC, 28 de abril de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guaramirim/SC, 30 de abril de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 219/2014

PORTARIA Nº 219/2014

PRORROGA Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº. 93/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e considerando o artigo 58 da Lei Complementar nº. 007/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria nº. 93/2014, em face do servidor André Araújo Santos, pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de maio de 2014.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 220/2014

PORTARIA Nº 220/2014

CONCEDE LICENÇA a Elizete Janete de Borba Cavikioni.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 7º, § 3º da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde de familiar a Elizete Janete de Borba Cavikioni, na função de Auxiliar de Creche, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 17 de abril de 2014, pelo período de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de abril de 2014.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Republicação Concorrência 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
REPUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0024/2014
CONCORRÊNCIA Nº 001/2014
TIPO JULGAMENTO: Menor Preço por Lote
OBJETO

Contratação em regime de empreitada por preço unitário, de empresa especializada para a pavimentação e recapeamento em CBUQ de vias públicas no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até as 13h30min horas do dia 04/06/2014.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 1.819.043,76
EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional, Para a retirada do Editais, anexos e projetos (CD-ROM) junto ao Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), terá um custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 30 de Abril de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 640/2014

PORTARIA Nº 640/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Avaliação de Desempenho, a Servidora NILCE BORTOLUZZI (Matr. 2560), nascida aos 29/04/1966, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/D, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/E, anexo XI, a partir de 29 de abril de 2014, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Abril de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Convocação Elesandra A. dos Santos

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora ELESANDRA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 048.143.779-75, aprovada em (13º) décimo terceiro lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE/HO, homologado 05/02/2014, para o Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para apresentar a documentação necessária para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) em 05 de Maio de 2014

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ciente em / /

Elesandra Aparecida Dos Santos

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº CM 060/2014

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste
DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 060/2014

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), POR OCASIÃO DO DIA DO TRABALHO DE 2014"

EVERTON PARISENTI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica considerado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste (SC), o dia 02 (dois) de maio de 2014, (Sexta-feira), no período integral, por ocasião do Dia do Trabalho de 2014.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 29 de abril de 2014.

EVERTON PARISENTI
Presidente

Imbituba

PREFEITURA

Extrato: PMI Sesporte 2014/ 56 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SESPORTE 2014/ 56 A00
Contratada: QGX SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO/COMERCIO DE MAT. ESCOLARES COORPORATIVOS E ESPORTIVOS ME.
C.N.P.J: 17.670.164/0001-29
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA AS COMPETIÇÕES MUNICIPAIS, COM ÁRBITROS E ACADÊMICOS VINCULADOS A UNIVERSIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.
Valor: R\$ 50.786,75 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 44/2014 Pregão 36/2014

Imbituba, 15 de abril de 2014.
Omar Pacheco
Secretário Municipal da Sesporte
Contratante

Qgx Serviços de Apoio Administrativo/Comercio de Mt. Escolares Corporativos e Esportivos Me.
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2014/ 19 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/ 19 A00
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTD ME
C.N.P.J: 10.761.785/0001-79
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, CORRESPONDENTES AO ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEITUAÇÃO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.
Valor: R\$ 50.000,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 122/2013 Concorrência 3052013

Imbituba, 15 de abril de 2014.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Omega Comunicação Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Seduc 2014/ 55 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/ 55 A00
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTD ME
C.N.P.J: 10.761.785/0001-79

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, CORRESPONDENTES AO ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEITUAÇÃO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 60.000,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 122/2013 Concorrência 3052013

Imbituba, 15 de abril de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Omega Comunicação Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEAGP 2014/ 54 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2014/ 54 A00
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTD ME
C.N.P.J: 10.761.785/0001-79
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA, CORRESPONDENTES AO ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEITUAÇÃO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, A INTERMEDIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO, COM O OBJETIVO DE PROMOVER A PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.
Valor: R\$ 140.000,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 122/2013 Concorrência 3052013
Imbituba, 15 de abril de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Omega Comunicação Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Portaria PMI/DGP Nº 146/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 146, de 30 de abril de 2014.
Dispõe sobre a exoneração de Chefe de Departamento de Controle Tributário, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ESTER SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 017.306.669-06, do cargo de Chefe de Departamento de Controle Tributário junto a Secretaria Municipal da Fazenda, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 603, de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de abril de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 147/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 147, de 30 de abril de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 06 de agosto de 2012, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, e PORTARIA DGP/SEAGP N.º 225, de 09 de agosto de 2012, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Ilda Borba	Servente Merendeira 40h	087.838.079-50	28/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de abril de 2014.
Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 148/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 148, de 30 de abril de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 13 de fevereiro de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Raquel Marçal de Andrade	Professora II - 40h	830.617.110-15	04/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de abril de 2014.
Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP Nº 149/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 149, de 30 de abril de 2014.

Dispõe sobre a Demissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, o abaixo relacionado, admitido em 06 de fevereiro de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Ricardo Teixeira Ferreira	Professor II - 20h	064.347.059-05	09/04/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 30 de abril de 2014.
Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

Extrato: FUNREBOM 2014/ 08 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FUNREBOM 2014/ 08 A00

Contratada: GOULART E GOULART - COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA ME.

C.N.P.J: 09.510.437/0001-40

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA

ATENDIMENTO A CATASTROFES, QUE SERÃO UTILIZADOS PELO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 4.690,20 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 08/2014 Dispensa 3052013

Imbituba, 24 de abril de 2014.

Rafael Fortunato Camilo

Comandante da 2ª Companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Militar de Imbituba.

Contratante

Goulart e Goulart - Comercio de Ferragens e Ferramentas Ltda Me

Representante Legal

Contratada

Extrato: Seash 2014/ 05 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/ 05 A00

Contratada: CARLOS ALBERTO DA SILVA

C.P.F: 41.446.469-00

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DE OFICINAS DO PROJETO VIA, COORDENADO PELA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO - SEASH.

Valor: R\$ 17.600,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 01/2014 Dispensa 01/2014

Imbituba, 28 de abril de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretaria Municipal Seash

Contratante

Carlos Alberto da Silva

Representante Legal

Contratada

Portaria PMI/DGP Nº 150/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 150, de 30 de abril de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor III e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANDRÉ LUIZ INDALÊNCIO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 056.663.209-80, para exercer o cargo de Assessor III junto a Secretaria Municipal de Esporte - SESPORTE, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 10 de março de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 30 de abril de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Edital SEAGP Nº 066/2014

EDITAL SEAGP Nº 066/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 004/2014, de 26 de março de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014, de 04 de abril de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de abril a 28 de maio de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba 29 de abril de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 066/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Visitador Sanitário

Helena Monteiro Correa

Edital SEAGP Nº 067/2014

EDITAL SEAGP Nº 067/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 004/2014, de 26 de março de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014, de 04 de abril de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de abril a 28 de maio de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba 29 de abril de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 067/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde-Área 13

Luana Souza De Melo

Edital SEAGP Nº 068/2014

EDITAL SEAGP Nº 068/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado

nº 04/2010, divulgado através do Edital nº 04/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 04/2010, para comparecer ao Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de abril a 28 de maio de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 29 de abril de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 068/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde área 01

Cristina Elizabete Mafiolette

Edital SEAGP Nº 069/2014

EDITAL SEAGP Nº 069/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo

Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de abril a 28 de maio de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 29 de abril de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAGP Nº 069/2014

AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE

Indianara Jacinto

Editais SEAGP Nº 070/2014

EDITAL SEAGP Nº 070/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de abril a 28 de maio de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 29 de abril de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 70/2014

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde- Área 10

Adriana Pacheco Alves

Editais SEAGP Nº 071/2014

EDITAL SEAGP Nº 071/2014

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2010, para comparecer ao Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de abril a 28 de maio de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o

candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 29 de abril de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 071/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde- Área 02
Teresinha Rodrigues Kaleski Cardoso Schreder

Editais SEAGP Nº 072/2014

EDITAL SEAGP Nº 072/2014
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Público nº 01/2010, divulgado através do Edital nº 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido processo seletivo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Público nº 01/2010, para comparecer ao Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de abril a 28 de maio de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 29 de abril de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 072/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde- Área 15
Vera Lúcia Felizardo

Editais SEAGP Nº 073/2014

EDITAL SEAGP Nº 073/2014
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, divulgado através do Edital nº 004/2014, de 26 de março de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2014, de 04 de abril de 2014, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2013, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de abril a 28 de maio de 2014, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba 29 de abril de 2014.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 073/2014
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde-Área 15
Márcia Borges

Extrato: PMI Seduc 2014/ 53 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/ 53 A00
Contratada: CAMPOS & APOLINARIO LTDA
C.N.P.J: 78.889.896/0001-07
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OS SERVIÇOS DE RE-CARGA E RETESTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FROTA DE ÔNIBUS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCUÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IMBITUBA/SC.
Valor: R\$ 7.460,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 54/2014 Dispensa 07/2014

Imbituba, 15 de abril de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Campos & Apolinario Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Seduc 2014/ 57 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/ 57 A00
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA ME
C.N.P.J: 10.981.399/0001-92
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA REFORMA DA COBERTURA DO C.M.E.I CLARA HEITCH SOARES - BAIRRO GUAIUBA - IMBITUBA.
Valor: R\$ 14.540,50 Prazo: 30 dias
Fundamento: Processo nº. 57/2014 Dispensa 09/2014

Imbituba, 23 de abril de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal de Educação
Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2014/ 59 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2014/ 59 A00
Contratada: J L CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA A CONFECÇÃO DE POÇO ARTESIANO COM CISTerna E PADRÃO DE ENERGIA LOCALIZADO NA PRAIA DA VILA - CENTRO.
Valor: R\$ 10.718,35 Prazo: 30 dias
Fundamento: Processo nº. 59/2014 Dispensa 08/2014

Imbituba, 23 de abril de 2014.
José Afonso de Carvalho
Secretário Municipal da Seinfra
Contratante

J I Construtora Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Seduc 2014/ 58 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/ 58 A00
Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA ME
C.N.P.J: 10.981.399/0001-92
Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA A REFORMA DA ESCOLA LAURA PERFEITO - VILA NOVA - IMBITUBA.
Valor: R\$ 77.787,70 Prazo: 120 dias
Fundamento: Processo nº. 42/2014 Carta Convite 01/2014

Imbituba, 23 de abril de 2014.
Michela da Silva Freitas
Secretária Municipal da Educação
Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande Ltda Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seash 2014/ 04 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/ 04 A00
Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME
C.N.P.J: 09.253.952/0001-91
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PANIFICAÇÃO/PADARIA.
Valor: R\$ 9.020,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 01/2014 Pregão 01/2014

Imbituba, 15 de abril de 2014.
Selma Elias Westphal
Secretaria Municipal Seash
Contratante

Sandro Vilmar Pires Me
Representante Legal
Contratada

Extrato: Seash 2014/ 03 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEASH 2014/ 03 A00
Contratada: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA EPP
C.N.P.J: 01.098.455/0001-54
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PANIFICAÇÃO/PADARIA.
Valor: R\$ 6.897,00 Prazo: 31/12/2014
Fundamento: Processo nº. 01/2014 Pregão 01/2014

Imbituba, 15 de abril de 2014.
Selma Elias Westphal
Secretaria Municipal Seash
Contratante

Publiciti Distribuidora de Livros Ltda Epp
Representante Legal
Contratada

Publicação de Extrato de Suspensão de Pregão Presencial 06/2014 (FUNREBOM)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeira Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 07/2014 - Pregão Presencial 06/2014 para revisão do edital.

Imbituba, 05 de maio de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Revogação de Pregão Presencial 41/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 52/2014, na modalidade de Pregão Presencial nº 41/2014, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 05 de maio de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Extrato: FMS 2014/ 18 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/ 18 A00

Contratada: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA

C.N.P.J: 00.687.301/0002-06

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DE SAÚDE, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE TREINAMENTO, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES, MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 36.645,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 17/2014 Pregão 15/2014

Imbituba, 15 de abril de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

Inovadora Sistemas de Gestão Ltda

Representante Legal

Contratada

Publicação de Torna Sem Efeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que torna-se sem efeito a Publicação do Extrato de Dispensa nº 10/2014(PMI) publicado no Diário Oficial Do Município, edição do dia 29/04/2014.

Imbituba, 05 de maio de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria CMI Nº 12/2014

PORTARIA CMI Nº 12/2014

"Concede Férias a Servidora Fernanda Bernardo".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, a Sra. Fernanda Bernardo, Assessora Parlamentar Especial, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 16/02/2013 à 15/02/2014, a ser gozada no período de 05/05/2014 a 03/06/2014, com retorno ao trabalho programado para o dia 04/06/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba (SC), 28 de Abril de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 28/04/2014.

Ato da Presidência Nº 018/14

Ato da Presidência nº 018/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 13ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 05 de maio de 2014 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
068	PLC nº 311/2014	30/04/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Assistência Social e Habitação – SEASH –, a criação dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
069	PLC nº 312/2014	30/04/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre o Controle e a Fiscalização Municipal sobre a Operação de Observação da Baleia Franca e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
070	PL nº 4.552/2014	30/04/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro a Indústria da Solidariedade - ISO e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
071	PL nº 4.553/2014	30/04/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro a Ponto de Apoio Despertar Jovem e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
072	PL nº 4.554/2014	30/04/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba - APAE e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
073	PL nº 4.555/2014	30/04/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre alteração do Plano Plurianual – PPA 2014-2017 abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PDL nº 002/2014	30/04/14	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Concede licença ao Vice-Prefeito Elísio Sgrott para ausentar-se do país, no período de 16 a 30 de maio de 2014, em Missão Oficial à Europa, com atividades em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha.	Urgência Especial	Única	Única
	PR nº 001/2014	30/04/14	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Disciplina o uso de Plenário Epitácio Bittencourt e demais dependências da Câmara Municipal de Imbituba.	Ordinário	Única	Única
	PR nº 002/2014	30/04/14	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dispõe sobre a realização de Sessão Solene comemorativa ao 56º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 30 de abril de 2014

Luís Antônio Dutra Presidente	Luiz Cláudio Carvalho de Souza Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário

Iomerê**PREFEITURA****Inexigibilidade Nº 06/2014 - PMI**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 0006/2014

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de serviços em publicidade de atos oficiais do Município.

Fornecedor: ARES GRÁFICA & EDITORA LTDA - ME

Valor: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

Iomerê, 30 de abril de 2014

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****Extrato de Convênio Nº 04/2014**

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DA BACIA DO RIO JACUTINGA, CNPJ nº 05.750.270/0001-33.

2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.

3. DATA DE VIGÊNCIA: 30/04/2014 a 31/03/2015.

4. DATA DA ASSINATURA: 29/04/2014.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 35.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sr. Sérgio Luiz Bernardi - CPF nº 225.120.710-49 - Secretário de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. Claudemir Perondi - CPF nº 033.899.219-74- Presidente.

Extrato de Convênio Nº 05/2014

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE DE ORESTES GUIMARÃES, CNPJ nº 06.253.571/0001-14.

2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.

3. DATA DE VIGÊNCIA: 30/04/2014 a 31/03/2015.

4. DATA DA ASSINATURA: 29/04/2014.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 35.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sr. Sérgio Luiz Bernardi - CPF nº 225.120.710-49 - Secretário de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. VILMAR LUIZ SCHUCK - CPF nº 445.531.619-15- Presidente.

Extrato de Convênio Nº 06/2014

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DAS COMUNIDADES DE DOIS IRMÃOS, FRAGOSINHO E JAGUATERICA, CNPJ nº 07.748.55/0001-65.

2. OBJETO: Cooperação técnico-financeira com vistas ao desenvolvimento do Programa de Parceria e de Apoio a Associações Vinculadas a Agropecuária.

3. DATA DE VIGÊNCIA: 30/04/2014 a 31/03/2015.

4. DATA DA ASSINATURA: 29/04/2014.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 35.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito, Sr. Sérgio Luiz Bernardi - CPF nº 225.120.710-49 - Secretário de Agricultura e pela ASSOCIAÇÃO, Sr. Vandoir Cerutti - CPF nº 824.810.599-72- Presidente.

Extrato de Contrato Nº 41/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 41/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2014, Processo de Licitação nº 30/2014, homologado em 23 de abril de 2014.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2014.

Valor: R\$ 23.745,00 (Vinte e Três Mil Setecentos e Quarenta e Cinco Reais)

Assinatura: 23/04/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PROD. AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM, situada na LAGEADO LAMBEDOR, Bairro RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.441.335/0001-94.

Extrato de Contrato Nº 42/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 42/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012, Processo de Licitação nº 66/2012, homologado em 20 de julho de 2012.

Objeto: SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PÚBLICO Nº 68/2012 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2014, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA ME.

Valor: R\$ 650,88 (Seiscentos e Cinquenta Reais e Oitenta e Oito Centavos)

Assinatura: 24/04/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: WELLITUR TRANSPORTE ESCOLAR LTDA-ME, situada na ESTRADA LINHA DO MEIO S/N, Bairro: INTERIOR, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.569.819/0001-89.

Extrato de Contrato Nº 43/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 43/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2014, Processo de Licitação nº 32/2014, homologado em 28 de abril de 2014.

Objeto: contratação de empresa para elaboração de Projeto Técnico de Engenharia Rodoviária, para execução de Pavimentação Asfáltica nas Ruas B,C,D,E,F,G, Faqpinus, José Leo Hoffmann, Euclides Rovani e Selvino Cerutti.

Valor: R\$ 14.850,00 (Quatorze Mil Oitocentos e Cinquenta Reais)

Assinatura: 28/04/2014 Vigência: 31/12/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ASSTECA ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA, situada na RUA ANTONIO MORANDINI Nº 153 E, Bairro: SAIC, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.432.183/0001-78.

Decreto Nº 2.055 de 30 de Abril de 2014

CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 18 da Lei Complementar 1045/ de 19 de dezembro de 1997, que institui o Novo Código Tributário do Município e da Outras Providências,

DECRETA

Art. 1º Fica concedido, isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, nos termos do artigo 18, da Lei Complementar 1045/97 de 19 de dezembro de 1997, que institui o Novo Código Tributário do Município e da outras Providências ao imóvel do contribuinte abaixo identificado:

Nome do Contribuinte	Inscrição Imobiliária
FRANCISCO ANGELO ZANELLA	1.1.74.0115.001

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Ipumirim-SC, 30 de abril de 2014

Valdir Zanella

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Homologação 24/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 24/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Hwill Peças para Tratores Ltda.

Irineópolis, 24 de abril de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 34/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 34/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Hwill Peças para Tratores Ltda.
Objeto: AQUISIÇÃO DE PLAINAS NIVELADORAS DE ARRASTO ACOPLAVEIS

Valor: R\$ 194.700,00 (Cento e noventa e quatro mil e setecentos reais)

Vigência: 24.04.2014 a 31.12.2014
Base Legal - Processo Licitatório 24/2014 - Pregão Presencial nº. 20/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 26/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 26/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2014
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Irmãos Pacheco Comercio e Serviço Ltda. ME.

Irineópolis, 28 de abril de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços 35/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Irmãos Pacheco Comercio e Serviço Ltda. ME
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS/ELETROS E MATERIAIS DE LIMPEZA, ÁGUA E GÁS PARA O EJA - ENSINO FUNDAMENTAL PARA JOVENS E ADULTOS, PARA O EXERCICIO DE 2014
Valor: R\$ 4.510,00 (Quatro mil quinhentos e dez reais)
Vigência - 28/04/2014 a 31/12/2014
Base Legal - Processo Licitatório 26/2014 - Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 22/2014
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Itaiópolis**PREFEITURA****Extrato da Ata de Registro de Preços**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014 - OBJETO: registro de preços para contratação de empresa para prestar serviços de assentamento de lajotas, colocação de meio-fios e tubos de concreto, confecção de bocas de lobo, em diversas ruas do perímetro urbano do Município. PROPONENTE: R. K. Artefatos de Cimento Ltda. ME. Quantidade: 25.000m². Valor Unitário: R\$ 13,00 o m². Prazo: 12 (doze) meses.

Itaiópolis, 29 de abril de 2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

Extrato da Ata de Registro de Preços

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014 - OBJETO: registro de preços para aquisição de materiais para pavimentação com lajotas, em diversas ruas do perímetro do Município. PROPONENTES: Comércio de Areia Accordi Ltda. ME - ITEM: 1 - R\$ 44.550,00. Concreplan Artefatos de Concreto Ltda. EPP - ITENS: 3, 6 e 8 - R\$ 22.500,00. MR Lechinoski & Cia Ltda. ME - ITENS: 4, 5 e 7 - R\$ 617.020,00. Total de R\$ 684.070,00.

Itaiópolis, 16 de abril de 2014.
José Heraldo Schritke
Prefeito Municipal em Exercício

Extrato da Ata de Registro de Preços

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014 - OBJETO: registro de preços para aquisição de tubos de concreto de diversos diâmetros, para drenagem pluvial, em diversas ruas e estradas vicinais do Município. PROPONENTES: Artefatos de Cimento Alto Paraguaçu Ltda. - ITEM: 6 - R\$ 45.600,00. Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda. - ITEM: 5 - R\$ 23.550,00. Concreplan Artefatos de Concreto Ltda. EPP - ITENS: 2 e 3 - R\$ 56.380,00. Fábrica de Artefatos de Cimento Beira Rio Ltda. EPP - ITEM: 1 - R\$ 24.450,00. Total de R\$ 149.980,00.

Itaiópolis, 16 de abril de 2014.
José Heraldo Schritke
Prefeito Municipal em Exercício

Itapiranga**PREFEITURA****Extrato de Atas de Registro de Preços - Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2014.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue do Vicente Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 188/2013.
OBJETO: De acordo com a alínea "D" do inciso II, do artigo 65 da lei 8666/93, para manter o equilíbrio econômico financeiro, foi ajustado o preço do item de nº 49, aquisição de merenda escolar.
VALOR: R\$ 801,24
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2015

Itapiranga - SC., 14 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2014.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue do Vicente Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 196/2013.
OBJETO: De acordo com a alínea "D" do inciso II, do artigo 65 da lei 8666/93, para manter o equilíbrio econômico financeiro, foi ajustado o preço do item de nº 45, aquisição de materiais para PETI e CRAS.
VALOR: R\$ 95,92
VIGÊNCIA: 24 de janeiro de 2015

Itapiranga - SC., 14 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Empresa Aparecida Transporte Coletivo Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 51/2014
OBJETO: Contratação de empresas para realização de transporte de atletas, idosos, grupos folclóricos e outras entidades, conforme autoriza lei municipal nº 2.497/2008.
VALOR: R\$ 13.695,00
VIGÊNCIA: 15 de abril de 2015.

Itapiranga - SC., 15 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Barcelo Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 51/2014
OBJETO: Contratação de empresas para realização de transporte de atletas, idosos, grupos folclóricos e outras entidades, conforme autoriza lei municipal nº 2.497/2008.
VALOR: R\$ 11.500,00
VIGÊNCIA: 15 de abril de 2015.

Itapiranga - SC., 15 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Nelson Schneiders ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 51/2014
OBJETO: Contratação de empresas para realização de transporte de atletas, idosos, grupos folclóricos e outras entidades, conforme autoriza lei municipal nº 2.497/2008.
VALOR: R\$ 77.775,00
VIGÊNCIA: 15 de abril de 2015.

Itapiranga - SC., 15 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2014.
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 12/2014.
OBJETO: De acordo com a alínea "D" do inciso II, do artigo 65 da lei 8666/93, para manter o equilíbrio econômico financeiro, foi ajustado o preço dos itens de nº 13 e 14, aquisição de materiais para o Programa Conviver Idosos.
VALOR: R\$ 2.128,76
VIGÊNCIA: 07 de fevereiro de 2015

Itapiranga - SC., 16 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Restaurante Manchini Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 52/2014.
OBJETO: Aquisição de almoços destinados para a confraternização dos servidores públicos municipais, em comemoração do dia do Trabalho, conforme lei municipal nº 2004/2001..
VALOR: R\$ 23.850,00
VIGÊNCIA: 23 de abril de 2015.

Itapiranga - SC., 23 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2014.
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Comércio de Carnes Hobold Ltda ME
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 188/2013.
OBJETO: De acordo com a alínea "D" do inciso II, do artigo 65 da lei 8666/93, para manter o equilíbrio econômico financeiro, foi ajustado os preços dos itens de nº 29, 30 e 53, aquisição de Merenda Escolar.
VALOR: R\$ 6.850,76
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2015

Itapiranga - SC., 23 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2014.
PARTES: Município de Itapiranga e Relojoaria Confiança Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 54/2014.
OBJETO: Aquisição de troféus e medalhas, destinados para premiação aos participantes das diversas atividades culturais e esportivas, conforme autoriza lei municipal nº 2497/2008.
VALOR: R\$ 6.410,10
VIGÊNCIA: 25 de abril de 2015.

Itapiranga - SC., 25 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2014.
3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Açogue do Vicente Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 188/2013.
OBJETO: De acordo com a alínea "D" do inciso II, do artigo 65 da lei 8666/93, para manter o equilíbrio econômico financeiro, foi ajustado o preço do item de nº 33, aquisição de merenda escolar.
VALOR: R\$ 1.050,00
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2015

Itapiranga - SC., 28 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal.

Extrato do Distrato Nº 85/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 85/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e RICARDO ROTHER.
OBJETO: Distrato do Contrato de Prestação de serviço temporário nº 064/2014/RH de 17/03/2014, como Professor de Educação Física em 40 horas semanais.

Itapiranga - SC. 30 de abril de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL
Nº 19/2014

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 19/2014, cujo objeto é a aquisição de materiais destinados para fabricação de fraldas geriátricas para distribuição a pessoas necessitadas deste município. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 16 de maio de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por e-mail: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 30 de abril de 2014.
Luis Carlos Steffenon
Adm. Fundo Municipal Saúde

Extrato Ata Registro de Preços - Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2014.
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Dalmed Distribuidora de Medicamentos Ltda

ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 45/2013.
OBJETO: De acordo com a alínea "D" do inciso II, do artigo 65 da lei 8666/93, para manter o equilíbrio econômico financeiro, foi

ajustado o preço do item de nº 342, aquisição de medicamentos, destinados para as farmácias básicas de saúde, para distribuição a pacientes do município.

VALOR: R\$ 75.254,30

VIGÊNCIA: 27 de janeiro de 2015.

Itapiranga - SC., 22 de abril de 2014.

Luis Carlos Steffenon
Administrador do FMS

Extrato de Contratos - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Serni Ltda.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 56/2014

OBJETO: Contratação de empresa para coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos urbanos, recicláveis, no perímetro urbano do município.

VALOR: R\$ 29.127,54

VIGÊNCIA: 10 de junho de 2014.

Itapiranga - SC. 10 de abril de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Shark Máquinas para Construção Ltda.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 57/2014.

OBJETO: Contratação de empresa para manutenção periódica de 1.000 horas da retroescavadeira New Holland, a disposição do setor de Urbanismo.

VALOR: R\$ 5.798,34

VIGÊNCIA: 10 de abril de 2015.

Itapiranga - SC., 10 de abril de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Coop. Da Agric. Familiar de Itapiranga - COOAFI

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 49/2014

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados para o Programa da Merenda Escolar do município.

VALOR: R\$ 123.503,50

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 22 de abril de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Extrato de Convênios

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATOS CONVENIOS - PREFEITURA

EXTRATO CONVÊNIO Nº 004/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Desenvolvimento MicroBacias Alto Macaco Branco.

OBJETO: Contribuição financeira para pagamento das despesas

para execução da rede de água em Maria Goretti e Guabiroba, conforme leis municipal nº 2.190/2004 e 2.409/2007.

VALOR: R\$ 75.600,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014

Itapiranga(SC), 24 de abril de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 005/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Desenvolvimento MicroBacias Lajeado Santa Fé.

OBJETO: Contribuição financeira para pagamento das despesas para execução da rede de água em Santa Fé Baixa, conforme leis municipal nº 2.190/2004 e 2.409/2007.

VALOR: R\$ 22.500,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014

Itapiranga(SC), 24 de abril de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 006/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Desenvolvimento MicroBacias Lajeado Presidente Becker

OBJETO: Contribuição financeira para pagamento das despesas para execução da rede de água em São Ludgero, conforme leis municipal nº 2.190/2004 e 2.409/2007.

VALOR: R\$ 51.500,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014

Itapiranga(SC), 24 de abril de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

D E C R E T O N. 67, de 25 de Abril de 2014

D E C R E T O N. 67, DE 25 DE ABRIL DE 2014.

Anula o edital do Processo Licitatório n. 18/2014 do Município de Itapiranga SC, na Modalidade de Pregão Presencial e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e o que dispõe a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

D e c r e t a:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório nº 18/2014, do Município de Itapiranga SC, na Modalidade de Pregão Presencial, emitido em 09/04/2014.

Parágrafo único. O cancelamento previsto no caput deste artigo se dá por não terem ocorrido interessados na participação do certame licitatório (Licitação Deserta).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de abril de 2014.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler
Secretario Municipal de Administração.

Decreto Nº 68, de 30 de Abril de 2014

DECRETO Nº 68, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

Nomeia Comissão Administrativa para avaliação de imóvel rural para fins de venda e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na alínea p do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto nomeados os senhores ADEMIR ROHDEN, JORGE SIMON, ODIR PREIS, ROQUE PAULI e IVAN ROHDEN para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Administrativa para avaliação do imóvel constante da matrícula n. 7.285, do Registro Geral do Cartório do Registro de Imóveis de Itapiranga SC, para fins de alienação.

§ 1º A nomeação constante no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

§ 2º A avaliação prevista no caput deste artigo terá validade por 30 (trinta) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 30 de abril de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá**PREFEITURA****Ata de Sessão Pública - Abertura Propostas -Convite Nº 09-14**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA

Data	30/04/2014	Horário: 09h:00min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 09/2014 Nº 47/2014

OBJETO:

Contratação de empresa para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para regularização fundiária das glebas I e II, em atendimento à exigência da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA, conforme memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1897/2013. Exatamente as 09h:00min, afim de julgar e analisar as propostas de preço das empresas habilitadas: FERMA ENGENHARIA LTDA-EPP, CNPJ/MF: 76.703.404/0001-03 e GEO CONSUL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA, CNPJ/MF: 00.141.979/0001-18. Seguindo todos os procedimentos e abertos os envelopes de propostas, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor Total
FERMA ENGENHARIA LTDA-EPP	R\$ 76.500,00
GEO CONSUL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA	R\$ 81.600,00

Nesta fase foi verificado que a empresa FERMA ENGENHARIA LTDA-EPP incluiu em seu BDI parcelas relativas ao IRPJ e à CSLL, descumprindo assim o item 5.5.2.1 do edital (Acórdão nº 950/2007 TCU – Plenário). Desta forma considerada INABILITADA. Portanto a empresa GEO CONSUL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA foi vencedora com o valor total de R\$ 81.600,00 (oitenta e um mil e seiscentos reais). Observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SOLAMIR COELHO MEMBRO	

Termo de Prorrogação Nº 18-14 - Contrato Nº 03.2014- Tabamar - 1º Aditivo

TERMO ADITIVO N.º 18/2014 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 03/2014. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME, com sede à Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por proprietário o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, e do CI.RG nº 8/R. 883.158-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o objeto da Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de mureta em tela com 270,96 metros de extensão na EMEF Claiton Almir Hermes, no bairro São José, compreendendo 399,54m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 16/2013 – PROCESSO Nº 134/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 03/2014, contados a partir do dia 28/04/2014, a 28/06/2014, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 03/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 03/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 28 de abril de 2014.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME OSMAR MEYER RIBEIRO
CONTRATANTE TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CNPJ/MF:

Edital de Pregão Presencial Nº 28/2014 Registro de Preços Nº 14/2014 Processo Nº 49/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014
REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2014
PROCESSO Nº 49/2014

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 20/05/2014, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa especializada para lavagem dos veículos da frota municipal, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 29 de abril de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

Decreto Nº 241 de 29 de Abril de 2014

DECRETO Nº 241 de 29 de abril de 2014

Autoriza o Poder Executivo a efetuar credenciamento de empresas para prestação de serviços de Horas Máquinas para Terraplenagem.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Município de Ituporanga - SC e de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 1967/2003;

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar chamamento público para credenciamento de empresas para prestação de serviços de horas máquinas e caminhões caçamba para serviços de terraplenagem em obras da administração municipal e de incentivos econômicos às empresas que se enquadrem às exigências da Lei nº 1967/2003.

Art. 2.º Ficam estipulados os valores constantes abaixo, para a prestação de serviços de horas máquinas e caminhões caçamba para terraplenagem às empresas e obras do Município, podendo os valores ser corrigidos anualmente pelo índice de IPCA, nos casos de prorrogação dos contratos:

I - Prestação de serviços de horas máquinas de Retroescavadeira Traçada, com operador: R\$ 105,00 (cento e cinco reais) por hora trabalhada.

II - Prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira Hidráulica FH 200, com operador: R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) por hora trabalhada.

III- Prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira Hidráulica JS 200, com operador: R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) por hora trabalhada.

IV - Prestação de serviços de horas máquinas de Trator de Esteira D 41, com operador: R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) por hora trabalhada.

V - Prestação de serviços de horas máquinas de Caçamba Truck Simples 10 M3, com operador: R\$ 4,00 (quatro reais) por km rodado.

VI - Prestação de serviços de horas máquinas de Caçamba Truck Simples 15 M3, com operador: R\$ 4,00 (quatro reais) por km rodado.

VII - Prestação de serviços de horas máquinas de Trator de Esteira D61 (Escavadeira Comum), com operador: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por hora trabalhada.

VIII - Prestação de serviços de horas máquinas de Trator de Esteira D61 (Escavadeira Rocha), com operador: R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais) por hora trabalhada.

IX - Prestação de serviços de horas máquinas de Trator de Esteira D65 (Escavadeira Comum), com operador: R\$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais) por hora trabalhada.

X - Prestação de serviços de horas máquinas de Trator de Esteira

D65 (Escavadeira Rocha), com operador: R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais) por hora trabalhada.

XI - Prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira Hidráulica PC 200 (Escavadeira Rocha), com operador: R\$ 215,00 (duzentos e quinze reais) por hora trabalhada.

XII - Prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira Hidráulica PC 200 (Escavadeira Rocha), com operador: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por hora trabalhada.

XIII - Prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira Hidráulica PC 240 (Escavadeira Comum), com operador: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora trabalhada.

XIV - Prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira Hidráulica PC 240 (Escavadeira Rocha), com operador: R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais) por hora trabalhada.

XV - Prestação de serviços de horas máquinas de Caminhão Caçamba Traçada 14M3, com operador: R\$ 4,00 (quatro reais) por km rodado.

XVI - Prestação de serviços de horas máquinas de Caminhão Caçamba Traçada 16M3, com operador: R\$ 4,00 (quatro reais) por km rodado.

XVII - Prestação de serviços de horas máquinas de Trator Esteira D 30, com operador: R\$ 105,00 (cento e cinco reais) por hora trabalhada.

XVIII - Prestação de serviços de horas máquinas de Trator Esteira D 50, com operador: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por hora trabalhada.

XIX - Prestação de serviços de horas máquinas de Trator Esteira 700 JLT, com operador: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por hora trabalhada.

XX - Prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira 140, com operador: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por hora trabalhada.

XXI - Prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira 160, com operador: R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) por hora trabalhada.

Art. 3.º O credenciamento será precedido de processo licitatório, atendendo ao que estabelece a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, cujo edital irá fixar as condições para a habilitação das empresas.

Art. 4.º O prazo contratual do credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Art. 5.º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

08 - SECRETARIA DE URGANISMO

01 - Departamento de Urbanismo

2.023 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0080.000000 Aplicações Diversas

07 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

01 - Departamento de Transportes e Obras

2.022 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Transportes e Obras

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0080.000000 Aplicações Diversas

06 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

01 - Departamento de Comércio, Indústria e Serviços

2.021 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Comércio, Indústria e Serviços.

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0080.000000 Aplicações Diversas

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA 29 de abril de 2014
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

Joaçaba

PREFEITURA

Aditivo 358/2012 TA 03

CONTRATO Nº 358/2012/FMS – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CREDENCIANTE, e CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.548.702/0001-68, situada na Rua Victor Konder, 1005 – sala 104, centro, Xanxerê, SC, neste ato representada pelo senhor Arnaldo Thiago Berto Lovatel, residente e domiciliado na Rua Vidal Ramos, nº 356, Bairro Matinho, Xanxerê, SC, portador do Documento de Identidade nº 3892209 e do CPF nº 038.588.869-47, doravante denominada CREDENCIADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 358/2012/FMS, proveniente do Edital de Credenciamento nº 10/2012/FMS, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO da empresa CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento, onde se ADITA a CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

Os serviços que a CREDENCIADA se compromete a prestar, em conformidade com as especificações do Anexo I do Edital, ficam suprimidos em R\$ 50,00 (cinquenta reais) por procedimento, correspondentes a 12,5% do valor inicialmente contratado, passando a vigorar conforme discriminado a seguir:

ITEM	PROCEDIMENTO	VALOR A SER PAGO POR PROCEDIMENTO R\$
TERAPIAS		
29	ELETRONEUROMIO- GRAFIA	350,00

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 30 de abril de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CENTRO MÉDICO LOVATEL LTDA
ARNALDO THIAGO BERTO LOVATEL

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo 59/2013 TA 02

CONTRATO Nº 59/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº 704, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ sob nº 02.266.854/0001-40, neste ato representado pelo Sr. Ivandro Zarpelon, inscrito no CPF sob nº 021.262.019-37, portador da Carteira de Identidade nº 11/C 3.159.575, residente e domiciliado à Rua Thomas Kranz, s/nº, Bairro Monte Belo, nesta cidade de Joaçaba, SC, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, por este instrumento particular, as partes antes qualificadas, celebram de comum acordo, TERMO ADITIVO ao contrato nº 59/2013/PMJ, firmado em 15/04/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 33/2013/PMJ - Termo de Dispensa de Licitação nº 3/2013/PMJ, cujo objeto é a locação de imóvel de propriedade de I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA - ME, administrado por PELLIZARO IMÓVEIS LTDA - ME, conforme contrato de prestação de serviço, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 704, sala 01, centro, Joaçaba, SC, destinado à instalação da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATADO DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATADO DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O valor ajustado inicialmente entre as partes fica reajustado em 5,6154%, relativo à variação do INPC/IBGE no período de abril/2013 a março/2014, passando o valor mensal a ser pago ao LOCADOR de R\$ 2.200,00 para R\$ 2.323,00 (dois mil trezentos e vinte e três reais), a contar de 01 de maio de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordes, as partes firmam o presente instrumento, por seus representantes legais, em 04 vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

JOAÇABA (SC), em 30 de abril de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - LOCATÁRIO
RAFAEL LASKE
Prefeito

I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA - ME - LOCADOR
Ivandro Zarpelon

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo 149/2014 TA 01

CONTRATO Nº 149/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, com sede administrativa na Rua MANOEL QUINTILHAN MORGADE, 39, na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ANDRÉ LEMOS VIEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-3. 808.914 e CPF nº 026.240.709/40, residente e domiciliado na RUA MANOEL QUINTILHAN MORGADE, 39, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 149/2014/PMJ, firmado em 28/01/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 128/2013/PMJ - Convite nº 11/2013/PMJ, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para as obras de reforma e adequação predial em edificação localizada na Rua Tiradentes, nº 239, centro, no Município de Joaçaba, SC, visando a instalação do Centro de Educação Infantil Roberto Trompowski (CERTINHO), onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Com vistas à melhor adequação do objetivo da contratação, os quantitativos de alguns itens das planilhas que serviram de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos e supressões solicitados pelo CONTRATANTE, devidamente revisados pela fiscalização da obra, passam a vigorar de acordo com a Planilha de Ajuste de Serviços em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

Em virtude das adequações nos quantitativos descritas na cláusula primeira deste Termo, o valor global do contrato fica suprimido em R\$ 6.333,73 (seis mil trezentos e trinta e três reais e setenta e três centavos), sendo R\$ 4.433,61 correspondentes ao material e meio mecânico e, R\$ 1.900,12 correspondentes à mão de obra.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 28 de abril de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE
RAFAEL LASKE
Prefeito

ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA - CONTRATADA
ANDRE LEMOS VIEIRA

Testemunhas:

1 _____ 2 _____

Extrato de Termo de Convênio Nº 03/2014 - FMAS (Republicado)

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2014 - FMAS

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),

CONVENIADO: CENTRO DE EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS

OBJETO: COOPERAÇÃO E PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS CONFORME PLANO DE TRABALHO APRESENTADO PELA CONVENIENTE, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO, CUJA FINALIDADE É PARA O DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS A SER EXECUTADO PELA CONVENIENTE.

R\$ 12.828,55 (DOZE MIL OITOCENTOS VINTE E OITO E CINQUENTA E CINCO REAIS), EM PARCELAS MENSAS DO EXERCÍCIO EM CURSO DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, EM CONFORMIDADE COM PLANO DE TRABALHO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONVÊNIO

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO: 26 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIVIDADE: 2.074 TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

MODALIDADE APLICAÇÃO: 24 3.3.50.00.00.00.00

00.01.0049.000000 (TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM

FINS LUCRATIVOS).

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE SUA ASSINATURA.

JOAÇABA (SC), EM 30 DE ABRIL DE 2014.

RAFAEL LASKE
PREFEITOMARIA DE LOURDES DE CARVALHO
PRESIDENTE**Lages****PREFEITURA****Retificação Publicação**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

RETIFICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

Na modalidade, Onde se lê, TP 26-2014 SMS, leia-se: TP 05-2014 SMS
Objeto: Prestação de Serviços de Reforma onde Funcionará a Central de Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde

Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 19/05/2014 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 140.512,19

Lages, 30 de abril de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Decreto Nº 046/2014**

DECRETO Nº 046/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, o dia 02 de Maio de 2014, sexta-feira.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados ao Hospital Municipal Henrique Lage e Creches Municipais, como também a coleta lixo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02/05/2014.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE ABRIL DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDA RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2014 - HMHL

RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO SEGUNDA RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº26/2014 - HMHL

PROCESSO Nº26/2014O FUNDO MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram alterações referentes ao termo de referência e item 8.4 do edital, que no dia 08 de maio de 2014 às 14:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber proposta para contratação de empresa do ramo pertinente, contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial para a prestação de serviços de vigilância ostensiva, a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários, para atender às necessidades do Hospital Municipal, durante o ano de 2014.O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 17 de abril de 2014.

ALAN CROCETTA

Lebon Regis**PREFEITURA****Lei Municipal Nº 1475/2014**

LEI MUNICIPAL Nº 1475/2014, 23 de abril de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER SERVIDORES AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Prefeito do Município de Lebon Régis, autorizado a ceder Servidores ao Corpo de Bombeiros Militar, de acordo com as disponibilidades da Administração Municipal, com o objetivo de melhoria da prestação de serviços à população.

Art. 2º. A cessão de Servidores de que trata o artigo anterior, será formalizada por meio de Convênio.

Art. 3º. Pelo fato da despesa estabelecida nesta Lei já possuir previsão no orçamento do Município, a mesma, enquanto ação governamental, não acarreta aumento de despesa, motivo pelo qual não produz impacto orçamentário-financeiro.

Art. 4º. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.373 de 28 de setembro de 2011, em razão do benefício previsto na presente Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis (SC), 23 de abril de 2014.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 021/2014 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 030/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2014

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Objetiva-se a aquisição de automóvel utilitário zero quilômetro, para o transporte de alunos da Rede Municipal de Ensino, pertencente a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 021/2014. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 15 de maio de 2014. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 30/04/2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Pregão Presencial Nº 004/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014

Tipo: Menor Preço por Lote, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com as especificações do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 004/2014. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 16 de maio de 2014. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 30/04/2014.
VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Contrato Nº 026/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 026/2014 - PMLL

"Contrato visando à prestação de serviço de divulgação por emissora de rádio difusão, que tenha comprovada audiência entre a população do território de Leoberto Leal, destinado à publicação de boletim para divulgação de Atos Oficiais, Informes, Avisos e Campanhas Educativas."

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a

Empresa RÁDIO ITUPORANGA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua João Steffens, nº 260, Bairro Centro, Cidade de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.499.541/0001-33, neste ato representado pelo Senhor Luiz Carlos Broering, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 015/2014, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de divulgação por emissora de radiodifusão, que tenha comprovada audiência entre a população do território de Leoberto Leal, destinado à publicação de boletim para divulgação de Atos Oficiais, Informes, Avisos e Campanhas Educativas, a ser fornecido pela Contratada, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.
01	MATÉRIAS APRESENTADAS NO FORMATO AO VIVO OU RELATÓRIO GRAVADO COM UMA INSERÇÃO SEMANAL DE DURAÇÃO DE 06 (SEIS) MINUTOS DE TRANSMISSÃO, COM VEICULAÇÃO ROTINEIRA E REGULAR.	MÊS	08
02	INSERÇÕES MENSAIS, APRESENTADAS NO FORMATO RELATÓRIO GRAVADO COM DURAÇÃO DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS DE TRANSMISSÃO, COM VEICULAÇÃO ROTINEIRA E REGULAR.	UND.	200

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, E DAS CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 O objeto do presente Contrato deverá ser entregue/prestado pela empresa vencedora, sem qualquer custo adicional ao preço ofertado, mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo setor competente do Município.

2.2 A entrega/prestação do objeto definido no Item 1 do Termo de Referência da presente licitação será parcelada, ocorrendo semanalmente, precedida de Autorização de Fornecimento emitida pela Setor de Compras, sem custo adicional, sendo de total responsabilidade da Licitante Vencedora, a execução do referido objeto;

2.3 A entrega/prestação do objeto definido no Item 2 do Termo de Referência ocorrerá quando houver necessidade do Município realizar a divulgação de algum Programa, Campanha, Comunicado, Aviso, dentre outros, sempre precedida de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, onde constará a quantidade de inserções a serem realizadas, bem como, o período que as mesmas devem ser propagadas.

2.4 A licitante vencedora será responsável pela veiculação das matérias confeccionadas pela Municipalidade, sem custo adicional.

2.5 As matérias serão apresentadas no formato ao vivo ou relatório gravado contendo dados coletados na fonte de origem da matéria (Departamento da Administração) e a veiculação será feita de forma rotineira e regular com uma inserção semanal de duração de 06 (seis) minutos de transmissão.

2.6 Será dada prioridade de espaço de veiculação aos atos de interesse público de maior relevância que forem promovidos pela Administração, mediante publicação de flashes ao vivo, sem custo adicional.

2.7 Se a empresa não atender a solicitação estará sujeita às sanções previstas neste Edital e em Lei.

2.8 O recebimento do objeto, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante o prazo contratual.

2.9 O prazo de que trata o item 2.2. poderá ser revisto nas

hipóteses e forma a que alude o art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2.10 A Administração receberá o presente objeto na forma que alude os arts. 73 à 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Pelo objeto descrito na cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, os preços unitários abaixo, importando num valor total estimado de R\$ 19.351,44 (dezenove mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT. MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
01	MATÉRIAS APRESENTADAS NO FORMATO AO VIVO OU RELATÓRIO GRAVADO COM UMA INSERÇÃO SEMANAL DE DURAÇÃO DE 06 (SEIS) MINUTOS DE TRANSMISSÃO, COM VEICULAÇÃO ROTINEIRA E REGULAR.	MÊS	08	R\$ 1.793,93	R\$ 14.351,44
02	INSERÇÕES MENSAS, APRESENTADAS NO FORMATO RELATÓRIO GRAVADO COM DURAÇÃO DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS DE TRANSMISSÃO, COM VEICULAÇÃO ROTINEIRA E REGULAR.	UND.	200	R\$ 25,00	R\$ 5.000,00

3.2 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, após emissão da Nota Fiscal e recebimento dos serviços/materiais, correspondentes ao solicitado expressamente na autorização de fornecimento emitida pelo setor competente para a empresa contratada.

3.3 Os pagamentos serão feitos proporcionais ao serviço efetivamente prestado;

3.4 Fica o CONTRATANTE autorizado a deduzir do pagamento devido, qualquer multa imposta, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei.

3.5 O pagamento poderá ser susado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1 Em atendimento ao §1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.2 De acordo com o determinado no item anterior, a contratada tem direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do serviço contratado pelo seu órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

4.3 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

I - a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II - junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar

planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III - A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

4.4 Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do objeto no mercado.

4.5 As alterações para fins de revisão contratual, poderão ser concedidos, desde que solicitados oportunamente pela contratada, devendo esta respaldar-se em documentação legal de suporte com a respectiva memória de cálculo comprobatória da alteração pretendida, quando relativa à revisão por alteração na composição de custos.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE FORNECIMENTO E DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de fornecimento deverá ser imediato, a partir da solicitação.

5.2 O presente contrato possui vigência até 31/12/2014, contados a partir da data de sua assinatura.

5.3 O presente contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

6.1 As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do Município de Leoberto Leal, e recursos alocados no orçamento:

03 01 04 122 0003 2.003.3.3.90.39.88.00.00.00.0.1.0000 (9) – Funcionamento e Manutenção da SACF – Recurso Ordinário

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

7.1 A CONTRATADA se obriga a reparar ou refazer os serviços que se apresentarem com vício de qualidade, fornecendo todos os materiais, componentes e insumos eventualmente utilizados, sem qualquer custo adicional aos valores contratados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1 As alterações deste contrato serão processadas nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

9.1 O CONTRATANTE reserva-se o direito de uso das seguintes prerrogativas, naquilo que for pertinente a este Contrato:

I - modificá-lo unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

II - rescindi-lo unilateralmente, nos casos especificados no inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

III - fiscalizar-lhe a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Cumprir fielmente este Contrato;

10.2 Prestar os esclarecimentos de que forem solicitados pela fiscalização do contratante;

10.3 Fornecer o objeto de acordo com o previsto na cláusula segunda.

10.4 Garantir a qualidade do objeto fornecido.

10.5 Refazer os serviços não executados conforme solicitados.

10.6 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

10.7 Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
 11.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
 11.3 Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 No caso de descumprimento contratual ou atraso injustificado por parte da contratada na execução do contrato, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pelo Município de Leoberto Leal, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.

12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no subitem 12.1, estará o contratado sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
- c) suspensão temporária da possibilidade de participar de licitação e contratar com o Município de Leoberto Leal pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- d) declaração de inidoneidade.

12.3 Para efeito de aplicação da multa prevista na alínea b, subitem 12.2, do item 12, por atraso na prestação de serviço contratado, o prazo será contado a partir do dia seguinte a solicitação.

12.4 O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

12.5 A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e a partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado a direito de defesa de que trata o § 2º do artigo 87, da Lei nº 8.666/93.

12.6 Vencido o prazo para o pagamento da respectiva multa, esta será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos devidos à CONTRATADA, até que o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

12.7 Fica garantido o direito ao contraditório e ampla defesa à Licitante, em caso de aplicação de qualquer penalidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

12.8 As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da Licitante, devidamente comprovada perante a Entidade de Licitação.

12.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8666/93.

13.2 Em caso de rescisão o Município observará no que couber o inciso IX do art 55, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO UNILATERAL

14.1 Rescindido o Contrato na forma do art. 79, I, da Lei 8.666/93, é facultado ao CONTRATANTE:

I – assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II – ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei nº 8.666/93;

III – execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
 IV – retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

15.1 Todos os débitos de natureza previdenciária, tributária, fiscal, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

15.2 Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, fiscais, sociais e trabalhistas. Verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente de não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já autorizada a suspender os pagamentos devidos, até que fique constatada a plena e total regularização de sua situação.

15.3 Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para-fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta, será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

15.4 A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no art. 2º da Constituição das Leis do Trabalho.

15.5 Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive como responsável solidária, a CONTRATADA reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidos com base na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 3.555/2000, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

16.3 E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 23 de abril de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	LUIZ CARLOS BROERING RÁDIO ITUPORANGA LTDA Contratada
---	---

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

Lei N.º 1.060/2014

LEI Nº 1.060, DE 30 DE ABRIL DE 2014

Altera o Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2014, com inclusão de nova ação.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo de Prioridades e Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2014, aprovada pela Lei Municipal nº 996/2013, referente ao Programa 07 - Vivendo com Amor, fica acrescido da Ação/Projeto nº 1.047 - Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade, constante do Plano Plurianual - Lei nº 991/2013, no valor de R\$ 294.400,00 (duzentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais).

Art. 2º Para execução da Ação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos ordinários no valor de R\$ 44.400,00 (quarenta e quatro mil e quatrocentos reais) e de convênio no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Art. 3º Ficam alterados os anexos e textos legais da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, afetados pela alteração proposta nesta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 30 de abril de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES A CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 1.061/2014

LEI Nº 1.061, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a abrir crédito adicional especial no Orçamento da seguridade social vigente, na dotação com a seguinte estrutura e limite:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	294.400,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	294.400,00
Função	08	Assistência Social	294.400,00
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	294.400,00
Programa	07	Vivendo com Amor	294.400,00
Projeto	1.047	Construção de um Centro de Convivência da Terceira Idade	294.400,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	294.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	294.400,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	294.400,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	44.400,00

Fonte de Recursos	0.1.0024	Transferências de Convênios - Outros	250.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL			294.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta das seguintes fontes de recursos e respectivos valores:

I - Anulação de Dotações.

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	44.400,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	44.400,00
Função	08	Assistência Social	35.400,00
Sub-função	482	Habitação Urbana	3.650,00
Programa	07	Vivendo com Amor	3.650,00
Ação/Projeto	1.021	Construção de Casas Populares	3.650,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	3.650,00

Sub-função	4.4.00.00.00	Investimentos	3.650,00
Programa	90	Aplicações Diretas	3.650,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	3.650,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	21.750,00
Programa	07	Vivendo com Amor	21.750,00
Ação/Projeto	2.021	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	21.750,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas correntes	21.750,00
Grupo de Nat. da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	21.750,00
Modalidade Aplicação	50	Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos	7.750,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	14.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	21.750,00
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	10.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	10.000,00
Ação/Projeto	2.024	Atividades de Integração do Idoso	10.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas correntes	10.000,00
Grupo de Nat. Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	10.000,00

Função	27	Desporto e Lazer	4.000,00
Sub-função	813	Lazer	4.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	4.000,00
Ação/Projeto	2.045	Atividades de Integração do Jovem	4.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.000,00
Sub-função	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
Programa	90	Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.000,00
Função	11	Trabalho	5.000,00
Sub-função	334	Fomento ao Trabalho	5.000,00
Programa	07	Vivendo com Amor	5.000,00
Ação/Projeto	2.046	Cooperação Técnica com o SEBRAE	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Sub-função	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Programa	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			44.400,00

II - Excesso de Arrecadação.

Fonte de Recursos	Código	Valor
Transferências de Convênios - Outros	0.1.0024	250.000,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		250.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 30 de abril de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Lei Complementar N.º 230/2014, de 11 de Abril de 2014

LEI COMPLEMENTAR N.º 230/2014, DE 11 DE ABRIL DE 2014
AUTORIZA A AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF; ADESÃO AO PROGRAMA MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL; DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizada a ampliação do programa Estratégia Saúde da Família - ESF, com a criação de mais uma equipe de profissionais e as conseqüentes ações e atos constantes nos artigos seguintes.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao "Projeto Mais Médicos para o Brasil" instituído pela Medida Provisória n. 621, de 8 de julho de 2013 e regulamentado pela Portaria Interministerial n. 1.369, de 8 de julho de 2013.

Art. 3º Para a viabilização do que dispõe o art. 2º e cumprir com o que estabelecem os incisos III e IV do art. 11, Portaria Interministerial n. 1.369, de 8 de julho de 2013, fica instituído o auxílio moradia e o auxílio alimentação aos médicos participantes do "Projeto Mais Médicos para o Brasil", que vierem a atuar no Município de Lindóia do Sul, mediante o pagamento de:

I - R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para cada médico a título de auxílio moradia;

II - R\$ 500,00 (quinhentos reais) para cada médico a título de auxílio alimentação.

§ 1º A partir do exercício seguinte da entrada em vigor desta Lei, os valores de que trata o caput serão reajustados no mesmo percentual concedido à recomposição dos servidores municipais.

§ 2º O pagamento dos auxílios de que trata o caput cessará se a necessidade de moradia e alimentação for suprida por outra forma que não justifique mais o seu custeio pelo Município, podendo, também, ser reduzido o seu montante se o custo das mesmas se mostrar significativamente inferior aos valores estabelecidos, ficando a Secretaria Municipal de Saúde encarregada de fiscalizar esse aspecto.

§ 3º As verbas de que trata o caput possuem caráter indenizatório e sobre as mesmas não incidirão encargos fiscais.

Art. 4º Fica autorizada, mediante processo seletivo interno, a realização de aproveitamento do(s) servidor(es) ocupante(s) do cargo de "Técnico de Enfermagem" para o exercício das funções de "Técnico de Enfermagem do ESF", estendendo-se a carga horária semanal de trabalho para 40 (quarenta) horas, com majoração proporcional dos vencimentos.

Parágrafo único. O aproveitamento de que trata o caput, a extensão da carga horária e a majoração do vencimento perdurará somente pelo período que o servidor estiver atuando no programa Estratégia Saúde da Família - ESF, não gerando qualquer direito adquirido.

Art. 5º Ficam criadas mais duas vagas para as funções de Agente Comunitário de Saúde, para o qual, o § 3º do art. 7º da Lei Complementar n. 97, de 14 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º
.....

§ 3º O número de vagas para o exercício das funções de Agente Comunitário de Saúde será de 12 (doze).

Art. 6º Ficam criadas mais uma vaga para o cargo de "Enfermeiro do ESF", para o qual, no Nível 9 (nove), do Anexo IV, da Lei Complementar n. 178, de 24 de outubro de 2011, o cargo de "Enfermeiro do ESF", GE, passa a ter 2 (duas) vagas, com carga horária de 40 hs (quarenta horas) semanais.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Complementar serão custeadas pela legislação orçamentária em vigor.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 11 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Lei Complementar N.º 232/2014, de 30 de Abril de 2014

LEI COMPLEMENTAR N.º 232/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 178, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011, ELEVA PARA NÍVEL SUPERIOR O CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cargo de fiscal de tributos e posturas do quadro geral de servidores da Prefeitura passa para a formação de nível superior com enquadramento inicial no nível 9 de vencimento.

Art. 2º O Anexo II da Lei Complementar n. 178, de 24 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Anexo II

..... FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS
.....

REQUISITOS

Escolaridade: Ensino Superior Completo, com conhecimento básico em legislação na área tributária devidamente comprovado na ementa curricular escolar e registro no respectivo órgão fiscalizador no exercício da profissão.

..... "

Art. 3º O Anexo IV da Lei Complementar n. 178, de 24 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

I - no Nível 6 (seis) fica excluída a expressão "fiscal de tributos e posturas";

II - no nível 9 (nove) fica incluída a expressão "fiscal de tributos e posturas", com a quantidade de 1 (uma) vaga e carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 30 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Lei Complementar Nº 231/2014, de 23 de Abril de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 231/2014, DE 23 DE ABRIL DE 2014.
INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelos arts. 91, V da Lei Orgânica deste Município e § 4º do art. 216-A da Constituição Federal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Municipal de Cultura, o qual será organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, de modo a instituir um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre o Município, a sociedade e os demais entes da Federação, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Art. 2º O Sistema Municipal de Cultura integra o Sistema Nacional de Cultura e fundamentar-se-á na política estadual e nacional de cultura e nas diretrizes desta Lei, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, e reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais do Município;

II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais, inclusive grupos minoritários, deficientes e outros;

III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;

IV - cooperação entre os órgãos públicos do Município, seus agentes públicos e as pessoas físicas e jurídicas privadas atuantes na área cultural do Município;

V - integração e interação entre Administração Pública Municipal e a sociedade na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;

VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;

VII - transversalidade das políticas culturais;

VIII - autonomia das instituições da sociedade civil em relação a sua organização e manifestações culturais;

IX - transparência e compartilhamento das informações;

X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;

XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;

XII - ampliação progressiva dos recursos contidos no orçamento para a cultura;

XIII - gestão compartilhada com os demais entes da Federação.

Art. 3º A estrutura do Sistema Municipal de Cultura será composta de:

I - Diretoria de Esporte e Cultura (art. 10, § 1º, da Lei Complementar n. 122/2009) ou órgão similar;

II - Conselho Municipal de Política Cultural;

III - Conferência da Cultura;

IV - Fundo Municipal de Cultura de Lindóia do Sul, SC ou Unidade de Gestão Orçamentária Equivalente;

V - Plano Municipal de Cultura;

VI - Programas de financiamento, subsídio e apoio à cultura;

VII - Programas de formação na área da cultura;

VIII - Biblioteca Pública Municipal Afonso Dalmora; e

IX - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC.

§ 1º O Sistema Municipal de Cultura atuará de forma integrada aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura, ficando autorizada a adesão aos mesmos, na forma regulamentada.

§ 2º Poderá integrar o Sistema Municipal de Cultura organismos privados com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e venham a celebrar termo específico.

Art. 4º O órgão gestor de cultura de que trata o inciso I do art. 3º terá sua competência e atribuições fixadas em norma própria.

Art. 5º O Conselho Municipal de Cultura é o órgão colegiado de caráter deliberativo, opinativo, consultivo e fiscalizador, vinculado ao órgão gestor de cultura do Município, com participação paritária do poder público e da sociedade civil, terá as seguintes finalidades:

I - formular políticas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

II - apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura;

III - garantir cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção cultural e de preservação da memória histórica, social e política, artística, paisagística e ambiental, encorajando a distribuição das atividades de produção, construção e propagação cultural do Município;

IV - defender o patrimônio cultural e artístico do Município e incentivar sua difusão e proteção;

V - colaborar na articulação das ações entre organismos públicos e privados na área da cultura;

VI - articular com a sociedade civil e o poder público as ações na área da cultura;

VII - formular diretrizes, critérios e apreciar programas e projetos culturais financiados, subsidiados ou apoiados pelo Município;

VIII - supervisionar, acompanhar e fiscalizar as ações de cultura;

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Cultura será formado por no mínimo seis membros, mediante composição fixada em Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, com mandato de dois anos, com possibilidade de recondução por mais dois anos, com os membros da sociedade indicados por seus segmentos.

Art. 6º A Conferência Municipal da Cultura será realizada conforme cronograma, temática e diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Cultura, mediante prévia divulgação através de edital.

Art. 7º Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura de Lindóia do Sul, SC ou Unidade de Gestão Orçamentária Equivalente, com o objetivo de promover o desenvolvimento da cultura no Município, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º O Fundo Municipal de Cultura ou Unidade de Gestão Orçamentária Equivalente ficará vinculado ao órgão gestor de cultura de que trata o inciso I do art. 3º, competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

§ 2º O gestor e ordenador das despesas do Fundo Municipal de Cultura ou Unidade de Gestão Orçamentária Equivalente será o titular do órgão de que trata o inciso I do art. 3º.

§ 3º Constituem receitas do Fundo Municipal de Cultura:

I - transferências orçamentárias do Município;

II - transferências oriundas do Estado e da União;

III - auxílios, subvenções e outras contribuições oriundas de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

IV - doações e legados; e,

V - outros recursos a ele destinados de forma lícita.

§ 4º Além dos demais órgãos e poderes instituídos, a fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura ou Unidade de Gestão Orçamentária Equivalente, também, será exercida pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art. 8º O Plano Municipal de Cultura, instrumento de planejamento das ações culturais de âmbito do Município, com duração decenal, será elaborado e ajustado, com a participação das instâncias de consulta.

Parágrafo único. O Plano Municipal de Cultura será aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura e submetido à homologação do Prefeito Municipal, através de decreto específico.

Art. 9º Os programas de financiamento, apoio e subsídio à cultura serão desenvolvidos a partir de previsão no Plano Municipal de Cultura, no orçamento do Município e com ações e metas fixadas pelo Conselho Municipal de Cultura.

§ 1º Mediante norma específica poderão ser instituídos programas de desenvolvimento à cultura com deduções de impostos e outros incentivos, com depósitos em Favor do Fundo Municipal de Cultura ou Unidade de Gestão Orçamentária Equivalente.

§ 2º Visando estimular a criação cultural e assegurar o direito autoral o Município poderá financiar obras de produtores e artistas locais.

§ 3º Os benefícios de que trata o caput poderão ser na forma de empréstimos com devolução total ou parcial, assim como, subsídios e subvenções totais ou parciais à pessoa física ou jurídica para a manutenção e desenvolvimento de atividades culturais previstas nesta Lei.

Art. 10. As unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura promoverão os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação, através de treinamentos, cursos, palestras, debates e outras atividades similares de aprimoramento de habilidades nessa área.

Art. 11. A Biblioteca Pública Municipal Afonso Dalmora será responsável pela guarda do acervo existente e que venha a integrar a mesma, propiciando à pesquisa e à consulta de interessados e promovendo a leitura e a difusão do conhecimento dos usuários e da comunidade em geral.

Art. 12. O órgão gestor de cultura de que trata o inciso I do art. 3º instituirá um Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º O SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infra-estrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º Junto ao SMIIC poderá funcionar um Cadastro Cultural do Município de Lindóia do Sul - CCMLS, instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas públicas municipais de cultura, que organizará e disponibilizará informações sobre os diversos fazeres culturais, nas áreas de Arte e Patrimônio Cultural, bem como sobre seus espaços.

Art. 13. Os recursos necessários para a implementação das ações previstas nesta Lei serão os estabelecidos em dotações orçamentárias próprias, assim como, os oriundos de outras fontes de arrecadação previstas no art. 7º.

Art. 14. Decreto do Prefeito Municipal regulamentará esta Lei no que for necessário.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 23 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto Nº 2.554/2014, de 25 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.554/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91, VIII, da Lei Orgânica deste Município

DECRETA

Art. 1º - Ficam designadas as pessoas abaixo relacionadas a comporem a Comissão de acompanhamento e avaliação do programa Prefeito Amigo da Criança:

I. Representantes do Poder Público:

- Marciane Agustini - Secretaria de Educação - Gestora Escolar
- Alexandre Cavaglieri - Diretoria de Esporte e Cultura - Supervisor da CME
- Dinara Signor Kiekow - CRAS - Psicóloga
- Adriana Tebaldi - Diretoria de Ação Social - Assessora de Projetos Sociais
- Marcia Cristina Pradella Vargas - Secretaria de Saúde - Psicóloga
- Ivone Zonta - Conselho Tutelar - Conselheira

II. Representantes da Sociedade Civil:

- Nelsira Loss Fioretin - Representante do Poder Executivo no CMDCA, designada Presidente da Comissão
- Marcos Calescura - Associação de Serviços Sociais - Bombeiro Voluntário
- Cleusa Tomazoni - Associação de Pais - Membro de Associação
- Alan Junior Pizzatto - Associação de Jovens - Membro da Associação
- Melânia Ferronato Gugel - Casa Lar Pequeno Príncipe- Coordenadora
- Ivete Balbino Fiorentin - Representante dos Clubes de Mães no Conselho de Assistência Social

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Nº 2.474/2013, de 15 de agosto de 2013 e demais disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 25 de Março de 2014

Edison Domingos Giron
Auxiliar de Técnico

Decreto Nº 2.556/2014, de 25 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.556/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014
DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA DA CAMPANHA "PEÇA NOTA FISCAL: PROMOVA O DESENVOLVIMENTO E GANHE PRÊMIOS"

Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Artigo 5º da Lei Ordinária Nº 1.201, de 12 de março de 2014:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designada a Comissão Organizadora da Campanha "Peça Nota Fiscal: Promova o Desenvolvimento e Ganhe Prêmios",

composta pelos seguintes membros:

- Pedro Bringhenti, representante da Administração Municipal
- Marinês Ribeiro Perondi, representante da Administração Municipal
- Nilza Loss Vardanega, representante da Câmara de Dirigentes Logistas

Art. 2º Fica aprovado o regulamento da Campanha "Peça Nota Fiscal: Promova o Desenvolvimento e Ganhe Prêmio" nos termos do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 4º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 25 de Março de 2014
Edison Domingos Giron
Auxiliar de Técnico

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO

A comissão organizadora da campanha de incentivo à emissão de nota fiscal, estabelece normas e regulamentos referentes à campanha: "PEÇA NOTA FISCAL: PROMOVA DESENVOLVIMENTO E GANHE PRÊMIOS"

ART. 1º - São considerados hábeis para efeitos do presente regulamento os seguintes documentos fiscais emitidos pela categoria correspondente a consumidor sendo:

I – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PESSOA JURÍDICA: serão consideradas notas fiscais de prestação de serviços com inscrição no Município de Lindóia do Sul.

II – COMÉRCIO E INDÚSTRIA: serão consideradas notas fiscais de venda e tíquetes de máquinas registradoras autorizadas a funcionar pela fiscalização do ICMS, fornecida ao consumidor final, proveniente de empresas com inscrição estadual no Município de Lindóia do Sul.

III – PRODUTOR RURAL: serão consideradas notas fiscais de produtor rural com inscrição estadual no Município de Lindóia do Sul, com respectiva contra nota fiscal.

ART. 2º - Serão fornecidos cupons a quem apresentar os documentos fiscais mencionados no artigo anterior, nos seguintes valores e forma:

I – Um cupom a cada R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os documentos fiscais, quando se tratarem de notas fiscais constantes dos incisos I do artigo anterior;

II – Um cupom a cada R\$ 50,00 (cinquenta reais) para documentos fiscais relativos ao inciso II do artigo anterior, quando se tratar notas fiscais relativas a gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza, confecções, calçados, objetos de uso pessoal, decoração e demais produtos afins;

II – Um cupom a cada R\$ 200,00 (duzentos reais) para documentos fiscais relativos ao inciso II do artigo anterior, quando se tratar de notas fiscais relativas a móveis e utensílios, eletrodomésticos, eletrônicos e demais produtos afins;

III – Um cupom a cada R\$ 1.000,00 (um mil reais) para documentos fiscais relativos ao inciso II do artigo anterior, quando se tratar de notas fiscais relativas a motocicletas, automóveis, máquinas agrícolas e materiais de construção;

IV – Um cupom a cada R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para

documentos fiscais relativos ao inciso II do artigo anterior, quando se tratar de notas fiscais relativas as atividades agropecuárias (lavouras, suinocultura, avicultura, bovinocultura...);
V– Um cupom para cada a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para documentos fiscais relativos ao inciso III do artigo anterior.

ART. 3º - Somente considerar-se-ão hábeis e válidos para a presente campanha os documentos fiscais mencionados no art. 1º deste Regulamento, originais e em primeira via, emitidos após o dia 1º de março de 2014 até o dia imediatamente anterior ao sorteio.

ART. 4º - Serão realizados quatro sorteios ao longo do ano em local a ser divulgado pela comissão organizadora nas seguintes datas e com a seguinte premiação:

- 10 de maio de 2014: um televisor 32 polegadas e uma panificadora
- 09 de agosto de 2014: um notebook e um tablet
- 11 de outubro de 2014: cinco bicicletas
- 27 de dezembro de 2014: uma motocicleta 0Km 125 cilindradas

Parágrafo Primeiro. Para participar da campanha e concorrer aos prêmios, o consumidor deverá trocar suas notas e/ou cupons fiscais por cupom numerado, o qual deverá ser preenchido com nome, endereço e telefone e depositá-lo em urna em local a ser divulgado pela Comissão Organizadora.

Parágrafo Segundo. Na nota e/ou cupom fiscal deverá constar a data da emissão e discriminação dos produtos e/ou serviços e serão certificados com dizer "cupom emitido" por servidor municipal designado.

Parágrafo Terceiro: Após o sorteio nas datas especificadas todos os cupons numerados voltarão para a urna e participarão dos sorteios subsequentes.

ART. 5º - Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pela comissão organizadora.

Decreto N.º 2.557/2014, de 01 de Abril de 2014

DECRETO N.º 2.557/2014, DE 01 DE ABRIL DE 2014

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 - Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.045- Manutenção da Creche

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0590 - Aplicações Diretas R\$ 105.354,32

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta Superávit do Exercício anterior recursos recebidos do FNDE para Proinfância/Restfísica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 01 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto N.º 2.558/2014, de 09 de Abril de 2014

DECRETO N.º 2.558/2014, DE 09 DE ABRIL DE 2014
ALTERA O DECRETO 2.165, DE 31 DE AGOSTO DE 2011, QUE
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIA-
ÇÃO DE ÁREAS DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul,
SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei
Orgânica deste Município,

DECRETA

Art. 1º. Considerando o laudo de vistoria firmado pelo Engenheiro
Agrônomo Fábio Franzon, que atesta a inviabilidade de instalação
do cemitério municipal nas terras declaradas de utilidade pública
pelo Decreto nº 2.165 de 31 de agosto de 2011, pertencentes ao
Sr. Realdo Damin, revoga-se o inciso III do art. 1º do Decreto nº
2.165 de 31 de agosto de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 09 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto N.º 2.559/2014, de 09 de Abril de 2014

DECRETO N.º 2.559/2014, DE 09 DE ABRIL DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul,
SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei
Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.203/2014 de 09 de
Abril de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40
e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a
proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da
seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas
e Recreativas
3.3.50.00.00.00.00.01.000 - Transferências a Instituições Privadas

sem fins lucrativosR\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações
constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação de parte da
seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E
ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura
Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas
e Recreativas
4.4.50.00.00.00.00.01.000 - Transferências a Instituições Privadas
sem fins lucrativosR\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 09 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto N.º 2.560/2014, de 11 de Abril de 2014

DECRETO N.º 2.560/2014, DE 11 DE ABRIL DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul,
SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei
Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.190/2013 de 16 de
Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40
e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a
proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da
seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Adminis-
tração e Finanças
3.3.50.00.00.00.00.00.0104 - Transferências a Instituições Priva-
das sem fins lucrativos...R\$ 23.660,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações
constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte
dotação:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Projeto/Atividade 2.003 - Manutenção da Secretaria de Adminis-
tração e Finanças
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 23.660,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 11 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto N° 2.561/2013, de 14 de Abril de 2014

DECRETO N° 2.561/2013, DE 14 DE ABRIL DE 2014
DESIGNA E NOMEIA SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DE DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 91 da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto no artigo 4º da Instrução Normativa nº TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DECRETA

Art. 1º Ficam designados e nomeados os servidores municipais como responsáveis pelo recebimento, aplicação e prestação de contas na forma da Instrução Normativa nº TC-14/2012, dos recursos disponibilizados sob o regime de adiantamento instituído pela Lei nº 614 de 14/06/2006.

Art. 2º Compõe a nomina de designados os seguintes servidores:

Diego Frare,

Antônio Carlos Vicente

Jesus Leonardo Braier Pereira

Carlos Alberto Nicolau

Marciane Agustini

Elisangela Balbinotto Vicente

Adenir Agustini

Alexandre Cavalier

Nério Antonio Cason
Odair Von Dentz

Orvane Zanatta

Leonir Zuanazzi

Gilson Proinelli

Edson Conte
Jonas Paulo Buzanello

Art. 3º Fica revogado o Decreto N° 2.429, de 01 de Abril de 2013 e demais disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 14 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto N.º 2.562/2014, de 14 de Abril de 2014

DECRETO N.º 2.562/2014, DE 14 DE ABRIL DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária N° 1.190/2013 de 16 de Dezembro de 2013:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

I - Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
Projeto/Atividade 1.010 - Saneamento Básico Rural
3.3.90.00.00.00.00.00.0628 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação do convênio SDR nº 0687/2014, feira da indústria e comércio da agricultura familiar e amostra de animais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 14 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto N.º 2.563/2014, de 17 de Abril de 2014

DECRETO N.º 2.563/2014, DE 17 DE ABRIL DE 2014
ALTERA O DECRETO Nº 2.428, DE 01 DE ABRIL DE 2013, DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA DE TERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município

DECRETA

Art. 1º O inciso I art. 1º do Decreto nº 2.428, de 01 de abril de 2013, passa a ter a seguinte redação:

I - 60.655m², área de terras de propriedade de Avelino Techio, parte integrante do lote rural nº 324 (trezentos e vinte e quatro), do Bloco Sertãozinho, da Colônia de Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 79.324m²(setenta e nove mil trezentos e vinte e quatro metros quadrados), com benfeitorias, com as seguintes confrontações: ao Nordeste, com o Lote N. 7, da Quadra

F, Rua Bom Pastor e com parte do Lote Rural n. 326, pertencente a Jorge Zuanazzi, ao Sudoeste com parte do mesmo lote, pertencente a Izaias Tombini; ao Leste com área desmembrada e pertencente a Avelino Techio e ao Noroeste com o Lajeado Joaquin, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula nº 22.097, do livro nº 2 "BO".

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 17 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto Nº 2.564/2013, de 17 de Abril de 2014

DECRETO Nº 2.564/2013, DE 17 DE ABRIL DE 2014
DESIGNA E TRANSFERE VEÍCULO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município:

DECRETA

Art. 1º. Fica designado o veículo de placa Mdc 8326, modelo GM/Classic Life, ano fabricação 2005, ano modelo 2005, a gasolina, chassi nº 98GSA19N05B272112 e patrimônio nº 1870, para uso da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Parágrafo único. Face o disposto no art. 1º fica transferido o bem da Diretoria de Ação Social para a

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 17 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto Nº 2.565/2014, de 28 de Abril de 2014

DECRETO Nº 2.565/2014, DE 28 DE ABRIL DE 2014
DISPÕE SOBRE HORÁRIO DE EXPEDIENTE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Em virtude do feriado do dia do trabalhador comemorado em 01 de Maio de 2014, fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas do Município de Lindóia do Sul, no dia 02 de Maio de 2014.

Art. 2º. O disposto no art. 1º deste Decreto não se aplica nas Unidades Escolares, os quais são definidos de acordo com o calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC,
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 28 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Decreto N.º 2.566/2014, de 30 de Abril de 2014

DECRETO N.º 2.566/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.206/2014 de 30 de Abril de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF
3.3.90.00.00.00.00.00.0215 - Aplicações Diretas R\$ 64.170,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação de parte da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF
3.1.90.00.00.00.00.00.0215 - Aplicações Diretas R\$ 64.170,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Em, 30 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.203/2014, de 09 de Abril de 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.203/2014, DE 09 DE ABRIL DE 2014

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

3.3.50.00.00.00.00.01.000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativosR\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação de parte da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

4.4.50.00.00.00.00.01.000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativosR\$ 20.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 09 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.204/2014, de 23 de Abril de 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.204/2014, DE 23 DE ABRIL DE 2014

INSTITUI O PLANO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelos arts. 91, V da Lei Orgânica deste Município, art. 216, § 1º, da Constituição Federal, art. 2º, XII e art. 42-B, VI, ambos, da Lei n. 10.257/01, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Capítulo I

DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 1º Na execução da Política Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, de que trata o Plano Diretor do Município de Lindóia do Sul (art. art. 51, II, "d" da LC n. 212/13) será aplicado o previsto nesta lei que tratará sobre a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Urbanístico e Paisagístico.

Parágrafo único. A preservação do patrimônio cultural do Município de Lindóia do Sul é dever de todos, do poder público e de seus cidadãos.

Art. 2º O patrimônio cultural do município de Lindóia do Sul engloba o aspecto histórico, artístico, cultural, urbanístico, ambiental e paisagístico e é constituído por documentos, obras, monumentos naturais, bens móveis e imóveis, de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos passados memoráveis, quer por seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico e ou científico.

Art. 3º A preservação do patrimônio cultural será efetuada mediante um conjunto de políticas públicas e ações governamentais com objetivo geral de contribuir para a preservação e difusão da memória e identidade lindoiense, por intermédio da proteção aos bens de seu patrimônio cultural, utilizando-os como meio de desenvolvimento sustentável.

Parágrafo Único. A preservação do patrimônio cultural será efetuada mediante as políticas públicas, ações e instrumentos previstos nesta Lei e na Lei que trata do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 4º A preservação do patrimônio cultural tem como objetivos específicos:

I - estabelecer mecanismos e instrumentos voltados à proteção dos bens constitutivos do patrimônio cultural;

II - estabelecer procedimentos que contribuam para que o uso e a ocupação dos bens imóveis do patrimônio cultural sejam feitos de forma compatível com a preservação;

III - contribuir com a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural de natureza imaterial;

IV - viabilizar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio;

V - salvaguardar os bens culturais de natureza imaterial, por meio de apoio às condições materiais que propiciem sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação.

Art. 5º Os bens culturais de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, serão de interesse do patrimônio cultural se portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade de Lindóia do Sul, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais;

V - os conjuntos urbanos e rurais e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Art. 6º São de natureza material os bens culturais:

I - imóveis: como os núcleos urbanos e rurais, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais, dentre os quais, os elementos naturais;

II - móveis: como coleções arqueológicas e acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Art. 7º Os bens culturais de natureza imaterial são aqueles transmitidos de geração em geração e constantemente recriados pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua história e de sua interação com a natureza, gerando um sentimento de identidade e continuidade, e contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Parágrafo Único. São bens culturais de natureza imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, bem como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados.

Art. 8º Um bem, seja de natureza material ou imaterial, será considerado bem cultural somente se a ele for associado ao menos um dos seguintes valores:

I - cognitivo ou relativo ao conhecimento, tais como as informações referentes à matéria prima, aos saberes envolvidos, às condições técnicas, socioeconômicas e culturais da produção, dentre outros;

II - afetivo, que implica relações subjetivas dos indivíduos que tenham sentido e significado social para determinados grupos, como o sentimento de pertencer, independentemente da importância de outros valores;

III - formal, referente às propriedades físicas do bem, apreendidas através da percepção sensorial do próprio bem;

IV - funcional, caracterizado pela relação de uso e apropriação que determinados grupos sociais estabelecem com o bem, conferindo a ele sentido e significado social.

Capítulo II

DOS ATOS E AÇÕES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Art. 9º A gestão da preservação cultural é atribuição do órgão gestor de cultura do Município.

Art. 10. A presente Lei se aplica, no que couber, aos bens pertencentes às pessoas naturais ou jurídicas de direito público interno e de direito privado.

Art. 11. O Município poderá incluir a temática do patrimônio cultural como tema transversal em suas políticas públicas e no processo educativo de sua rede de ensino.

Art. 12. A educação da preservação do patrimônio cultural deverá ser um processo permanente e sistemático de trabalho educacional como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo acerca do trabalho de gestores e responsáveis pela proteção, identificação e valorização dos bens culturais.

Art. 13. A política de educação da preservação do patrimônio cultural terá por objetivos:

I - incentivar a reflexão e a construção da cidadania considerando o patrimônio cultural;

II - possibilitar a troca de conhecimentos e experiências para a proteção e valorização dos bens culturais;

III - fomentar o acesso ao conhecimento produzido sobre os bens culturais material e imaterial, tendo em vista a sensibilização dos alunos para o patrimônio cultural regional e local;

IV - provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural, assim como de seus produtos e manifestações;

V - trabalhar conceitos que auxiliem os alunos a caracterizar, proteger e valorizar o patrimônio cultural;

VI - elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras;

VII - desenvolvimento de educandos capazes de conhecer características fundamentais do Município nas dimensões sociais,

materiais, culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade local e pessoal e o sentimento de pertinência ao município, sem diferenças ou quaisquer discriminações.

14. São considerados instrumentos de proteção:

I - o Registro de Tombamento;

II - o Inventário.

Parágrafo único. As ações de que trata este artigo podem ser compatibilizadas através do Cadastro Cultural do Município de Lindóia do Sul - CCMLS.

Capítulo III

DO REGISTRO DE TOMBAMENTO

Art. 15. O Registro de Tombamento é o ato administrativo de inscrição dos bens culturais de natureza material e imaterial no Livro de Registro dos Bens Culturais e representa o reconhecimento público do valor como patrimônio cultural de domínios da vida social, aos quais são atribuídos sentidos e valores e que constituem marcos e referências de identidade de um determinado grupo social.

§ 1º O Registro de Tombamento terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade local.

§ 2º Os bens móveis e imóveis existentes no território do Município, que pelo seu valor histórico, artístico, cultural, arquitetônico, ambiental ou de valor afetivo sejam considerados patrimônio cultural, na forma desta Lei, poderão ser objeto de limitação ao seu uso, gozo ou disposição pelo Registro de Tombamento, visando sua proteção e conservação, sejam eles de propriedade pública ou particular.

Art. 16. O Registro de Tombamento se fará voluntariamente ou compulsoriamente, poderá ser total ou parcial e deverá recair de ofício sobre bens já registrados e tombados pelos poderes públicos federal e estadual de preservação do patrimônio cultural.

Seção I

Do Procedimento do Registro de Tombamento

Art. 17. O pedido de Registro de Tombamento poderá ser de iniciativa de qualquer interessado, com a apresentação de requerimento ao órgão gestor de cultura do Município, em documento original, datado e assinado, acompanhado obrigatoriamente das seguintes informações e documentos:

I - identificação do proponente;

II - denominação e descrição do bem cultural proposto para registro, com indicação do que consiste, da participação e atuação dos grupos sociais envolvidos (os produtores do bem), do local onde ocorre ou se situa, do período e da forma em que ocorre;

III - documentação iconográfica disponível, adequada à natureza do bem cultural, tais como: fotografias, desenhos, vídeos, filmes, gravações sonoras, partituras, dentre outras;

IV - declaração formal de representante da comunidade produtora do bem cultural, ou de seus membros, demonstrando o interesse e a anuência com a instauração do processo de registro.

Art. 18. O órgão gestor de cultura encaminhará o pedido ao Conselho Municipal de Política Cultural, para emissão de parecer prévio que deverá avaliar tecnicamente se o bem cultural em questão é passível ou não de registro.

§ 1º O conselho poderá se subsidiar de parecer elaborado por servidor ou profissional contratado para essa finalidade e, posteriormente, se manifestará quanto à pertinência de abertura de processo de registro.

§ 2º Se o Conselho julgar improcedente, o pedido será arquivado.

§ 3º Se o Conselho julgar procedente, o processo de registro será aberto e seguirá para o órgão gestor de cultura do Município.

Art. 19. A etapa seguinte será a de instrução técnica do processo, consistindo em:

I - notificação por escrito ao proprietário do bem cultural do pedido de Registro de Tombamento;

II - elaboração de descrição pormenorizada do bem cultural que contemple todos os seus elementos culturalmente relevantes, identificação dos produtores, formas de produção, contexto cultural específico, significados atribuídos no processo de produção, circulação e consumo, sua origem e evolução histórica, dados etnográficos e sociológicos;

III - referências documentais e bibliográficas;

IV - reunião e apresentação de todo o material bibliográfico e audiovisual produzido sobre o bem ou que lhe seja pertinente;

V - complementação ou produção de documentação audiovisual que dê conta do bem cultural;

VI - parecer fundamentado quanto a necessidade ou não de indenizar o proprietário do bem a ser registrado e seu respectivo montante.

§ 1º A instrução técnica do processo deverá ser concluída no prazo máximo de 12 (doze) meses, admitidas prorrogações devidamente justificadas.

§ 2º A instrução técnica será efetuada por servidor do Município designado para esta atribuição o qual se subsidiará de requisições e subsídios de outros servidores e, havendo necessidade, por profissional contratado para a prestação desses serviços técnicos.

Art. 20. A instrução técnica classificará o Registro de Tombamento de bens imóveis em cinco categorias denominadas de Preservação Arquitetônica Integral, Preservação Arquitetônica Parcial, Imóveis de Reconstituição Arquitetônica ou de Acompanhamento e de Renovação e definirá o tipo de intervenção e de incentivos a preservação, conforme o art. 38 desta Lei.

Art. 21. Ultimada a instrução técnica, o processo será dirigido ao Presidente do Conselho para encaminhá-lo a um dos membros do conselho que atuará como relator, o qual emitirá parecer conclusivo sobre o registro ou não do bem cultural em questão.

Art. 22. Em data definida para este fim, o Presidente do Conselho submeterá o parecer do relator à apreciação e votação dos demais membros do Conselho.

§ 1º Se o resultado da votação for contrário ao registro o processo será arquivado e o proprietário ou possuidor do bem cultural será comunicado imediatamente.

§ 2º Se o resultado da votação for favorável ao registro, será publicada a decisão no órgão de imprensa oficial do Município para eventuais manifestações da sociedade, que deverão ser apresentadas ao Conselho Municipal de Política Cultural no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação.

Art. 23. O processo de registro, já instruído com eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho.

§ 1º Em caso de decisão negativa, o processo será arquivado.

§ 2º Em caso de decisão favorável, o processo será encaminhado para homologação do Prefeito, publicando-a no órgão oficial de imprensa do Município.

Art. 24. Em seguida, o bem cultural será inscrito no Livro de Registro de Bens Culturais e receberá o título de Patrimônio Cultural de Lindóia do Sul.

§ 1º Da inscrição e Registro de Tombamento será notificado por escrito ao proprietário do bem e publicado no Órgão Oficial do Município, em um jornal de grande circulação no município.

§ 2º O proprietário ou titular do domínio útil do bem poderá solicitar a impugnação do tombamento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação ou de sua ciência, o qual será apreciado pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 25. Promovido o Registro de Tombamento, sendo este amigável, será efetuado respectivo termo de acordo com o proprietário, especificando as obrigações das partes.

§1º Não obtido acordo com o proprietário, será procedida a respectiva desapropriação, com fundamento no art. 5º, "k", do

Decreto-Lei n. 3.365/41.

§2º Uma vez efetuado o Registro de Tombamento, o bem só pode ser desapropriado para manter os objetivos do tombamento, sendo vedada a desapropriação para outra finalidade.

§3º O Poder Público Municipal tomará as medidas administrativas e judiciais cabíveis à proteção de bens sujeitos à sua tutela.

§ 4º O bem com Registro de Tombamento não poderá ser destruído, demolido, mutilado, desmontado ou abandonado, ressalvado se o processo de Registro for anulado.

§ 5º Caberá ao órgão gestor de cultura, em conjunto com o Conselho Municipal de Política Cultural, quando for relevante, analisar e aprovar projetos e serviços de reparação, pintura ou restauração ou qualquer obra de intervenção nos bens imóveis e de sua área de entorno de que trata este artigo.

§ 6º Quando o Registro de Tombamento for de bem imóvel o órgão gestor providenciará o assentamento do mesmo no Registro de Imóveis, e, no caso de bem móvel, o assentamento será realizado no Registro de Títulos e Documentos.

Seção II

Dos Efeitos do Registro de Tombamento

Art. 26. Ao bem cultural registrado se assegurará:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, inclusive inserção no Banco de Dados Culturais;

II - divulgação do bem protegido.

Art. 27. Os bens culturais registrados poderão ser objeto de planos de salvaguarda.

§ 1º Salvaguardar um bem cultural imaterial de interesse do patrimônio é apoiar sua continuidade de modo sustentável, atuando no sentido de melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitem sua existência.

§ 2º Os planos de salvaguarda poderão prever desde ajuda financeira a detentores de saberes específicos, com vistas à sua transmissão, até a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias primas, nos termos que vier a ser estabelecido em regulamento desta lei.

Art. 28. O órgão gestor de cultura providenciará a vistoria e reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada 10 (dez) anos, e a encaminhará ao Conselho para decisão sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural de Lindóia do Sul".

Parágrafo Único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo, cessando-se, inclusive, as ações do plano de salvaguarda.

Art. 29. A fixação de painéis e letreiros sobre imóveis com Registro de Tombamento e nas respectivas áreas de entorno deverá ter prévia aprovação conjunta do órgão gestor de cultura e do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 30. Na transferência de propriedade dos bens com Registro de Tombamento, vendedor e comprador deverão comunicar ao órgão gestor de cultura do Município e fazer constar a transferência no respectivo registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 1º A comunicação de que trata o caput deverá ser por escrito ao órgão gestor de cultura da intenção de alienar o bem com Registro de Tombamento, para que este, no prazo de 30 (trinta) dias, se manifeste. Transcorrido esse prazo sem manifestação, a alienação do bem poderá ocorrer.

§ 2º A não comunicação da transferência do imóvel ensejará no direito de perempção de que trata o art. 49 e/ou penalidade de que trata o art. 53.

Art. 31. No caso de deslocamento de bens móveis com Registro de Tombamento, deverá o proprietário obter prévia autorização do Conselho Municipal de Política Cultural, comprovando condições de segurança, guarda e seguro desses bens.

Parágrafo único. O pedido de autorização deverá ser encaminhado ao órgão gestor de cultura que repassará ao Conselho Municipal para deliberação.

Art. 32. O bem móvel com Registro de Tombamento não poderá sair do município se não por tempo determinado, sem transferência de domínio, para fins de intercâmbio cultural ou restauração, a juízo do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 33. Diante da tentativa de exportação de bens culturais com Registro de Tombamento ou protegidos por lei, com exceção dos casos previamente autorizados nos termos desta Lei, serão estes apreendidos provisoriamente, pelo órgão estadual competente, por solicitação do Conselho Municipal de Política Cultural que tomará as medidas necessárias para a guarda e conservação dos mesmos.

Art. 34. No caso de extravio ou furto de qualquer objeto com Registro de Tombamento, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento ao órgão gestor de cultura, no prazo de 24 horas, após a ocorrência do fato.

Art. 35. Os imóveis com Registro de Tombamento terão área de entorno, ambiência ou vizinhança, para proteção da unidade arquitetônica e paisagística, na qual não será permitida a execução de construção, obra ou serviço que interfira na estabilidade, ambiência e ou visibilidade dos referidos bens.

Art. 36. O entorno do bem com Registro de Tombamento será delimitado em processo instruído pelo órgão gestor de cultura, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a data da publicação do registro, encaminhado ao Conselho Municipal de Política Cultural para deliberação.

§1º O prazo de que trata este artigo poderá, em casos excepcionais, ser prorrogada.

§2º A instrução do processo de delimitação da área do entorno deverá, depois de ouvido o Conselho comter propostas de critérios de intervenção que visem a preservação e índices urbanísticos a serem adotados para novas edificações ali situadas.

§3º Enquanto o órgão gestor de cultura não houver delimitado a área de entorno do bem com registro, esta será delimitada pelas quadras circunvizinhas imediatas do bem em questão.

Art. 37. Na área de entorno do bem com Registro de Tombamento, as formas específicas de tutela dispostas nesta Lei prevalecerão sobre o Plano Físico Territorial de uso e ocupação do solo.

Art. 38. As intervenções em imóveis e na área de entorno serão classificadas segundo as categorias constantes no art. 20, tais como:

I - Preservação Arquitetônica Integral: intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel em questão;

II - Preservação Arquitetônica Parcial: intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas e decorativas externas do imóvel em questão;

III - Imóveis de Reconstituição Arquitetônica: Intervenção destinada à recuperação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas que anteriormente compunham a fachada e cobertura na época da construção do imóvel em questão.

IV - Acompanhamento: intervenção destinada à conservação da fachada externa e da cobertura do imóvel que embora não tenha características arquitetônicas de interesse à preservação não interfere substancialmente na paisagem devendo manter-se a harmonia volumétrica.

V - Renovação: intervenção destinada à construção de nova edificação e ou substituição de uma edificação que não tem interesse à preservação.

§1º Sobre os imóveis de que tratam os incisos I, II e III, do caput,

somente serão admitidas intervenções de preservação arquitetônica integral e parcial e de reconstituição arquitetônica, ressalvando os seguintes casos:

I - em que apresentarem riscos à segurança pública, devidamente comprovados por laudo técnico realizado pelo órgão gestor de cultura e Conselho Municipal de Política Cultural, caso em que deverá ser providenciada imediatamente solução técnica a fim de manter as características originais do mesmo;

II - de desabamento ou demolição, casos em que o proprietário será obrigado a uma reconstituição arquitetônica de acordo com critérios definidos pelo órgão gestor de cultura e Conselho Municipal de Política Cultural.

§2º As intervenções de renovação e acompanhamento obedecerão índices urbanísticos definidos pela órgão gestor de cultura e homologados Conselho Municipal de Política Cultural.

Art. 39. Não serão admitidas modificações no entorno dos bens com Registro de Tombamento, relativa ao parcelamento do solo urbano, inclusive remembramento e desmembramento de lote.

Capítulo IV DO INVENTÁRIO

Art. 40. O Inventário consiste no levantamento de informações sobre o bem cultural de natureza material.

Art. 41. São objetivos do Inventário:

I - permitir a identificação dos bens culturais de interesse do patrimônio cultural, seu estado de conservação e os fatores de degradação, constituindo-se num processo contínuo de investigação;

II - fornecer subsídios para o encaminhamento de processos de preservação;

III - fornecer subsídios às ações de educação patrimonial, aos programas de preservação e de salvaguarda de manifestações culturais de quaisquer naturezas, assim como, para a concessão de incentivos fiscais e econômicos;

IV - instrumentalizar as ações do Poder Público;

V - colher e armazenar dados que facilitem a identificação em casos de falsificação, roubo, comércio ilegal, descaracterização, depredação e deterioração dos bens culturais.

Art. 42. As informações do Inventário dos bens deverão ser disponibilizadas para todos os interessados e constantemente atualizadas por meio de publicações, banco de dados de bens culturais georreferenciados, site do Município na rede mundial de computadores, ou outros meios a serem propostos.

Parágrafo único. As ações de que trata este artigo podem ser compatibilizadas através do Cadastro Cultural do Município de Lindóia do Sul - CCMLS.

Capítulo V DOS INCENTIVOS

Art. 43. Os bens materiais e imateriais de valor cultural com Registro de Tombamento e/ou Inventariados e devidamente preservados poderão receber incentivos Fiscais, Construtivos e Financeiros.

Art. 44. Os proprietários de bens históricos preservados e pessoas produtoras culturais, sejam pessoas físicas ou jurídicas, que tenham por atividade a manutenção, preservação e difusão de bens culturais de caráter imaterial, poderão ser beneficiadas com recursos financeiros do Município, através do Fundo Municipal de Pertinente, para fins de: educação patrimonial, Inventário patrimonial, resgate de patrimônio imaterial, restauro e/ou manutenção, conforme vier a ser estabelecido em regulamento.

Art. 45. Os bens imóveis com Registro de Tombamento ou Inventariados poderão receber incentivos fiscais, desde que requeridos pelo proprietário conforme seu interesse, em especial os que preservarem a arquitetura tradicional nas residências, casas

comerciais e outras construções.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Política Cultural encaminhará anualmente ao Setor de Tributação do Município a relação de imóveis que poderão receber os incentivos de que trata este artigo.

Art. 46. Os incentivos fiscais de que trata o art. 44 consistem na isenção de impostos e taxas municipais aplicáveis ao imóvel incluem:

I - Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

II - Isenção do Imposto Sobre Serviços - ISS; no caso do imóvel abrigar empresa ou estabelecimento prestador de serviços, cujo empreendedor não precisa necessariamente ser o proprietário do imóvel;

III - Isenção do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI;

IV - Isenção de Taxas de Licenças Municipais:

a) para alvará de aprovação e construção necessárias à manutenção e/ou recuperação do bem preservado;

b) para funcionamento de estabelecimento comercial e de prestação de serviços.

Parágrafo único. Os imóveis e suas áreas de entorno, terão isenção do pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), desde que mantidos em bom estado de conservação e preservação, obedecendo os índices abaixo discriminados:

I - 100% (cem por cento) para os bens com Registro de Tombamento e íntegros arquitetonicamente (bens imóveis classificados na categoria de preservação arquitetônica integral);

II - 75% (setenta e cinco por cento) para bens imóveis parcialmente modificados (bens imóveis classificados na categoria de preservação arquitetônica parcial e os de reconstituição arquitetônica);

III - 50% (cinquenta por cento) para os classificados como de acompanhamento.

Art. 47. As isenções de que tratam os artigos anteriores, serão canceladas se mediante vistoria técnica realizada pelo órgão gestor de cultura demonstrando que o proprietário não efetuou a boa conservação e manutenção das características do imóvel.

Capítulo V

DOS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO

Art. 48. Além de outras formas de intervenção na propriedade de que trata esta Lei e outras previstas no Direito Administrativo, os bens de interesse para a preservação cultural ficarão passíveis de desapropriação, de direito de preempção e serem objeto de transferência do direito de construir.

Art. 49. Em face da alienação onerosa de bens com Registro de Tombamento pertencentes às pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, o Município terá direito de preempção, nos termos dos arts. 25 a 27 da Lei Nacional n. 10.257, de 10 de julho de 2001.

Parágrafo único. Para que não incida o direito de preempção deverá ocorrer a comunicação de que trata o art. 30.

Art. 50. A transferência do direito de construir, de que trata o artigo 35 da Lei Federal nº 10.257/01 e arts. 54 a 56 da Lei Complementar Municipal n. 212/13, poderá ser utilizada nas Zonas Urbanas do Município o acréscimo do índice de aproveitamento, desde que não se exceda o número máximo de pavimentos da Zona em questão, sendo permitido ainda a majoração da taxa de ocupação em até 20% (vinte por cento).

I - o proprietário de construção de interesse histórico, paisagístico e/ou arquitetônico poderá transferir o potencial construtivo adquirido, que deverá constar nas duas matrículas.

II - quando da transferência do direito de construir para outra pessoa, esta deverá constar nas duas matrículas.

Capítulo VI

PENALIDADES

Art. 51. Constitui infração, para efeito desta Lei, qualquer ação ou omissão que importe na inobservância dos seus preceitos, bem como aos do regulamento e demais normas dela decorrentes.

Art. 52. As penalidades pelas infrações previstas nesta Lei não excluem a tomada de outras medidas e a aplicação de outras sanções pelas autoridades municipais competentes, inclusive pela via judicial, com respaldo na legislação federal.

Art. 53. Sem prejuízo das demais cominações estabelecidas em normas federais, estaduais e municipais, os infratores sujeitar-se-ão as seguintes penalidades:

I - Multa;

II - Embargo;

III - Revogação da autorização;

IV - Cassação da licença;

V - Demolição de obra ou remoção de atividade incompatível com as normas pertinentes;

VI - Interdição e suspensão das atividades incompatíveis com as normas pertinentes;

VII - Obrigação de reparar e indenizar os danos que houver causado independentemente da existência de culpa ou dolo;

VIII - Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público.

§ 1º A multa de que trata o inciso I deste artigo corresponderá a, no mínimo trinta por cento 5% (cinco por cento) e no máximo cem por cento 100% (cem por cento) do valor venal do respectivo bem tombado, que será recolhida ao Fundo Municipal de Cultura.

§ 2º Os proprietários ou responsáveis dos bens com pedido de Registro de Tombamento e dos localizados nas respectivas áreas de entorno, que criarem impedimentos, obstáculos à inspeção do mesmo, seja para efetuar o registro ou sua reavaliação, ficam passíveis de multa de valor equivalente a 2 (duas) Unidades Fiscais Municipais - UFM, com valor fixado no art. 249, da Lei Complementar n. 085, de 24 de outubro de 2005, elevada ao dobro em caso de reincidência.

§ 3º O alienante e/ou adquirente que não comunicar a transação ficará passível da multa de valor equivalente a 2% (dois por cento) do valor do bem, desde que o seu montante não fique inferior a 1 (uma) UFM.

Art. 54. As multas serão impostas mediante auto de infração pela autoridade competente, devendo conter:

I - Nome do infrator e seu domicílio;

II - Local e dia da lavratura;

III - Menção do fato que constitui a infração e do dispositivo legal violado;

IV - Notificação ao infrator para pagar a multa devida ou apresentar defesa nos prazos previstos.

Parágrafo único. A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

Art. 55. O prazo para a apresentação de defesa contra a imposição de multa será de 30 (trinta) dias contados da intimação.

Art. 56. A intimação será feita pelo órgão competente e comprovada com a assinatura do intimado ou de preposto seu ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem fizer a intimação.

§ 1º A autoridade competente poderá optar pela intimação por via postal ou telegráfica, com aviso de recepção.

§ 2º A intimação poderá ser feita por via postal ou telegráfica, toda vez que houver recusa do intimado em receber a intimação.

Art. 57. A intimação deverá ser feita por edital quando a pessoa a ser intimada ou seu preposto não for encontrada ou se recusar em receber, considerando-se feita a intimação 20 (vinte) dias após a data de publicação do edital, uma única vez, no órgão oficial e um dos jornais de maior

Capítulo VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58. As áreas ribeirinhas existentes no Município de Lindóia do Sul e todos os elementos que nele se encontram ficam sob a guarda e proteção do poder municipal, de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal e a Constituição Federal.

Art. 59. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que for necessário.

Art. 60. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 23 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.205/2014, de 30 de Abril de 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.205/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014
ALTERA A LEI Nº 1.140, DE 25 DE ABRIL DE 2013, QUE AUTORIZA O MUNICÍPIO A PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DE ÁREAS DE TERRAS DECORRENTE DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelos arts. 91, V da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Altera-se o inciso I do art. 1º da e o art. 2º Lei Municipal nº 1.140, de 25 de abril de 2013, passando a seguinte redação:

“Art.1º
I -60.655 m2, área de terras de propriedade de Avelino Techio, parte integrante do lote rural nº 324 (trezentos e vinte e quatro), do Bloco Sertãozinho, da Colônia de Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 79.324m²(setenta e nove mil trezentos e vinte e quatro metros quadrados), com benfeitorias, com as seguintes confrontações: ao Nordeste, com o Lote N. 7, da Quadra F, Rua Bom Pastor e com parte do Lote Rural n. 326, pertencente a Jorge Zuanazzi, ao Sudoeste com parte do mesmo lote, pertencente a Izaías Tombini; ao Leste com área desmembrada e pertencente a Avelino Techio e ao Noroeste com o Lajeado Joaniño, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula nº 22.097, do livro nº 2 “BO”.

“ Art. 2º O Município pagará pela área de terra discriminada no art. 1º, I, desta Lei o valor de R\$ 424.585,00 (Quatrocentos e vinte e quatro mil,quinhentos e oitenta e cinco reais).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 30 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Lei Ordinária N.º 1.206/2014, de 30 de Abril de 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.206/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF
3.3.90.00.00.00.00.0215 - Aplicações Diretas R\$ 64.170,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação de parte da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde Lindóia do Sul
Projeto/Atividade 2.025 - Programa Saúde da Família - ESF
3.1.90.00.00.00.00.00.0215 - Aplicações Diretas R\$ 64.170,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 30 de Abril de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

Extrato de Portaria 082/14

Portaria nº 082/14 de 23/04/14 - "EXONERA A PEDIDO SERVIDORA QUE ESPECIFICA" - Exonerar a pedido a servidora IRIA PAULI, do emprego público de Professora III, Classe "D", 40 horas semanais, no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, em virtude de sua aposentadoria, reenquadrada pela Portaria nº 010/97 de 17 de janeiro de 1997, a partir de 23 de abril de 2014.

Extrato de Portaria 083/14

Portaria nº 083/14 de 30/04/14 - "PROMOVE SERVIDORES QUE ESPECIFICA" - promover os servidores efetivos abaixo relacionados, para Classes superiores do mesmo Nível e Grupo que ocupam, por terem cumprido os requisitos dos arts. nºs 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035, de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC), a partir de 1º de maio de 2014:

Servidor	Emprego público	Classe atual	Classe nova	Períodos
Elenice Carloh Hoffmann	Auxiliar de Sala	A	B	21/02/2011 a 22/04/2014
Neusa Fiorin Spier	Auxiliar de Serviços Gerais	A	B	11/04/2011 a 10/04/2014

Pregão Presencial - PL 053.2014 - PP 026.2014 - Aquisição de Pneus - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0053/2014 - PML

Pregão Presencial nº 0026/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de pneus e câmaras de ar destinados à manutenção dos veículos, equipamentos rodoviários e caminhões de propriedade da Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e Fundos Especiais do Município de Luzerna, conforme discriminados em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 14 de maio de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 14 de maio de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Receitas Federais do Dia 29/04/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 29/04/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		9.852,74
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	7.067,70
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	7.067,70
4.1.7.2.1.35.99.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	7.067,70
4.1.7.2.1.35.99.01.00	Programa Brasil Carinhoso - Educação Infantil	7.067,70
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.785,04
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.785,04
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.671,02
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.114,02

Luzerna, 30/04/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira**PREFEITURA****Aviso de Licitação Para Aquisição de Pedra Britada**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 000015/2014

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Sr. EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei 10.520/02, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que se encontra aberto o Processo Licitatório nº. 0019/2014, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 0015/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM e que até 14h00min, do dia 15 de maio de 2014, na sede da Prefeitura Municipal, localizada no endereço acima citado, a Comissão de Licitações nomeada pelo Sr. Prefeito Municipal, estará recebendo propostas para a aquisição de pedra britada tipo 01 e mista, para recuperação da estrada MAC 195, através de recursos do Convênio nº 003294/2013, firmado entre o município de Macieira e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, conforme especificações do anexo I do edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 14h00m de 15/05/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como o Edital na íntegra poderão se obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão, ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

Macieira - SC, 30 de abril de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra**PREFEITURA****Edital de Tomada de Preços Nº 001/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2014.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 19/05/2014, às 09h05min horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para realizar construção de posto de saúde conforme projetos e memorial descritivo através da Secretaria Municipal da Saúde com recurso do Ministério da Saúde. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 19/05/2014, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafra, 30 de março de 2014
Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Suspensão - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 031/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que fica SUSPENSO o PREGÃO PRESENCIAL para contratação de veículo de comunicação na forma escrita, para divulgação de Atos Oficiais do Município, através da Assessoria Especial de Comunicação, em razão da necessidade de ajustes no edital.

Mafra (SC), 30 de abril de 2014.
Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Jessica Schmitz
Pregoeira Municipal

Extrato de Inexigibilidade Nº 007/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

INEXIGIBILIDADE Nº 007/2014

FORNECEDOR: F.G. GERA & CIA LTDA - EPP.
CNPJ: 08.840.723/0001-47.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realizar a manutenção, ajuste e certificação junto ao INMETRO do equipamento

Etilômetro Alco-Sensor IV, pertencente à Polícia Militar de Mafra, com recurso da C/C 137.357-9.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 25, inciso I, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 1.290,00 (Um mil duzentos e noventa reais).

Mafra, (SC) 30 de abril de 2.014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 06/2014

RESOLUÇÃO Nº 06/2014

30 de abril de 2014

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O Vereador Edenilson Schelbauer, Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 34 da Lei Orgânica do Município de Mafra e demais atribuições regimentais,

Resolve:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo no dia 2 de maio de 2014, sexta-feira, nas repartições da Câmara Municipal.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 30 de abril de 2014.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente em Exercício

Edital de Eleição Para O Cargo de Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra

EDITAL DE ELEIÇÃO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA PARA COMPLETAR O EXERCÍCIO DE 2014 A REALIZAR-SE NA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 6 (SEIS) DE MAIO DE 2014

O Presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Mafra, Vereador Edenilson Schelbauer, faz saber a todos os Vereadores, servidores do Poder Legislativo e a todos os munícipes que, segundo os artigos 5º, 6º, 8º, 9º, 13, I, j, 14, V, 23 e 139, II, "g", todos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Mafra, ainda que alguns de forma subsidiária, e considerando a renúncia formalizada em caráter irrevogável, por isso mesmo aceita, do Senhor Vereador João Acir Petters Padilha, do cargo de Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Mafra,

CONVOCA

Eleições para o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra, a ser realizada no dia 6 de maio de 2014, em reunião ordinária, segundo as regras a seguir:

Art. 1º. Compete ao Presidente em exercício da Câmara presidir a reunião ordinária de eleição para a composição do cargo de Presidente da Mesa Diretora e dar-lhe posse.

Art. 2º. O Presidente em exercício terá direito a voto quando da eleição da Mesa.

Art. 3º. A eleição far-se-á em primeiro escrutínio pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores.

Art. 4º. Não sendo possível, por qualquer motivo, efetivar-se ou

completar-se a eleição para os membros da Mesa na primeira Reunião, conforme o disposto no art. 8º, §3º, do Regimento Interno desta Casa, o Presidente convocará Reunião para o dia seguinte, até plena consecução desse objetivo.

Art. 5º. A inscrição dos senhores Vereadores que desejarem concorrer ao cargo vago, deverá ocorrer das 8 às 17h do dia 05 de maio de 2014, por meio de requerimento protocolado na Secretaria da Casa, firmado pessoalmente pelo candidato.

Parágrafo único- Não serão aceitas inscrições por meio de procuração.

Art. 6º. É vedada a recondução para o mesmo cargo ocupado na atual legislatura.

Art. 7º. Se não for alcançada a maioria absoluta no primeiro escrutínio, proceder-se-á o segundo escrutínio, no qual só concorrerão os dois candidatos mais votados no primeiro escrutínio para o cargo em votação, considerando-se eleito o que obtiver a maioria simples.

Art. 8º. Se ocorrer empate, considerar-se-á eleito o mais idoso dos concorrentes.

Art. 9º. O voto será aberto e a ordem a ser definida por sorteio a ser realizado no dia da Reunião.

Art. 10. Encerrada as eleições o Presidente em exercício da Câmara de Vereadores declarará eleito o Vereador Presidente, devendo este, depois de oficialmente nomeado na mesma reunião, assumir imediatamente o cargo, independente de qualquer outra formalidade.

Art. 11. Este Edital deve ser lido na Reunião Ordinária do dia 29 de abril de 2014, publicado no órgão de publicação dos atos oficiais da Câmara de Vereadores e no local de costume no prédio da Câmara Municipal.

Plenário da Câmara de Vereadores, aos 28 de abril de 2014.

Vereador Edenilson Schelbauer

Presidente em Exercício da Câmara de Vereadores de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

Termo de Convênio Nº 003/2014

TERMO DE CONVÊNIO N.º 003/2014

(Autorizado pela Lei Municipal Nº 953 de 14 de março de 2014).

TERMO DE CONVÊNIO AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº953/2014 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARACAJA - APAE.

O Município de Maracajá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-82.915.026/0001-24, por seu Prefeito Municipal, Sr. Wagner da Rosa, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, nº530, Centro de Maracajá (SC), e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, 480, Centro de Maracajá (SC), inscrita no CNPJ 08.154.626/0001-64, neste ato representada por seu presidente Lúcio Vânio Moraes, doravante denominada simplesmente APAE, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui o objeto deste instrumento a cooperação técnica e financeira do MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC à APAE. A cooperação técnica do município de Maracajá, no termo de convênio, compreende: 01(um) motorista de 40 h (quarenta horas) para o transporte de alunos, 01(um) serviços gerais de 40 h (quarenta horas), 02 (dois) professores de 20 h (vinte horas) e 01 (um) professor de 40 h (quarenta horas). A cooperação financeira do município de Maracajá, no termo de convênio, refere-se ao auxílio de custeio de despesa com pessoal, alimentação, material didático, material de expediente, impostos, consumo de energia e água, assim como manutenção de máquinas, equipamentos e dependências físicas.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Valor

O valor total deste Convênio corresponde ao montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), e será pago até o prazo de vigência do presente convênio.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta da dotação 3.3.50.00.00.00.00.0080 (105) (transferências as instituições privadas sem fins lucrativos) do orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Prazo de Vigência e da Publicação

O prazo de validade deste Convênio passa a contar da data da assinatura do presente termo de convênio até 31 de dezembro de 2014 e será publicado no diário oficial do município de Maracajá(www.diariomunicipal.sc.gov.br).

CLÁUSULA QUARTA: Das Obrigações

Os convenientes se obrigam:

1) Do Município:

Cooperação técnica, constituído da cedência de: 01(um) motorista de 40 h (quarenta horas), 01(um) serviços gerais de 40 h (quarenta horas), 02 (dois) professores de 20 h (vinte horas) e 01 (um) professor de 40 h (quarenta horas).

Repassse financeiro de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, vencíveis até o dia 30 de cada mês, totalizando o montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Exigir da APAE a prestação de contas do valor recebido antes de

requerer verba financeira posterior.

Exigir relatórios de atividades prestadas pelos servidores municipais cedidos como cooperação técnica.

Deverá analisar a prestação de contas que será efetuada em até 15 dias contados do recebimento de cada parcela.

2) Da APAE:

Aplicar os recursos no pagamento de despesas elencadas na cláusula primeira deste Convênio em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado pelo concedente;

Utilizar os profissionais cedidos sem desviar-lhes funções ou atividades.

Prestar contas das parcelas recebidas segundo as instruções que lhe forem transmitidas pelo MUNICÍPIO, através do Decreto Municipal nº 12/2014 e na forma prevista na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 16/1994, até 15 (quinze) dias úteis após cada repasse financeiro.

Enviar relatórios mensais de atividades prestadas pelos servidores municipais cedidos como cooperação técnica.

CLÁUSULA QUINTA: Das Certidões

Para celebração deste convênio a APAE apresentou os seguintes documentos exigidos: Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, Cópia do Estatuto Social, Cópia da ata da última assembléia que elegeu o corpo dirigente da entidade, Atestado de funcionamento expedido por autoridade competente, Cópia do certificado de reconhecimento de utilidade pública, Alvará de Funcionamento e Localização, Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual, Municipal, INSS e FGTS, Declaração de ciência da legislação, especialmente quanto a utilização dos recursos e da documentação a ser apresentada para prestação de contas, emitida pelo responsável pela entidade, Cópia do RG e CPF do presidente e tesoureiro da entidade, Comprovação de existência de conta corrente em Instituição Financeira Oficial (Banco do Brasil), Declaração de que não emprega menor, Declaração de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Atestados que comprovem o funcionamento da entidade por mais de um ano, emitidos por no mínimo três autoridades municipais, Comprovante de endereço da sede, do presidente e do tesoureiro.

CLÁUSULA SEXTA: Do Fundamento Legal e Local

O presente termo de convênio de cooperação técnica e financeira fundamenta-se pela Lei Municipal nº 953 de 14 de Março de 2014 e em comum acordo de valores firmado entre as partes, assinado na sede do Município de Maracajá/SC, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá, Estado de Santa Catarina. A Instituição APAE foi declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 660 de 16 de agosto de 2006 e pela Lei Estadual nº 14.229 de 03 de dezembro de 2007.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Rescisão

As partes poderão rescindir o presente Convênio de comum acordo, desde que uma das partes notifique a outra com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA: Do Foro

É eleito o foro da Comarca de Araranguá/SC, para dirimir quaisquer e possíveis dúvidas advindas da execução do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo as partes, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor na

presença de duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 14 de Abril de 2014.
Wagner da Rosa
Prefeito Municipal de Maracajá

Lúcio Vânio Moraes
Presidente da APAE

Testemunhas:

1ª- Diomar de Souza Machado Júnior
CPF: 004.512.069-24

2ª- Itaionara Tramontin Recco
CPF: 043.444.269-08

Termo de Convênio Nº 002/2014

TERMO DE CONVÊNIO N.º 002/2014

(Autorizado pela Lei Municipal Nº 954 de 14 de março de 2014)

TERMO DE CONVÊNIO AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 954/2014 QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E O CLUBE DE MÃES CANTINHO DA AMIZADE.

O Município de Maracajá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-82.915.026/0001-24, por seu Prefeito Municipal, Sr. Wagner da Rosa, com endereço na Avenida Getúlio Vargas, nº530, centro de Maracajá (SC), e o Clube de Mães Cantinho da Amizade, estabelecida à Avenida Nossa Senhora da Conceição, s/n , centro de Maracajá (SC), inscrita no CNPJ 95.783.320/0001-71, neste ato representada por seu(a) presidente(a) Sra. Valda Maria Darós Minatto, portadora do CPF sob o nº 767.421.219-04, eleita por eleição entre os seus membros, conforme ata lavrada, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui o objeto deste instrumento a cooperação financeira do Município ao Clube de Mães Cantinho da Amizade como auxílio ao custeio de despesas com palestrantes, viagens de estudos, aquisição de alimentação, material didático, material de expediente e material de distribuição para a confecção trabalhos manuais e produtos artesanais entre as mulheres participantes do Clube de Mães Cantinho da Amizade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Valor

O valor total deste Convênio corresponde ao montante de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), pagos em parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e será pago até o prazo de vigência do presente convênio, no exercício de 2014.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes do presente Convênio correrão por conta do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social na dotação 3.3.50.00.00.00.00.0080 (105) do orçamento vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do Prazo de Vigência e da Publicação

O prazo de validade deste Convênio passa a contar da data da assinatura do presente termo de convênio até 31 de dezembro de 2014 e será publicado no diário oficial do município de Maracajá.

CLÁUSULA QUARTA: Das Obrigações

Os convenientes se obrigam:

1) Do Município:

Repasse financeiro de R\$2.000,00 (dois mil reais) mensais,

vincíveis até o dia 30 de cada mês .

Exigir do Clube de Mães Cantinho da Amizade a prestação de contas do valor recebido antes de requerer verba financeira posterior.

Deverá analisar a prestação de contas que será efetuada em até 15 dias contados do recebimento de cada parcela.

2) Do Clube de Mães Cantinho da Amizade:

Aplicar os recursos no pagamento de despesas elencadas na cláusula primeira deste Convênio em conformidade com o Plano de Aplicação aprovado pelo concedente;

Utilizar os recursos cedidos sem desviar-lhes as atividades previstas no Plano de Aplicação.

Prestar mensalmente contas das parcelas recebidas segundo as instruções que lhe forem transmitidas pelo MUNICÍPIO através do Decreto Municipal nº 12/2014 e na forma prevista na Resolução do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina TC 16/1994.

CLÁUSULA QUINTA: Das Certidões e Documentos

Para celebração deste convênio o Clube de Mães Cantinho da Amizade apresentou os seguintes documentos exigidos: Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, Cópia do Estatuto Social , Cópia da ata da última assembléia que elegeu o corpo dirigente da entidade, Atestado de funcionamento expedido por autoridade competente, Cópia do certificado de reconhecimento de utilidade pública, Alvará de Funcionamento e Localização, Certidões Negativas de Débitos Federal, Estadual, Municipal, INSS e FGTS, Declaração de ciência da legislação, especialmente quanto a utilização dos recursos e da documentação a ser apresentada para prestação de contas, emitida pelo responsável pela entidade, Cópia do RG e CPF do presidente e tesoureiro da entidade, Comprovação de existência de conta corrente em Instituição Financeira Oficial (Banco do Brasil), Declaração de que não emprega menor, Declaração de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Atestados que comprovem o funcionamento da entidade por mais de um ano, emitidos por no mínimo três autoridades municipais, Comprovante de endereço da sede, do presidente e do tesoureiro.

CLÁUSULA SEXTA: Do Fundamento Legal e Local

O presente termo de convênio de cooperação financeira fundamenta-se pela Lei Municipal nº 954 de 14 de Março de 2014 e em comum acordo de valores firmado entre as partes, assinado na sede do Município de Maracajá/SC, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Rescisão

As partes poderão rescindir o presente Convênio de comum acordo, desde que uma das partes notifique a outra com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA OITAVA: Do Foro

É eleito o foro da Comarca de Araranguá/SC, para dirimir quaisquer e possíveis dúvidas advindas da execução do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo as partes, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, forma e valor na presença de duas testemunhas.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 14 de Abril de 2014.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal de Maracajá

Valda Maria Darós Minatto
Presidente do Clube de Mães Cantinho da Amizade

Testemunhas:

1ª- Diomar de Souza Machado Júnior
CPF: 004.512.069-24

2ª- Eliete de Freitas Vieira
CPF: 591.682.779-20

Maravilha

PREFEITURA

Lei Nº 3.753/2014

LEI Nº 3.753, DE 29 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a cobrança de taxa de comércio eventual ou ambulante no Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei fixado o valor da taxa de comércio eventual ou ambulante, nos seguintes termos:

I - R\$ 156,68 (cento e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos) por dia de comércio ambulante, sem a utilização de veículo automotor;

II - R\$ 313,38 (trezentos e treze reais e trinta e oito centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga de até duas toneladas;

III - R\$ 479,08 (quatrocentos setenta e nove reais e oito centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga acima de duas toneladas;

IV - R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de comércio eventual, ou feirante, por banca de venda.

§ 1º Os valores da taxa constante do presente artigo serão reajustados anualmente pelo mesmo índice de aumento da UFM (Unidade Fiscal Municipal).

§ 2º Os valores das taxas especificadas nos incisos II e III, do presente artigo, serão cobrados do ambulante independentemente se o veículo automotor utilizado para o comércio estiver rodando pelas vias públicas ou possuir ponto fixo de venda.

§ 3º Quando ocorrer comércio eventual ou feirante no Município deverá ser mantido após o término daqueles um posto de atendimento ao consumidor para garantir os direitos dos mesmos, pelo prazo de 100 dias.

Art. 2º O fiscal exercerá o poder de apreensão da mercadoria no caso de não recolhimento da taxa mencionada no artigo 1º, aplicando-se no que couber o disposto nos artigos 175 e seguinte, da Lei nº 1942, de 16 de dezembro de 1993.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.265, de 06 de dezembro de 2007.

Maravilha - SC, 29 de abril de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.754/2014

LEI Nº 3.754, DE 30 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre contribuição financeira para entidades de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente com as entidades do Município de Maravilha/SC, conforme segue:

Entidade	CNPJ	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
Centro Cultural 25 de Julho	82.820.945/0001-14	1.000,00	9.000,00
Grupo de Idosos Pioneiro	78.471.653/0001-46	300,00	2.700,00
Grupo de Idosos Lar de Convivência	95.988.275/0001-91	400,00	3.600,00
Clube de Mães Raio de Sol	00.525.389/0001-99	500,00	4.500,00

Parágrafo único. Os valores acima mencionados serão pagos em parcelas iguais e sucessivas nos meses de abril a dezembro de 2014.

Art. 2º O valor do repasse, a título de contribuição financeira, tem como objetivo custear as despesas com o pagamento de maestro e professor de dança que ministram aulas nessas entidades.

Art. 3º As entidades acima descritas deverá prestar contas mensalmente dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012, sob pena de suspensão imediata dos repasses.

Art. 4º Ficam as beneficiárias proibidas de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º As despesas desta Lei serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 30 de abril de 2014.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.755/2014

LEI Nº 3.755, DE 30 DE ABRIL DE 2014

Institui a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente far-se-á através de:

I - implantação de programas sociais básicos da educação, saúde, habitação, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, afetivo, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade, a convivência familiar e comunitária;

II - implantação de programas de assistência social, em caráter constitutivo, para aqueles que delas necessitam;

III - organização, estruturação e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - organização, estruturação e funcionamento do Conselho Tutelar;

V - manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência e destinação de recursos orçamentários específicos.

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E**DO ADOLESCENTE - CMDCA**

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão normativo, deliberativo e fiscalizador da política de atendimento, vinculado administrativamente à Secretaria de Assistência Social e tem por finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas para crianças e adolescentes.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

a) formular e controlar a política municipal de promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente e a articulação das ações governamentais e não governamentais no âmbito do Município de Maravilha/SC;

b) divulgar e promover as políticas e práticas bem sucedidas;

c) difundir junto à sociedade local a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, e o paradigma da proteção integral como prioridade absoluta;

d) conhecer a realidade de seu território e elaborar o seu Plano de Ação Anual, contendo as estratégias, as ações e os programas a serem implementados, mantidos ou suprimidos pela Administração Pública Municipal;

e) definir prioridades de enfrentamento dos problemas mais

urgentes;

f) propor e acompanhar o reordenamento institucional, buscando o funcionamento articulado em rede das estruturas públicas governamentais e das organizações da sociedade;

g) promover e apoiar campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente;

h) propor a elaboração de estudos e pesquisas com vistas a promover, subsidiar e dar mais efetividade às políticas;

i) participar e acompanhar a elaboração, aprovação e execução do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual) locais e suas execuções, indicando modificações necessárias à consecução dos objetivos da política dos direitos da criança e do adolescente;

j) definir a política de captação, administração, controle e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir o Fundo para Infância e Adolescência - FIA - do Município, acompanhando e fiscalizando sua execução;

k) deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA - destinados às entidades públicas e privadas, que deverão ser empregados exclusivamente em programas, projetos e atividades de proteção e/ou socioeducativos voltados ao atendimento da criança e do adolescente;

l) manter banco de dados com informações sobre programas e projetos governamentais e não-governamentais de âmbito municipal, relativos à criança e ao adolescente;

m) acompanhar e oferecer subsídios na elaboração legislativa local relacionada à garantia dos direitos da criança e do adolescente;

n) fomentar a integração do Judiciário, Ministério Público e Segurança Pública na apuração dos casos de denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade que versem sobre ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente;

o) atuar como instância de apoio no nível local nos casos de petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, participando de audiências ou ainda promovendo denúncias públicas quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente, acolhendo-as e dando encaminhamento aos órgãos competentes;

p) integrar-se com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente e demais Conselhos setoriais;

q) registrar as organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei Federal nº 8.069/1990;

r) inscrever os programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em execução na sua base territorial por entidades governamentais e organizações da sociedade civil;

s) cadastrar as entidades e os programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política traçada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;

t) regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei Federal nº 8.069/1990 e da Resolução nº 139/2010 do Conanda;

u) instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal pertinente ao processo de sindicância ou administrativo/disciplinar, de acordo com a Resolução nº 139/2010 do Conanda.

Art. 5º À Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social, cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de seus grupos de trabalho e comissões, inclusive financeiros para a capacitação dos seus membros.

Art. 6º As decisões tomadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada em respeito aos princípios constitucionais de participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. Os atos deliberativos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados nos órgãos oficiais e/ou na imprensa local, na primeira oportunidade subsequente à reunião respectiva.

Art. 7º A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em qualquer hipótese.

Parágrafo único. As despesas com o custeio e reembolso decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que se façam presentes às reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais representarem oficialmente o Conselho, deverão ocorrer por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência Social.

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS

DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto paritariamente por 10 (dez) membros titulares, e respectivos suplentes, sendo 5 (cinco) representantes do Poder Público e 5 (cinco) representantes da sociedade civil organizada, da seguinte forma:

I - Poder Público:

a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

d) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda;

e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

II - Sociedade civil:

a) 5 (cinco) representantes de entidades da sociedade civil que desenvolvam ações voltadas à promoção, à proteção, ao atendimento, ao estudo, à pesquisa e a defesa e/ou garantia dos direitos da criança e do adolescente em Maravilha.

§ 1º Para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do Conselho.

§ 2º O mandato dos representantes do Poder Público está vinculado ao do Chefe do Poder Executivo, que deverá indicar o nome dos respectivos representantes no prazo de 30 (trinta) dias após sua posse, ou quando solicitado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Poderão candidatar as organizações de sociedade civil constituídas há pelo menos 2 (dois) anos, com atuação em Maravilha/SC, vedada a indicação de nomes ou outra forma de ingerência da Administração Pública no processo de escolha destes representantes.

Art. 9º O mandato dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente será de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, mediante novo processo de escolha, vedada a prorrogação de mandatos ou a recondução automática.

Art. 10. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dar-se-á em Fórum Próprio das entidades da sociedade civil que desenvolvam ações voltadas à aprovação, à proteção, ao atendimento, ao estudo, à pesquisa e à defesa e/ ou garantia dos direitos da criança e do adolescente em Maravilha, convocado com 15 (quinze) dias de antecedência à data de realização.

§ 1º O mandato no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pertencerá à entidade representativa eleita, que indicará um dos seus membros para atuar como seu representante.

§ 2º A eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser previamente comunicada e justificada, não podendo prejudicar as atividades do Conselho.

§ 3º O Ministério Público deverá ser solicitado a acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral de escolha dos representantes das organizações da sociedade civil.

Art. 11. Os representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão empossados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes.

DOS IMPEDIMENTOS E PERDA DO MANDATO

Art. 12. Não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de seu funcionamento:

I - Conselhos de políticas públicas;

II - Representantes de órgão de outras esferas governamentais;

III - ocupantes de cargo de confiança e/ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV - Conselheiros Tutelares.

Parágrafo único. Também não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma deste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do

Ministério Público com atuação na área da infância e juventude, ou em exercício na Comarca.

Art. 13. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderão perder o mandato, antes do prazo de 2 (dois) anos, nos seguintes casos:

I - pela ausência injustificada em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas às sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pela prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a Administração Pública;

III - por requerimento da entidade da sociedade civil representada;

IV - por decisão judicial.

Parágrafo único. A cassação do mandato dos representantes do governo e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do Conselho.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão elaborar um regimento interno que defina o funcionamento do órgão, mediante aprovação de 2/3 de seus membros, prevendo dentre outros os seguintes itens:

a) a estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria definindo suas respectivas atribuições;

b) a forma de escolha dos membros da presidência do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil organizada;

c) a forma de substituição dos membros da presidência na falta ou impedimento dos mesmos;

d) a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e permita a participação da população em geral;

e) a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;

f) a possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;

g) o quórum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

h) as situações em que o quórum qualificado deve ser exigido no processo de tomada de decisões com sua expressa indicação quantitativa;

i) a criação de comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;

j) a forma como ocorrerá a discussão das matérias colocadas em pauta;

k) a forma como se dará a participação dos presentes na assembleia ordinária;

l) a garantia de publicidade das assembleias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;

m) a forma como serão efetuadas as deliberações e votações das matérias com a previsão de solução em caso de empate;

n) a forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas e/ou prática de ato incompatível com a função, observada a legislação específica;

o) a forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público, quando tal se fizer necessário.

Art. 15. Na forma do disposto nos artigos 90, parágrafo único e 91, ambos da Lei Federal nº 8.069/1990 cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuar:

a) o registro das organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei Federal nº 8.069/1990;

b) a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução na sua base territorial por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, ainda, realizar periodicamente, a cada 2 (dois) anos, no máximo, o cadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada.

Art. 16. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no art. 91 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Parágrafo único. Os documentos a serem exigidos visarão exclusivamente comprovar a capacidade da entidade em garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 17. Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no respectivo Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar para a tomada das medidas cabíveis, na forma do disposto nos artigos 95, 97, 191, 192 e 193 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Art. 18. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude, ao Conselho Tutelar e à Promotoria de Justiça com atribuição na área da Infância e da Juventude.

DO CONSELHO TUTELAR

Art. 19. Esta Lei institui o regime jurídico da função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maravilha do Estado de Santa Catarina.

Art. 20. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal nº 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 21. O Conselho Tutelar do Município de Maravilha será composto por 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 22. São atribuições da função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maravilha as definidas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990 e:

I - atender as crianças e os adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, do Estatuto da Criança e do Adolescente, aplicando as medidas previstas no art. 101, incisos I a VI do mesmo Estatuto;

II - atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, incisos I a VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimentos dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

Art. 23. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 24. O processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sob a fiscalização do Ministério Público.

Art. 25. São requisitos mínimos indispensáveis para o exercício das funções de Conselheiro Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no Município;

IV - estar em pleno gozo da aptidão física e mental para o exercício da função de Conselheiro Tutelar;

V - reconhecida e comprovada experiência de no mínimo 2 (dois) anos, no trato direto com criança e adolescente, atestado por entidade cadastrada junto a Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - ensino superior completo.

Art. 26. Caso o candidato seja funcionário público, além dos requisitos a que faz referência o art. 25, deverá ser apresentada autorização de dispensa do órgão a que é subordinado.

Art. 27. As eleições para escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 28. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público competente.

I - podem votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até 3 (três) meses antes da eleição;

II - a eleição será organizada por meio de Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na qual seja estabelecida eleição individual, vedada a inscrição de chapas completas, seguindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e desta Lei;

III - com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará, através de edital a ser afixado na sede da Prefeitura Municipal de Maravilha e da Câmara de Vereadores e em outros locais públicos, que informará a data de realização das eleições e constituirá a mesa eleitoral, designando seu presidente e dois mesários, com respectivos suplentes;

IV - expedido o edital de convocação, ficam automaticamente abertas às inscrições encerrando-se este prazo 10 (dez) dias antes da realização da eleição;

V - o pedido de registro de candidatura será protocolizado na Secretaria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhado de documentos que comprovem o preenchimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei e endereçado ao próprio Conselho;

VI - expirado o prazo para o registro da candidatura, o Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital na imprensa de circulação local, como também o fixará em local público de costume, informando o nome dos candidatos que protocolarem o pedido de registro da candidatura, estabelecendo prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação, para o recebimento de impugnação;

VII - os pedidos de registro das candidaturas receberão numeração de ordem crescente e, impugnados ou não, deverão ser submetidos ao representante do Ministério Público para apreciação e eventual impugnação no prazo de 5 (cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo, por voto da maioria simples;

VIII - das decisões relativas à impugnação caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias, decidindo através do voto de 2/3 (dois terços) de seus membros;

IX - vencidas as fases de impugnação e recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital em 3 (três) vias, com os nomes dos candidatos habilitados no processo de escolha;

X - é vedada a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, por meio de anúncios, luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular, admitindo-se apenas a realização de debates e entrevistas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI - a votação será realizada nas escolas municipais perante mesa eleitoral;

XII - encerrada a votação, a mesa eleitoral passará a funcionar como escrutinadora, devendo apurar os votos, lavrar a ata dos trabalhos realizados, nela declarando eleitos aqueles com maior número de votos. O ato será assinado pelo presidente da mesa, pelos mesários e pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo constar a nominata dos candidatos eleitos.

DOS IMPEDIMENTOS

Art. 29. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendente e descendente, sogro(a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado; e todo aquele que foi penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar;

§ 1º A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimentos de que trata o caput.

§ 2º Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 30. Concluída a apuração dos votos, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da escolha, mandando publicar o nome dos candidatos eleitos e o número de sufrágios recebidos.

§ 1º Os 5 (cinco) primeiros candidatos com o maior número de votos serão considerados escolhidos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

§ 2º Havendo empate na votação, será considerado escolhido o

que tiver o grau de escolaridade superior, e se ainda persistir o empate, o mais idoso.

Art. 31. A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Parágrafo único. Ao iniciar o exercício da função, o Conselheiro Tutelar deverá assinar termo no qual constarão as suas responsabilidades, seus direitos e deveres, além de comprovar pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 32. O Conselheiro Tutelar fica sujeito, a partir do ano de 2015, à jornada de trabalho de quarenta horas semanais e a realização de plantões ininterruptos, em escala de revezamento.

§ 1º A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva.

§ 2º O horário de funcionamento do Conselho Tutelar será de 8 (oito) horas dia, de acordo com o horário de funcionamento do comércio do Município.

§ 3º Fica proibida a adesão de sistema de revezamento da jornada semanal a ser cumprida pelo Conselheiro Tutelar.

DOS DIREITOS

Art. 33. São direitos do Conselheiro Tutelar, no exercício de sua função:

I - vencimento de R\$ 961,84 (novecentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - gratificação natalina, correspondente a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano;

III - adicional de férias, em 1/3 a mais no valor do vencimento mensal;

IV - férias de 30 (trinta) dias a cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo da função;

V - quando necessária a realização de cursos, os Conselheiros Tutelares, mediante a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social, poderão solicitar adiantamento de custos, obrigando-se a posterior prestação de contas.

Parágrafo único. A partir da data de alteração da carga horária dos Conselheiros Tutelares, em 2015, o valor do vencimento recebido pelos mesmos será de R\$ 1.800,00, reajustado na forma do inciso I do presente artigo.

Art. 34. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com o Município de Maravilha/SC.

DAS LICENÇAS

Art. 35. Será concedida licença ao Conselheiro Tutelar nas seguintes situações:

I - para concorrer a cargo eletivo;

II - para exercer função pública comissionada;

III - em razão de maternidade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do oitavo (8º) mês de gestação.

IV - em razão de paternidade pelo prazo de 5 (cinco) dias;

V - em razão de seu casamento, por 5 (cinco) dias consecutivos;

VI - em razão do falecimento de cônjuge, companheiro, pais ou filhos, pelo prazo de 3(três) dias;

VII - para tratamento de saúde conforme o Regime Geral da Previdência Social;

VIII - por acidente em serviço conforme o Regime Geral da Previdência Social.

§ 1º Ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

§ 2º No caso de natimorto, a Conselheira será submetida a exame médico quando completar 30 (trinta) dias do fato e, se considerada apta, retornará ao exercício da função.

§ 3º Serão remuneradas as licenças constantes nos incisos III, IV, V, VI e VII.

§ 4º Para tratamento de saúde, será observado o Regime Geral da Previdência Social, quanto à sua forma de remuneração.

Art. 36. É vedado o exercício de qualquer atividade durante o período da licença, remunerada ou não, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 37. A licença paternidade será concedida ao Conselheiro pelo nascimento do filho, pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, imediatamente após o nascimento.

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 38. O exercício efetivo da função pública de Conselheiro Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei, sendo obrigado à contribuição para o regime oficial de previdência social.

Parágrafo único. Sendo o Conselheiro Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de serviço na função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

Art. 39. Serão considerados como efetivo exercício os afastamentos em virtude de férias e licença remunerada.

DOS DEVERES

Art. 40. São deveres do Conselheiro Tutelar:

I - exercer com zelo e dedicação as suas atribuições, conforme Lei Federal nº 8.069/1990;

II - observar as normas legais e regulamentares;

III - atender com presteza ao público, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;

IV - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

V - manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;

VI - guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento;

VII - ser assíduo e pontual;

VIII - tratar as pessoas com urbanidade.

DAS PROIBIÇÕES

Art. 41. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo por necessidade do serviço;

II - recusar fé a documentos públicos;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - exercer outras atividades remuneradas, ou, atividades que, embora não remuneradas, sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

XI - aplicar medida de proteção sem prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte, salvo em situações emergenciais que serão submetidas em seguida ao Colegiado.

DA RESPONSABILIDADE

Art. 42. O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de sua função.

DAS PENALIDADES

Art. 43. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão;

III - destituição da função.

Art. 44. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, os agravantes e as atenuantes.

Art. 45. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de descumprimentos aos dispostos nos incisos I, II e XI do art. 41 e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamento ou norma interna do Conselho Tutelar que não justifique penalidade mais grave.

Art. 46. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder 30 (trinta) dias, implicando no não pagamento da remuneração pelo prazo

que durar.

Art. 47. O Conselheiro Tutelar será destituído de sua função nos seguintes casos:

I - incorrer na prática de crime contra a Administração Pública ou contra a criança e o adolescente;

II - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer atividade atribuída a ele, por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) vezes alternadas, dentro de 1 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - faltar, por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, no espaço de 1 (um) ano, sem justificativa nas reuniões do Conselho;

IV - incorrer em caso comprovado de inidoneidade moral;

V - praticar ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VI - transgredir aos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, do art. 41.

Art. 48. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 49. O Conselheiro Tutelar está sujeito à fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, tomando ciência de irregularidades supostamente praticadas pelo Conselheiro Tutelar, procederá à sua apuração mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar assegurado ao acusado ampla defesa e contraditório.

Art. 50. Da sindicância, que se concluirá no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, se necessário, poderá resultar:

I - o arquivamento;

II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;

III - instauração do processo disciplinar.

Art. 51. Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro não venha a interferir a apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

DA VACÂNCIA

Art. 52. A vacância da função decorrerá de:

I - renúncia;

II - falecimento;

III - destituição.

Art. 53. Os Conselheiros Titulares serão substituídos pelos suplentes nas hipóteses de:

I - vacância da função;

II - férias do titular;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 20 (vinte)

dias.

§ 1º O Suplente, no efetivo exercício da sua função de Conselheiro Tutelar, perceberá remuneração proporcional ao exercício e terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

§ 2º Inexistindo suplentes para a ocupação dos cargos que restarem vagos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocará eleições suplementares para a ocupação dos cargos vagos e das suplências.

Art. 54. O Conselheiro Tutelar perderá:

I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, sem justificativa;

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos, sem justificativa.

Art. 55. Poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, até o limite de 30% da remuneração, mediante autorização formal do Conselheiro Tutelar.

Art. 56. As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Parágrafo único. O Conselheiro em débito com o erário e que, de qualquer modo, venha a se desvincular do Conselho Tutelar, terá o prazo de 30 (trinta) dias para quitar ou parcelar o débito, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Art. 57. Aplicar-se-á aos Conselheiros Tutelares, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei ou incompatível com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente coordenar e executar as atividades relativas à disciplina dos Conselheiros Tutelares.

DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

Art. 58. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência tem por finalidade dar suporte financeiro ao desenvolvimento de programas e projetos destinados à proteção dos direitos da criança e do adolescente no Município de Maravilha/SC.

Art. 59. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência ficará vinculado administrativamente e operacionalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a quem cabe aprovar as aplicações dos recursos dele oriundos.

Art. 60. Os recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Juventude, serão movimentados através de contas e sub-contas, abertas em agência bancária oficial, com a designação específica do Fundo.

Art. 61. Compete ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - submeter ao Conselho o Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal da Infância e Juventude;

II - submeter ao Conselho demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;

III - encaminhar à Contadoria Municipal as demonstrações a que faz referência o inc. II deste artigo.

Art. 62. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - exercer o controle da execução orçamentária, financeira e contábil;

II - manter o controle necessário das receitas do Fundo;

III - manter o controle necessário à execução orçamentária do Fundo Municipal da Infância e Adolescência referente ao controle de créditos orçamentários, à conferição e empenho; à liquidação e ao pagamento das despesas do Fundo;

IV - manter o controle necessário aos contratos e convênios de execução de programas e projetos de proteção à criança e ao adolescente;

V - encaminhar à Contadoria Municipal, mensalmente, o balanço da Secretaria encarregada da movimentação do Fundo Municipal da Infância e Juventude, contendo as demonstrações orçamentárias;

VI - assessorar o Conselho, fornecendo subsídios para a elaboração de programação que indique a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal da Infância e Juventude.

Art. 63. A aprovação da alocação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência será precedida de análise técnica efetivada por órgão especializado, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O órgão mencionado no caput será coordenado por membro efetivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 64. São receitas do Fundo:

I - dotações consignadas no orçamento anual da Prefeitura, no mínimo 0,5 (zero vírgula cinco) por cento da receita efetivada arrecadada;

II - rendimentos das aplicações realizadas com recursos do fundo;

III - recursos oriundos de receitas diversas.

Art. 65. Poderão, ainda, constituir-se receita do Fundo Municipal da Infância e Adolescência recursos oriundos de:

I - auxílios, subvenções ou transferências dos governos Federais e Estaduais;

II - legados, doações, contribuições e outras receitas que legalmente lhe possam ser incorporadas;

III - recursos provenientes dos Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - valores provenientes de multas decorrentes de condenação em ações cíveis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/1990.

Art. 66. Constituem ativos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência:

I - disponibilidade monetária em bancos das receitas;

II - direitos que porventura vierem a se constituir;

III - bens móveis ou imóveis, com ou sem ônus, destinados à execução de programas e projetos.

Art. 67. Constituem passivos do Fundo Municipal da Infância e Juventude as obrigações de qualquer natureza que, por ventura, o Município venha a assumir, de comum acordo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para implementação do Plano de Ação.

Art. 68. A despesa do Fundo Municipal da Infância e Juventude constituir-se-á de:

I - financiamento total ou parcial de programas de atendimento de projetos de política especial, constantes do Plano de Ação e Aplicação;

II - aquisição de material permanente e de consumo de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos;

III - construção, reforma, ampliação ou locação de imóveis necessários à implantação e implementação do Plano de Ação e Aplicação;

IV - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações do Plano de Ação e Aplicação;

V - desenvolvimento de programas de estudos, pesquisa, capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários à execução do Plano de Ação e Aplicação;

VI - atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias a execução das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Art. 69. É vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e adolescência para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela Lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

V - investimentos em aquisição, construção, reformas, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 70. Os valores positivos dos recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Juventude, apurados em balanço no final de cada exercício, serão transferidos para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 71. Todos os atos até então praticados pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, bem como pelo Conselho Tutelar são válidos, visto que não há retroatividade na presente modificação redacional da Lei.

Art. 72. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.885, de 12 de abril de 2004; Lei nº 3.107, de 30 de maio de 2006; Lei nº 3.401, de 19 de agosto de 2009; Lei nº 3.548, de 25 de agosto de 2011; e Lei nº 3.597, de 07 de março de 2012.

Maravilha - SC, 30 de abril de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Complementar Nº 063/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 063, DE 29 DE ABRIL DE 2014

Institui contribuição de melhoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q), drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Avenida Presidente Castelo Branco, trecho entre a estaca 00+00m (Sanga Araguari) e a Rua 1º de Maio (estaca 24+5,16m).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução da obra pública definida nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 189.424,31 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos), tendo como fonte recursos próprios do Município de Maravilha/SC.

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º Para o cálculo da contribuição de melhoria será observado o seguinte:

I - A Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento de planejamento, encarregado pela execução da obra, elaborará a respectiva planta, na qual constará os imóveis atingidos diretamente e indiretamente pela obra, que comporão a zona de influência, oportunidade na qual deverá elaborar o memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital.

II - A Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento competente, relacionará em lista própria, todos os imóveis que se encontrem dentro da zona de influência definida na forma do inciso anterior, atribuindo-lhes um número de ordem, bem como fixará seu valor, por meio de avaliação, independentemente dos valores que constarem no cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado em face do valor de mercado dos imóveis.

III - Após a conclusão da obra o Município realizará nova avaliação dos imóveis abrangidos pela valorização, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior e o atual.

IV - Os valores obtidos nas avaliações referidas nos incisos II e III deste artigo balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel constante na zona de influência definida pelo inciso II do mesmo artigo.

V - O órgão competente municipal calculará o valor da contribuição de melhoria devida pelos titulares de cada imóvel constante na relação a que se refere o inciso I deste artigo, por meio de sistema de proporção simples (regra de três), no qual o somatório das valorizações referido no inciso anterior está para cada valorização, assim como a parcela do custo a ser recuperada está para cada contribuição de melhoria.

Art. 6º As avaliações dos imóveis de que trata esta Lei serão efetivadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Imóveis designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 7º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, após a execução das obras, publicará o Edital contendo os seguintes requisitos mínimos:

I - Memorial descritivo do projeto;

II - Orçamento do custo da obra;

III - Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - Delimitação da zona beneficiada;

V - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - Fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, a contar do lançamento, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos nos incisos anteriores;

VII - Valorização de cada imóvel e, o valor da respectiva contribuição de melhoria.

VIII - Regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere o inciso III, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 8º Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação do lançamento, que não será inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá impugnar quaisquer elementos do edital, cabendo-lhe o ônus da prova.

§1º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação através de parecer jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

Pelo correio, com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte Pessoa Física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte Pessoa Jurídica;

Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

§2º Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal arcará com o custo de 50% (cinquenta por cento) do valor da referida obra.

Art. 10. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei os imóveis pertencentes aos loteamentos realizados diretamente pelo Município e que sejam declarados em lei como loteamentos de interesse social para a residência de pessoas com baixa renda familiar e os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 11. Considera-se regularmente notificado o sujeito passivo na data da publicação do Edital de Contribuição de Melhoria no órgão oficial do Município ou no jornal de circulação local.

Art. 12. As reclamações ou quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria poderá ser paga à vista com desconto de 10% (dez por cento), ou parcelada em até 3 (três) vezes, com desconto de 5% (cinco por cento), ou ainda em 15 parcelas fixas, mensais e consecutivas, sem desconto.

Parágrafo único. No parcelamento, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 14. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% ao mês, conforme disposto no art. 34, da Lei nº 1.942/93 (Código Tributário Municipal), e multa moratória de 2%, nos termos da Lei Municipal nº 2.544/2001.

Art. 15. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei nº 1.942/93, e suas alterações posteriores (Código Tributário Municipal).

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 29 de abril de 2014.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 057/2014

DECRETO 057, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO "KLEMENT" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o Loteamento denominado "KLEMENT", de propriedade de FSI/Lotisa Empreendimentos Imobiliários Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.671.368/0001-20, com sede na Rua Camboriú, nº 1.060, Bairro Fazenda, no Município de Itajaí/SC.

Art. 2º O imóvel onde está sendo implantado o Loteamento "KLEMENT" é o seguinte: Parte da Chácara Rural nº (5), do Bloco "B", situado na Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com área de "vinte e quatro mil, trezentos e noventa e dois metros e cinquenta centímetros quadrados" (24.392,50 m²), sem edificações, com as confrontações constantes da Matrícula nº 8.928, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento "KLEMENT", o imóvel objeto da Matrícula nº 8.928, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 24.392,50 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (24.392,50 m²) que constituirá o Loteamento denominado "KLEMENT", será composta de 8 (oito) quadras, estas divididas em 46 (quarenta e seis) Lotes Urbanos, assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	1	350,84	
	2	12	4.020,50	
	3	12	3.720,63	
	4	8	3.847,40	
	5	4	1.547,86	
	6	4	1.534,50	
	7	4	1.482,50	
	8	1	539,90	
Total	8	46	17.044,13	17.044,13
	Área das vias de circulação			
	7.348,37			
	Total da área loteada (área de matrícula 8.928)			
	24.392,50			

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "KLEMENT", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Rua São José, com 16,00 metros de largura.

Projetadas: Rua Edgar Klement, com 12,00 metros de largura.
Rua Ingo Klement, com 12,00 metros de largura.
Rua Dom Arthur, com 12,00 metros de largura.

Direcionamento das Vias de Circulação:

- Norte - Sul: Rua São José, Rua Ingo Klement e Rua Dom Arthur.
- Leste - Oeste: Rua Edgar Klement.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal uma área de "dez mil, cento e oitenta e cinco metros e setenta e três centímetros quadrados" (10.185,73 m²), correspondente a 41,75763042% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:

Área destinada ao Poder Público:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	7.348,37	30,125530388%
Área Verde	1.969,64	8,074777083%
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 1		
-Lote Urbano nº 4, Quadra nº 4	350,84	
-Lote Urbano nº 4, Quadra nº 5	1.149,68	
	469,12	
Área Institucional (5% da área dos lotes)	867,72	3,557322947%
-Lote Urbano nº 5, Quadra nº 4	867,72	
Totais	10.185,73	41,75763042%
Percentual Total da Área Loteada = 41,75763042%		

Art. 6º A área loteada destina-se a uma Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observada a legislação municipal que disciplina o assunto.

Art. 7º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 29 de abril de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Sec. Planej. Adm e Fazenda

Decreto Nº 058/2014

DECRETO 058, DE 29 DE ABRIL DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3717/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$: 202.275,00 (Duzentos e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO
05.01 - Fundo Municipal de Saúde
10 - Saúde
10.301 - Atenção Básica
10.301.0010 - Saúde para Todos
10.301.0010.1.035 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS MUNICIPAIS DE SAÚDE
Destinação de Recursos: 0.1.23 - Transferências de Convênios - Saúde
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 202.275,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos proveniente de Convênio celebrado com o Ministério da Saúde para Construção de Unidade Básica de Saúde, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 - Receitas de Capital
2400.00.00 - Transferência de Capital
2420.00.00 - Transferências Intergovernamentais
2421.00.00 - Transferências da União
2421.01.00 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS
Destinação de Recursos: 0.1.23 - Transferências de Convênios - Saúde R\$ 202.275,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 29 de abril de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Sec. Planej. Adm e Fazenda

Extrato Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 2.093/2014 Modalidade de Tomada de Preços n. 004/2014.

Valor orçado: 44.771,64

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada para execução de conclusão das obras de construção da Casa Mortuária, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 09h do dia 20 de maio de 2014, realizando em seguida a abertura e julgamento. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 30 de abril de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 2.113/2014 - Modalidade de Tomada de Preços n. 005/2014.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 005/2014, para contratação de empresa para execução de reforma e ampliação da Unidade de Saúde Noeli Berger Diehl, no Município de Maravilha - SC, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 20 de maio de 2014. A abertura e julgamento dos documentos e propostas será no dia 21 de maio de 2014, as 09h. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 30 de abril de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

Tomada de Preço N. 01/2014.

Município de Marema - Tomada de Preço n. 01/2014.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC, FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 021/2014 - Licitação na Modalidade de Tomada de Preço n. 001/2014, para pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares na rua Hercílio Luz e Recapeamento asfáltico na Rua Pedro Alvares Cabras, através de Contrato de Repasse n. 2623.1.012.158-48/2013/Ministério das Cidades/Caixa - Convênio n. 798146 firmado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal e o Município de Marema, objetivando a execução de ações relativas ao MCID/PLANEJ URBANO - PAVIMENTAÇÃO. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 21/05/2014, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 21/05/2014 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30 às 17h30min ainda, pelo telefone (0xx49)33540222.

Marema, 28 de abril de 2014
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Decreto N. 062/2014

DECRETO n. 062/2014

De 23/04/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO n. 016/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 009/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório n.016/2014 na Modalidade de Pregão Presencial n. 009/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em contratação de profissional para ministrar Aulas de Karatê e Teoria e Prática Musical.

Art. 2º. Fica adjudicado ao proponente vencedor FENIX CURSOS E TREINAMENTOS LTDA - ME o objeto licitado do item 01 no valor total de R\$ 15.040,00 (reais); ao proponente vencedor BIG ARTES LTDA ME o objeto dos itens 02 no valor total de R\$ 14.400,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de abril de 2014.
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI
Funcionário Designado

Decreto N. 063/2014

DECRETO n. 063/2014

De 23/04/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO/FMS n. 007/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMS n. 005/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório/FMS n.007/2014 na Modalidade de Pregão Presencial/FMS n. 005/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto consiste em aquisição de material médico, odontológico e medicamentos para atendimento a Unidade de Saúde do Município.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto dos itens 02, 14, 25, 51, 60, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 89, 94, 102, 105, 109, 110, 111, 112, 113, 123, 124, 138, 139, 140, 146, 150, 151, 162, 171, 174 e 176 ao proponente vencedor ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, no valor total de R\$ 3.757,44 (reais); o objeto dos itens 54, 55, 95, 103, 117, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 135, 136, 137 ao proponente vencedor CASA CIRÚRGICA CHAPECO LTDA no valor total de 2.379,10 (reais); o objeto dos itens 09, 21, 27, 31, 34, ao proponente vencedor CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES no valor total de 1.604,00 (reais); o objeto dos itens 47, 48, 49, 97, 116, 119, 147, 148, 149, 165, 169, 170, 180 ao proponente vencedor CIRURGICA MASTER LTDA no valor total de 4.313,25 (reais); o objeto dos itens 1, 28, 33, 37, 44 ao proponente vencedor DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA no valor total de 3.526,80 (reais); o objeto dos itens 04, 06, 10, 16, 17, 35, 43, 45, 120 ao proponente vencedor FURINI COM. VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICO LTDA no valor total de 13.207,00 (reais); o objeto dos itens 52, 79, 92, 93, 99, 134, 145, 175 ao proponente vencedor MEGHA - EQUIPAMENTO E MATERIAIS MEDICOS LTDA - EP no valor total de R\$ 8.938,46 (reais); o objeto dos itens 129, 143 ao proponente vencedor ODONTOESTE LTDA ME no valor total de R\$ 4.619,70 (reais); o objeto dos itens 50, 59, 83, 88, 96, 100, 121, 141, 144, 158, 161, 172, 179 ao proponente vencedor ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA no valor total de R\$ 2.658,42 (reais); o objeto dos itens 53, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 78, 80, 84, 85, 86, 98, 101, 104, 106, 107, 108, 114, 115, 118, 128, 133, 142, 159, 163, 164, 177 ao proponente vencedor PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO no valor total de R\$13.551,91 (reais); o objeto dos itens 03, 20, 22, 152, 153, 154, 155, 156, 157 ao proponente vencedor PROSAUDE

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA no valor total de R\$ 6.140,15 (reais); o objeto dos itens 07, 11, 13, 15, 18, 19, 23, 24, 26, 29, 32, 36, 42 ao proponente vencedor S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME no valor total de R\$ 5.238,76 (reais);

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 23 de abril de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Funcionário Designado

Portaria Nº084/2014

Portaria nº084/2014

De 17/04/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHAR FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO (FG) A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARMEM PERCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 14 da Lei Complementar nº 036/2014.
RESOLVE

Art. 1º - Conceder a Servidora Publica Municipal CARMEM PERCIO, gratificação por desempenhar função de coordenação junto aos demais servidores, atuando e coordenando também programas do governo Federal, Estadual e Municipal, num percentual de 70% aplicado sobre o salario base da servidora.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 17 de abril de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA,
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

Portaria Nº 085/2014

Portaria nº 085/2014

De 22/04/2014

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ELISANDRA ALVES DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 107 da Lei Municipal nº307/95 e CONSIDERANDO o atestado medico do Dr Jacson Furlanetto CRM-SC 13711 RQE 9359, dando conta na necessidade do afastamento da

referida servidora.

D E C I D E

Art. 1º - Prorroga licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal ELISANDRA ALVES DOS SANTOS, por um novo período de 30 dias a contar a partir de 22 de abril a 21 maio de 2014.

Parágrafo Único - O prazo de licença poderá sofrer alteração, de acordo com avaliação do INSS.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial Portaria 083/2014 de 16/04/2014.

Gabinete do Prefeito em 22 de abril de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Servidor Designado

Portaria Nº086/2014

Portaria nº086/2014

De 24/04/2014

HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE DAIANE CERATTO EM ESTÁGIO PROBATORIO NO SEMESTRE RELATIVO AO PERIODO 12/10/2013 A 12/04/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito do Município de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 64 inc. VI da Lei Orgânica Municipal c/c art. 21 e 22 Parágrafo Único da Lei Municipal n. 307/95 de 10 de agosto de 1995.
RESOLVE

Art. 1º - Homologar a avaliação funcional do Servidor Público Municipal DAIANE CERATTO com carga horária de 40 horas semanais, na função de MONITORA DE PROGRAMAS em função da pontuação recebida, considerando APROVADO no semestre relativo ao período de 12/10/2013 A 12/04/2014. QUARTA.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 24 de abril de 2014.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIASESKI
Setor Recursos Humanos

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto Nº 2899 de 29 de Abril de 2014

DECRETO Nº 2899 DE 29 DE ABRIL DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.027,00 (Dois mil e vinte e sete reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.242.0180.2086 - Apoio à Proteção Especial
0701 - 33900000 - Aplicações Diretas
0701 - 34900 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física
..... R\$ 2.027,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº 2900 de 29 de Abril de 2014

DECRETO Nº 2900 DE 29 DE ABRIL DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
0701.008.244.0180.2091 - vinte e sete reais Manutenção das atividades do CRAS
0701 - 33900000 - Aplicações Diretas
0701 - 35200 - Outras transferências do Fundo de Assistência
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superavit Financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 29 de Abril de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Lei Nº 1585/2014

LEI Nº 1585/2014

Concede auxílio financeiro para os seminaristas do Município de Massaranduba.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro aos seminaristas do Município de Massaranduba.

Art. 2º O auxílio financeiro será concedido mensalmente no valor de R\$ 110,00 (Cento e dez reais), mediante comprovação mensal de frequência ou comprovante de pagamento da mensalidade fornecido pela instituição na qual o seminarista está matriculado.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 30 de abril de 2014 de 2014
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Co 37/2014 - Cei Vidalina Xavier - Const. Vb Ltda

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 37/2014

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1/2014

Tomada de Preços Obras e Serviços de Engª. nº. 1/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA VB LTDA EPP

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra inerentes a ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil Vidalina Xavier, em conformidade com os projetos - área total de 687 m2.

Valor: R\$ 221.767,15 (duzentos e vinte um mil, setecentos e sessenta e sete reais e quinze centavos).

Massaranduba, 30 de Abril de 2014.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

Portaria Nº 181/2014

PORTARIA nº 181/2014

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PEDREIRO POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A Portaria de nº 393/2013, do Senhor MÁRCIO BORDIGNON MAFIOLETTI, ocupante do cargo de Pedreiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/05/2014.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 180/2014

PORTARIA nº 180/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora GREICE KELLI MANOEL SERAFIM, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Pato Donald, em substituição à Servidora Lenir Bordignon Fernandes, em virtude de Licença Saúde.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Abril de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 182/2014

PORTARIA nº 182/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1414/2010, de 26 de Março de 2010 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora VIRGINIA DAL PONT CARBONI DELFINO, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 322/2010.

Meleiro, 30 de Abril de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Decreto N.º 034/2014

DECRETO nº 034/2014

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013. DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), nestes termos:

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110305.2053 - Manutenção da Vigilância em Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0759.0 - Aplicações Diretas (62)

R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110305.2053 - Manutenção da Vigilância em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0759.0 - Aplicações Diretas (34) R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Abril de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Extrato Aditivo Nº 001/2014 - Contrato Nº. 021/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2014 (PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA)
Contrato nº. 021/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA NA AMPLIAÇÃO DE UMA ÁREA DE 161,50M2 DO PRÉ- ESCOLAR DA ESCOLA DE E.B. MUNICIPAL PREFEITO LUIZ DE PELEGRINI, LOCALIZADA NA RUA VEREADOR MANOEL ALEXANDRE BAIRRO SAPIRANGA/ MELEIRO/SC, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS EM ANEXO NO PROCESSO.

Vigência: Início: 11/04/2014 Término: 10/06/2014

Data da assinatura: 09 de abril de 2014

Decisões - Contribuição de Melhoria

Processo Administrativo nº: 015/2014

Requerente: R. M. P. M.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada aos imóveis cadastrados sob o nº 39, 340, 807, 808, 809, 811, 812, 813 e 814. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi

Diretor Departamento Arrecadação e Finanças

Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 016/2014

Requerente: A. J. A.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo

procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel cadastrado sob o nº 520. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi

Diretor Departamento Arrecadação e Finanças

Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 018/2014

Requerente: E. C. C. L.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi

Diretor Departamento Arrecadação e Finanças

Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 019/2014

Requerente: F. D. S. A.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel cadastrado sob o nº 1532. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi

Diretor Departamento Arrecadação e Finanças

Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 020/2014

Requerente: M. D. R. V.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel cadastrado sob o nº 861. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi

Diretor Departamento Arrecadação e Finanças

Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 040/2014
Requerente: J. I. R. F.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel cadastrado sob o nº 482. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 041/2014
Requerente: D. D.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel cadastrado sob o nº 23. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 042/2014
Requerente: D. A. D. B. L.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel cadastrado sob o nº 252. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 044/2014
Requerente: N. M.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel cadastrado sob o nº 51. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 045/2014
Requerente: T. R. P. R.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel cadastrado sob o nº 67. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 048/2014
Requerente: R. C.

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, dá-se vista a contribuinte de todo procedimento administrativo, e querendo, defiro a expedição de cópias ao contribuinte, devendo este arcar com os custos das cópias solicitadas no que se refere a contribuição de melhoria vinculada ao imóvel. Destaca-se que toda divulgação das informações solicitadas, é de inteira responsabilidade do contribuinte nos termos do § 2º do art. 31 da lei 12.527/2011.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 028/2014
Requerente: J. Z.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 029/2014
Requerente: V. P.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 030/2014
Requerente: L. H. P.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 031/2014
Requerente: R. F.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 032/2014
Requerente: M. D. C. B. F.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 033/2014
Requerente: E. C.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 034/2014
Requerente: C. M.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 035/2014
Requerente: J. P.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 036/2014
Requerente: J. E. S.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 037/2014
Requerente: M. C. C.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 038/2014
Requerente: D. C. C.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.

Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Processo Administrativo nº: 039/2014
Requerente: J. L. P.

Decisão

Tratando-se do crédito tributário, verificou-se nos termos do parecer jurídico que inexistente ilegalidade no ato constitutivo do tributo, motivo pelo qual indefiro o pedido formulado pelo contribuinte.

Meleiro, 30 de abril de 2014.
Moisés Tomazi
Diretor Departamento Arrecadação e Finanças
Matricula 1510

Modelo

PREFEITURA

Extrato de Contrato

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Administrativo n.026/2014

Contratado: Arnaldo Rodolpho Puttlitz

Valor: R\$ 574,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato administrativo n.026/2014, com o objetivo de aquisição, por parte do Município, de cascalho a ser retirado do Imóvel de propriedade do Vendedor Arnaldo Rodolpho Puttlitz, localizado na Linha Janguta, município de Modelo - SC. O presente contrato será efetivado com o termino das 82 cargas.

Modelo (SC), 30 de abril de 2014

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Extrato Contratual Nº 099/2014 -

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL - Retif.

Contrato Nº.: 099/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada....: BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA.

Vigência : Início: 27/03/2014 Término: 20/06/2014.

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 028/2013.

Recursos : Dotação: 1.076 4.4.90.00.00.00.00.

Objeto : QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 041/2013, CONCORRÊNCIA 28/2013, REFERENTE À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRAGAGEM E DESSASSOREAMENTO DO RIO GRAVATÁ, RIO GUARUMA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - REMANESCENTE DA CC 217/2009, RECURSOS DA OGU.

Resultado da Seleção de Projetos da Fundação Cultural

PORTARIA Nº 002 DE 25 DE ABRIL DE 2014

Publica o resultado da seleção de projetos do Edital Vilma Mafra de apoio à Cultura

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital de Concurso 001/2014, RESOLVE:

Art. 1º. Publicar os projetos aprovados no processo de seleção do Edital de Concurso 001/2014 do Fundo Municipal de Cultura. Abaixo está a lista de projetos aprovados.

Protocolo	Proponente	Projeto	Valor (R\$)	Área
1303193038	Elson Maykow Renato dos Santos	4º Festival de Música Embarque no Som	R\$ 20.000,00	Música
051415213783	Associação Cultural Grupo Oficina da Cena	Dos males do fumo	R\$ 20.000,00	Audiovisual
1714021929162	Juliano Urbano Silva	Montagem e circulação do espetáculo teatral O Beijo	R\$ 15.000,00	Artes Cênicas
141412121210121	Associação Cultural e Carnavalesca Bloco Estrelinha do Mar	Resgatando as danças folclóricas	R\$ 15.000,00	Patrimônio
061419101920	Caroline Westerkamp Costa	Sangue, suor e trilhos	R\$ 15.000,00	Audiovisual
2514172414155	Rita de Cássia Cruz	Histórias para gostar de ler	R\$ 10.000,00	Artes Cênicas

1914160755156	Maria Inês Pacheco	Luz do trilho	R\$ 10.000,00	Artes Visuais
1014083624113	Fundação Cultural de Navegantes	2º Festival Literário de Navegantes	R\$ 32.000,00	Humanidades

Art. 2º. Ficam convocados todos os proponentes que tiveram os seus projetos aprovados a comparecer na sede da Fundação Cultural de Navegantes no prazo de 10 dias úteis para firmar contrato, conforme item 5.1 do Edital de Concurso 001/2014.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 25 de abril de 2014.

Regina Célia Correia

Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes

Anulação Parcial de Dotações Orçamentárias

LEI N º 2869 DE 30 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica, o Chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a proceder à anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 1.065.000,00 (um milhão e sessenta e cinco mil reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

02 - GABINETE DO PREFEITO

01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0002 - 2.002 - Manut. e Func. do Gabinete do Prefeito

04 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 60.000,00

05 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

01 - Gabinete do Vice-Prefeito

04.122.0002 - 2.005 - Manut. e Func. do Gabinete do Vice Prefeito

09 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 15.000,00

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

01 - Diretoria de Comunicação Social

04.131.0003 - 2.008 - Manut. e Func. da Diretoria de Comunicação Social

13 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 25.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 - Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

04.128.0005 - 2.014 - Manut. e Func. da Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

35 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 150.000,00

03 - Diretoria de Tecnologia da Informação

04.126.0005 - 2.016 - Manut. e Func. da Diretoria de Tecnologia da Informação

41 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$

20.000,00

42 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

04 - Diretoria de Gestão Patrimonial

04.122.0005 - 2.017 - Manut. e Func. da Diretoria de Gestão Patrimonial

43 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

01 - Diretoria de Contabilidade

04.123.0006 - 2.018 - Manut. e Func. da Diretoria de Contabilidade

45 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 30.000,00

02 - Diretoria do Tesouro

04.123.0006 - 2.019 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro

49 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 40.000,00

14 - SECRETARIA MUN. MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

01 - Diretoria de Apoio a Pesca Artesanal

20.605.0029 - 2.058 - Manut. e Func. da Diretoria de Apoio a Pesca Artesanal

152 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 40.000,00

02 - Diretoria de Apoio à Agricultura e Pecuária

20.606.0028 - 2.057 - Manut. e Func. da Diretoria de Apoio à Agricultura e Pecuária

157 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES

01 - Diretoria de Eventos e Marketing

23.695.0017 - 2.060 - Manut. e Func. da Diretoria de Eventos e Marketing

178 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

183 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE

01 - Diretoria de Controle Preventivo

04.125.0061 - 2.135 - Manut. e Func. da Diretoria de Controle Preventivo

227 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 20.000,00

228 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 10.000,00

02 - Diretoria Adm., Financeira e de Planejamento

04.122.0061 - 2.136 - Manut. e Func. da Diretoria Adm., Financeira e de Planejamento

231 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 20.000,00

232 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 10.000,00

03 - Diretoria de Ouvidoria

04.122.0061 - 2.137 - Manut. e Func. da Diretoria de Ouvidoria

233 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 20.000,00

234 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 10.000,00

31 - SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E RECEITA

01 - Diretoria de Tributos Imobiliários e Dívida Ativa

04.129.0062 - 2.138 - Manut. e Func. da Diretoria de Tributos

Imobiliários e Dívida Ativa

237 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 40.000,00

238 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 15.000,00

02 - Diretoria de Tributos Imobiliários e Fiscalização

04.129.0062 - 2.139 - Manut. e Func. da Diretoria de Tributos Imobiliários e Fiscalização

241 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

03 - Diretoria de Movimento Econômico

23.694.0056 - 2.140 - Manut. e Func. da Diretoria de Movimento Econômico

243 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 20.000,00

04 - Diretoria de Indústria e Comércio

11.334.0056 - 2.141 - Manut. e Func. da Diretoria de Indústria e Comércio

246 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 50.000,00

20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

01 - Diretoria Técnica - FME

27.812.0024 - 1.092 - Aquisição de Veículos

02 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 100.000,00

27.812.0077 - 2.071 - Manut. e Func. da Diretoria Técnica

11 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 20.000,00

Total R\$ 1.065.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos: 0.1.0001 - Rec. de Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação

13 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

02 - Diretoria Pedagógica

12.361.0008 - 1.019 - Programa Escola Nova - Ensino Fundamental

96 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 200.000,00

12.361.008 - 2.038 - Manut. e Func. da Diretoria Pedagógica - Ensino Fundamental

103 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 500.000,00

12.365.0007 - 1.018 - Programa Escola Nova - Ensino Infantil

116 - 4.4.90.00.00.00 - Investimentos - Apl. Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 - 2.035 - Manut. e Func. da Diretoria de Programas Sociais

74 - 3.3.90.00.00.00 - Outras Desp. Correntes - Apl. Diretas R\$ 65.000,00

Total R\$ 1.065.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Denomina Cic Manoel Evaldo Müller

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2870 DE 30 DE ABRIL DE 2014
DENOMINA O CENTRO INTEGRADO DE CULTURA PREFEITO MANOEL EVALDO MÜLLER

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Centro Integrado de Cultura construído no local em que funcionava o Pavilhão de Eventos Milton Seára Müller, localizado na Rua Maria Leonor da Cunha s/nº, no Centro, passa a denominar-se oficialmente CENTRO INTEGRADO DE CULTURA DE NAVEGANTES PREFEITO MANOEL EVALDO MÜLLER.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Denomina Ceu Holde Scartezini

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2871 DE 30 DE ABRIL DE 2014
DENOMINA O CENTRO UNIFICADO DAS ARTES E DOS ESPORTES HOLDE SCARTEZINI

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Centro Unificado das Artes e dos Esportes - CEU - construído na Rua Vereador Flávio Soares, Bairro Nossa Senhora das Graças, passa a denominar-se oficialmente CENTRO UNIFICADO DAS ARTES E DOS ESPORTES HOLDE SCARTEZINI.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Autoriza Concessão de Auxílio Financeiro A Entidade Que Especifica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

LEI N.º 2872 DE 30 DE ABRIL DE 2014
AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a repassar a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) em parcela única à Sociedade Recreativa Esportiva Amigos de Gravatá, inscrita no CNPJ sob o número 032826580001-21, com sede estabelecida na Rua Aldo Mário de Almeida n.º 861, Bairro de Gravatá, neste município, tendo como atual Presidente o senhor Valmor Modro. Parágrafo Único: A entidade aludida no caput deste artigo foi declarada de utilidade pública pela lei n.º 1315 de 9 de novembro de 1999.

Art. 2.º A quantia a ser repassada será utilizada para custear melhorias na sede da entidade beneficiada.

Art. 3.º A entidade beneficiada apresentará à Secretaria Municipal de Finanças, Fiscalização e Controle a prestação de contas do valor repassado.

Art. 4.º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente, suplementada à época oportuna.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Altera Lei Complementar 11 E Cria Vagas

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 202 DE 30 DE ABRIL DE 2014
CRIA VAGAS NO QUADRO GERAL DE SERVIDORES DA PREFEITURA DE NAVEGANTES E ALTERA OS ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 11 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2003 – QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Ficam criadas as seguintes vagas cargos de provimento efetivo, os quais passam a integrar o Quadro Geral de Servidores da Prefeitura Municipal de Navegantes, descritos nos Anexos da presente Lei:

I – Monitor de Educação Infantil – Atividade de nível médio.
§ 1º A carga horária de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo descritos no caput deste artigo é de 30 (trinta) horas semanais.

§ 2º O vencimento inicial é de R\$ 877,00 (oitocentos e setenta e sete reais), sem prejuízo do adicional previsto em lei específica.

Art. 2º Ficam criadas 80 (oitenta) vagas para o cargo de Monitor de Educação Infantil, devendo serem preenchidas através de Concurso Público de provas ou prova e títulos:

Parágrafo Único: As normas e condições do concurso serão fixadas no respectivo Edital.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente na época dos respectivos dispêndios.

Art. 4º Os anexos I, II, III e IV passam a ser parte integrante dos anexos da Lei Complementar n.º 11 de 4 de dezembro de 2003 conforme segue.

Art. 5º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR N.º 202 DE 30/4/2014

QUADRO CONTENDO DEMONSTRATIVO DE VAGAS (QUADRO DE PESSOAL/LOTACIONAL)

CARGOS	VAGAS EXISTENTES NO QUADRO
Monitor de Educação Infantil	628

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR N.º 202 DE 30/4/2014

CARGOS E RESPECTIVA HABILITAÇÃO EXIGIDA

CARGO	CÓDIGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Monitor de Educação Infantil	QP-ANM	Portar obrigatoriamente diploma de conclusão do Ensino Médio.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR N º 202 DE 30/4/2014

QUADRO CONTENDO CARGOS E RESPECTIVAS UNIDADES DE VENCIMENTOS

CATEGORIA FUNCIONAL – CARGOS	VENCIMENTOS 30 HORAS SEMANAIS
Monitor de Educação Infantil	R\$ 877,00

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR N º 202 DE 30/4/2014

TABELA DE VENCIMENTOS

(REGIDOS PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS)

Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio					
Cargo: Monitor de Educação Infantil					
Salário Inicial: R\$ 877,00		Código: QP-ANM		Carga Horária: 30 horas	
Referencia A	Referencia B	Referencia C	Referencia D	Referencia E	Referencia F
R\$ 903,31	R\$ 930,41	R\$ 958,32	R\$ 987,07	R\$ 1.016,68	R\$ 1.047,18
Referencia G	Referencia H	Referencia I	Referencia J	Referencia K	Referencia L
R\$ 1.078,60	R\$ 1.110,96	R\$ 1.144,29	R\$ 1.178,61	R\$ 1.213,97	R\$ 1.250,39
Referencia M	Referencia N	Referencia O	Referencia P	Referencia Q	
R\$ 1.287,90	R\$ 1.326,54	R\$ 1.366,34	R\$ 1.407,33	R\$ 1.449,55	

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nomeações por Concurso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1640 DE 19 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2010, o senhor GUILHERME MATEUS HINNIG para exercer o cargo de Engenheiro, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 19/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1643 DE 19 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2010, a senhora UARICH-SISFRANCE RIBEIRO SANT'ANA para exercer o cargo de Atendente de Posto de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 14/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N º 1793 DE 31 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor JEFFERSON AMARAL para exercer o cargo de Auditor Fiscal, Código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/4/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N º 1797 DE 31 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor FERNANDO SEDREZ SILVA para exercer o cargo de Auditor, Código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 3/4/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 3/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N º 1809 DE 8 DE ABRIL DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora IDINÉIA ANA DA SILVA para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem com 40 horas semanais, código QP-ANM do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/4/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N º 1810 DE 8 DE ABRIL DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora FÁBIA NOGUEIRA para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/4/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1811 DE 8 DE ABRIL DE 2014

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, a senhora ÂNGELA BASTIANELLO HORVATH para exercer o cargo de Enfermeira ESF com 40 horas semanais, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/4/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1902 DE 14 DE ABRIL DE 2014

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor JORGE MACHADO RODRIGUES para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 15/4/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 15/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 1903 DE 14 DE ABRIL DE 2014

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor JOSÉ RUBENS GONÇALVES JÚNIOR para exercer o cargo de Médico Cardiologista com 10 horas semanais, código QP-ANS do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 7/4/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1904 DE 14 DE ABRIL DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2010, a senhora RONESE RONCÁLIO XAVIER para exercer o cargo de Atendente de Posto de Saúde, código QP-ANM do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 9/4/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 1980 DE 24 DE ABRIL DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora ANTONIA LUIZA DE SANTANA para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 23/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 23/4/2014

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de ABRIL de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 2002 DE 28 DE ABRIL DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor ADORY CESAR DA SILVA para exercer o cargo de Motorista de Caminhão, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, com 40 horas semanais, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 28/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de ABRIL de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 2003 DE 28 DE ABRIL DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2012, a senhora ALINE SILVÉRIO DOS SANTOS para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do Abrigo do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n º 7 de 11/11/2003, a partir de 25/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 25/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de ABRIL de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Concorrência Nº 22/2014 FMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONCORRÊNCIA Nº 22/2014 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE 02 (DOIS) ELEVADORES DEVIDAMENTE INSTALADOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC - QUARTA ETAPA DA AMPLIAÇÃO. Data da entrega dos envelopes: 04/06/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 04/06/2014 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 30 de abril de 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito.

Extrato Contratual FMS Nº 111/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL.
Contrato Nº.: FMS 111/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.
Contratada...: Rudger Caminhões e Ônibus Ltda.
Licitação : Recursos : Dotação: 1.067 4.4.90.00.00.00.00.
Valor: R\$ 109.400,00 (cento e nove mil e quatrocentos reais).
Vigência: 24/04/2014 - 31/12/2014.
Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULO COLETIVO TIPO VAN 0 (ZERO) KM PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Extrato Contratual 128/2014 - 129/2014.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 128/2014.
Contrato Nº.: 128/2014.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. .
Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 31/12/2014.
Licitação : Pregão Presencial nº 014/2011.
Recursos : 2.015 3.3.90.00.00.00 / 2.035 3.3.90.00.00.00.00 / 2.115 3.3.90.00.00.00 / 2.064 3.3.90.00.00.00 / 2.037 3.3.90.00.00.00.00 / 2.054 3.3.90.00.00.00.00
Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº

100/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2011, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Navegantes, 30 de abril de 2014.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 129/2014.
Contrato Nº.: 129/2014.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada...: MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. .
Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 31/12/2014.
Licitação : Pregão Presencial nº 147/2010.
Recursos : 2.037 3.3.90.00.00.00.00.00.00 / 2.055 3.3.00.00.00.00.00.00.
Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2011, PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2010, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

Navegantes, 30 de abril de 2014.

Extrato Contratual Nº 130/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: 130/2014.
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : BELGA EMPREITEIRA LTDA.
Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 27/09/2014.
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 71/2012
Recursos : Dotação: 1.018 4.4.90.00.00.00.00.00.
Objeto : SEXTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 090/2012, CONCORRÊNCIA Nº 71/2012, REFERENTE À OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS EM CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS: OSVALDO JOSÉ REISER, ZÓZIMO ANDRADE, ANTONIO INÁCIO, OLINDO JOSÉ BERNARDES, SENADOR CARLOS G. DE OLIVEIRA, CURT S.V.HERTWING, PREFEITO FRANCISCO DE ALMEIDA, ENG. PAULO WERNER, JOSÉ MENESCAL DO MONTE, EGÍDIO NARCISO, JUVENTINO LINHARES, JOSÉ EUGENIO MULLER, BERNARDINO ANTONIO NARCISO, ALFREDO JOSÉ REBELLO E PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA.

Navegantes, 30 de abril de 2014.

NAVEGANTESPREV

Extrato do Termo Aditivo Nº 01/2014 Navegantesprev
NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
Extrato Termo Aditivo nº 01/2014IPP

Contratante. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES
Contratada : SULPREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação nº 01/2012
Vigência: Início: 28/04/2014 Término: 31/12/2014.
Dotação: 29.02.3.3.90.00.00.00.00
Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É O REAJUSTE DOS VALORES PACTUADOS NO CONTRATO ORIGINAL Nº 01/2012IPP, CONFORME O INPC/IBGE DE ABRIL.

Navegantes, 30 de abril de 2014.
JAN ULLRICH
Diretor Presidente

Orleans

PREFEITURA

Edital Designação de Nova Data Para Prova Processo Seletivo Nº004/2014 - Psicólogo CREAS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Orleans

Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2014
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº004/2014
DECLARAÇÃO DE INVALIDADE
DESIGNA NOVA DATA PARA REALIZAÇÃO DA PROVA.

O MUNICIPIO DE ORLEANS, através da Comissão Permanente de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3.658 de 17 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições legais, torna público que por determinação do Exmo. Senhor Prefeito Municipal, art. 1º do Decreto nº 3.678 de 15 de abril de 2014, REVOGA a prova realizada para provimento do cargo de PSICÓLOGO DO CREAS, relativo ao Processo Seletivo Simplificado nº 004/2014, e designa nova data para realização da prova, razão pela qual será realizada nova prova para o cargo acima descrito.

DA REALIZAÇÃO DA PROVA:

A prova escrita será realizada no dia 31/05/2014 das 09h00min às 12h00min, nas dependências do Centro Administrativo, localizado na Praça Celso Ramos, 193, bairro Centro na cidade de Orleans, sendo que o candidato(a) deverá comparecer munido(a) da ficha de inscrição, lápis, borracha e caneta esferográfica azul ou preta, sendo obrigatória a apresentação de documento oficial de identidade com fotografia.

O(a) Candidato(a) devidamente inscrito no cargo acima descrito tem automaticamente sua inscrição deferida.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Fica homologado a Invalidade Parcial do Edital de Processo Seletivo Simplificado

nº 004/2014, a nova data, o local e o horário da prova.

Orleans, SC, 30 de abril de 2014.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014.
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUN
Recebimento das Propostas: até o dia 13/05/2014 às 13h: 45m.
Abertura das Propostas: dia 13/05/2014, às 14h: 00m.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 30 de Abril de 2014.
FABIO SALVADOR
Pregoeiro

Edital 58

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE ORLEANS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL 58/2014

A Prefeitura de Orleans TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, constituídos pelo Decreto Municipal nº 3.569/2013, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na SALA/SETOR DE LICITAÇÕES, situada na sede da Prefeitura Municipal, rua XV de Novembro, 282, Orleans, SC, onde será realizada licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO/POR ITEM". O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, demais leis aplicáveis à espécie bem como pelas disposições fixadas neste Edital e seus Anexos.

a) Os envelopes contendo a Proposta e Documentos para Habilitação, para o objeto da presente licitação deverão ser protocolados até o dia 13/05/2014 às 13h45min SOMENTE NA SALA/SETOR DE LICITAÇÕES, localizado na Prefeitura Municipal de Orleans, na rua XV de Novembro, 282, Orleans, SC. Não haverá atendimento aos sábados, domingos, dias santos e feriados. A APRESENTAÇÃO, ENTREGA, ENVIO OU PROTOCOLIZAÇÃO DE PROPOSTAS E/OU DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR QUALQUER OUTRO MEIO OU LOCAL, COMO POR EXEMPLO, ENVIO PELO CORREIO OU PROTOCOLIZAÇÃO NO PROTOCOLO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL NÃO SERÁ CONSIDERADA.

b) A abertura da presente licitação dar-se-á em Sessão Pública, dirigida pelo Pregoeiro que receberá os Documentos para o Credenciamento, a ser realizada no dia 13/05/2014 às 14h:00m, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, SOMENTE na Sala/Setor de Licitações, localizado na Prefeitura Municipal de Orleans, na Rua XV de Novembro, 282, Orleans, SC.

c) Não serão aceitas nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e ou enviadas por qualquer meio, anteriormente à data do Pregão.

d) Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficara automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, salvo que ocorra algum fato que impeça de assim ser procedido, o que será constatado em Ata e devidamente justificado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

e) O procedimento licitatório é um procedimento previsto em lei. A sessão de abertura da licitação é um ato público e oficial, onde os participantes devem respeitar e cumprir as cláusulas previstas nesse edital. O não cumprimento de qualquer um destes requisitos acarretará na desclassificação ou desabilitação da participante ou no não credenciamento do representante.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 A presente Licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUN.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente será admitida a participação neste certame de pessoas jurídicas que comprovem, por meio de documentos de registros ou autorizações legais, explorar ramo de atividade compatível

com o objeto desta licitação, não sendo admitido consórcio ou subcontratação, sendo a licitante a ser contratada, a única responsável pela execução dos serviços;

2.2. É vedada à participação de pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial; em regime de concordata ou falência; que tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público nas esferas municipais, estaduais e federais; que esteja com direito de participar de licitação suspenso no Município de Orleans, SC; ou ainda, empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação, empresas distribuidoras de combustíveis.

2.3. Apresentar os documentos de habilitação e da proposta em envelopes distintos que passamos a chamar de ENVELOPE Nº 1, ou envelope da "PROPOSTAS DE PREÇOS" e o ENVELOPE Nº 2, ou envelope da "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", juntamente com os DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO no local, data e horário indicados neste Edital;

2.4. Não será admitida a participação conjunta nesta licitação, de Empresas controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si ou, ainda que, independentemente, nomeiem um mesmo representante.

2.5. Toda Documentação de Credenciamento, Habilitação e Proposta de Preço deverá ser apresentada à época e local pertinente, rubricada e ordenada na forma deste Edital, em folhas numeradas sequencialmente e presas entre si.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CREDENCIAMENTO

3.1. No local e data estipulado no preâmbulo deste edital, os representantes das interessadas em participar do certame que pretendam ofertar lances, com poderes gerais de representação, deverão se apresentar junto ao Pregoeiro, devidamente munidos dos documentos que os credenciem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso, nos termos previstos pelo inciso IV, do artigo 11, do Decreto n.º 3.555/2000 e demais documentos relacionados a seguir:

3.1.1. PARA O CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

a) original ou cópia autenticada do documento de identidade (será aceito o RG – Carteira de Identidade Civil ou documento de identidade expedido por órgão de registro profissional);

b) se procurador, procuração pública ou particular com firma reconhecida (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa em licitações em todas as suas fases e em todos os demais atos;

c) se sócio/dirigente/proprietário, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante.

d) Certidão, original ou cópia autenticada, expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC), cuja ausência não impedirá o credenciamento da licitante.

e) a Carta de Credenciamento; (Anexo III)

f) Declaração para Habilitação, dando ciência de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo de uso facultativo – (Anexo IV).

3.1.2. A licitante que não se fizer representar na Sessão Pública do pregão deverá entregar os documentos solicitados nos itens 3.1.1 em um terceiro envelope, no Setor de Licitações, contendo no anverso do mesmo: ENVELOPE Nº 03 – Documentos de Credenciamento.

3.1.3. SOMENTE PODERÃO SE MANIFESTAR NO TRANSCORRER DAS REUNIÕES OS REPRESENTANTES DAS PROPONENTES QUE ESTIVEREM DEVIDAMENTE CREDENCIADOS.

3.1.4 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

3.1.5 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

3.1.6 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

3.1.7 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer dos documentos exigidos, impossibilitará o credenciamento e de consequência, impedirá a participação na sessão pública do pregão.

3.1.8 - Em caso de exclusão da licitante do certame, os envelopes permanecerão sob guarda do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, até o final da Sessão, momento que poderão ser devolvidos, importando na preclusão do direito de participar da licitação, restando à Administração inutilizar os envelopes se não procurados no prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

4.2. Os envelopes de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Preços" ou "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA DE ORLEANS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014
LICITANTE:
CNPJ:
TELEFONE:
EMAIL:

II - envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA DE ORLEANS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014
LICITANTE:
CNPJ:
TELEFONE:
EMAIL:

4.3. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados no original, ou por cópia com autenticação procedida por tabelião ou por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis).

4.3.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

4.3.2. Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

4.3.3. O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer os materiais e/ou serviços, objeto da presente licitação.

4.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de

fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4.5. O julgamento da licitação será dividido em duas etapas (proposta de preços e habilitação), e obedecerá ao critério do MENOR PREÇO/POR ITEM.

CLÁUSULA QUINTA - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE N.º 1)

5.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do Anexo I, deste edital, devendo obrigatoriamente ser datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou "fac-símile" e/ou endereço eletrônico, preferencialmente em papel timbrado, em uma única via com todas as suas folhas numeradas e rubricadas, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante da licitante devidamente identificado.

5.2. A proposta poderá ser apresentada através do Sistema Betha Auto Cotação gravado em uma mídia eletrônica (pen drive ou cd) no Envelope da Proposta juntamente com uma via impressa, de acordo com o modelo constante do Anexo II deste edital e deverá obrigatoriamente conter:

- a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do Anexo I do presente edital, informando as características, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar se as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;
- b) o preço unitário e total por item, expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;
- c) o número do item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo I deste edital;
- d) o prazo de validade da proposta será de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;
- e) o prazo de entrega: Todos os veículos serão abastecidos no Posto Revendedor, vencedor de cada item, até 05 km da sede, conforme as necessidades das Secretarias.

f) o prazo do contrato será até 31/12/2014.

5.2.2. Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem. Não podendo ser inferior a 12 meses a contar da data de entrega;

5.2. Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

5.3. Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do(s) objeto(s), bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s), sendo de responsabilidade da licitante o pagamento de eventuais indenizações ou verbas de natureza trabalhista, previdenciária, tributária e etc.

5.4. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

5.5. Na hipótese prevista no subitem 5.4, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua legitimidade de representação por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

5.6. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no

preâmbulo deste Edital.

5.7. As propostas porventura sem data serão consideradas emitidas para o dia do vencimento desta licitação.

5.8. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 2)

6.1. Para habilitação de empresas cadastradas junto a Prefeitura de Orleans na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

a) Certificado de Registro no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Orleans;

a.1) Para suprir a documentação vencida, relacionada no Certificado de Registro Cadastral – CRC, deverá(ão) ser entregue(s) o(s) documento(s) hábil(eis) em original; ou cópia autenticada por cartório; ou cópia autenticada pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio, na abertura do envelope nº 2 – documentos de habilitação, mediante a exibição dos originais; ou exemplar da publicação em órgão da imprensa oficial; ou cópia autenticada por servidor do Público;

6.2- Para habilitação de empresas NÃO cadastradas junto ao Município de Orleans, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, (CNPJ).
- e) Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, da Sede do Licitante.
- f) Prova de regularidade com a seguridade social, (INSS e FGTS).
- g) comprovante de regularidade fiscal com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) – CNDT.
- h) Certidão negativa de Falência ou Concordata na sede do licitante.

6.3 - Documentos exigidos para pessoa física:

- a) Cédula de identidade;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, (CPF);
- c) Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, da Sede do Licitante;e
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4 – Além dos documentos acima mencionados deverão ser entregues:

- g) Licença para funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária do Estado ou do Município (Alvará Sanitário – Conforme Lei Estadual 6.320/83) em vigor onde estiver instalado.
- h) Certificado de Posto Revendedor.

6.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte DEVIDAMENTE IDENTIFICADAS NO CREDENCIAMENTO, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de

pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

6.4.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

6.4.2 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.5 - Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da sessão de abertura de envelopes, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas durante a sessão de abertura dos mesmos pelo Pregoeiro ou membros da equipe de apoio, (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

6.5.1 - Para os documentos que não apresentarem prazo de validade ou validade indeterminada, quando for o caso, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

6.5.2 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

6.6 - O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação, juntando o respectivo comprovante.

6.7 - O pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com o inciso XIV do artigo 4º da Lei 10.520/02 inciso, bem como acordo TCU 1758/2003, poderá efetuar o saneamento dos documentos de habilitação, quando for o caso.

6.8. O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível no setor de Licitação da Prefeitura de Orleans ou no sítio da Prefeitura no endereço eletrônico: www.orleans.sc.gov.br

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO, ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES

7.1. A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços, os Documentos de Habilitação e Documentos do Credenciamento será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Lei complementar 123/2006, em conformidade com este Edital e seus Anexos, na data e horário já determinados, NA SALA/ SETOR DE LICITAÇÕES, localizado na Prefeitura Municipal de Orleans, na Rua XV de Novembro, 282, Orleans, SC.

7.2. No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio reunir-se-ão no local indicado no item 7.1, na presença dos representantes de cada proponente

participante, procedendo como adiante indicado:

7.2.1. Iniciada a sessão, somente serão credenciados os representantes que estiverem presentes no local e data estipulados neste Edital, desde que munidos dos documentos necessários. Somente será admitida a entrada de participante ou representante após aberta a sessão para acompanhar o certame como ouvinte, com o intuito de resguardar a ordem deste ato e evitar possível tumulto.

7.2.2. É dever dos participantes e representantes estar no local e horário indicados.

7.2.3. A Sessão Pública do Pregão não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro.

7.2.3.1. O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, se necessário para determinar alguma providência administrativa ao bom andamento dos trabalhos.

7.2.3.2. Somente será admitida a saída e retorno de representante da sala desde que devidamente motivado e autorizado pelo Pregoeiro.

7.2.3.3. A saída de representante da Sessão Pública, sem autorização do Pregoeiro, subentende-se como abandono/desistência de participação do certame.

7.2.4. Será realizado o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame e entrega dos demais documentos exigidos conforme Cláusula Terceira do presente Edital.

7.3. Abrir-se-ão os envelopes n.º 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicados no Edital.

7.3.1. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio rubricarão os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope n.º 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

7.3.2. O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor Preço/ Por Item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor global, ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 (três) ofertas no intervalo de 10% (dez por cento).

7.3.3. Para as proponentes classificadas, conforme subitem 7.3.2, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

7.3.4. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

7.3.5. Fica a critério do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

7.3.6. O Pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

7.3.7. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.8. A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.3.9. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem decrescente dos preços apresentados.

7.4. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 2 (dois) dias úteis (Art. 43, 1º, LC 123/2006), proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.1. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa

ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

7.4.2. Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, lhe aplicando-se a penalidade de que trata o item 17 deste Edital.

7.5. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 da LC 123/2006.

7.6. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.6.1. Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços com valor excessivo ou com preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços praticados no mercado da região.

7.6.2. Para fins de aferição de inexecutibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

7.6.3. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, lote ou global (conforme o caso), será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições de habilitação, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.7. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.8. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,
- b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7.9. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;
- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1. o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2. o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.9.1. Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2., acima, a licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

7.10. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção

de interpor recurso, na forma que estabelece a Lei 10.520/2002.

7.10.1. A ausência da proponente ou sua saída não autorizada pelo Pregoeiro, antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.11. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

7.12. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, salvo que o motivo do adiamento não permita a imediata fixação da nova data, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.13. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7.14. Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras, permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias corridos à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

7.15. No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de MENOR PREÇO, POR ITEM, desde que atendidas as exigências de habilitação e especificações constantes deste Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2. Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, na forma que estabelece a Lei 10.520/2006.

8.3. Os recursos e contrarrazões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolizados no Protocolo Central da Prefeitura de Orleans, no horário de expediente.

8.4. Sendo verificado que a impugnação e/ou o recurso trata-se de expediente meramente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da licitação, serão tomados os procedimentos administrativos, penais e cíveis cabíveis.

8.5. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações da Prefeitura de Orleans, SC, mediante requerimento.

CLÁUSULA NONA - DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Em não sendo interposto recurso ou se interposto não for provido, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor e encaminhar o processo à autoridade competente para a sua homologação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTRATO

10.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/93 e alterações subsequentes.

11.2. A rescisão do contrato poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

aplicando-se as sanções previstas na legislação de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

12.1. Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.2. Quaisquer atos ou ações praticados por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

13.3. São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao à execução do contrato.

13.4. A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS PRODUTOS ADQUIRIDOS

15.1. A fiscalização, aceitação e rejeição dos produtos adquiridos, pelo órgão contratante, atenderão ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento do bem adjudicado no presente Pregão será pago de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa vencedora, observado o que consta neste edital e seus anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento, e se dará mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Prefeitura de Orleans.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES

18.1. As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas as sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993.

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do produto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado

sobre a parte inadimplente ;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas através de processo administrativo.

18.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

18.3. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

18.4. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser dirigidas por escrito a Prefeitura de Orleans/ Setor de Licitações, mediante requerimento, com antecedência de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

19.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.4. A Prefeitura de Orleans poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.5. O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Prefeitura de Orleans, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

19.6. Cópia deste Edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, que devem solicitar pelo e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br.

19.7. A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

19.8. A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos, operando os efeitos da preclusão quanto a eventuais recursos e/ou impugnações sobre o presente instrumento convocatório.

19.9. Fica eleito o Foro da Comarca da Orleans, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir as controvérsias judiciais decorrentes deste certame.

19.10. Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação

serão prestados pelo Setor de Licitações na Prefeitura de Orleans, localizada na Rua: XV de Novembro, 282, Bairro Centro, CEP 88870.000, Orleans/SC, de segunda à sexta-feira, durante o horário de expediente – das 12:30 às 18:30 horas, em dias úteis, ou através do fone/fax (48) 3886.0100.

Orleans-SC, 30 de Abril de 2014.

FABIO SALVADOR

Pregoeiro

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do(s) Item(s)

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTDE	UNIDADE	VL.R. MAXIMO PREVISTO	VALOR TOTAL
01	GASOLINA COMUM	29.000	L	3,20	90.190,00
	TOTAL GERAL				90.190,00

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

Modelo de Proposta de Preços

À

PREFEITURA DE ORLEANS

Item	Qtde	Unid.	Descrição do Produto	Marca	Vlr.Unit.	Vlr. Total

Dados da Licitante

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ()

Fac-simile: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante:

Fone: ()

Fac-simile: ()

Local e data:

Assinatura/Carimbo

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

PREFEITURA DE ORLEANS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

ABERTURA: 13/05/2014.

A _____ (nome do licitante), por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, credencia como seu representante o Sr. _____

(nome e qualificação), CPF Nº _____ e CI Nº _____ para em seu nome participar do certame em epígrafe, conferindo-lhe poderes especialmente para formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao pregão, na sessão pública de julgamento, nos termos do artigo 4º da Lei 10.520/2002.

_____, em _____ de _____ 2013.

NOME E ASSINATURA

REPRESENTANTE LEGAL DO CREDENCIANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

Empresa: _____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na letra "f" do item 3.1.1 do Edital de Pregão Presencial nº 58/2014, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014.

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. NumContrato
TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A PREFEITURA DE ORLEANS E A EMPRESA NomeContratado NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO TipoContrato.

Contrato que entre si celebram o PREFEITURA DE ORLEANS, Estado de Santa Catarina sito à Rua XV de Novembro, 282, s/n., inscrita no CGC/MF sob o nº 82.926.544/0001-43, neste ato representada por seu representante, Senhora MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, PREFEITO DE ORLEANS, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa NomeContratado, com sede à EnderecoContratado inscrita no CNPJ/MF sob o nº. CNPJContratadoCPFContratado neste ato representada por seu

representante legal Senhor NomeRespContratado, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 58/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2014, homologado em 01/01/1900, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O objeto do presente contrato é a ObjetoContrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, PREGÃO PRESENCIAL, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 - O objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: TipoContrato

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição do material objeto deste Contrato, o preço proposto que é R\$ ValorContrato ValorContratoExtenso.

4.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 - Os pagamentos serão efetuados de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela proponente na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou Ordem Bancária.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5 - O custo apresentado caracterizando o preço unitário e global para a aquisição do material será reajustado de acordo com o seguinte critério: SEM REAJUSTE.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de fornecimento do material é de PARCELADO, e terá vigência de DataAssinatura à DataVencimento, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 60 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.

6.2 - O início deve se dar em 5 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Orçamento do ano de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - O material somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo Órgão competente da CONTRATANTE.

8.2 - No caso de não aceitação do material pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação recebida.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 - Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativo de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666.93

9.1.2 - Por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens.

9.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, respeitados os termos do Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantida a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei Nº. 8.666/93.

10.1.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do Objeto licitado com atraso, até o limite de 6% (seis por cento).

10.1.2 - Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso, e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, a PREFEITURA DE ORLEANS poderá aplicar a multa em dobro da forma do item 10.1.1.

10.1.3 - Advertência

10.1.4 - Suspensão do direito de licitar, junto ao PREFEITURA DE ORLEANS.

10.1.5 - Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal Sr. MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto pendurar os motivos da punição.

10.2 - O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nos itens 10.1.1. e 10.1.2. será contados em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

10.3 - Nenhum pagamento será processado à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE:

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá, unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autorizada designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

d) razões de interesse do serviço público.

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados:

a) o atraso injustificado na entrega do material;

b) suspensão, pelas autoridades competentes, do fornecimento de materiais da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;

c) a paralisação do fornecimento de materiais sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;

d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação

com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste; e) o cometimento reiterado de faltas no seu fornecimento de materiais;

f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato.

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;

b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos materiais já fornecidos, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;

c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade à aquisição de materiais através de outras empresas, ou da forma que julgar mais convenientes;

d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender o fornecimento de materiais referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, em seu artigo 79 da Lei Nº. 8.666/93;

b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de materiais já fornecidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local para entrega dos materiais, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os materiais já fornecidos, de acordo com os termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NOVAÇÃO

12 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO

13 - A CONTRATADA é responsável pelos seguros no transporte do material até o local de destino definido pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Orleans, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as

testemunhas abaixo.

ORLEANS, DataExtensoAssinatura.

MARCO ANTONIO B. CASCAES
PREFEITO DE ORLEANS

NomeContratado
Representante Legal

Testemunhas:

CPF:

CPF:

Ouro Verde**PREFEITURA****Decreto Nº2466**

DECRETO N.º 2466/2014

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas do Município de Ouro Verde, no dia 02/05/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 28 de abril de 2014.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN
Vice-Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****Edital Pregão102-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 19 de maio de 2014 às 14:00hs na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 102//2014, que tem por objeto aquisição de cestas básica e Kits de café para Secretaria de Assistência Social. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 30 de abril de 2014.

A PREGOEIRA.

Pregão Presencial Nº 103/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 20 de maio de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 103/2014, que tem por objeto a aquisição de móveis para atender as necessidades do CRAS, CREAS, IGD, PETI, Abrigo Institucional e Centro do Idoso, através do Fundo Municipal de Assistência Social. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 30 de abril de 2014. A PREGOEIRA.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**Portaria SMS 01/2014**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Portaria nº 01

15 de janeiro de 2014

Dispõe sobre a reorganização dos critérios para inclusão no Programa Fórmula Lácteas e Especiais.

O Secretário Municipal de Saúde, Sr. Rosinei Horácio de Souza, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber;

CONSIDERANDO a necessidade de reorganizar critérios para inclusão no programa de Fórmulas Lácteas e Especiais, de acordo com as diretrizes do SUS.

Resolve:

ARTIGO 1º - O Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais, que dispõe de fórmulas lácteas e também especiais, faz parte do plano terapêutico para munícipes de Palhoça atendidos no SUS sob gestão municipal, que se utilizam das Unidades de Saúde e estão acometidos das morbidades (patologias) e critérios descritos nos próximos artigos.

ARTIGO 2º - As crianças residentes no município de Palhoça atendidas nas Unidades de Saúde, por profissionais integrantes do SUS em âmbito municipal, e para as quais for prescrito fórmulas lácteas e especiais:

I - Criança com faixa etária entre 0 a 1 (um) ano 11 (onze) meses e 29 (vinte nove) dias de idade ;

II - Crianças com alergia a proteína do leite de vaca ou de soja;

III - Falência do crescimento: desaceleração do ganho pondero-estatural ou traçado de curva de peso para idade descendente, aos três meses consecutivos;

IV - Síndrome de má absorção;

V - Déficit nutricional: pequeno para a idade gestacional; prematuridade extrema;

VI - Situações em que há contra-indicação absoluta da amamentação.

ARTIGO 3º - Para a inscrição no Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais os responsáveis deverão apresentar a seguinte documentação:

I - Cópia da certidão de nascimento da criança;

II - Número do Cartão SUS;

III - Carteira de vacinação ou Carteira de Saúde atualizada;

IV - Receita médica do Pediatra, Nutricionista e/ou Nutrólogo, que deve conter o tipo de fórmula e/ dieta, quantidade para 30 (trinta) dias e o período aproximado de uso, em meses, para o tratamento; não serão aceitas receitas com nome comercial.

V- Diagnóstico e descrição detalhada do quadro clínico, justificando a indicação do produto;

VI - Caderneta de saúde com dados atualizados (peso, altura, vacinação, entre outros) da criança;

VII - Cartão Nacional do SUS;

VIII - Comprovante de residência;

IX - RG e CPF do responsável;

X - Inscrição no SISVAN;

ARTIGO 4º - As crianças residentes no município de Palhoça deverão passar pela Avaliação do profissional de nutrição do Programa de Fórmulas Lácteas e Especial após a entrega dos documentos para inserção no programa.

ARTIGO 5º - As crianças residentes no município de Palhoça inseridas no Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais serão acompanhadas pela Unidade Básica de Saúde de referência da criança e deverão ser submetidas inicialmente por avaliação do médico da família nos dois primeiros meses subsequentes, onde serão considerados os seguintes parâmetros:

I - Vacinação atualizada;

II - Índices antropométricos;

III - Participação em grupo de orientação na Unidade de Saúde ou na Comunidade com orientação da Equipe Técnica da Unidade de Saúde;

IV - Atualização de endereços.

ARTIGO 6º - As crianças residentes no município de Palhoça inseridas no Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais deverão consultar com o pediatra, nutricionista e /ou nutrólogo no terceiro mês para avaliação deste no programa, onde serão considerados os seguintes parâmetros:

I - Receita, que deve conter o tipo de fórmula e/ou dieta, quantidade para 30 (trinta) dias e o período aproximado de uso, em meses, para o tratamento;

II - Diagnóstico e descrição detalhada do quadro clínico, justificando a indicação do produto;

ARTIGO 7º - As crianças residentes no município de Palhoça inseridas no Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais deverão ser acompanhadas pelo Agente comunitário de Saúde de sua área uma vez por mês enquanto durar o tratamento, para realização do preenchimento do Check - List. A Unidade Básica de Saúde ficará responsável de encaminhar o Check - List preenchido para o Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais.

ARTIGO 8º - O profissional regulador poderá marcar quantos retornos forem necessários, porém no 4º mês as crianças devem ser reavaliadas pelo mesmo para verificar a evolução do caso e reavaliar prognósticos. O profissional regulador secundário sempre encaminhará os dados via email da 1ª prescrição da fórmula infantil e deverão referenciar através desta, o diagnóstico, parecer, conduta ao médico da família da UBS onde reside a criança.

ARTIGO 9º - Sempre que a criança não comparecer as consultas será feito busca ativa pelo Agente Comunitário da área onde reside a mesma.

ARTIGO 10º - As crianças residentes no município de Palhoça serão desligadas do Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais quando ocorrer um dos seguintes fatos:

I - Recuperação Nutricional;

II - Mudança de Município;

III - Abandono (desligamento automático após o 3º mês de falta consecutiva, após realizações de Busca Ativa)

IV - 3 (três) faltas consecutivas injustificadas na busca do benefício;

V - Óbito.

ARTIGO 11º - As crianças residentes no município de Palhoça inseridas no Programa de Fórmulas Lácteas e Especiais deverão ter cumprido o fluxo para inclusão no programa:

I - Porta de entrada: Unidade de Saúde;

II - Profissionais envolvidos na avaliação: médicos, nutricionistas e/ou nutrólogo;

III - Encaminhar ficha de inscrição preenchida integralmente em duas vias para a Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 12º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em contrário.

Rosinei de Souza Horácio
Secretário Municipal de Saúde

IPPA

Extrato Betha

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça - IPPA

CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: Locação, em caráter emergencial, da licença de uso dos sistemas compras e licitações, folha de pagamento, recursos humanos, patrimônio e contabilidade pública, bem como suporte técnico na operacionalização desses sistemas.

FIM QUE SE DESTINA: Manutenção dos sistemas de informática necessários ao perfeito funcionamento do IPPA.

VIGÊNCIA: 01/05/2014 à 01/08/2014

FUNDAMENTO: Art, 24, IV da Lei 8.666/93 e suas alterações.

VALOR: R\$ 1.146,00 (hum mil, cento e quarenta e seis reais) mensais.

DATA: 29/04/2014
Milton Luiz Espíndola
Presidente Autárquico

Portaria 012/2014

PORTARIA Nº 012/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor JOÃO MANOEL MARTINS.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor JOÃO MANOEL MARTINS, detentor da matrícula funcional nº 500163, inscrito no CPF sob o 543.672.989-49 e no PIS/PASEP sob o nº 105.813.022-11, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

com efeitos a contar de 30/04/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de abril de 2014.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Gustavo Haeming Gerent
Presidente da Autarquia

Ariana Vera da Rosa Tavares
Assistente Administrativo
Matrícula 900048

Portaria 013/2014

PORTARIA Nº 013/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e declara a vacância do cargo público da servidora Nilza Maria de Souza Pedro.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora Nilza Maria de Souza Pedro, detentora da matrícula funcional nº 30118, inscrita no CPF sob o 454.510.959-49 e no PIS/PASEP sob o nº 106.409.663-38, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de abril de 2014.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Gustavo Haeming Gerent
Diretor-Executivo do IPPA

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300155

Portaria 014/2014

PORTARIA Nº 014/2014

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora MARLY PEREIRA.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora MARLY PEREIRA, detentora da matrícula funcional nº 300145, inscrita no CPF sob o 464.488.539-87 e no PIS/PASEP sob o nº 106.987.049-72, lotada na Secretaria de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 16 de abril de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Gustavo Haeming Gerent
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Andréa Mara H. Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300169

Portaria 015/2014

PORTARIA Nº 015/2014

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora MARIA DA GRAÇA VIEIRA CASCAES.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter proporcional, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, a servidora MARIA DA GRAÇA VIEIRA CASCAES, detentora da matrícula funcional nº 400364, inscrita no CPF sob o Nº 813.540.459-04 e no PIS/PASEP sob o nº 102.461.558-73, lotada na Secretaria da Saúde, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional ao tempo de contribuição, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 40,00% (quarenta por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/04/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 16 de abril de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins Gustavo Haeming Gerent
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Ariana Vera da Rosa Tavares
Assistente Administrativo
Matrícula 900048

CÂMARA MUNICIPAL

Contrato Locação de Sistemas

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2014 - CONTRATO 09/2014.
CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282, neste ato representada pelo Senhor NIRDO ARTUR LUZ, Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, doravante denominada simplesmente CMP e/ou CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sobre o nº 00.456.865/0001-67, domiciliada a Rua: João Pessoa 134, 10º andar, Centro, CEP: 88801-530 Criciúma - SC, neste ato representada por seu representante legal Srº Ernesto Muniz de Souza Junior, brasileiro, portador do CPF nº 004.770.259-19 e residente e domiciliado, em Criciúma/SC, doravante denominado CONTRATADO, em decorrência do andamento do processo licitatório, modalidade Pregão Presencial esta em andamento, justifica-se a Emergência do contrato por 60(sessenta) dias conforme fundamento legal no art. 24, inciso X, da Lei de Licitação 8.666/93, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto e sua Execução:

Constitui objeto da dispensa do presente Contrato de urgência para contratação dos serviços da empresa Betha Sistemas Ltda, com suporte técnico para Compras, Contabilidade Pública, Patrimônio, Legislativo, Folha de Pagamento para apoio administrativo por mais 60(sessenta) dias, conforme especificação da Dispensa de Licitação - nº 002/2014, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor:

O valor a ser pago pelo fornecimento dos serviços descrito na cláusula primeira deste instrumento importa em R\$ 3.430,00(três mil quatrocentos e trinta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Condições De Pagamento

A CMP pagará a CONTRATADA o valor mencionado na cláusula anterior, mensalmente em até 15(quinze) dias após o recebimento da nota eletrônica.

O pagamento será efetuado exclusivamente através de crédito em conta corrente, em nome da empresa e no banco de sua escolha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça, Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir

questões oriundas da execução do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Palhoça, 29 de abril de 2014.

Nirido Artur Luz Ernesto Muniz de Souza Junior
Câmara Municipal de Palhoça Betha Sistemas Ltda
CONTRATANTE CONTRATADO

TESTEMUNHA:

Nome: _____

Assinatura: _____

CPF/MF: _____

RG: _____

TESTEMUNHA:

Nome: _____

Assinatura: _____

CPF/MF: _____

RG: _____

Palmitos

PREFEITURA

Processo 59/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 59/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REGENCIA PARA BANDA MARCIAL, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO I.. Data da entrega dos envelopes: 15/05/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 15/05/2014 às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 30 de Abril de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Editais de Notificação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 694/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAT8504	54803884C	5010/0	13/09/2009	R\$ 574,61	162 * I
AAT8504	54803885C	6599/2	13/09/2009	R\$ 191,53	230 * V
AAT8504	54803886C	5061/0	13/09/2009	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
EHQ8008	54805099C	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE ABRIL DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 695/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HRQ9282	54926377D	6599/2	04/03/2013	230 * V
HRQ9282	54926378D	5010/0	04/03/2013	162 * I
LYC3403	54095523E	5010/0	10/02/2013	162 * I
LYC3403	54095524E	5169/1	10/02/2013	165
LZT5678	54925716D	5010/0	09/02/2013	162 * I
LZT5678	54925717D	5118/0	09/02/2013	164 c/c 162 * I
LZT5678	54925719D	5169/1	09/02/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE ABRIL DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 432 696/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXT4706	54805163C	5010/0	19/12/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXT4706	54805164C	6599/2	19/12/2010	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE ABRIL DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 697/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCO1487	54095507E	5991/0	24/12/2012	R\$ 191,53	206 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE ABRIL DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 698/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUA3711	54925721D	6920/0	19/02/2013	233
MAA3040	54926517D	5010/0	15/02/2013	162 * I
MAA3040	54926518D	6599/2	15/02/2013	230 * V
MDS0063	54925720D	6920/0	19/02/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE ABRIL DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 699/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBI2342	54805837C	5010/0	07/10/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE ABRIL DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 432 700/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APQ6268	54095529E	7030/1	24/02/2013	244 * I
ASS1143	54095528E	6050/1	22/02/2013	208
MJE1143	54925894D	5967/0	25/10/2012	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE ABRIL DE 2014

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 701/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYR9258	54095515E	6599/2	13/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE ABRIL DE 2014

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
DELEGADO DE POLÍCIA

Papanduva

PREFEITURA

Lei N. 2021, de 30 de Abril de 2014 - Diárias

Lei n. 2021, de 30 de abril de 2014.

Dispõe sobre viagem a serviço e concessão de diárias aos servidores dos órgãos da administração pública, empregados públicos, conselheiros tutelares, estagiários e agentes políticos e dá outras providências.

Eu, Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou, e Eu, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. O servidor da administração pública, empregado público, conselheiro tutelar, estagiário ou agente político que se deslocar de sua sede, eventualmente, e por motivo de serviço, participação em cursos ou eventos de capacitação profissional, fará jus à percepção de diária de viagem para cobrir despesas com alimentação e pousada.

Art. 2º. A concessão de diária fica condicionada à existência de cota orçamentária e financeira disponíveis de cada órgão ou entidade.

Art. 3º. Os valores das diárias são os constantes na Tabela do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. O Executivo Municipal fica autorizado a atualizar, periodicamente, por Decreto, os valores das diárias de viagens constantes da Tabela do Anexo I desta Lei, nos mesmos índices, percentuais e datas das revisões gerais de vencimentos que forem concedidos aos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º. São competentes para autorizar a concessão de diária e o uso do meio de transporte a ser utilizado na viagem, o Prefeito, os Secretários Municipais ou os Presidentes das Autarquias.

Parágrafo único. A solicitação deverá ser feita por meio de utilização do formulário, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 5º. A diária será devida sempre que o servidor, empregado público, conselheiro tutelar, estagiário e o agente político se afastar do Município, tomando-se como termo inicial e final para contagem dos dias, respectivamente, a hora da partida e da chegada na sede, exceto quando:

I - o deslocamento se der dentro do território do Município de Papanduva.

II - dispuser de alimentação e hospedagem incluída em evento para o qual o servidor esteja inscrito.

§ 1º. Os valores das Diárias serão pagos na seguinte proporção:
I - Acima de 20(vinte) horas, por meio de comprovação legal da pernoite, será devida diária integral.

II - Período de 12(doze) a 20(vinte) horas, será devida 1/2 diária.

III - Período de 8(oito) a 12(doze) horas, será devida 1/3 da diária.

IV - Período de 6(seis) a 8(oito) horas, será devida 1/4 da diária.

V- Período de 4(quatro) a 6(seis) horas, será devida 1/6 da diária.

VI - Os deslocamentos com período inferior a 4(quatro) horas não serão pagos, exceto quando o deslocamento se der no horário compreendido das 11 horas às 13h e 30m, através de comprovante de pagamento de despesas com alimentação, preferencialmente através de cupom fiscal, e na sua falta, nota fiscal, onde será

devida 1/6 da diária.

§ 2º. Não se inclui no valor das diárias os gastos com transporte entre Município e a Localidade de destino e serviços de taxi, tendo em vista que os mesmos serão pagos à parte pelo Município.

§ 3º. Não será permitido o reembolso de despesas extras com bebidas alcoólicas, telefonemas particulares e outras equivalentes.

Art. 6º. As diárias, até o limite de 03(três), poderão ser pagas antecipadamente.

Parágrafo único. Quando a viagem ultrapassar esse limite, as diárias excedentes serão autorizadas mediante justificativa fundamentada.

Art. 7º. Caso não seja utilizado para viagem veículo oficial poderá ser concedido adiantamento de numerário para aquisição de passagens, exceto aéreas.

Parágrafo único. Sempre que a viagem se der por via aérea deverá ser feito uso, preferencialmente, da classe econômica.

Art. 8º. Não serão autorizadas viagens em veículo particular, excetuando-se aquelas realizadas em veículos locados ou cedidos aos órgãos, fundações e autarquias.

Art.9º. Em todos os casos de deslocamento para viagem previstos nesta Lei, o beneficiário será obrigado a apresentar como comprovante um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, a saber:

I - do deslocamento:

a) Diário de Bordo ou autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;

b) Bilhete de passagem, sem o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;

c) Comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

II - da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

a) Nota fiscal de hospedagem;

b) Nota fiscal de alimentação;

c) Nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;

d) Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

III - do cumprimento do objetivo da viagem:

a) Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;

b) Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem;

§ 1º. Caso a viagem ultrapasse a quantidade de diárias solicitadas, ocorrerá o devido pagamento das diárias correspondentes ao período prorrogado, mediante justificativa fundamentada e autorização do secretário municipal da referida pasta, prefeito municipal e presidente das autarquias.

§ 2º. O descumprimento do disposto no "caput" deste artigo sujeitará o infrator ao desconto integral imediato em folha, dos valores de diária recebidos, sem prejuízo de outras sanções legais.

§ 3º. A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas é, respectivamente, das autoridades solicitantes e concedentes.

§ 4º. Cabe ao Secretário Municipal da Fazenda examinar a prestação de contas e seus documentos, rejeitando os que não observarem as disposições determinadas nesta Lei.

§ 5º. O beneficiário que receber diárias antecipadamente e não se afastar da sede por qualquer motivo, fica obrigado a efetuar a restituição integral dentro do prazo de 48(quarenta e oito) horas, sujeito a punição disciplinar, salvo motivo justo.

§ 6º. O servidor que retornar à sede em prazo menor que o previsto e que tenha recebido diárias antecipadamente, fica obrigado a efetuar restituição das diárias recebidas em excesso, no prazo de

48(quarenta e oito) horas, após o retorno.

§ 7º. O beneficiário é obrigado a restituir integralmente ao concedente ou ao detentor do adiantamento as diárias consideradas indevidas, sem prejuízo da competente apuração de responsabilidades.

Art. 10. Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária indevidamente.

Art. 11. É vedado o pagamento de diária cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e pousada.

Art. 12. Situações excepcionais deverão ser encaminhadas para deliberação das Secretarias de Administração e Fazenda.

Art. 13. Quando em viagem com veículo oficial, fica autorizado o ressarcimento dos valores gastos com estacionamento, desde que apresentem comprovante idôneo da respectiva despesa.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1747, de 12 de setembro de 2006, alterada pela Lei nº 1785, de 24 de abril de 2007.

Município de Papanduva,
30 de abril de 2014.
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA
Secretário da Administração

Lei n. 2021, de 30 de abril de 2014.

ANEXO I

TABELA DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS MUNICÍPIOS COM ATÉ 100 KM DA SEDE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

DESCRIÇÃO	PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNI- CIPAIS	PRESIDENTES E SER- VIDORES DAS AUTAR- QUIAS, CONSELHEIROS TUTELARES, ESTAGI- ÁRIOS, EMPREGADOS PÚBLICOS E DEMAIS SERVIDORES
Diária completa com pernoite	R\$ 150,00	R\$ 120,00
1/2 Diária	R\$ 75,00	R\$ 60,00
1/3 da Diária	R\$ 50,00	R\$ 40,00
1/4 da Diária	R\$ 37,50	R\$ 30,00
1/6 da Diária	R\$ 25,00	R\$ 20,00

CAPITAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESCRIÇÃO	PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNI- CIPAIS	PRESIDENTES E SER- VIDORES DAS AUTAR- QUIAS, CONSELHEIROS TUTELARES, ESTAGI- ÁRIOS, EMPREGADOS PÚBLICOS E DEMAIS SERVIDORES
Diária completa com pernoite	R\$ 300,00	R\$ 240,00
1/2 Diária	R\$ 150,00	R\$ 120,00
1/3 da Diária	R\$ 100,00	R\$ 80,00
1/4 da Diária	R\$ 75,00	R\$ 60,00
1/6 da Diária	R\$ 50,00	R\$ 40,00

CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ

Nº DE DIÁRIAS	PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNI- CIPAIS	PRESIDENTES E SER- VIDORES DAS AUTAR- QUIAS, CONSELHEIROS TUTELARES, ESTAGI- ÁRIOS, EMPREGADOS PÚBLICOS E DEMAIS SERVIDORES
Diária completa com pernoite	R\$ 250,00	R\$ 200,00
1/2 Diária	R\$ 125,00	R\$ 100,00
1/3 da Diária	R\$ 83,00	R\$ 66,00
1/4 da Diária	R\$ 62,50	R\$ 50,00
1/6 da Diária	R\$ 40,00	R\$ 33,00

DEMAIS MUNICÍPIOS DA FEDERAÇÃO

DESCRIÇÃO	PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNI- CIPAIS	PRESIDENTES E SER- VIDORES DAS AUTAR- QUIAS, CONSELHEIROS TUTELARES, ESTAGI- ÁRIOS, EMPREGADOS PÚBLICOS E DEMAIS SERVIDORES
Diária completa com pernoite	R\$ 250,00	R\$ 200,00
1/2 Diária	R\$ 125,00	R\$ 100,00
1/3 da Diária	R\$ 83,00	R\$ 66,00
1/4 da Diária	R\$ 62,50	R\$ 50,00
1/6 da Diária	R\$ 40,00	R\$ 33,00

DISTRITO FEDERAL

DESCRIÇÃO	PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNI- CIPAIS	PRESIDENTES E SER- VIDORES DAS AUTAR- QUIAS, CONSELHEIROS TUTELARES, ESTAGI- ÁRIOS, EMPREGADOS PÚBLICOS E DEMAIS SERVIDORES
Diária completa com pernoite	R\$ 550,00	R\$ 440,00
1/2 Diária	R\$ 275,00	R\$ 220,00
1/3 da Diária	R\$ 183,00	R\$ 146,00
1/4 da Diária	R\$ 137,50	R\$ 110,00
1/6 da Diária	R\$ 91,60	R\$ 73,00

OUTRAS CAPITAIS

DESCRIÇÃO	PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNI- CIPAIS	PRESIDENTES E SER- VIDORES DAS AUTAR- QUIAS, CONSELHEIROS TUTELARES, ESTAGI- ÁRIOS, EMPREGADOS PÚBLICOS E DEMAIS SERVIDORES
Diária completa com pernoite	R\$ 300,00	R\$ 240,00
1/2 Diária	R\$ 150,00	R\$ 120,00
1/3 da Diária	R\$ 100,00	R\$ 80,00
1/4 da Diária	R\$ 75,00	R\$ 60,00
1/6 da Diária	R\$ 50,00	R\$ 40,00

Lei n. 2021, de 30 de abril de 2014.
ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

NOME DA SECRETARIA/SETOR _____

DATA ____/____/____

NOME DO SERVIDOR _____

CARGO _____

DIÁRIAS _____

DATA DA VIAGEM _____

DESTINO _____

MOTIVO _____

AUTORIZADO POR: _____

ASSINATURA SECRETÁRIO/PRESIDENTE AUTARQUIA/PREFEITO

Aprovação pela Secretaria competente/Presidente da Autarquia

_____/_____/____

Data

Carimbo/Assinatura

Contrato Nº 031/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 031/2014, Objeto: Locação de uma área de 10.986,06 m² (dez mil, novecentos e oitenta e seis metros e seis centímetros quadrados), para realizar a exploração de cascalho existente na referida área e instalar britador e seus equipamentos, a qual situa-se na localidade de Taiozinho, neste Município. Contratado: ALTACIR GALKOWSKI, totalizando o montante de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), sendo R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais. Vigência: O presente instrumento terá início no dia 01 de abril de 2014 e término em 31 de dezembro de 2014.

Papanduva/SC,
01 DE ABRIL DE 2014
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Primeiro Termo de Retificação de Contrato Nº 034/2014

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Contrato Nº: 034/2014, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Papanduva, por intermédio do seu Prefeito, para contratação de serviços de segurança para a PAPANFEST e Festiva da Canção - Canta Papanduva.

Onde se lê:

...

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O valor total do presente instrumento contratual é de R\$ 18.845,00 (dezoito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), sendo R\$ 13.125,00 (treze mil, cento e vinte e cinco reais) relativos ao item 03 e R\$ 2.720,00 (dois mil, setecentos e vinte reais) relativos ao item 04.

5.2 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a locação, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

Leia-se:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

5.1 - O valor total do presente instrumento contratual é de R\$ 15.845,00 (dezoito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais), sendo R\$ 13.125,00 (treze mil, cento e vinte e cinco reais) relativos ao item 03 e R\$ 2.720,00 (dois mil, setecentos e vinte reais) relativos ao item 04.

5.2 - O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a prestação do serviço, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

...

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Contrato.

Papanduva,
14 de abril de 2014.
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Organizações Plena Segurança e Eventos Ltda
Contratado

Ata de Registro de Preços 022/2014**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2014**

Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 035/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 08/04/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa MADEVIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.197.303/0001-60, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de materiais de pintura para reforma e manutenção dos prédios públicos municipais, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da Presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 20.201,70 (vinte mil, duzentos e um reais e setenta centavos), referente aos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 035/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 035/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - A entrega dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 24hs (vinte e quatro horas) após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente no local da execução dos serviços

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à registrada será(ao) efetuado(s) até o 15º(décimo quinto) dia do mês subsequente ao da entrega do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.3 - Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 035/2014 e seus anexos;

5.4 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a REGISTRADA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- a - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

f - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
g - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A empresa vencedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva/SC, 08 de abril de 2014.

_____- Silvana Frederico - Pregoeira
_____- Márcio Wisniewski - Equipe de Apoio
_____- Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____- Eliton Luis de Souza Prestes - Equipe de Apoio
_____- MADEVIA LTDA - EPP

DARIO SCICOVSKI
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços 027/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2014

Aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 037/2014 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/04/2014, RESOLVE registrar os preços da empresa CIMENTELA INDUSTRIA DE TELAS E ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob nº 78.527.645/0001-74, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de meios fios e tubos de concreto, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O objeto adjudicado deverá ser entregue no território do Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento. A registrada deverá iniciar a entrega do objeto, imediatamente após receber a(s) devida(s) ordem(s) de serviço e/ou solicitação(ões) da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura;

1.5 - O valor da presente Ata de Registro de preços é de R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais), referente ao item 02, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 037/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 037/2014 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - A entrega dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva/SC;

4.2 - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

5.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 037/2014 e seus anexos;

5.4 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a EMPRESA VENCEDORA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

8.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 - A empresa vencedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 - Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papan-duva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva/SC, 09 de abril de 2014.

_____- Silvana Frederico - Pregoeira
_____- Márcio Wisnievski - Equipe de

Apoio

_____- Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____- Eliton Luis de Souza prestes -

Equipe de Apoio

_____- CIMENTELA Indústria de Telas
e Artefatos de Concreto Ltda EPP

DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Passo de Torres**PREFEITURA****Extrato de Contrato 056/2014 Pmpt**

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 56/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: JOÃO ANTONIO RIEGER

Objeto: locação de imóvel para o funcionamento do CRAS (Centro de Referencia da Assistência Social) localizado a Rua Jose Martins de Souza, 350, Bairro Centro, Passo de Torres - SC, com área total de 172 m² (cento e setenta e dois).

Valor: R\$ 8.100,00

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e DL nº38/2014

Dotação Orçamentaria:

(168) 2.034.3.3.90.00.00.00.00 0148

Passo de Torres,

28 de março de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 057/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 57/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Lidineia Ferraz Zeferino Justo

Objeto: aulas de confecção de objetos em taboa, para adultos e jovens, trabalhando nesta perspectiva a solidariedade a auto-estima, a promoção da cultura local e a valorização do próprio município

Valor: R\$ 560,00

Vigência: 30/04/2004

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentaria:

(79) 2.034.3.3.90.00.00.00.00 0052

Passo de Torres,

01 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 058/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 58/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Adriana Rospa Xavier

Objeto: aulas de biscuit, para pessoas da comunidade que sejam famílias do PAIF, e que venham a se beneficiar com atividades diferenciadas, como neste o artesanato. Conforme projeto "Convivendo e Aprendendo." Oficina de Biscuit.

Valor: R\$ 1.440,00

Vigência: 30/06/2004

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentaria:

(79) 2.034.3.3.90.00.00.00.00 0052

Passo de Torres,
01 de Abril de 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 059/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 59/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: J. LEAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA

Objeto: serviços de engenharia na área de consultoria, assessoria técnica, levantamentos, cartas consultas, consultas prévias, cadastros, ante-projetos, pré-projetos, projetos básicos, orçamentos, memorial descritivo, parecer técnico e acompanhamento de processo junto ao governo federal, estadual e autarquias, na área da educação, administração.

Valor: R\$ 29.640,00

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e CV 35/214

Dotação Orçamentaria:

(14) 2.007.3.3.90.00.00.00.0100

(33) 2.010.3.3.90.00.00.00.0058

(131) 2.048.3.3.90.00.00.00.0100

Passo de Torres, 04 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 060/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 60/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: RODRIGO AGOSTINHO PACHECO

Objeto: serviços para contratação de um Instrutor de Banda, para atender a Banda Marcial Fanfarra do Município de Passo de Torres/SC.

Valor: R\$ 7.965,00

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93

Dotação Orçamentaria:

(48) 2.010.3.3.90.00.00.00.00 0695

Passo de Torres, 07 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 061/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 61/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: CONCRETAR CONCRETO USINADO LTDA

Objeto: Aquisição De 25,000m³ De Concreto Para Reconstrução Imediata De Bueiro Duplo. Na Rodovia Que Liga O Centro Da Cidade Com As Praias.

Valor: R\$ 7.750,00

Vigência: 30/04/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93e Lic. DL41/2014

Dotação Orçamentaria:

(125) 1.053 4.4.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres,

07 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 062/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 62/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: T.S. NUERMBERG - EPP

Objeto: Aquisição De 10 (Dez) Tubo De Concreto Medindo 1,00mt X 1,00mt, Para Reconstrução Imediata De Bueiro Duplo. Na Rodovia Que Liga O Centro Da Cidade Com As Praias.

Valor: R\$ 1.700,00

Vigência: 30/04/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93e Lic. DL42/2014

Dotação Orçamentaria:

(125) 1.053 4.4.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres,

10 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 063/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 63/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA

Objeto: serviços de Arbitragem e jogos de apoio técnico para a realização do campeonato de futebol de campo

Valor: R\$ 12.516,00

Vigência: 30/06/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93e Lic. CV37/2014

Dotação Orçamentaria:

(58) 3.3.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres,

10 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 064/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 64/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: MALEU MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

Objeto: aquisição de 408,00M³ de aterro arenoso e 166,00M³ de argila para reconstrução imediata de bueiro duplo. na rodovia que liga o centro da cidade com as praias.

Valor: R\$ 4.018,00

Vigência: 30/06/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93e Lic. DL43/2014

Dotação Orçamentaria:

(125) 1.053 4.4.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres,
11 de Abril de 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 065/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 65/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: NOELMI PEREIRA SIVEIRA

Objeto: locação de um imóvel constituído de uma casa de alvenaria, medindo aproximadamente 400 mts², localizada na rua estrada geral, s/n, costa do mampituba, passo de torres/ sc. .

Valor: R\$ 2.400,00
Vigência: 31/12/2014
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentaria:
(163) 2.034 3.3.90.00.00.00.00.00.0702
(80) 2.034 3.3.90.00.00.00.00.00.0100

Passo de Torres,
11 de Abril de 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 066/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 66/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: CLAUDIO MARCELO DE SOUZA PEREIRA

Objeto: prestação de serviço ministrando aulas de treinamento de taekwondo, para alunos que frequentam o serviço de convivência fortalecimento de vínculos para crianças de adolescentes. para desenvolver um trabalho educativo de modo participativo, visando incentivar as crianças e adolescentes do município à buscar e a construção do seu projeto de vida.

Valor: R\$ 1.950,00
Vigência: 11/07/2014
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentaria:
(79) 2.034 3.3.90.00.00.00.00.00 0052

Passo de Torres,
11 de Abril de 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 067/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 67/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: LUZIA VARGAS EUGENIO

Objeto: serviços ministrando atividades de terapia corporal, para pessoas da comunidade que sejam famílias do PAIF(Programa de Atenção Integral a Família), portadora de necessidades especiais e demais pessoas que se encontrem em vulnerabilidade social. Conforme projeto " Grupo Sintonia do Corpo."

Valor: R\$ 1.620,00
Vigência: 30/07/2014
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93
Dotação Orçamentaria:
(168) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 0148

Passo de Torres,
11 de Abril de 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 068/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 68/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: HUMBERTO ROCHA RAMOS

Objeto: aquisição de alimentos e material de limpeza para uso no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes do nosso município. de acordo com os valores constantes da proposta vencedora para cada item.

Valor: R\$ 1.620,00
Vigência: 31/12/2014
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 36/2014
Dotação Orçamentaria:
(168) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 0148

Passo de Torres,
11 de Abril de 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 069/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 69/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: DILCEU ROLDÃO SPINDLER ME

Objeto: aquisição de alimentos e material de limpeza para uso no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes do nosso município. de acordo com os valores constantes da proposta vencedora para cada item.

Valor: R\$ 5.417,50
Vigência: 31/12/2014
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 36/2014
Dotação Orçamentaria:
(168) 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 0148

Passo de Torres,
11 de Abril de 2014.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 070/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 70/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: EDUARDO KRAS FERNANDES ME

Objeto: aquisição de alimentos e material de limpeza para uso no serviço de convivência e fortalecimento de

vínculos para crianças e adolescentes do nosso município. de acordo com os valores constantes da proposta vencedora para cada item.

Valor: R\$ 413,85

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 36/2014

Dotação Orçamentaria:

(168) 2.034.3.3.90.00.00.00.00 0148

Passo de Torres,
11 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 071/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 71/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: PATRICIO COZZA APOLINARIO ME

Objeto: aquisição de alimentos e material de limpeza para uso no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes do nosso município. de acordo com os valores constantes da proposta vencedora para cada item.

Valor: R\$ 15.189,10

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 36/2014

Dotação Orçamentaria:

(168) 2.034.3.3.90.00.00.00.00 0148

Passo de Torres,
11 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 072/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 72/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: DILCEU ROLDÃO SPINDLER ME

Objeto: aquisição de material de limpeza para uso na centro de educação infantil e escola manoj Rodrigues da Silva, Rosa do Mar e Ildo Meneghetti, para manutenção das mesmas. de acordo com os valores constantes da proposta vencedora para cada item.

Valor: R\$ 4.976,65

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 39/2014

Dotação Orçamentaria:

(33) 2.010 3.3.90.00.00.00.00 0058

Passo de Torres,
14 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 073/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 73/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: EDUARDO KRAS FERNANDES ME

Objeto: aquisição de material de limpeza para uso na centro de educação infantil e escola manoj Rodrigues da Silva, Rosa do Mar e Ildo Meneghetti, para manutenção das mesmas. de acordo com os valores constantes da proposta vencedora para cada item.

Valor: R\$ 1.057,40

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 39/2014

Dotação Orçamentaria:

(33) 2.010 3.3.90.00.00.00.00 0058

Passo de Torres,
14 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 074/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 74/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: HUMBERTO ROCHA RAMOS ME

Objeto: aquisição de material de limpeza para uso na centro de educação infantil e escola manoj Rodrigues da Silva, Rosa do Mar e Ildo Meneghetti, para manutenção das mesmas. de acordo com os valores constantes da proposta vencedora para cada item.

Valor: R\$ 2.370,00

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 39/2014

Dotação Orçamentaria:

(33) 2.010 3.3.90.00.00.00.00 0058

Passo de Torres,
14 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 075/2014 Pmpt

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 75/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: PATRICIO COZZA APOLINARIO ME

Objeto: aquisição de material de limpeza para uso na centro de educação infantil e escola manoj Rodrigues da Silva, Rosa do Mar e Ildo Meneghetti, para manutenção das mesmas. de acordo com os valores constantes da proposta vencedora para cada item.

Valor: R\$ 11.705,40

Vigência: 31/12/2014

Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 39/2014

Dotação Orçamentaria:

(33) 2.010 3.3.90.00.00.00.00 0058

Passo de Torres,
14 de Abril de 2014.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

Aviso de Licitação

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0027/2014
PREGÃO PRESENCIAL N. 0018/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0018/2014 - Objeto - aquisição de sêmen de touros das raças Holandesa, Jersey e Normando, luvas e bainhas especiais para inseminação artificial, bem como botijão criogênico para armazenamento de sêmen, conforme especificações contidas em Anexo I do edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas, do dia 15 de maio de 2014, iniciando-se a sessão publica às 09:00 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia,
30 de abril de 2014.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Ata de Registro de Preços N.0002/2014

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0028/2014
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0002/2014
PREGÃO PRESENCIAL N. 0019/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, situada à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o sistema de registro de preço Nº 0002/2014 na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0019/2014 - Objeto - Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para aquisição de pneus novos, destinados aos veículos da frota municipal, conforme especificações contidas em Anexo I do edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas, do dia 15 de maio de 2014, iniciando-se a sessão publica às 14:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia,
30 de abril de 2014.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

Edital 374-13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000374/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
BKI2414 54327649D 06/08/2013 6599-2
INP4652 54095236E 26/07/2013 7366-2
LZQ2386 54327648D 03/08/2013 5010-0
MEH1280 54095358E 04/08/2013 5525-0

Infr./Desd.	Enquadramento
6599-2	230 * V
7366-2	252 * VI
5010-0	162 * I5525-0 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital 375-13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000375/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a e 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa
Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
ACH9992 54095015E 21/04/2013 5835-0 R\$ 127,69
ACH9992 54095018E 21/04/2013 5207-0 R\$ 53,20
ACH9992 54095019E 21/04/2013 5185-2 R\$ 127,69

ACH9992 54095020E 21/04/2013 5185-2 R\$ 127,69
 ACH9992 54095222E 20/05/2013 5185-1 R\$ 127,69
 ACH9992 54327687D 20/05/2013 7315-0 R\$ 85,12

Infr./Desd.	Enquadramento
5835-0	195
5207-0	169
5185-2	167
5185-1	167
7315-0	252 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital 376-13

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000376/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
 IMB6308 54095356E 04/08/2013 6637-1
 MGO6745 54095235E 07/08/2013 6599-2
 MGX4390 54095041E 02/08/2013 5525-0

Infr./Desd.	Enquadramento
6637-1	230 * IX
6599-2	230 * V5525-0 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital 377-13

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000377/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
 LWV0174 54095047E 10/09/2013 5010-0
 LWV0174 54095049E 10/09/2013 6599-2
 LWV0174 54095050E 10/09/2013 6408-0
 MAA9248 54095443E 03/09/2013 6807-0
 MCM6062 54095245E 15/08/2013 6599-2
 MDS7503 54095046E 16/08/2013 5061-0
 MDS7503 54095250E 16/08/2013 5010-0

Infr./Desd.	Enquadramento
5010-0	162 * I
6599-2	230 * V
6408-0	221
6807-0	231 * II * c
5061-0	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

Edital 378-13

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
 DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000378/2013
 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.
 MAO2572 54095233E 17/07/2013 5274-1
 MBP0322 54095373E 19/08/2013 5525-0
 MBP0322 54095374E 19/08/2013 5452-1
 MBX6987 54095282E 08/09/2013 6912-0
 MBX6987 54095283E 08/09/2013 5169-1
 MKT2237 54095376E 14/08/2013 5525-0

Infr./Desd.	Enquadramento
5274-1	175
5525-0	181 * XV
5452-1	181 * VIII
6912-0	232
5169-1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital 379-13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000378/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MAO2572 54095233E 17/07/2013 5274-1
MBP0322 54095373E 19/08/2013 5525-0
MBP0322 54095374E 19/08/2013 5452-1
MBX6987 54095282E 08/09/2013 6912-0
MBX6987 54095283E 08/09/2013 5169-1
MKT2237 54095376E 14/08/2013 5525-0

Infr./Desd.	Enquadramento
5274-1	175
5525-0	181 * XV
5452-1	181 * VIII
6912-0	232
5169-1	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUE-RENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital 380-13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000380/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

CAF4434 54095262E 17/05/2013 5185-1 R\$ 127,69

Infr./Desd. Enquadramento 5185-1 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital 381-13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000381/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N. 404/CONTRAN/2012. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

FVI6666 54095434E 28/08/2013 5525-0
KIY3117 54095327E 21/09/2013 5525-0
MER4932 54095442E 03/09/2013 5525-0
MEX2927 54095447E 06/09/2013 7056-1
MEX2927 54095448E 06/09/2013 5207-0
MFG0920 54095430E 30/08/2013 5010-0
MFG0920 54095432E 30/08/2013 6599-2
MFG0920 54095433E 30/08/2013 5118-0
MFQ3004 54095438E 28/08/2013 5452-1
MFQ3004 54095445E 03/09/2013 5452-1

Infr./Desd.	Enquadramento
5525-0	181 * XV
7056-1	244 * III
5207-0	169
5010-0	162 * I
6599-2	230 * V

5118-0 164 c/c 162 * I
5452-1 181 * VIII
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Edital 382-13

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100
EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 000382/2013 FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 256, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA PENALIDADE DE MULTA PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Valor Multa

Placa N.Auto Data Infração Infr./Desd.

MGA8161 54095034E 09/07/2013 5010-0 R\$ 574,61

MGA8161 54095035E 09/07/2013 5061-0 R\$ 574,61

MGA8161 54095036E 09/07/2013 6912-0 R\$ 53,20

MGA8161 54095037E 09/07/2013 6599-2 R\$ 191,53

MHM2887 54095033E 09/07/2013 5525-0 R\$ 85,12

Infr./Desd. Enquadramento

5010-0 162 * I

5061-0 163 c/c 162 * I

6912-0 232

6599-2 230 * V5525-0 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Portaria Nº 161/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 161/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, celetista, Dalziza Rodrigues Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 767.887.769-20, matrícula nº 10273, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, até 26/06/2014, conforme requerimento nº 157588016 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 28 de Abril de 2014.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração
EMBED PBrush

Portaria Nº 162/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 162/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Marli Maria Cardoso, brasileira, portadora do CPF nº 046.140.309-98, matrícula nº663 ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 24/04/2014 á 07/05/2014.

Município de Paulo Lopes - SC, em 29 de Abril de 2014.

Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração
EMBED PBrush

Portaria Nº 163/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 163/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Ediane Jerônimo Del Moro, brasileira, portadora do CPF nº 690.954.699-72, matrícula nº10294 ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 28/04/2014 á 12/05/2014.

Município de Paulo Lopes - SC,
em 29 de Abril de 2014.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração
EMBED PBrush

Portaria Nº 164/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 164/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO DE 120 dias, a Servidora Pública Municipal, celetista, Jucinara Bernardo Pereira Demetrio, brasileira, portadora do CPF nº 008.726.939-29, matrícula nº 10251, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, no período de 23/04/2013 à 20/08/2014, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes SC
em 29 de Abril de 2014.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretario Municipal de Administração
EMBED PBrush

Portaria Nº 165/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 165/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Rozenilda Terezinha da Costa, brasileira, portadora do CPF nº 377.083.509-30, matrícula nº 713, ocupante do Cargo de Professora, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 30/04/2014, conforme benefício nº 5531067743 em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC,
em 29 de Abril de 2014.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração
EMBED PBrush

Penha

PREFEITURA

Pregão Presencial 18/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº42/2014 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MACADAME GNAISSE PARA SER UTILIZADO NAS VIAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 15/05/2014 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 16/05/2014 às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC,

05 de Maio de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 10/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE AÇÕES PREVENTIVAS DA SAÚDE PARA SEREM DISTRIBUÍDOS AOS ALUNOS E EDUCADORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 15/05/2014

ATÉ AS: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/05/2014

HORÁRIO: 14h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:00.

Penha/SC,

30 de abril de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Lei Nº 2692/2014

LEI Nº 2692/2014

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - ACADIES"

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural e Assistencial Divino Espírito Santo, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.002.395/0001-00, no valor de até R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), autorizada pelo art. 16 da Lei Municipal nº 2.658, de 19 de novembro de 2013 e art. 21 da Lei Municipal nº 2.649, de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º - A execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.....R\$: 35.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha,

30 de abril de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

Decreto Nº 2028/2014

DECRETO Nº 2028/2014

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIVINO ESPÍRITO SANTO - ACADIES"

Art. 1º - Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural e Assistencial Divino Espírito Santo, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.002.395/0001-00, no valor de até R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), autorizada pelo art. 16 da Lei Municipal nº 2.658, de 19 de novembro de 2013, art. 21 da Lei Municipal nº 2.649, de 01 de outubro de 2013 e Lei Municipal nº 2692/2014;

Art. 2º - A execução do presente Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.034 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$: 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Penha,
30 de abril de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal
Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2014 - FMS
CONTRATADO: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.
Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar para serem utilizados nas dependências do PA 24 hrs, NAM, CEFIR, DST/AIDS E NASF da rede municipal de saúde de Penha/SC

VALOR TOTAL: R\$ 29.592,00 (vinte e nove mil quinhentos e noventa e dois reais).
VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha,
24 de abril de 2014.
MARIO GUARACI DE SOUZA
PELA PREFEITURA

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2014 - FMS
CONTRATADO: PLASMEDIC-COM DE MAT. PARA USO MÉDICO E LABORATÓRIO LTDA.
Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar para serem utilizados nas dependências do PA 24 hrs, NAM, CEFIR, DST/AIDS E NASF da rede municipal de saúde de Penha/SC

VALOR TOTAL: R\$ 91.150,80 (noventa e um mil cento e cinquenta reais e oitenta centavos).
VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha,
24 de abril de 2014.
MARIO GUARACI DE SOUZA
PELA PREFEITURA

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2014 - FMS
CONTRATADO: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMS, modalidade

Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar para serem utilizados nas dependências do PA 24 hrs, NAM, CEFIR, DST/AIDS E NASF da rede municipal de saúde de Penha/SC

VALOR TOTAL: R\$ 37.420,40 (trinta e sete mil quatrocentos e vinte reais e quarenta centavos).
VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha,
24 de abril de 2014.
MARIO GUARACI DE SOUZA
PELA PREFEITURA

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2014 - FMS
CONTRATADO: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.
Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar para serem utilizados nas dependências do PA 24 hrs, NAM, CEFIR, DST/AIDS E NASF da rede municipal de saúde de Penha/SC

VALOR TOTAL: R\$ 42.089,00 (quarenta e dois mil e oitenta e nove reais).
VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha,
24 de abril de 2014.
MARIO GUARACI DE SOUZA
PELA PREFEITURA

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/2014 - FMS
CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.
Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar para serem utilizados nas dependências do PA 24 hrs, NAM, CEFIR, DST/AIDS E NASF da rede municipal de saúde de Penha/SC

VALOR TOTAL: R\$ 25.894,00 (vinte e cinco mil oitocentos e noventa e quatro reais).
VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha,
24 de abril de 2014.
MARIO GUARACI DE SOUZA
PELA PREFEITURA

Extrato Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2014 - FMS

CONTRATADO: CIRURGICA BELA VISTA COM. DE PROD. HOSPITALAR LTDA.

Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMS.

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar para serem utilizados nas dependências do PA 24 hrs, NAM, CEFIR, DST/AIDS E NASF da rede municipal de saúde de Penha/SC

VALOR TOTAL: R\$ 121.801,08 (cento e vinte e um mil oitocentos e um reais e oito centavos).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha,

24 de abril de 2014.

MARIO GUARACI DE SOUZA

PELA PREFEITURA

Pinheiro Preto**PREFEITURA****Portaria Nº 190, de 30 de Abril de 2014.**

PORTARIA Nº 190, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 021/2014, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 021/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de equipamentos - caçambas, prancha e caminhões do FUNDAM, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I - Empresa VLC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.882.870/0001-34; uma prancha, no valor de R\$ 47.700,00 (quarenta e sete mil e setecentos reais);

II - Empresa FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.558.220/0001-23; duas caçambas, pelo valor total de R\$ 66.600,00 (sessenta e seis mil e seiscentos reais);

III - Empresa DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.740.456/0004-68; dois veículos caminhão 6x4, pelo valor total de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil e quarenta reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
30 DE ABRIL DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 189, de 30 de Abril de 2014.

PORTARIA Nº 189, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 0020/2014, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 020/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, e adjudica o objeto licitado à empresa KLC CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.761.650/0001-76, cujo objeto visa a contratação de empresa para prestar serviços técnicos de elaboração, coordenação e realização de processo seletivo para provimento de cargos em caráter temporário, pelo preço total de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO,
30 DE ABRIL DE 2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode**PREFEITURA****Editais de Licitação Pregão Presencial N.º 011/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2014
Processo Administrativo n.º 022/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, DENTES, PARAFUSOS, PORCAS, LÂMINAS, FILTROS, ESCOVAS, CERDAS E CABO DE AÇO PARA AS MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 16/05/2014.

Local: Setor de Protocolos do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 16/05/2014.

Local: Sala de licitações do Município de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras do Município de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC,
30 de Abril de 2014.
ROLF NICOLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Porto União**PREFEITURA****Inexigibilidade de Licitação 004/2014**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº 038/2014

Inexigibilidade de Licitação n.º 004/2014

Caracterização da Situação: O Município necessita contratar empresa que preste Assistência Técnica e Extensão Rural aos agricultores do Município de Porto União agricultores do Município de Porto União, garantindo aos mesmos orientações sobre produção, agropecuária, pós colheita, bem como orientação sobre comercialização, administração rural, organização de produtores, crédito orientado, educação ambiental, educação sanitária entre outras.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, investir em pessoas, habilidades e atitudes, tornando-os capazes de gerir idéias, gerenciar empreendimentos, garantindo aos mesmos orientações sobre produção, agropecuária, pós colheita, bem como orientação sobre comercialização, administração rural, organização de produtores, crédito orientado, educação ambiental, educação sanitária entre outras.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, uma vez que é a única empresa que presta serviços desta natureza em todo o Estado de Santa Catarina, contatando-se portanto a inviabilidade de competição.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 30.919,05 (trinta mil novecentos e dezenove reais e cinco centavos), referente ao período de abril a dezembro de 2014.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º:

Órgão 0200 - Poder Executivo Porto União
Atividade 2022 - Manutenção da Secretaria da Agricultura
Modalidade 3350-100 - Transf. Inst. privadas
Cód 105

Modalidade 3350-100 - transf. Instit. Privadas
Cód. 162
Complemento - 33903599 - Outras Contribuições

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União,
07 de abril de 2014.
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 053/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 053/2014

Partes: Município de Porto União e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri.

Objeto: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Valor total R\$ 30.919,05 (trinta mil novecentos e dezenove reais e cinco centavos).

Vigência: até 31 de Dezembro de 2014.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 004/2014 e Lei 8.666/93.
Porto União SC, 14 de Abril de 2014.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Contratado

Justificativa de Dispensa 001/2014 Cultura

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 003/2014 - CULTURA

Dispensa de Licitação n.º 001/2014

Caracterização da Situação: O município deseja realizar, nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, obra artística de cunho profissional na área de teatro, representando a "PAIXÃO DE CRISTO", momento do julgamento e crucificação de Jesus Cristo.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma artista para executar a representação da "PAIXÃO DE CRISTO", momento do julgamento e crucificação de Jesus Cristo, nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sendo esta uma obra de relevante cunho histórico cultural de interpretação e releitura do artista. A obra artística será interpretada em 02 apresentações, com a participação de figurantes e diretores, num total de 20 pessoas.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Endiane Konheriski, artista da região, por já possuir trabalhos relacionados na área, conforme fotos e prospectos constantes do presente processo.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 1.665,00 (hum mil seiscentos e sessenta e cinco reais), que será efetuado após a execução das 02 (duas) apresentações, sendo que neste valor já está incluído o valor dos ensaios.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1401 - Fundação de Cultura

Atividade 2054 - Manutenção das Atividades Culturais

Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas

Cód. 01

Complemento 33903699 - Outros servs. de terceiros - pessoa física

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 25, inciso III da Lei 8.666/93.

Porto União,

08 de abril de 2014.

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 376/2014

Justificativa de Dispensa 002/2014 Cultura

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 004/2014 - CULTURA

Dispensa de Licitação n.º 002/2014

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma empresa para prestação de serviços em assessoria instrumental nos eventos realizados pela Fundação Municipal de Cultura, bem como ministrar aulas de música.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma empresa para prestação de serviços em assessoria instrumental nos eventos realizados pela Fundação Municipal de Cultura, bem como ministrar aulas de música.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Sonia de Fátima Detofano - MEI, inscrita no CNPJ 13.586.455/0001-82, uma vez que a mesma atende a todas as necessidades técnicas e instrumentais necessárias, bem como possui disponibilidade para assistir todo o território do município, inclusive o interior.

Do Preço: O valor mensal a ser pago será de R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais), para um período de 08 (oito) meses totalizando R\$ 7.520,00 (sete mil quinhentos e vinte reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 1400 - Fundação de Cultura

Unidade - 1401 - Fundação de Cultura

Atividade 2054 - Manutenção das atividades culturais

Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas

Cod. 01

Complemento - 33903999 - Outros Servs. de Terceiros Pessoa Jurídica.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União,

09 de abril de 2014

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 376/2014

Extrato de Contrato 004/2014 Cultura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 004/2014 - CULTURA

Partes: Município de Porto União e Endiane Konheriski.

Objeto: contratação de uma artista para executar a representação da "PAIXÃO DE CRISTO", momento do julgamento e crucificação de Jesus Cristo, nas dependências da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, sendo esta uma obra de relevante cunho histórico cultural de interpretação e releitura do artista.

Valor total R\$ 1.665,00 (hum mil seiscentos e sessenta e cinco reais).

Vigência: até 30 de Abril de 2014.

Base legal: Diepensa de Licitação 001/2014 - CULTURA e Lei 8.666/93.

Porto União SC,

15 de Abril de 2014.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

ENDIANE KONHERISKI

Contratada

Extrato de Contrato 006/2014 Cultura

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 006/2014 - CULTURA
Partes: Município de Porto União e a empresa Sonia de Fátima Detofano MEI.

Objeto: contratação de uma empresa para prestação de serviços para assessoria instrumental em eventos realizados pela Fundação Municipal de Cultura, bem como ministrar aulas de música.
Valor total R\$ 7.520,00 (sete mil quinhentos e vinte reais).
Vigência: até 16 de Dezembro de 2014.
Base legal: Dispensa de Licitação 002/2014 - CULTURA e Lei 8.666/93.

Porto União SC,
16 de Abril de 2014.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

SONIA DE FÁTIMA DETOFANO MEI
Contratada

Termo de Homologação Processo 027/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 027/2014 - CARONA
Pregão Presencial 011/2014 - PREFEITURA
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Comercial JDC Materiais de Construção Ltda - ME
Úrsula Waldruff

Porto União SC,
10 de Abril de 2014.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 040/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 040/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e a empresa Comercial JDC Materiais de Construção Ltda - ME.

Objeto: fornecimento de ferro, canos e conexões em PVC.
Valor total R\$ 4.361,04 (quatro mil trezentos e sessenta e um reais e quatro centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses
Base legal: Pregão Presencial 011/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC,
10 de Abril de 2014.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Comercial JDC Materiais de Construção Ltda - ME
Contratada

Extrato de Contrato 051/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 051/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Comercial JDC Materiais de Construção Ltda - ME.

Objeto: fornecimento de ferro, canos e conexões em PVC.

Valor total R\$ 39.240,81 (trinta e nove mil duzentos e quarenta reais e oitenta e um centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses
Base legal: Pregão Presencial 011/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC,
10 de Abril de 2014.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal
Comercial JDC Materiais de Construção Ltda - ME
Contratada

Extrato de Contrato 041/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 041/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e a empresa Úrsula Waldruff.

Objeto: fornecimento de cimento, ferro, canos e conexões em PVC.

Valor total R\$ 5.211,85 (cinco mil duzentos e onze reais e oitenta e cinco centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses
Base legal: Pregão Presencial 011/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC,
10 de Abril de 2014.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal
ÚRSULA WALDRAFF
Contratada

Extrato de Contrato 052/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 052/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Úrsula Waldruff.

Objeto: fornecimento de cimento, ferro, canos e conexões em PVC.

Valor total R\$ 46.806,75 (quarenta e seis mil oitocentos e seis reais e setenta e cinco centavos).
Vigência: será de 12 (doze) meses
Base legal: Pregão Presencial 011/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC,
10 de Abril de 2014.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal
ÚRSULA WALDRAFF
Contratada

Termo de Homologação Processo 028/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 028/2014 - CARONA
Pregão Presencial 012/2014 - PREFEITURA
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Paraíso das Flores Ltda - ME

Porto União SC,
14 de Abril de 2014.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 054/2014

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 054/2014
Partes: Município de Porto União e a empresa Paraíso das Flores Ltda - ME.

Objeto: fornecimento de 3.800 (três mil e oitocentas) caixas de mudas de flores sortidas com 15 (quinze) unidades em cada caixa.

Valor total R\$ 25.460,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e sessenta reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses

Base legal: Pregão Presencial 012/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC,
14 de Abril de 2014.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Paraíso das Flores Ltda - ME
Contratada

Extrato de Contrato 042/2014 Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 042/2014 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e a empresa Paraíso das Flores Ltda - ME.

Objeto: fornecimento de 500 (quinhentas) caixas de mudas de flores sortidas com 15 (quinze) unidades em cada caixa.

Valor total R\$ 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses

Base legal: Pregão Presencial 012/2014, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Porto União SC,
14 de Abril de 2014.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Paraíso das Flores Ltda - ME
Contratada

Decreto Nº 429/2014

DECRETO Nº 429, de 28 de abril de 2014.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.184, de 30 de outubro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA DEIWERTSON DAMASCENO DOS SANTOS, até o dia 31 de dezembro de 2014, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Apoio Técnico, Símbolo AT, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.184, de 30 de outubro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC),
28 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 434/2014

DECRETO Nº 434, de 29 de abril de 2014.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.233, de 23 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2102 - Manutenção FMASSCFV		
MODALIDADE	3190 - 170 - Aplicações Diretas	novo	70.000,00
MODALIDADE	3390 - 170 - Aplicações Diretas	novo	30.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de provável excesso de arrecadação, na Fonte 170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC),
29 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de
Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças
e Contabilidade

Extrato de Edital de Pregão Presencial 027/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 053/2014- CARONA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 027/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para a aquisição de equipamentos de informática diversos. O recebimento dos envelopes se dará até as 09h00min do dia 16 de maio de 2014, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC,
30 de Abril de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Portaria Nº 009/2014

PORTARIA Nº 009, de 25 de abril de 2014.

Dispõe sobre Designação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "g" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, sem ônus para o Município, a Servidora WANESSA FELÍCIO ROSA DOS SANTOS, como Agente de Desenvolvimento Local junto ao SEBRAE, para monitoramento e aplicação da Lei Geral das Médias e Pequenas Empresas, no Município de Porto União (SC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC),
25 de abril de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de
Administração e Esporte

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Edital de Processo Licitatório Nº 38/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2014

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 14:15 (quatorze horas e quinze minutos), do dia 15 (quinze) de maio de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para relocação de um transformador de 112,5 Kva, classe 25 Kv e troca de rede subterrânea para ligação de um painel elétrico de uma bomba de água no poço profundo, localizado na comunidade de Linha São Luiz, interior, município de Presidente Castello Branco/SC, a uma distância de aproximadamente 20 metros, para atender as exigências do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC,
30 DE ABRIL DE 2014.

CLAUDIO SARTORI
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0458/RH

PORTARIA N. 0458/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Suspende até 25 de maio de 2014, os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2014, em virtude do servidor LUIZ CARLOS MAURICIO DE SOUZA, estar em Licença para Tratamento de Saúde no período correspondente ao da Suspensão.

Art. 2º Os trabalhos da comissão citada acima deverão reiniciar-se em 26 de maio de 2014.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,
29 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0459/RH

PORTARIA N. 0459/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a prorrogação pelo prazo de 30(trinta) dias, contados a partir de 24/04/2014 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2014, designada pela Portaria N. 0078/RH de 30/01/2014 (publicada em 24/02/2014), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2014.

Art. 2º A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 216, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 011/P.A./002/2014, de 25/04/2014, em face da complexidade dos trabalhos de levantamento de dados e esclarecimentos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,
29 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0477/RH

PORTARIA N. 0477/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da

Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora DANIELA PACHECO DARIS, matrícula n. 172880/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fonoaudiólogo, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,
29 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0476/RH

PORTARIA N. 0476/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor LINDOLFO KRAUSE, matrícula n. 104310/1, ocupante do cargo de provimento efetivo Vigia, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2011 a 2014, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de abril de 2014, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,
29 de abril de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria Nº 0475/RH

PORTARIA N. 0475/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora RITA DE CASSIA GUTJAHR, matrícula n. 88358/4, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2013, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de

2010.

Art. 2º. O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de dezembro de 2013, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul,
29 de abril de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Retificação do Decreto Nº 4000, de 17 de Abril de 2014, Em Virtude de Erro de Publicação

DECRETO Nº 4000, de 17 de abril de 2014.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA TOMADA DE PREÇO Nº 039/2014."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Tomada de Preço nº 039/2014, de 13.03.2014, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
17 de abril de 2014.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

ANEXO AO DECRETO Nº 4000

Tomada de Preço nº 039/2014, de 13.03.2014.

Objeto da Licitação: Contratação de serviços e materiais para construção de cobertura de estrutura esportiva no C.E.I. Prefeito Luiz Adelar Soldatelli.

Preço: Menor Preço Global

Participantes:

EMPRESA A.R.G. INDUSTRIAL LTDA;

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 219/2014

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2014 firmado em 19/02/2014, com término previsto para 30/05/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANGELA LUCIA DA SILVA KLAUMANN portador(a) do CPF nº 009.903.811-02, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurt, em substituição a Vanessa Bagatoli, que está em Licença Maternidade."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul,
27/04/2014.
GIVANILDO SILVA ROSANGELA LUCIA DA SILVA KLAUMANN
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.
CPF:.

Nome:.
CPF:.

1º Termo Aditivo Contrato Administrativo Nº 203/2014

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 203/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 03/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANAINA FEDER portador(a) do CPF nº 068.474.189-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 203/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 203/2014, iniciando-se a prorrogação em 04/04/2014 e encerrando-se em 30/04/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/04/2014.
GIVANILDO SILVA JANAINA FEDER
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Pregão de Registro de Preço 02/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE PREGÃO DE REGISTRO DE PREÇO 02/2014

OBJETO: Aquisição de dois veículos novos para uso na Vigilância Epidemiológica de Rio do Sul.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 14 de maio de 2014 às 09:00 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 08:30 do dia 14 de maio de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 11:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul,
5 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário de Saúde

Pregão Registro de Preço 18/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO 18/2014

OBJETO: Registro de preços para aquisição de equipamentos e material médico hospitalar para atender necessidade de diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde Rio do Sul.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, sala de reuniões, dia 15 de maio de 2014 às 08:30 horas.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Protocolar na Divisão de Suprimentos até às 08:30 do dia 14 de maio de 2014, no endereço acima.

EDITAL COMPLETO: Estará a disposição dos interessados no horário de 07:30 às 11:30 de 2º à 6ª feira, no setor de Licitações da Saúde, através do e-mail: luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou no site www.riodosul.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Nº 8.666/93 e alterações.

Rio do Sul,
5 de maio de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Resumo do Termo de Credenciamento Nº 06/2014

RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2014
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2014

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul - SC.

Contratada: Conexão Alto Vale LTDA ME.

Objeto: O presente termo tem por objeto a prestação dos serviços de publicidade institucional da Câmara Municipal de Rio do Sul, por meio de imprensa escrita.

Vigência: O credenciamento entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra em 31/12/2014.

Valor: O preço para o presente ajuste é de R\$ 2,00 (dois reais) o centímetro/coluna, para jornal/revista de periodicidade diárias, e de R\$ 1,00 (um real) o centímetro/coluna, para jornal/revista de periodicidade semanal, aceito pela CREDENCIADA, entendido este como preço justo e suficiente para o total da execução do presente objeto.

Rio do Sul,
30 de abril de 2014.
JAIME SBORZ
Presidente da Câmara Municipal

MARCIONEI ZUCATELLI
Conexão Alto Vale LTDA ME.

Aviso de Retificação do Resumo do Termo de Credenciamento Nº 05/2014

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO RESUMO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2014
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2014
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2014

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, por determinação do Sr. Jaime Sborz, Presidente da Câmara, torna público, para conhecimento dos interessados, a retificação da publicação do resumo do termo de credenciamento nº 05/2014 publicado no DOM/SC - Edição nº 1464, na data de 09/04/2014, em virtude da emissora não finalizar a assinatura do termo de credenciamento, devido ao objeto do contrato apresentar o termo prestação de serviço em vários momentos e a Radio educativa da Unidavi poder apenas prestar publicidade institucional como Apoio Cultural.

Rio do Sul,
30 de abril de 2014.
JAIME SBORZ
Presidente da Câmara Municipal

Decreto Legislativo Nº 1352/2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1352, DE 30 DE ABRIL DE 2014

Homologa Termo de Convênio nº 4/2014, que entre si celebram o Município de Rio do Sul e o Serviço Social da Indústria - Sesi -, através do Departamento Regional de Santa Catarina.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 4/2014, que entre si celebram o Município de Rio do Sul e o Serviço Social da Indústria - Sesi -, através do Departamento Regional de Santa Catarina, visando proporcionar o atendimento na Educação Infantil dos filhos(as) de trabalhadores(as) da Indústria.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul,
30 de abril de 2014.
JAIME SBORZ

São Bento do Sul**PREFEITURA****Aviso de Licitação - Pregão Nº 41/2014 FMS**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 8:30 horas do dia 19 de maio de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA EXAMES DE RAIOS-X (FILMES, FIXADOR, REVELADOR E SACOS PLÁSTICOS) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul,
28 de abril de 2014.
DEODATO RAUL HRUSCHKA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

Decreto Nº 539/2014

DECRETO Nº 539, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3364, de 30 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário

3.3.90.03.00.00.00 600 - Pensões R\$ 21.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial aberto, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, na fonte de recurso: código 200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul,
30 de abril de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 540/2014

DECRETO Nº 540, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3364, de 30 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 207.845,87 (duzentos e sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Unidade: 01 - Secretaria de Educação**

Atividade: 2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3.3.90.30.00.00.00 001 - Material de Consumo R\$ 17.845,45

3.3.90.30.00.00.00 022 - Material de Consumo R\$ 8.947,02

4.4.90.52.00.00.00 022 - Equip. Material Permanente
R\$ 31.053,40**Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE****Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO**

Projeto: 1.003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

4.4.90.51.00.00.00 600 - Obras e Instalações R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes do ingresso do Convênio nº 2014-TR000558, no valor de R\$ 40.000,42 (quarenta mil e quarenta e dois centavos), no código de recursos: código 022 - Transferências de Convênios Educação, do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, na fonte de recurso: código 200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta reais), e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Unidade: 01 - Secretaria de Educação**

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(453) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações R\$ 17.845,45

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul,
30 de abril de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Lei Nº 3364/2014

LEI Nº 3364, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAL E SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e criará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO**

Atividade: 2.065 - Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário

3.3.90.03.00.00.00 600 - Pensões R\$ 21.000,00

Art. 2º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 207.845,87 (duzentos e sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Unidade: 01 - Secretaria de Educação**

Atividade: 2.026 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino fundamental

3.3.90.30.00.00.00 001 - Material de Consumo R\$ 17.845,45

3.3.90.30.00.00.00 022 - Material de Consumo R\$ 8.947,02

4.4.90.52.00.00.00 022 - Equip. Material Permanente
R\$ 31.053,40**Órgão: 23 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE****Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO**

Projeto: 1.003 - Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

4.4.90.51.00.00.00 600 - Obras e Instalações R\$ 150.000,00

Art. 3º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do ingresso do Convênio nº 2014-TR000558, no valor de R\$ 40.000,42 (quarenta mil e quarenta e dois centavos), no código de recursos: código 022 - Transferências de Convênios Educação, do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, na fonte de recurso: código 200 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES - EXERCÍCIO CORRENTE no valor de R\$ 171.000,00 (cento e setenta e um mil reais), e a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Unidade: 01 - Secretaria de Educação**

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(453) 4.4.90.51.00.00.00 001 - Obras e Instalações R \$ 17.845,45

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul,
30 de abril de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

Aditivo FMS 001 Academia de Saúde (Prazo)

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JANEIRO/2014

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS n. 023/2012 de 28/06/2012

TERMO ADITIVO FMS 001 DE 24/01/2014

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração do prazo constante na CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF: CNPJ n. 02.131.315/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 28/02/2014

Aditivo de Convênio Prefe 004-A 05.02.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Fevereiro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 004-A/2014 de 05 de Fevereiro de 2014 (5º Termo Aditivo - Termo de Compromisso nº 0352.422-30/2011)

Descrição: Termo Aditivo ao anexo ao termo de compromisso nº 0352.422-30/2011, que entre si fazem a união federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de São Domingos/ SC, que tem por objetivo a Cláusula Décima Sexta - Da Vigência.(PAC2/OGU-UAP)

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Data vencimento: 22/03/2015

Dec 1600 de 29 04 14 Nomeia Simone Zanin Assistente Pessoal do Prefeito

DECRETO Nº 1600, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, pela Lei Complementar 042 de 04/04/12 atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Simone Zanin, para exercer o cargo de Assistente Pessoal do Prefeito, deste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III, - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.06, Nível CC-05, da Lei Complementar

Municipal nº 0042, de 04/04/12, ficando lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC),
29 de abril de 2014.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária de Administração e Fazenda

São João do Sul

PREFEITURA

Extrato de Convênio Nº. 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONVÊNIO Nº. 002/2014
OBJETO: Transferência de recursos financeiros.

CONVENENTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - AESC,

VIGÊNCIA: 02/05/2014 à 31/12/2014
VALOR: R\$ 38.000,00 - Total

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº 1.705 de 11/12/2013, que autoriza firmar convênio e no que couber na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 10.301.0127.2024
-3.3.50.43.02.00.00.00.0085

São João do Sul - SC,
02 de Maio de 2014.
REJANE ELIBIO BORBA
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

São José

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº 018/Pmsj/Sas/FMAS/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 018/PMSJ/SAS/FMAS/2014- SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 119/PMSJ/SAS/FMAS/2013. PARTES: Município de São José, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e a ONG FUR GOTT ARBEIT - F.G.A. OBJETO: Ampliação do número de capacidades instaladas para execução do convênio em referência. LOCAL E DATA: São José, SC, 28 de abril de 2014. SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont e Luciana Pereira da Silva pelo Município de São José e Maria Olinda Daniel Silva, pela ONG FUR GOTT ARBEIT - F.G.A.

Decreto Nº 2595/2014

DECRETO Nº 2595/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, GABRIELE BERCKENBROCK BOLSONI, matrícula nº 30.878, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2600/2014

DECRETO Nº 2600/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, LILIA DA COSTA PEREIRA, matrícula nº 30.494, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2602/2014

DECRETO Nº 2602/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARIA ELIZETE SARAIVA PEREIRA, matrícula nº 35.540, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2601/2014

DECRETO Nº 2601/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, "a pedido", o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, DALTON JOSÉ DOS SANTOS, matrícula nº 35.383, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2593/2014

DECRETO Nº 2593/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, TCHAIA YASKARA SIMÃO DE OLIVEIRA, matrícula nº 35.464, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2592/2014

DECRETO Nº 2592/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, JÚLIA MARTINS RABELO, matrícula nº 35.463, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2594/2014

DECRETO Nº 2594/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, ALESSANDRO LINHARES PEREIRA, matrícula nº 35.440, com lotação na Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2596/2014

DECRETO Nº 2596/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a servidora ACT - Admissão em Caráter

Temporário, CÓREA HELENA VIEIRA, matrícula nº 33.037, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2597/2014

DECRETO Nº 2597/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, ANDRÉA RETTIG NAKAYAMA, matrícula nº 35.147, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2598/2014

DECRETO Nº 2598/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, FABIANA ROSA CARDOSO, matrícula nº 30.939, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2599/2014

DECRETO Nº 2599/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, CARLA NICHELE SERAFIM, matrícula nº 30.836, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de janeiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2603/2014

DECRETO Nº 2603/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora LIANDY KAYANARA BULHOES BANDEIRA LIMA BEZERRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, matrícula nº 30.779, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2604/2014

DECRETO Nº 2604/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora ANA PAULA FRANZEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 792, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2605/2014

DECRETO Nº 2605/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora DANIELLE BERTOLOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 748, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de janeiro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2608/2014

DECRETO Nº 2608/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora FABIOLA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, matrícula nº 30.724, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2611/2014

DECRETO Nº 2611/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. REINALDO TSUNEO MURATA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2610/2014

DECRETO Nº 2610/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. GIORGIA KRETZER HINCKEL SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGA, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC),
29 de abril de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2612/2014

DECRETO Nº 2612/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra CLÁUDIA HELENA HEIDEMANN para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC),
29 de abril de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2583/2014

DECRETO Nº 2583/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que o candidato foi a provado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ARTUR HENRIQUE LEIMANN para ocupar o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com a carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC),
28 de abril de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2582/2014

DECRETO Nº 2582/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que o candidato foi a provado em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CRISTIANE PRAZERES CANELLA CIDRAL para ocupar o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com a carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria de Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC),
28 de abril de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2614/2014

DECRETO Nº 2614/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. JESSICA CARLA DE SOUZA MIOILA para ocupar o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGA, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC),
29 de abril de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2589/2014

DECRETO Nº 2589/2014

CESSA EFEITOS DO DECRETO 2351/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Cessa efeitos do decreto 2351, de 26 de fevereiro de 2014, que concede a MAICOL PAIM, matrícula nº 19.053, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),
28 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2590/2014

DECRETO Nº 2590/2014
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Conceder ao servidor, JULIO CESAR FREITAS SILVA, matrícula nº 15.733, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO, para exercer a função de Inspetor.

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),
28 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2591/2014

DECRETO Nº 2591/2014
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, WILLIAN FARIAS, para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC),
28 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2613/2014

DECRETO Nº 2613/2014
NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital nº 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CRISTINA CORREA para ocupar o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGA, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC),
29 de abril de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2606/2014

DECRETO Nº 2606/2014
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado GETE PARENTE JÚNOR, para exercer o cargo de ASSESSOR ESCOLAR - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da LC nº 022/2004 e da Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se do Decreto N.º 191/2013.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2607/2014

DECRETO Nº 2607/2014
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, GUILHERME PARENTE JÚNIOR para o cargo em comissão de Assessor III Administrativo - CCM 4, com lotação na Secretaria da Segurança, Defesa Social e Trânsito, nos termos da Lei Complementar N.º 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto 1034/2013.

Paço Municipal em São José (SC),
29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Revogação da Tomada de Preços Nº 008/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2013 - Processo nº 153/2013. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para prestação de serviços continuados de consultoria, assessoria técnica, implantação, suporte técnico e manutenção de ambiente de TI constituído por sistemas e serviços de rede em operação no Data Center da Prefeitura de São José (PMSJ). Motivo: Em razão da existência do processo nº 033/2014 de objeto semelhante, em andamento.

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 042/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020 de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2010, de 03 de maio de 2010, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 4.821/2010 de 26 de agosto de 2010, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

MOTORISTA

LUIS AGOSTINO REOLON

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de abril de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Aviso de Licitação 38.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 38/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial - TIPO: Menor Preço.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto Aquisição estimada e parcelada Areia média limpa, conforme especificações e quantitativos do anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA COM ENTREGA DOS ENVELOPES: 15/05/2014 às 09:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h.

São Pedro de Alcântara,
30/04/2014
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ZENEIDE LEITE SEVERO PEREIRA inscrita no CPF sob nº. 948.731.359-15, aprovada em 13º lugar no Concurso Público nº. 001/2013, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00 h do dia 13 de maio de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC),
29 de abril de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CLEUSA DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº. 625.646.689-68, aprovada em 12º lugar no Concurso Público nº. 001/2013, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 14 de maio de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC),
30 de abril de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Decreto Nº 2.933/2014 de 29 de Abril de 2014

DECRETO Nº 2.933/2014 de 29 de abril de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$

15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao
R\$ 11.300,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.04 - UNIDADE DE TURISMO
07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao
R\$ 4.500,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros
- Pessoa Juridica R\$ 11.300,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
07.04 - UNIDADE DE TURISMO
07.04.23.695.3006.2.315 - Manutenção das Ações do Turismo
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros
- Pessoa Juridica R\$ 4.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder,
29 de abril de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Edital Tomada de Preço 001/2014

Câmara Municipal de Schroeder - SC
Tomada de Preço nº 001/2014

Objeto: A Câmara Municipal de Schroeder torna público que fará a contratação, pelo menor preço global, de empresa especializada para a continuação da construção da sede da Câmara Municipal de Vereadores, (Etapa III), conforme projetos e planilhas, incluindo o fornecimento de materiais.

Data/Horário de abertura: 22/05/2013 às 09:00 horas, na Câmara Municipal.

Informações Complementares: Cópia do edital encontra-se à disposição dos interessados no sitio da Câmara Municipal www.diamunicipal.sc.gov.br.

camaraschroeder.sc.gov.br e maiores informações pelo fone (47)3374-1410.

Schroeder,
30 de abril de 2014.
Ver. Valdevino Anjos dos Santos
Presidente

Serra Alta

PREFEITURA

Revogação Pregão Presencial Nº 27/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014.

Revogação de Licitação - contratação de seguro

Ambos os institutos da revogação e da anulação estão previstos no artigo 49 da Lei nº 8.666/93. A revogação da licitação se justifica quando esta decorre de fato superveniente devidamente comprovado, e de motivação, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta. A anulação da licitação ocorre de forma obrigatória quando constatada ilegalidade nesta, onde, a administração pública pode agir de ofício ou mediante provocação de terceiros interessados, via parecer escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

O caso ressalvado no parágrafo acima trata-se da hipótese da ilegalidade ser imputável à própria Administração, onde esta deverá ela mesma promover a responsabilidade de quem lhe deu causa.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

O Parágrafo acima dispõe que a nulidade induz àquela postulada nos contratos, ficando a Administração obrigada a indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Segundo a professora Maria Sylvia Di Pietro, os dispositivos encontrados nos parágrafos 1º e 2º, acima expostos, são inúteis, pois, as normas previstas neles seriam aplicáveis pelo reconhecimento da autotutela administrativa, esta como princípio inerente à função Administrativa do Estado, mesmo que tais dispositivos não estivessem presentes. Tal instituto foi reconhecido pelo Judiciário através da Súmula de nº473 do Supremo Tribunal Federal:

"SÚMULA Nº 473: A ADMINISTRAÇÃO PODE ANULAR SEUS PRÓPRIOS ATOS, QUANDO EIVADOS DE VÍCIOS QUE OS TORNAM ILEGAIS, PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS; OU REVOGÁ-LOS, POR MOTIVO DE CONVENIÊNCIA OU OPORTUNIDADE, RESPEITADOS OS DIREITOS ADQUIRIDOS, E RESSALVADA, EM TODOS OS CASOS, A APRECIÇÃO JUDICIAL.

Assim, foi verificado no item 31 de fls. 49, do presente edital a ausência de cobertura básica de incêndio, raio e explosão.

Ficou ainda, verificado a ausência do bem móvel, sito, veículo novo FORD/ CARGO 2623 6X4 - ANO/MOD E FAB. 2014/2014, adquirido através do convênio de recursos do Estado, junto ao presente pregão, eis que pertence a frota desta municipalidade.

Assim, denota-se a ocorrência de fato superveniente e de motivação para que o procedimento da licitação seja revogado pautado no interesse público.

A revogação atinge o objeto da licitação como um todo, já a

anulação, pode ser parcial, de forma a atingir um ato em particular.

Assim, declaro revogada a licitação/pregão presencial 27/2014. Publique-se, intime-se e arquite-se.

Serra Alta/SC,
30 de abril de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito de Serra Alta

EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA - OAB/SC 18.532
Assessor jurídico

Extrato Contratual Nº 54/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 026/2014
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.:
54/2014
Contratante
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada

Objeto

EVANDRO MARCELO DE OLIVEIRA & ADVOGADOS ASSOCIADOS ME.

O presente contrato tem por objetivo a Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica nas áreas Tributária, Administrativa, Recursos Humanos, Trabalhistas, Licitações, Planejamento Municipal, Contábil e Controladoria Interna, envolvendo orientações na revisão da Legislação Tributária Municipal; orientações aos servidores lotados no Setor de Tributos na correta interpretação e aplicação da legislação tributária vigente; orientações aos fiscais tributários na tomada das medidas administrativas necessárias para o desenvolvimento dos processos administrativos fiscais a serem instaurados contra as empresas prestadoras de serviços que atuam e/ou atuam no território do Município de Serra Alta, visando o recebimento dos valores apurados a título de ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, não recolhidos ou recolhidos a menor aos cofres públicos municipais; atendimento para solução de dúvidas, orientações, treinamentos individuais e/ou em grupos nas demais áreas nominadas, tudo de acordo com as necessidades da administração municipal. Objetivando orientar o gestor na tomada de decisões importantes que envolvam questões jurídicas e o Município de Serra Alta, com carga horária semanal de 20 (vinte horas) em conformidade com as especificações constantes no Anexo "D" do Edital em comento.

Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação modalidade Carta Convite p/ compras e serviços nº. 026/2014, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.

Valor :

Receberá o CONTRATADO pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 44.800,00 (Quarenta e quatro mil e oitocentos reais), valor bruto, a serem pagos mensalmente, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em favor do Município de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento, distribuído

por todo o Contrato em 8 (oito) parcelas de iguais valores de R\$ 5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais).

Vigência....

Dotação

02/05/2014 á 31/12/2014.

As despesas decorrentes do fornecimento de bens, objeto deste edital, correrá(ão) a cargo da(s) dotação(ões): Projeto Atividade: 2.300 -Manutenção da Administração Geral - Despesa 6 - 33.90.00 DR 0001 - prevista(s) na Lei Orçamentária do Exercício de 2014.

SERRA ALTA,

02 de Maio de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Extrato Quinto Aditivo ao Contrato Nº 45-2012

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS Nº 48/2012	
EXTRATO TERCEIRO ADITIVO CONTRATUAL	
Quinto Aditivo Contrato Nº.:	45/2012
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada Empresa:	MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA ME.

Fica alterado o Item "3.1 da Cláusula Terceira - Dos Prazos de Execução e Vigência" do contrato nº 45/2012, com fundamento no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA"

"3.1 - O prazo de execução para a prestação dos serviços fica readitivado ficando com a vigência de 30/04/2014 á 30/12/2014, podendo ser prorrogado, mediante novo termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 20 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94".

Justificativa:

Justifica-se o acréscimo do prazo na execução de serviços de Pavimentação com pedras de basalto irregulares (calçamento), nas seguintes Ruas pertencentes ao Loteamento Vinhedos localizado na Rua Manoel da Nóbrega esquina com a Rua José Cerizolli, Município de Serra Alta: Rua 1, Rua 2, Rua 3, Rua 4, Rua 5, Rua 6, Rua 7 e Rua Dom João VI, compreendendo uma área total de 12.755,20m² a ser pavimentada, em decorrência das condições adversas de tempo e clima (chuvas acima da média que atrapalharam os trabalhos a serem executados) e devido a mudança e adequações do projeto da rede pluvial acarretando o atraso.

Neste sentido, ressaltamos que o presente Termo Aditivo manteve a essência do objeto imediato contratado, alterando, entretanto, somente a cláusula que refere-se aos prazos estabelecidos no contrato administrativo 45/2012.

Objeto

SERRA ALTA, 29 de abril de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 065/2014

PORTARIA Nº 065/2014 DE 30 DE ABRIL 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 684/2005 de 13/12/2005; Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006, Lei Complementar nº 007/2010 de 14/12/2010.

RESOLVE:

Art. 1º. A Pedido rescindir a contratação de Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, da servidora JUCELENE SCHIMTZ, do Cargo de Agente Educativo, Nível 11 do grupo 1-SEG, com lotação na Secretaria de Educação Cultura e esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante na Lei nº 684/2005 de 13/12/2005.

Art. 2º. Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,
30 de Abril de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Sombrio

PREFEITURA

Pregão Presencial 60/14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 60/2014
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2014

Objeto: Aquisição de base de bica corrida para a recuperação
Das estradas do município de Sombrio - SC.
Entrega dos envelopes: até as 09.00 do dia 19/05/2014
Abertura da Sessão: á partir das 09:00 horas do dia 19/05/2014
Informações e cópia do edital: Departamento de Compras
e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito
a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das
08:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:30 horas em dias úteis. Fone
(48)
3533-6633.

Sombrio -
SC-29/04/2014
CLEONALDO COLARES COELHO
Pregoeiro

Portaria 6/2104

PORTARIA SAMAE N. 06/2014

02 de Maio de 2014.

ATUALIZA OS VALORES DA TABELA DE DIÁRIAS.

Amarildo Scursel Alexandre, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE :

Atualizar os valores da tabela de diárias do SAMAE de Timbé do Sul, com base na variação do índice de inflação no período de Abril de 2005 a Marco de 2014.

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE

Diretor do SAMAE

TABELA COM VALORES DE DIÁRIA

Anexo da Portaria SAMAE 06/2014 de 02 de maio de 2014

CLAS-SIFICA-ÇÃO DONOR-CARGO	DIÁRIA MAL	DIÁRIAS ACRESCIDAS DE:			
		50%	70%	80%	90%
Função de Direção, Chefia e Assessoramento/ Cargo de Nível Superior.	273,06	409,58	464,20	491,48	518,80
Função Gratificadas, Cargo de Nível Médio e de Nível Auxiliar.	227,58	341,38	386,88	409,64	432,40

Observações:

1 - Deslocamento para as cidades abaixo, o valor da diária será acrescido da importância correspondente a:

- 90% - Brasília - DF, Manaus-AM.
- 80% - São Paulo-SP, Rio de Janeiro - RJ, Recife-PE, Belo Horizonte - BH, Porto Alegre,RS
- Belém - PA e Salvador - BA.
- 70% - Deslocamento para as demais capitais dos Estados.
- 50% - Deslocamentos para as cidades com mais de 200.000 habitantes.

2 - As diárias previstas para em comissão ou funções de confiança, somente serão concedidas a servidores que sejam no efetivo exercício dos respectivos cargos ou funções.

3 - Será concedido um adicional equivalente R\$ 218,40 destinados a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque ao local de trabalho ou hospedagem e vice-versa.

4 - O Adicional de que trata o item 3 somente poderá ser concedido para servidores que se deslocarem de suas sedes utilizando

passagens terrestres ou aéreas, devidamente comprovadas.

Timbé do Sul-SC,

02 de Maio de 2014.

AMARILDO SCURSEL ALEXANDRE

DIRETOR DO SAMAE

Timbó

PREFEITURA

Portaria No 1046, de 15 de Abril de 2014

PORTARIA No 1046, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)				
Cargo: Técnico em Enfermagem (SP-31)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Josiane Santos Ramos (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. no Conc. Públ / Processo Seletivo)	21/02/89	072.438.739-01	30h	22/04/2014 a 05/05/2014
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Araci Kruger (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov. no Conc. Públ / Processo Seletivo)	30/04/61	384.174.139-87	44h	16/04/2014 a 05/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 15 de abril de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 1052, de 22 de Abril de 2014

PORTARIA No 1052, DE 22 DE ABRIL DE 2014

Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3320, de 07/11/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Educadora Infantil B-18				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Sonara Murara (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc. Público / Proc. Seletivo-Convênio com a APAE)	16/12/87	058.544.259-20	30h	22/04/2014 a 02/05/2014
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Franciely Selia Terra da Silveira (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc. Público/Proc. Seletivo)	30/03/96	097.863.279-69	44h	22/04/2014 a 02/05/2014
Roberta Danusa Hissi (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc. Público/Proc. Seletivo)	11/08/93	095.135.679-82	44h	22/04/2014 a 02/05/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de abril de 2014;
144o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 46 2014 PMT - Investigação Geotécnica

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2014 PMT
ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de Preço para contratação, em regime empreitada por preço unitário, de serviço de investigação geotécnica por meio de sondagem a percussão para construção de ponte no município de Timbó/SC, conforme anexo I (especificação do objeto), repetição total Pregão Presencial n.º 36/2014.

EMPRESA FORNECEDORA: Testesolo Engenharia LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 124.100,00 (cento e vinte e quatro mil e cem reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/07/2014.

Timbó, 30/04/2014

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços

Errata Concorrência Nº 45 2014 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE CONCORRÊNCIA N.º 45/2014 PMT
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Concorrência supramencionado apresentou, no edital, erro de digitação na informação constante no subitem 18.11, sendo correto o texto a seguir:

18.11 - Constitui Autoridade Competente para, em última instância administrativa, analisar e julgar os recursos eventualmente interpostos, o Secretario de Obras e Serviços Urbanos (§ 1º, artigo 3º do Decreto Municipal n.º 2.976/2012).

TIMBO/SC, 30 de Abril de 2014

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

Errata Tomada de Preço Nº 51 2014 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º 51/2014 PMT
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Tomada de Preço supramencionado apresentou, no edital, erro de digitação na data informada para entrega e abertura dos envelopes, sendo que a data correta é a constante das publicações, ou seja, 14/05/2014.

TIMBO/SC, 30 de Abril de 2014

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

Aviso de Abertura das Propostas Tomada de Preço N.º 09 2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
TOMADA DE PREÇOS Nº. 09/2014 FMS
AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da Tomada de Preços n.º 09/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, PARA A EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA BAIRRO PADRE MARTINHO STEIN, LOCALIZADA NA RUA BAHIA, BAIRRO PADRE MARTINHO STEIN, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROPOSTA N.º 11422955000113004 DO PROGRAMA REQUALIFICA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, TUDO CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, QUANTITATIVO E ORÇAMENTO ESTIMATIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, acontecerá no dia 05/05/2014 às 15h30min na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

Timbó, 30/04/2014

CARMELINDE BRANDT

Presidente da Comissão de Licitações

Aviso de Abertura das Propostas Tomada de Preço N.º 08 2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2014 FMS
AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

O Município de Timbó/SC leva ao conhecimento dos interessados que a abertura dos envelopes de proposta da Tomada de Preços n.º 08/2014, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, PARA A EXECUÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA INTEGRADA, LOCALIZADA NA RUA PARAGUAI, BAIRRO IMIGRANTES, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROPOSTA N.º 11422955000113005 DO PROGRAMA REQUALIFICA UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, TUDO CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, QUANTITATIVO E ORÇAMENTO ESTIMATIVO E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, acontecerá no dia 05/05/2014 às 14h30min na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó.

Timbó, 30/04/2014

CARMELINDE BRANDT

Presidente da Comissão de Licitações

CÂMARA MUNICIPAL**Ata da Sessão de Divulgação dos Resultados das Propostas Técnicas da Tomada de Preços Nº 05 2014**

ATA DA SESSÃO DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 05 2014

Aos trinta dias do mês de abril de 2014, às 09 horas, a Comissão de Licitação, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra, Sn, esquina 750 com rua projetada A, designado pela Portaria nº 11/2014, para, na forma da Lei Federal nº. 12232/2010, 8.666/1993 e 4.680/65, proceder à divulgação do resultado das propostas técnicas do objeto do Processo Licitatório nº 05/2014, destinado à contratação de Agência de Propaganda conforme Edital de Tomada de Preços 01/2014. Aberta a sessão pública conforme item 12 e seguintes do edital no horário estabelecido, estando presentes o representante da empresa Sal Propaganda Ltda Leandro Bonk Sabino RG 4835857 e os servidores da Câmara Municipal de Timbó, Giani Zaira Seidel e Ana Paula Manfrini. Ausente o representante da licitante Jeime Vieira da Silva Eirelli ME. O presidente da comissão permanente abriu os envelopes contendo as propostas técnicas e de capacidade de atendimento juntamente com as avaliações realizadas pelos membros da subcomissão técnica. Em um primeiro momento o presidente comparou os documentos contidos no envelope 02 (via identificada) com o conteúdo do envelope 01 (via não identificada) apresentando -os para os participantes. Em seguida procedeu-se ao somatório e divulgação das notas atribuídas pelos membros da subcomissão técnica: Sal Propaganda Ltda com a pontuação total do envelope 01 de 141 pontos e no envelope 03 de 59 pontos, totalizando 200 pontos; empresa Jeime Vieira da Silva Eirelli ME com a pontuação total do envelope 01 de 118 pontos e do envelope 03 de 50 pontos, totalizando 168 pontos. Na sequência o Presidente procedeu com a classificação das propostas técnicas: em primeiro lugar Sal Propaganda Ltda com um total de 200 pontos e em segundo lugar a empresa Jeime Vieira da Silva Eirelli Me com um total de 168 pontos. Em seguida o Presidente comunicou que não houve desclassificação e o prazo para interposição de recurso é de cinco dias úteis contados da publicação do presente resultado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br). O Presidente informou também que os licitantes terão acesso às avaliações realizadas pela subcomissão técnica mediante solicitação de cópias. Por fim, informou também que decorrido o prazo referido sem a interposição de recursos, ou após o julgamento dos mesmos (caso houver) será divulgada a data da sessão pública do envelope número 04 (proposta de preços), nos termos do item 12.13 do Edital.

Nada mais a tratar, o Presidente encerrou a sessão, lavrando a ata que segue assinada por todos e que será publicada no DOM -SC (Diário oficial do Estado SC) - www.diariomunicipal.sc.gov.br, site da Câmara www.camaratimbo.sc.gov.br e mural no átrio da Casa.

Éverton Bica Pedrosa
Presidente

Ailton Bertoldi
Membro

Genésio Slomp
Membro

Classificação das Propostas Técnicas do Processo Licitatório Nº 05/2014

A Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Timbó, por intermédio de seu Presidente, no Edital do Processo Licitatório n.º 05/2014, Tomada de Preços N.º 01/2014, torna público o resultado da Classificação da Proposta Técnica, cuja apuração foi realizada na sessão pública ocorrida no dia 30 de abril do corrente, no Auditório da Câmara Municipal de Timbó, que segue:

1.ª Colocada: Sal Propaganda Ltda. - 200 pontos

2.ª Colocada: Jeime Vieira da Silva Eirelli ME - 168 pontos

O prazo para a interposição de recursos contra a classificação das propostas técnicas é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da presente publicação, sendo que os licitantes, se quiserem, poderão obter cópias das avaliações técnicas realizadas pelos membros da subcomissão técnica, mediante solicitação.

Decorrido o prazo sem a interposição de recursos, ou após o julgamento dos mesmos (quando houver), será divulgada a data em que se realizará a sessão pública para a abertura do envelope n.º 04 (proposta de preços), nos termos do item 12.13 do Edital.

Timbó, 30 de abril de 2014.

ÉVERTON BICA PEDROSO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Treze Tílias**PREFEITURA****Aviso de Licitação 35/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 35/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a execução dos serviços de transporte de pessoas no município de Treze Tílias, de segunda feira a sábado, e em dias especialmente estabelecidos (inclusive feriados) pela Administração Municipal, em conformidade com as condições estipuladas neste edital e seus anexos

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 19/05/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Aviso de Licitação 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 36/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços elétricos e hidrossanitários especializados de revisão, manutenção e de atendimento emergencial para as secretarias municipais e nos eventos realizados pelo município, no período de maio a dezembro de 2014

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 15/05/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Turvo**PREFEITURA****Portaria 137/2014**

PORTARIA Nº 137/14, de 29 de Abril de 2014.
NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido no Artigo 3º da Lei nº 2.191/14, de 15 de Abril de 2014,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Conselho Municipal de Assistência Social, composto dos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DE CADA SECRETARIA.**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Titular - Kátia Cristina Biz

Suplente - Adriana Severino de Melo

SECRETARIA DE SAÚDE

Titular - Denise Lima de Souza Mattos

Suplente - Laudenir Bendo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Titular - Odete Manenti Martins

Suplente - Elaine Aparecida Marcon

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Titular - Luciane Fontana Vitto

Suplente - Sonia Beatriz Gava Martignago

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES PRESTADORAS DE SERVIÇO DA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**

Titular - Sônia Moro de Luca

Suplente - Clenir da Glória Becker Crepaldi

Titular - Tânia Regina Ronsani Monteiro Cadorin

Suplente - Márcia Dal Toe Nazário Bardini

ASSOCIAÇÃO CLUBE DE MÃES

Titular - Marta Elisabete Ribeiro Ávila

Suplente - Elia Daros

GRUPO TERCEIRA IDADE TUTTI BONA GENTE

Titular - Relino Salvaro

Suplente - Alice Rovaris da Silva

CÂMARA TÉCNICA - Jiane Tiscoski Ramos

Art. 2º - O mandato dos conselheiros é de 2 (dois) anos, facultada uma recondução ou reeleição, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante, não remunerado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 29 de abril de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Decreto N.039/2014

DECRETO Nº 039/2014, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
"RECONDUZ SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

Tendo em vista a sentença prolatada nos Autos nº 218.12.000277-4, na qual foi declarada "a nulidade do Decreto nº 19/2009 (fls. 51-52) e da Portaria 05/2009 (fl. 54) que extinguiu o cargo ocupado pelo autor e efetuou o enquadramento em outra função. Por conseguinte, determino que o Município de Vargem Bonita efetue a recondução do servidor Leonor Braz Mingotti ao cargo anteriormente ocupado (Auxiliar de Defesa Civil)".

DECRETA:

Artigo 1º - Fica RECONDUZIDO o servidor Leonor Braz Mingotti, brasileiro, casado, servidor público municipal, CPF nº 017.792.489-62, residente e domiciliado na Rua das Azaléias, Bairro Bela Vista, Vargem Bonita - Santa Catarina, para o cargo efetivo de Auxiliar de Defesa Civil.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor a partir de 1º de maio de 2014.

Vargem Bonita,
30 de abril de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 30/04/2014.

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Contrato de Comodato N.076/2014

CONTRATO DE COMODATO Nº 076/2014

De um lado a Paróquia Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora Aparecida, Mitra Diocesana de Joaçaba - Santa Catarina, representada pelo Padre Adolfo Bortolozzo, brasileiro, religioso, Pároco do Município de Vargem Bonita, inscrito do CPF nº 248.957.259-87, RG nº 1.704.811, residente e domiciliado em Vargem Bonita - Santa Catarina neste ato denominado COMODANTE e de outro o MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966, Centro em Vargem Bonita - Santa Catarina, CEP 89675-000, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Senhora Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1.515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, neste ato denominado COMODATÁRIO, tem disposto entre si o presente contrato particular de Comodato de imóvel, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - A comodante é proprietária do imóvel de Matrícula nº 2.557, folhas 289, livro 3A do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Joaçaba - Santa Catarina, matrícula ainda não transferida para a Comarca de Catanduvas, localizado na Rua Coronel Vitorio esquina com a José de Alencar

com um total 5.000 m² (cinco mil metros quadrados).

Cláusula Segunda - A comodante dá em comodato gratuito parte do terreno, compreendida esta parte em 400 m² (quatrocentos metros quadrados), com as arestas e medidas indicadas em projeto arquitetônico que passa afazer parte integrante do presente instrumento, também subscrito pelas partes, para finalidade de instalação de praça de uso público, instalação de bancos, passeio público, arborização e outros elementos urbanísticos integrantes de projeto arquitetônico que não inclua edificação definitiva.

Cláusula Terceira - O prazo do presente contrato é de 10 anos, devendo a comodante comunicar a comodatária, por escrito com o prazo de cento e vinte dias de antecedência, para a desocupação do imóvel, de forma motivada que justifique a retomada do imóvel para finalidades fundamentais e indispensáveis afetas a atividade precípua da Mitra Diocesana.

Cláusula Quarta - O comodatário deve comunicar imediatamente a comodante de qualquer ato de terceiros que configure turbacção de posse ou esbulho afim de que a comodante exercite as ações judiciais que considerar necessárias, ou autorize a comodatária a adotá-las.

Cláusula Quinta - O presente comodato extinguir-se-á a qualquer tempo por descumprimento da finalidade do presente comodato.

Cláusula Sexta - Nenhum preço pagará o comodatário durante ou ao final do contrato, exceto no caso da comodante ser indenizada por qualquer ato de negligência da comodatária que cause prejuízo ao imóvel.

Cláusula Sétima - O Comodatário não tem direito a retenção de benfeitorias ou qualquer indenização por estas decorrente da retirada ou saída espontânea do imóvel.

Cláusula Oitava - O Comodatário assume a responsabilidade pela manutenção e conservação da área e dos materiais durante a vigência deste do contrato.

Por ser o que haviam a dispor firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma elegendo o Foro da Comarca de Catanduvas para julgar questões decorrentes do presente contrato.

Vargem Bonita,
14 de abril de 2014.

PADRE ADOLFO BORTOLOZZO

Paróquia Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora Aparecida,
Mitra Diocesana de Joaçaba - Santa Catarina
COMODANTE

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina
COMODATÁRIA

Videira

PREFEITURA

Retificação do Pregão Presencial Nº 48/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica INCLUSO o item 6.5 ao edital do Pregão Presencial nº 48/2014-PMV, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE KITS DE VIGILÂNCIA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO, tendo em vista equívoco na formulação do mesmo. Ficam inalterados a data e horário do recebimento dos envelopes documentação e proposta. O Edital retificado está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 8:00h às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC,
28 de Abril de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 50/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 50/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE CORTINA TIPO BLACKOUT E ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 22/05/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC,
29 de abril de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 51/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 51/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE COLETES REFLETIVOS PARA SEREM UTILIZADOS PELOS COLABORADORES DO ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRANSITO DO MUNICÍPIO-ORTRAVI. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 22/05/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC,
30 de abril de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.108/14

DECRETO Nº 11.108/14, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora EDNISE XAVIER DA SILVA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 014/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora EDNISE XAVIER DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 489.943.409-04, no RG nº 4.249.803 e no PIS/PASEP nº 170.07934.93-3, detentora da matrícula funcional nº 9014, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.176,95 (três mil, cento e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 -Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira,
29 de abril de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.109/14

DECRETO Nº 11.109/14, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora DULCIMAR SCAPINELLO FERNANDES RIBEIRO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições

legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 015/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, a servidora DULCIMAR SCAPINELLO FERNANDES RIBEIRO, inscrita no CPF sob o nº 489.937.949-87, no RG nº 1.334.432 e no PIS/PASEP nº 180.13052.86-4, detentora da matrícula funcional nº 9012, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.176,95 (três mil, cento e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira,
29 de abril de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.110/14

DECRETO Nº 11.110/14, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora ELIZETE VESCOVI SOERGER, inscrita no CPF sob o nº 435.827.109-04, no RG nº 1.107.146 e no PIS/PASEP nº 170.07934.31-3, detentora da matrícula funcional nº 936, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 016/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora ELIZETE VESCOVI SOERGER, inscrita no CPF sob o nº 435.827.109-04, no RG nº 1.107.146 e no PIS/PASEP nº 170.07934.31-3, detentora da matrícula funcional nº 936, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por

cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 4.319,38 (quatro mil e trezentos e dezenove reais e trinta e oito centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 130/12 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 02/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira,
29 de abril de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 11.111/14

DECRETO Nº 11.111/14, DE 29 DE ABRIL DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor DÉCIO RISSI, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 017/2014,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor DÉCIO RISSI, inscrito no CPF sob o nº 194.698.709-30, no RG nº 6.115.184 e no PIS/PASEP nº 100.68972.70-6, detentor da matrícula funcional nº 229, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Trator de Pneu, Máquina de Varrição e Capina Mecânica, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.070,41 (três mil e setenta reais e quarenta e um centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/05/2014, revogadas as disposições em contrário.

Videira,
29 de abril de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de abril de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 022/2014

DECRETO N.º 022/2014

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Complementar 049, de 23 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 022, de 18 de julho de 2006.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Senhores CLAUDINEI FELICIANO, JEOVANA WINTER, SANDRO LUNELLI, FRANCISCO FERREIRA, JOCIEL ADILSON CRUZ e RODRIGO DIETRICH, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a preparação, execução e julgamento do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo ora constituída poderá baixar instruções especiais sobre o Processo Seletivo nº 003/2014, e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
30 DE ABRIL DE 2014.

Publicado e Registrado na data
Vitor Meireles/SC, ___/___/___ .

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 082/2014

PORTARIANº. 082/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: REGIANE KAMMER

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 039/2014, que reduziu a carga horária da servidora, tornando-a sem efeitos, sendo que a partir de 01 de abril de 2014 a carga horária fica alterada para 40 (quarenta) horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de abril de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 039/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 30 DE ABRIL DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Portaria Nº 083/2014

PORTARIANº. 083/2014

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

DESIGNAR:

Nome: LEONIRCE RINALDI FAUSTO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, nomeada pela Portaria nº 022/2006, para atuar como na Coordenação da UD de Vitor Meireles - CEJA, a partir de 10 de fevereiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
30 DE ABRIL DE 2014.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xavantina

PREFEITURA

Portaria 089/2014

PORTARIA Nº 089/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o resultado do Concurso Público nº 001/2013;

Considerando o pedido e a concessão de licença para estudos sem vencimentos de 02 (dois) anos consecutivos, a contar de 05 de Março de 2014, ao Servidor Público Municipal, Sr. Vagner Grolle, ocupante do cargo de Motorista.

Considerando a ampliação da frota de veículos com a aquisição de 04 (quatro) caminhões novos para o melhor atendimento de toda a população Xavantinense;

Considerando a grande demanda dos serviços indispensáveis destes profissionais para a manutenção das atividades diárias desenvolvidas, como por exemplo, transporte de terra, cascalho, brita para a manutenção e ampliação de estradas vicinais, bem com dar condições de acesso às propriedades rurais de nosso município;

Considerando a Lei Complementar nº 059/2014, a qual amplia o numero de vagas de motorista no quadro de cargos dos servidores públicos municipais;

Considerando que ainda existem candidatos classificados para o cargo, bem como o concurso encontra-se dentro do prazo de validade;

Considerando o interesse publico;

Considerando também que pelo princípio da economicidade, pode a administração municipal ampliar o número de vagas daquele concurso;

Considerando a ampliação do numero de vagas no quadro de cargos e do Concurso Público nº 001/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. CLAIR MENIN, para ocupar o cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC),
11 de Abril de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 090/2014

PORTARIA Nº 090/2014

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E PROGRESSÃO POR MÉRITO PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº 020, de 25/03/04, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação dos formulários de desempenho preenchidos pela Chefia imediata, para fins de concessão da progressão por mérito, a saber:

- Izilde J.P. Fasolo
- Soraia Budke
- Keila Olkowski

Art. 2º Os membros da comissão de avaliação poderão realizar novos levantamentos, entrevistas ou mesmo solicitar informações por escrito, que visem à justa e isenta avaliação dos servidores públicos municipais, inclusive, realiza-las sem a existência de avaliações do chefe imediato.

Art. 3º A comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao setor de pessoal, até o dia 30 de abril, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações, a pontuação obtida.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC),
12 de Abril de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Portaria 091/2014

PORTARIA Nº 091/2014

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal em Exercício de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica, e, art. 127, e seguintes da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o requerimento apresentado pelo servidor Jose Sebastião Ribeiro Bueno, requerendo 01 mês de licença prêmio referente ao período de 03/02/2008 à 02/02/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Servidor JOSE SEBASTIÃO RIBEIRO BUENO, ocupante do cargo de Operador de Trator de Esteiras, 01 (um) mês de licença prêmio remunerada, relativo ao período aquisitivo de 03/02/2008 à 02/02/2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC),
23 de Abril de 2014.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Decreto 035/2014

DECRETO Nº 035/2014
AMPLIA VAGAS DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Edital de Concurso Público nº 001/2013;

Considerando que foram previstas 02 (duas) vagas para o cargo de Motorista;

Considerando o pedido e a concessão de licença para estudos sem vencimentos de 02 (dois) anos consecutivos, a contar de 05 de Março de 2014, ao Servidor Público Municipal, Sr. Vagner Grolle, ocupante do cargo de Motorista.

Considerando a ampliação da frota de veículos com a aquisição de 04 (quatro) caminhões novos para o melhor atendimento de toda a população Xavantinense;

Considerando a grande demanda dos serviços indispensáveis destes profissionais para a manutenção das atividades diárias desenvolvidas, como por exemplo, transporte de terra, cascalho, brita para a manutenção e ampliação de estradas vicinais, bem com dar condições de acesso às propriedades rurais de nosso município;

Considerando a Lei Complementar nº 059/2014, a qual amplia o número de vagas de motorista no quadro de cargos dos servidores públicos municipais;

Considerando que ainda existem candidatos classificados para o cargo, bem como o concurso encontra-se dentro do prazo de validade;

Considerando o interesse publico;

Considerando também que pelo princípio da economicidade, pode a administração municipal ampliar o número de vagas daquele concurso;

DECRETA:

Art. 1º Fica ampliado o número de vagas para o seguinte cargo abaixo:

I - Motorista do Concurso Público nº 001/2013, ampliando de 02 (duas) para 06 (seis) vagas.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC),
em 01 de abril de 2014.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Decreto 036/2014

DECRETO Nº 036/2014
DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela legislação em vigor,

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 001/2014 e o resultado publicado;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado final do Processo Seletivo nº 001/2014, a saber:

Área de Atuação	Colocação/Nome	Nota
Compras, Contabilidade, Assessoria Jurídica.	1º Colocado - João Octávio Simon de Souza	8,125
	2º Colocado - Renato Gorlin	
	3º Colocada - Vanessa Seguetto	
	4º Colocada - Cristiane Favero	
	5º Colocada - Anderson Giroto	7,500
	6º Colocado - Iara Cristina da Silva Oliveira	6,875
	7º Colocada - Gessica Scalco	5,000
Secretaria Municipal de Educação, Escolas Municipais (Xavantina e Linha das Palmeiras).	1º Colocada - Tereza Simoni Zanandréa	5,000
CRAS, Secretaria de Saúde e Assistência Social.	1º Colocada - Andressa Caroline Triacca	6,875
	2º Colocada - Caroline Neris	5,000
Departamento de Esportes, Ginásios de Xavantina e Linha das Palmeiras.	1º Colocado - Darlan Perondi	5,000
		7,500

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC),
04 de Abril de 2014.
MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Decreto 037/2014

DECRETO Nº 037/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o período da semana santa;

Considerando que o dia 17 de abril de 2014, possuem vários eventos religiosos destinados especialmente à fé cristã na quinta feira santa, o qual antecede a sexta feira santa;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nos setores públicos municipais, no dia 17 de Abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC,
04 de Abril de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Decreto 038/2014

DECRETO Nº 038/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.361, de 24 de Abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária: 12.01 - Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.001 - Encargos Gerais
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.01.0000 CR (107)
R\$2.500,00

TOTAL2.500,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária: 12.01 - Encargos Gerais

Projeto Atividade: 0.001 - Encargos Gerais
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 CR (87)
R\$2.500,00

TOTAL2.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC),
24 de Abril de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Decreto 039/2014

DECRETO Nº 039/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.363, de 24 de Abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 04.01 - Departamento de Ensino Fundamental e Infantil

Projeto Atividade: 2.005 - Manter o Pré Escolar
Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.03.0001 CR (108)
R\$60.000,00

TOTAL60.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC),
24 de Abril de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Decreto 040/2014

DECRETO Nº 040/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que determina a Lei Municipal nº 1.364, de 24 de Abril de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de até R\$ 26.296,00 (vinte

e seis mil duzentos e noventa e seis reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.02 - Departamento de Ensino Médio, Educação Superior e Especial

Projeto Atividade: 2.010 - Auxiliar Ensino Médio

Elem. Despesa: 3.3.90.00.00.00.01.0022 CR (37)

R\$26.296,00

TOTAL26.296,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos transferências de convênios - Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina (SC),
24 de Abril de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Decreto 041/2014

DECRETO Nº 041/2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o dia 01 de maio de 2014 comemora-se o Dia do Trabalhador;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nos setores públicos municipais, no dia 02 de Maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC,
28 de Abril de 2014.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

TIAGO BRANDELERO
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

TP 01/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2014 FMS

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de Construção de um

estabelecimento assistencial em saúde, cujo edifício será em alvenaria com 01 pavimento, para funcionamento de uma unidade de saúde do Município, cobertura em telha de fibrocimento, situado na RUA "B", Loteamento Chiossi, Distrito de Linha das Palmeiras, Município de Xavantina/SC, totalizando uma área a ser construída de 505,50m2, conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital. Tipo: Menor Preço Global. Prazo para protocolo dos envelopes: 19/05/2014, às 16:00 horas. Abertura da licitação: dia 20/05/2014, às 09:00 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC,
em 05 de maio de 2014.
OSMAR DERVANOSKI,
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Xavantina.

Xaxim

PREFEITURA

Comissão Licitações

DECRETO Nº 251/2014

Instituiu a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal de Xaxim e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e na forma do Art. 51 da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto Instituída a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal de Xaxim, que será composta pelos seguintes Membros:

I - Membros efetivos:

Presidente - Veridiana Inês Canova Busatta, CPF: 016.623.549-08;
Secretário - Marinilse de Freitas Fin, CPF: 045.104.769-90;
Membro - Josiane de Oliveira Cichelero, CPF 029.493.249-67

II - Membros Suplentes:

Catiane Geovane Curtarelli Soccol, CPF: 006.466.089-32;
b) Otavio João Skrzypczak, CPF 767.673.109-72.

Parágrafo único Os suplentes poderão ser convocados a qualquer momento pelo Chefe do Poder Executivo sempre que um dos efetivos não estiver presente.

Art. 2º Compete à Comissão Municipal Permanente de Licitações de Bens e Avaliações:

I - Julgar o Registro Cadastral dos Fornecedores;

II - Divulgar a relação dos fornecedores com cadastro aprovado, cancelados e todas as alterações decorrentes;

III - Processar e julgar os processos de licitações;

IV - Avaliar, sempre que convocada, bens móveis e imóveis do Município;

V - Avaliar, sempre que convocada, bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do Município;

VI - Processar e Julgar, todos os Processos e Avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n.º 8.666/93.

§ 1º das reuniões, a Comissão deverá lavrar Ata Circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

§ 2º Os membros da Comissão de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 3º Excepcionalmente nos Termos do Art. 51, § 1º da Lei n.º 8.666/93, para julgamento dos Convites, fica substituída a Comissão pelo Presidente, que processará e julgará nos termos da Lei,

lavrando Ata Circunstanciada para cada caso.

Art. 4º Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão, em qualquer circunstância, considerando o seu caráter de interesse público, não serão remunerados, não gerando qualquer vantagem salarial ou de qualquer outra natureza a seus membros.

Parágrafo único - A investidura dos membros da Comissão não excederá a um ano, vedada e recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito aos 30 dias do mês de abril de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FABIO JOSÉ DAL MAGRO

Procurador Geral do Município.

Pregoeiro E Equipe de Apoio

DECRETO Nº 252/2014

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio, para atuarem em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de XAXIM - SC, e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 3º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA

Art. 1º - Fica Designado para o exercício de 2014, para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de Xaxim - SC, a servidora Marinilse de Freitas Fin - CPF 045.104.769-90

Parágrafo único - Nas ausências e impedimentos do Pregoeiro titular, será o mesmo substituído pelo servidor Veridiana Inês Canova Busatta, CPF: 016.623.549-08 - (Membro da Equipe de Apoio a qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º - Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura Xaxim, os servidores: Josiane de Oliveira Cichelero, CPF 029.493.249-67 - Secretário; Veridiana Inês Canova Busatta, CPF: 016.623.549-08 - Membro Titular; Catiane Geovane Curtarelli Soccol, CPF: 006.466.089-32 e Otavio João Skrzypczak, CPF 767.673.109-72. - Membros Suplentes.

Parágrafo único - Os membros da Equipe de Apoio que atuarão no certame serão, sempre, em um mínimo de 03 (três) integrantes.

Art. 3º - O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Prefeitura, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem

como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520, de 17.07.2002, consoante às alterações que lhe forem dadas e Lei Federal 8.666 de 12 de junho de 1993.

Art. 5º O Pregoeiro e a respectiva Equipe de apoio, servidores especificados neste Decreto, desempenharão as atribuições, concomitantemente com as de seus respectivos cargos, durante o ano de 2013. , não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 6º O mandato do Pregoeiro e Equipe de Apoio será até 31 de dezembro de 2013, sendo vedada à recondução na sua totalidade no período subsequente.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito aos 30 dias do mês de abril de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

FABIO JOSÉ DAL MAGRO

Procurador Geral do Município.

Aviso de Dispensa de Licitação 024/2014 PM

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA

A PRESENTE DISPENSA, A SABER:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0101/2014

HOMOLOGAÇÃO: 30/04/2014

LOCADOR: VALDEMAR BAGGIO - CPF 385.063.609-78

LOCATÁRIO: MUNICIPIO DE XAXIM

OBJETO: AUXILIO DE LOCAÇÃO DE UM BARRACÃO NO DISTRITO DE VILLA DIADEMA PARA BENEFICIO DE INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.400,00 (CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: 30/10/2014

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei Federal 8.666/93 E Lei Municipal 2.943 de 16/12/05.

XAXIM, 30/04/2014

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Credenciamento 005/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CHAMADA 005/2014

FUNDO MUNIC. DE SAÚDE

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito COMUNICA que estará realizando credenciamento sob o n. 005/2014, com protocolo dos documentos a partir desta data ficando aberto até 31 de dezembro de 2014. O presente credenciamento tem por objeto Credenciar estabelecimentos para fornecimento de

medicamentos manipulados para a Secretaria Municipal de Saúde a serem distribuídos aos pacientes atendidos pelo Sistema Único da Saúde do Município de Xaxim - SC. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8213.

Xaxim - SC,

30 de abril de 2014.

IDACIR ANTÔNIO ORSO

Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 212 - PGT - Luzerna

Extrato de Contrato nº 212/2014

Programa de Gestão Tributária - Luzerna

CONTRATANTE: Município de Luzerna

CNPJ: 01.613.428/0001-72

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 040.14

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 01 de abril de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 213 - Programa - Caxambu do Sul

Extrato de Contrato nº 213/2014

Contrato de Programa - Caxambu do Sul

CONTRATANTE: Município de Caxambu do Sul

CNPJ: 83.021.816/0001-29

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 19/2014

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Caxambu do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Caxambu do Sul no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet),

promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Caxambu do Sul, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 23 de abril de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 214 - Dom - Caxambu do Sul

Extrato de Contrato nº 214/2014

Contrato de Rateio - Caxambu do Sul

CONTRATANTE: Município de Caxambu do Sul

CNPJ: 83.021.816/0001-29

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 20/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Caxambu do Sul e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 19/2014

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 23 de abril de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 215 - Dom - Xaxim

Extrato de Contrato nº 215/2014

Contrato de Rateio - Xaxim

CONTRATANTE: Município de Xaxim

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 096/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Xaxim e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

(CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 0261/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 16 de abril de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 216 - PGT - Xaxim

Extrato de Contrato nº 216/2014

Programa de Gestão Tributária - Xaxim

CONTRATANTE: Município de Xaxim

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 097/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 16 de abril de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 217 - PGT - São Bernardino

Extrato de Contrato nº 217/2014

Programa de Gestão Tributária - São Bernardino

CONTRATANTE: Município de São Bernardino

CNPJ: 01.612.812/0001-50

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 82/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 24 de abril de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 218 - PGT - Joinville

Extrato de Contrato nº 218/2014

Programa de Gestão Tributária - Joinville

CONTRATANTE: Município de Joinville

CNPJ: 83.169.623/0001-10

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 188/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais) anual.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 29 de abril de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 219 - PGT - Palma Sola

Extrato de Contrato nº 219/2014

Programa de Gestão Tributária - Palma Sola

CONTRATANTE: Município de Palma Sola

CNPJ: 83.028.639/00014-02

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 001/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 27 de março de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 220 - Dom - Três Barras

Extrato de Contrato nº 220/2014

Contrato de Rateio - Três Barras

CONTRATANTE: Município de Três Barras

CNPJ: 83.102.400/0001-35

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 018/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Três Barras e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 004/2010.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato de rateio vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 01 de março de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Ata de Reunião Ordinária

Ata de Reunião Ordinária

No dia vinte e oito de abril, do ano de dois mil e catorze, às 16h25min estiveram presentes os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, conforme lista de presenças anexa, na Sede da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis na cidade de Florianópolis-SC, atendendo ao Edital de Convocação nº 02/2013, com a seguinte ordem do dia: análise e deliberação sobre a Prestação de Contas do 1º trimestre de 2014; deliberação acerca da realização de Concurso Público; deliberação sobre nomeação de Gerente de Tecnologia da Informação do CIGA; deliberação sobre projetos de serviços a serem executados para outros Estados (AMUNES-ES, Recife-PE, Curitiba-PR); e assuntos diversos. O Prefeito de Herval d'Oeste e Presidente do CIGA Sr. Nelson Guindani, deu início à reunião agradecendo a presença dos que se fizeram presentes e ressaltou a importância do CIGA desenvolver uma estratégia para tornar o CIGA e seus programas mais conhecidos nos municípios catarinenses. O Presidente passou a palavra ao Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, que informou o número atual de municípios consorciados até a presente data, que totaliza 212 municípios. O Vice-presidente do CIGA, Prefeito de Lebon Régis, Sr. Ludovino Labas, ressaltou a economia de recursos que o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC proporciona aos municípios. Na sequência, o Diretor Executivo do CIGA prosseguiu com a apresentação dos seguintes dados: número de contratos por Programa oferecidos pelo CIGA, que totalizam até a presente data 252 contratos vigentes; a receita total do CIGA arrecadada no primeiro trimestre de 2014 de R\$ 291.725,00 (duzentos e noventa e um mil e setecentos e vinte e cinco reais) que representa mais que o dobro da arrecadada no primeiro trimestre de 2012 – R\$ 142.707,95 (cento e quarenta e dois mil e setecentos e sete reais e noventa e cinco reais); a despesa realizada pelo CIGA no primeiro trimestre de 2014 que totalizou R\$ 258.307,30 (duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos e sete reais e trinta centavos), representando um aumento de R\$ 78.545,85 (setenta e oito mil e quinhentos e quarenta e cinco reais) em relação ao mesmo período de 2013; e os saldos bancários ao final do 1º trimestre que totalizaram juntamente com a aplicação financeira R\$ 246.788,90 (duzentos e quarenta e seis mil e setecentos e oitenta e oito reais e noventa centavos), representando um aumento de R\$ 35.305,60 (trinta e cinco mil e trezentos e cinco reais e sessenta centavos) em relação ao mesmo período de 2013. O Diretor Executivo ressaltou que a evolução da receita está diretamente relacionada ao aumento do número de consorciados e de contratos firmados. Os presentes aprovaram a prestação de contas do 1º trimestre. Logo, o Sr. Gilsoni Lunardi Albino continuou com o próximo item da pauta relativo à deliberação para realização de novo Concurso Público do CIGA, tendo em vista a necessidade de pessoal na gerência administrativa do CIGA, pois o CIGA apresentou um crescimento no número de municípios consorciados e contratos firmados. O Diretor Executivo informou que o concurso será realizado para 4 (quatro) cargos: assessor jurídico (1 vaga), assistente administrativo (1 vaga), contador (1 vaga) e programador (1 vaga e 4 cadastros de reserva). A demanda urgente enfatizou o Diretor Executivo, é pelo assessor jurídico devido ao elevado número de atividades do CIGA que necessitam de parecer e apoio jurídico. Os demais cargos, considerando que a vigência do concurso pretendido será de, no mínimo, dois anos serão preenchidos conforme demanda identificada de atividades no CIGA. O Diretor Executivo informou que a expansão dos serviços do CIGA para municípios de municípios fora do estado de Santa Catarina contribuirá no incremento da arrecadação do CIGA, de forma que a contratação de pessoal é viável. Quanto ao formato de realização do Concurso, o Sr. Gilsoni Lunardi Albino, relatou que a pretensão é pela contratação de uma fundação que ficará responsável desde a elaboração do Edital até a aplicação das provas, sendo que o CIGA irá apenas se responsabilizar pela obtenção do

local de realização das provas. Desta forma, os presentes aprovaram a realização do concurso público nos termos expostos. Em ato contínuo, o Diretor Executivo colocou em apreciação dos membros presentes do Conselho de Administração a nomeação do Gerente de Tecnologia da Informação do CIGA, o empregado público e analista de sistemas do CIGA, o Sr. Rodrigo Valceli Raimundo. A nomeação proposta foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o próximo item da pauta relativo a prestação de serviços para municípios de outros estados teve a proposição de que os valores cobrados pelo CIGA dos municípios não consorciados que contratem o sistema do Simples Nacional seja o mesmo para aqueles municípios fora de Santa Catarina que vierem a consorciar-se no CIGA. Tal proposta de valores, apresentada pelo Sr. Gilsoni Lunardi Albino, foi aprovada por todos os presentes, sendo a mesma embasada no número de habitantes, conforme tabela abaixo:

Faixa	Nº Habitantes	Valor Anual
1	Até 10.000	R\$ 3.960,00
2	Até 20.000	R\$ 6.600,00
3	Até 50.000	R\$ 7.920,00
4	Até 100.000	R\$ 11.220,00
5	Acima de 100.000	R\$ 13.860,00

Na sequência, o Diretor Executivo informou que o CIGA já firmou contrato com a Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo – AMUNES para prestar o serviço do diário oficial dos municípios para todos os municípios pertencentes ao estado do Espírito Santo, sendo que a primeira edição está programada para ser publicada em maio de 2014. Além deste, o município de Recife-PE contratou o acesso ao Sistema do Simples Nacional pelo período de 12 (doze) meses. E, por fim, encontra-se em negociação com o município de Curitiba-PR prestação do serviço do Programa de Gestão da Assistência Social, sendo este o maior projeto em andamento no CIGA atualmente. Na pauta de assuntos diversos, o Sr. Gilsoni Lunardi Albino apresentou a possibilidade de automatização do Diário Oficial dos Municípios - DOM, com a finalidade de reduzir a influência dos diagramadores no processo de formatação do Diário, o que reduziria o tempo de diagramação, pois as edições estão cada vez com mais atos. O Diretor Executivo mencionou que esta alteração afeta o formato do Diário, pois os atos ficarão nos moldes cadastrados pelas entidades e não terão a mesma uniformidade de formatação da edição atual. O Sr. Charles Rafael Schwambach, membro do Conselho Fiscal do CIGA, defendeu a automatização do DOM. Os demais presentes também aprovaram a automatização do DOM. O próximo item abordado foi a possibilidade do CIGA descontinuar programas que estão com baixa utilização, tais como: Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social, Programa de Gestão de Obras e o Group-Office. O Sr. Charles Charles Rafael Schwambach, membro do Conselho Fiscal do CIGA, opinou de que é preciso realizar uma ação de marketing para promover os programas do CIGA, enfatizando o caso do Programa da Assistência Social que está sendo negociado com Curitiba-PR, ou seja, é um programa que possui potencial para gerar novos contratos. Os membros do Conselho de Administração também concluíram que, primeiramente, é preciso tentar promover os Programas por meio de ações que permitam que os municípios conheçam melhor as funcionalidades de tais programas, pois entendem que seja o desconhecimento dos mesmos que acarreta a baixa adesão aos programas. Desta forma, a decisão foi de não descontinuar os programas, pelo menos até o final do ano de 2014. Na sequência, o Diretor Executivo apresentou a lista de prioridade dos projetos que serão executados no decorrer do exercício de 2014, sendo destacados com alta prioridade os seguintes: programa de emissão de notas fiscais de serviços municipais do Simples Nacional, disponibilização do programa da assistência social a uma cidade com mais de 500 mil habitantes e realização de novo concurso público. Além disso, dois projetos foram definidos como não prioritários: internalização de software de gestão integrada

(RH, contabilidade...) e avaliação de solução para gestão integrada para os municípios (RH, contabilidade...). Sendo que os presentes aprovaram o nível de prioridade dos projetos apresentado, o Diretor Executivo e o Presidente do CIGA agradeceram a presença de todos e o Sr. Nelson Guindani, Presidente do CIGA, deu por encerrada a reunião. Eu, Morgana Arent Michels redigi esta ata, a qual foi revisada pelo Diretor Executivo do CIGA e será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

MORGANA ARENT MICHELS
Gerente Administrativo

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

Portaria Nº 04/2014, de 30 de Abril de 2014

Portaria nº 04/2014, de 30 de abril de 2014

Nomeia o Gerente de Tecnologias da Informação do CIGA.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a deliberação tomada na Reunião Ordinária do CIGA, realizada em 28 de abril de 2014,
Resolve:

Art. 1º Nomear o Sr. Rodrigo Valceli Raimundo, CPF nº 052.543.269-80, para o emprego de Gerente de Tecnologias da Informação do CIGA, conforme atribuições definidas no art. 28 e no Anexo II do Contrato de Consórcio Público, regulamentado pelo art. 20 do Regimento Interno do CIGA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de maio de 2014, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 30 de abril de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

CIMVI

Convênio Nº 004/2013 - Município de Guabiruba

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 004/2013

CONVENIENTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONVENIADO: Município de Guabiruba

OBJETO: Gestão Associada de Serviços Públicos.

VALOR: R\$5.632,00 (cinco mil seiscentos e trinta e dois reais)

PRAZO: 180 dias.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>cimvi>convênios](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/convênios)

Timbó, 06 de novembro de 2013.

Hartwig Persuhn
Presidente

Convênio Nº 005/2013 - Município de Gaspar
 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 005/2013

CONVENIENTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONVENIADO: Município de Gaspar
 OBJETO: Gestão Associada de Serviços Públicos.

VALOR: R\$17.723,00 (dezesete mil setecentos e vinte e três reais)

PRAZO: 180 dias.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>cimvi>convênios](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/convênios)

Timbó, 06 de novembro de 2013.
 Hartwig Persuhn
 Presidente

Convênio Nº 006/2013 - Município de Botuverá
 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 006/2013

CONVENIENTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONVENIADO: Município de Botuverá
 OBJETO: Gestão Associada de Serviços Públicos.

VALOR: R\$1.369,00 (um mil trezentos e sessenta e nove reais)

PRAZO: 180 dias.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br>publicações>cimvi>convênios](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/convênios)

Timbó, 06 de novembro de 2013.
 Hartwig Persuhn
 Presidente

CINCO

Aa0032_2014 - Atestado de Aprovação Marcas Pneu Edital Ch. 0009_2014 - Jk Pneu

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES
 PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0009/2014 COMPLEMENTAR AO EDITAL 0001/2014

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV
 ATESTADO DE APROVAÇÃO 0032/2014, TERMO DE ANÁLISE 0033/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: JK PNEUS LTDA.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA
159	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	RS

Fraiburgo SC, 30 de abril de 2014.

ELÓI RONNAU
 Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

LUIZ FERNANDO RALDI
 Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI
 Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

Aa0033_2014 - Atestado de Aprovação Marcas Pneu Edital Ch. 0001_2014 - Modelo Pneu

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES
 PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0001/2014

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV
 ATESTADO DE APROVAÇÃO 0033/2014, TERMO DE ANÁLISE 0034/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: Modelo Pneu.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
68	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T-831

93	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-12
102	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	A.T UTILITY

Fraiburgo SC, 30 de abril de 2014.

ELÓI RONNAU

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

LUIZ FERNANDO RALDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

Aa0034_2014 - Atestado de Aprovação Marcas Pneus Edital Ch. 0009_2014 - Modelo Pneus

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES

PARA CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0009/2014 COMPLEMENTAR AO EDITAL 0001/2014

PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES

ANEXO IV

ATESTADO DE APROVAÇÃO 0034/2014, TERMO DE ANÁLISE 0035/2014

Nos termos do Chamamento Público para cadastramento de produtos, APROVAMOS os seguintes produtos com as respectivas MARCAS E MODELOS dos ITENS discriminados a seguir, apresentados pelas empresas: Modelo Pneus.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
158	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	BIBSTEEL 141 A5/SC
159	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	QBOM	TR-462

Fraiburgo SC, 30 de abril de 2014.

ELÓI RONNAU

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

LUIZ FERNANDO RALDI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

NÁDIA DE LORENZI

Membro da Comissão Especial/Resolução nº 0001/2013

Relação de Todas As Marcas com Atestado de Aprovação de Pneus, Câmeras de Ar E Protetores

MARCAS APROVADAS NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA CADASTRAMENTO DE PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES Nº 0001/2014, 0006/2014 e 0009/2014

PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES

LISTA GERAL DE TODAS AS MARCAS APROVADAS DE ACORDO COM A CONSOLIDAÇÃO DOS ATESTADOS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 16, 17, 18, 19, 33, 34 e 35/2014.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO
1	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO	LEVORIN	DAKAR, ESTORIL
		RINALDI	BS-32
2	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DUAL SPORT
3	PNEU MOTO 2.50-17 DIANTEIRO	RINALDI	PD-29
		LEVORIN	DAKAR
4	PNEU MOTO 2.75-17 TRASEIRO	RINALDI	PD-29
		LEVORIN	DAKAR
5	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	LEVORIN	DAKAR, ESTORIL
		RINALDI	BS-32
6	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO	RINALDI	WH 21
		LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DINGO
7	PNEU MOTO 90/90-15 TRASEIRO		
8	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	RINALDI	BS-32
		LEVORIN	DAKAR, ESTORIL, ZIAL
9	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	RINALDI	R-34
		LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DUAL SPORT
10	PNEU MOTO 90/90-21 DIANTEIRO	LEVORIN	DINGO
		LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DUAL SPORT
		RINALDI	R-34
11	PNEU MOTO 3.00-21 51T		
12	PNEU MOTO 110-80-18	RINALDI	R-34
		LEVORIN	DINGO
13	PNEU MOTO 120/80-18	LEVORIN	DUNA
		LEVORIN	DUAL SPORT
		RINALDI	R-34
14	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	ASSURANCE
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		PIRELLI	CINTURADO P4

15	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	ASSURANCE
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		PIRELLI	P400
		PIRELLI	CINTURADO P4
16	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		PIRELLI	CINTURADO P4
		FIRESTONE	MULTIHAWK
17	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	ASSURANCE
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
		PIRELLI	P400
		PIRELLI	CHRONO
		PIRELLI	P6
18	PNEU 175/70R14 TIPO A PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	GT2
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		PIRELLI	CINTURADO P4
		PIRELLI	CINTURADO P1
20	PNEU 175/70R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GT2
		FIRESTONE	F580
		PIRELLI	CHRONO
		PIRELLI	SCORPION ATR
19	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS2
		FIRESTONE	F-570
		PIRELLI	CITNET ALL WEATER
21	PNEU 185/60R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	NCT5
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		PIRELLI	P6
22	PNEU 185/65R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	ASSURANCE
		GOODYEAR	DURAPLUS
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		PIRELLI	P6
		PIRELLI	CINTURADO P4
		PIRELLI	CINTURADO P1

23	PNEU 185/70R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	GPS3
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	ASSURANCE
		PIRELLI	P6000
		FIRESTONE	MULTIHAWK
		GOODYEAR	EXCELLENCE
24	PNEU 185/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
		PIRELLI	P6000
		PIRELLI	P7
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
25	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 700
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		GOODYEAR	DURAPLUS
		GOODYEAR	ASSURANCE
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	GPS3
		PIRELLI	P7
		PIRELLI	P6
26	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
		PIRELLI	P7
		PIRELLI	PHANTOM
27	PNEU 195/60R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 700
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	GT
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
		GOODYEAR	NCT5
28	PNEU 195/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P7
		GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		FIRESTONE	FIREHAWK 900
29	PNEU 195/75R16, TIPO A, INDICE DE CARGA 107, INDICE DE VELOCIDADE, R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO	PIRELLI	CHRONO
		BRIDGESTONE	DURAVIS 08
		GOODYEAR	G32 CARGO
30	PNEU 205/55R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	NCT5
		GOODYEAR	EXCELLENCE
		GOODYEAR	EAGLE SPORT
		BRIDGESTONE	TURANZA ER300
		BRIDGESTONE	TURANZA ER30
		PIRELLI	PHANTON
		PIRELLI	P7
31	PNEU 225/50 R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EAGLE GT
		PIRELLI	P7CINT
		PIRELLI	NEROas
		BRIDGESTONE	POTENZA RE760 SPORT

32	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR
		PIRELLI	SCORPION VERDE
		GOODYEAR	FORTERA CONFORTRED
		BRIDGESTONE	DUELER H/T 687
33	PNEU 245/45R18 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE RUN ON FLAT
		BRIDGESTONE	POTENZA GIII
		GOODYEAR	FULDA
34	PNEU 185R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIDGESTONE	DURAVIS R630
		PIRELLI	CHRONO
35	PNEU 195/80R14 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
36	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIDGESTONE	DURAVIS R630
37	PNEU 205/70R15 TIPO A, PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIDGESTONE	DURAVIS R630
38	PNEU 225/70R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIDGESTONE	DURAVIS R630
		PIRELLI	CHRONO
39	PNEU 225/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
		GOODYEAR	ADVENTURE
		PIRELLI	SCORPION ATR
		BRIDGESTONE	DUELER A/T
40	PNEU 235/75R15 TIPO A PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
		GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE
		PIRELLI	SCORPION ATR

41	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE
		PIRELLI	SCORPION ATR
		FIRESTONE	DESTINATION AT
42	PNEU 265/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (PAJERO)		
43	PNEU 235/75R15 PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA
		PIRELLI	SCORPION STR
44	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		BRIDGESTONE	DURAVIS
		PIRELLI	CHRONO
45	PNEU 215/65R16, TIPO A, INDICE DE CARGA 98 INDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO	PIRELLI	SCORPION STR
		GOODYEAR	FORTERA
46	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		GOODYEAR	G26
47	PNEU 235/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR
		PIRELLI	SCORPION ATR
		GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE
		GOODYEAR	FORTERA CONFORTRED
		FIRESTONE	DESTINATION AT
48	PNEU 245/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	HT684
		PIRELLI	SCORPION ATR
49	PNEU 255/70R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
		BRIDGESTONE	DUELER H/T D840

50	PNEU 215/80R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER ADVENTURE
		PIRELLI	SCORPION ATR
		FIRESTONE	DESTINATION AT
51	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA COMFORTRED
		PIRELLI	SCORPION ATR
		FIRESTONE	DESTINATION AT
52	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
		PIRELLI	SCORPION ATR
		BRIDGESTONE	DURAVIS R630
53	PNEU 235/60R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	WRANGLER HP ALL WEATHER
		GOODYEAR	WRANGLER SUV
		PIRELLI	SCORPION STR
		BRIDGESTONE	DUELER H/T687
54	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		GOODYEAR	G686MSS
55	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557
		PIRELLI	MC45
		GOODYEAR	RHS
		GOODYEAR	G665
56	PNEU 215/75R17.5 TIPO A 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L , PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	M714
		GOODYEAR	RHD
57	PNEU 700-16 TIPO A 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	CT52

58	PNEU 750-16 TIPO A 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	CT52
59	PNEU 750-16 TIPO A 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CT160
		PIRELLI	RT59
		PIRELLI	AS22
60	PNEU 750-16 TIPO A 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	BANDEIRANTE
		PIRELLI	AS22
61	PNEU 1000-20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
		PIRELLI	LD35
		FIRESTONE	BFT595
62	PNEU 1000-20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65
		GOODYEAR	CONQUISTADOR
63	PNEU 1100-22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T615
		PIRELLI	RT59
		GOODYEAR	G8
		PIRELLI	CT65
64	PNEU 900R20 TIPO A COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	BFT595
		PIRELLI	LD35
		PIRELLI	FG85

65	PNEU 900R20 TIPO A COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85
66	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
		PIRELLI	FG85
67	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
68	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
69	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 24 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD MSD
		PIRELLI	TG85
70	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T-831
		BRIDGESTONE	L355
71	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
		PIRELLI	TG85
72	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
		PIRELLI	FG85
73	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
		PIRELLI	FG85
74	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
		PIRELLI	TG85
75	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25 M APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
		PIRELLI	TG85
76	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
		PIRELLI	FG85
77	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
		PIRELLI	FG85

71	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
		BRIDGESTONE	L320S
72	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
		PIRELLI	FG85
73	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
		PIRELLI	TG85
74	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25 M APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
		PIRELLI	TG85
75	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
		BRIDGESTONE	M840
76	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
		PIRELLI	FG85

77	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG85
		FIRESTONE	T831
78	PNEU 295/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677 MSD
		GOODYEAR	G677 MSD
79	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686 MSS
		PIRELLI	FG85
80	PNEU 11R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677
		PIRELLI	TG85
81	PNEU 1000R20 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	CTRZ
		PIRELLI	MC-85
82	PNEU 1100R22 TIPO A COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G665
		GOODYEAR	G665
83	PNEU AGRICOLA 5.00/6 ARO 12	FIRESTONE	TRATOR T-2
		FIRESTONE	TRATOR T-2

84	PNEU 750-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RIB TRACTOR
		PIRELLI	TD500
85	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	GUIDE GRIP
		GOODYEAR	RA45
86	PNEU 900-16 TIPO A, DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RAIADO MAQUINA AGRICOLA
		FIRESTONE	RIB IMPLEMENT
87	Pneu 14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA	PIRELLI	TD500
		GOODYEAR	CHAMPION GUID GRIP TRACTOR
88	PNEU 10.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RIB TRACTOR
		FIRESTONE	TD500
89	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FORERUNNER	SKS1
		GOODYEAR	IT323
90	PNEU 9.5-24 TIPO A, PARA TRATOR, 6 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FLOTATION
		PIRELLI	RA-45
91	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
92	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
		GOODYEAR	SUPER CUARTEADORA
93	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CNTRA DEFEITOS E FABRCAÇO	PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
94	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
95	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
		GOODYEAR	DYNA TORQUE III
96	PNEU 16.9-30 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2000 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
97		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
		GOODYEAR	DYNA TORQUE III

97	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
98	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE III
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
99	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
		PIRELLI	TM95
		FIRESTONE	SUPER ALL TRACTION
100	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, COM 10 LONAS ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	PN16
		GOODYEAR	IT323
101	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SURE GRIP LUG
		FIRESTONE	TRACTOR T-2
		PIRELLI	PN12
102	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	IT525
		FIRESTONE	A.T UTILITY
		PIRELLI	PN12
103	PNEU 17.5-25 TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM99
		FIRESTONE	SGG LOADER
		PIRELLI	PN12
		GOODYEAR	L2G2
104	PNEU 16.00-25 TIPO A, PARA PÁ CAREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	GOODYEAR	HRL -3A
		FIRESTONE	SRG E4
		PIRELLI	RM95 IND4
105	PNEU 1300-24 TIPO A, 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	COMPACTADOR C1
106	PNEU 11L15 TIPO A, IMPLEMENTO 12 LONAS ÍNDICE DE CARGA 1170 KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA45
		GOODYEAR	FARM UTILITY
107	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SGG
		FIRESTONE	SGG ROAD BUILDER G2
108	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	VUT
		GOODYEAR	SG2B
109	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	SGG ROAD BUILDER G2
		GOODYEAR	SGG 2A
		PIRELLI	PN14

110	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	HRL-3A
		PIRELLI	RM95 E3
111	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	PIRELLI	RM95
112	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	GOODYEAR	HRL-3A
		PIRELLI	RM95 E3
113	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	GOODYEAR	HRL 3A (E3)
		PIRELLI	IT323
114	PROTETOR 750 -16	VIPAL	PN16
		RUZI	
		SBN	ARO 16
115	PROTETOR 900- 20	VIPAL	
		RUZI	ARO 20
		SBN	
116	PROTETOR 1000 - 20	VIPAL	
		RUZI	ARO 20
		SBN	
117	PROTETOR 1100 - 22	VIPAL	
		RUZI	ARO 22
		SBN	
118	PROTETOR 1400 - 24	RALFLEX	
		CARRETEIRO	ARO 24
119	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	IRBO	
		CARRETEIRO	ARO 25
120	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL	QBOM	
		RS	
		TORTUGA	
121	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL	TORTUGA	
		RS	
		QBOM	
122	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL	TORTUGA	
123	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	QBOM	
		RS	
124	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	TORTUGA	
		QBOM	
		RS	
125	CAMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5	VULCAN	
		TORTUGA	
126	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	TORTUGA	
		RS	
		VULCAN	
127	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	QBOM	
		VULCAN	
		RS	
128	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22	QBOM	
		TORTUGA	
		VULCAN	
		RS	

129	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	RS	
		TORTUGA	
130	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	QBOM	
		RS	
		TORTUGA	
131	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	QBOM	
		RS	
		TORTUGA	
132	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	TORTUGA	
133	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	TORTUGA	
		VULCAN	
134	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA	RS	
		TORTUGA	
		TORTUGA	
135	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	RS	
		QBOM	
		VULCAN	
136	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	QBOM	
		RS	
		TORTUGA	
137	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	TORTUGA	
		RS	
		QBOM	
138	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	TORTUGA	
		RS	
		VULCAN	
139	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
		QBOM	
140	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
		RS	
		QBOM	
141	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	TORTUGA	
		RS	
		QBOM	
142	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	TORTUGA	
		RS	
		QBOM	
143	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	TORTUGA	
144	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	TORTUGA	
		RS	
		VULCAN	
145	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	TORTUGA	
		RS	
		VULCAN	
		QBOM	
146	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	TORTUGA	
		RS	
		QBOM	
		VULCAN	
147	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COM-PACTADOR.	TORTUGA	

148	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5	TORTUGA	TR-462C
		RS	
		QBOM	
		RS	
149	PNEU 185/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.		
150	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
		GOODYEAR	WRANGLER RTS
		PIRELLI	SCORPION ATR
151	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CT160
		PIRELLI	RT-59
152	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG85
		PIRELLI	FR85
		GOODYEAR	G32
		BRIDGESTONE	R-230
153	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RHS
154	PNEU 205/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J , PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.		
155	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	VUT V STEEL UTRACTION
		GOODYEAR	SG-2B
156	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	305/70R16.5 BIBSTEEL

157	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRAÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	500/70R24 XMCL
158	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	305/70R16.5 BIBSTEEL 141 A5/SC
159	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	RS	
		QBOM	TR-462

Fraiburgo SC, 30 de abril de 2014.
LUIZ FERNANDO RALDI
RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

CIS NORDESTE

Extrato Termo Aditivo/Contrato

Sétimo Termo de Aditamento - Data: 1º/04/2014

Contrato nº. 031/2012 - Data 01/06/2012

Contratante: CISNORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituto Espaço Clin Diagnósticos Por Imagem Ltda - ME

Objeto: Aumento da oferta de exames contratualizados e a inclusão de consulta médica especializada

Valor mensal: R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais)

Mário Fernando Reinke

Presidente do CISNORDESTE/SC

Sétimo Termo de Aditamento - Data: 1º/04/2014

Contrato nº. 029/2012 - Data 01/06/2012

Contratante: CISNORDESTE/SC

Contratada: Instituto Espaço Clin Diagnósticos Por Imagem Ltda - ME

Objeto: Inclusão contratual de exame.

Valor mensal: R\$ 2.490,00 (dois mil, quatrocentos e noventa reais)

Mário Fernando Reinke

Presidente do CISNORDESTE/SC

Terceiro Termo Aditivo - Data: 1º/01/2014

Contrato assinado em: 17/12/2012

Contratante: CISNORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica de Olhos Dr. Márcio Diniz Borges Ltda

Objeto: Exclusão contratual de exames e procedimentos.

Mário Fernando Reinke

Presidente do CISNORDESTE/SC

Sexto Termo Aditivo - Data: 1º/01/2014

Contrato assinado em: 01/03/2010

Contratante: CISNORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Pulmoclinica Clínica do Pulmão Gabriela Menezes Lopes S/C

Objeto: Exclusão contratual de exames e procedimentos.

Mário Fernando Reinke

Presidente do CISNORDESTE/SC

Décimo Segundo Termo Aditivo - Data: 1º/05/2014

Contratante: CISNORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda

Objeto: Exclusão contratual de exame em oftalmologia.

Mário Fernando Reinke

Presidente do CISNORDESTE/SC

Contrato nº 06/2014 datado de 07/04/2014
CONTRATANTE: CISNORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina.

CONTRATADA: Pneumoclínica Doenças Respiratórias Joinville
Objeto: Prestação de serviços de saúde: exames/procedimentos em pneumologia
Quantidade dos exames 110/mês:
Valor médio mensal: R\$ 15.018,50 (quinze mil, dezoito reais e cinquenta centavos).

Prazo de vigência: Até 31/12/2014 podendo ser prorrogado.

Base Legal: Edital 01/2014, Resolução nº 01/2014, Constituição Federal Art. 196, Lei Federal nº 8.080/90, Lei 8.666/93, Lei 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07.

Mário Fernando Reinke
Presidente do CISNORDESTE/SC

Contrato nº 06/2014 datado de 07/04/2014
CONTRATANTE: CISNORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina.

CONTRATADA: ORS MÉDICOS ASSOCIADOS S/S LTDA
Objeto: Prestação de serviços de saúde: Consultas, exames e procedimentos em urologia.

Quantidade consultas/mês: 20/mês

Quantidade dos exames 45/mês

Valor médio mensal: R\$ 42.969,00 (quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e nove reais).

Prazo de vigência: Até 31/12/2014 podendo ser prorrogado.

Base Legal: Edital 01/2014, Resolução nº 01/2014, Constituição Federal Art. 196, Lei Federal nº 8.080/90, Lei 8.666/93, Lei 11.107/05, Decreto Federal nº 6.017/07.

Mário Fernando Reinke
Presidente do CISNORDESTE/SC



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão



www.ciga.sc.gov.br